



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Sexta-feira, 23 de Março de 2007

Número 59

ÍNDICE

PARTE C

Presidência do Conselho de Ministros

Direcção-Geral das Autarquias Locais:

Contrato n.º 590/2007:

Contrato-programa de construção das novas oficinas municipais em Nisa 7855

Contrato n.º 591/2007:

Contrato-programa de ampliação do edifício dos Paços do Concelho de Arronches 7855

Contrato n.º 592/2007:

Contrato-programa de remodelação e ampliação dos Paços do Concelho de Gavião 7856

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Saúde

Despacho n.º 5954/2007:

Nomeação, em comissão de serviço, para o cargo de vogal do conselho directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., do licenciado António Norberto da Costa Carregal Queiroz 7857

Despacho n.º 5955/2007:

Nomeação, em comissão de serviço, para o cargo de vogal do conselho directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., da licenciada Ana Maria dos Santos Pereira Nunes 7857

Despacho n.º 5956/2007:

Nomeação, em comissão de serviço, para o cargo de vice-presidente do conselho directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., da licenciada Maria de Lourdes Caixaria Bastos 7858

Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Aviso n.º 5434/2007:

Lista de antiguidade dos serviços de apoio 7858

Ministério da Administração Interna

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana:

Despacho n.º 5957/2007:

Subdelegação de competências do comandante do Regimento de Cavalaria da GNR, coronel de cavalaria Gil Herberto e Edgar de Freitas Armada de Menezes, no presidente do conselho administrativo do Regimento de Cavalaria da GNR, tenente-coronel de cavalaria José Domingos Bruno Victorino 7858

Direcção-Geral de Viação:

Despacho n.º 5958/2007:

Nomeação definitiva como técnica superior de 1.ª classe da carreira técnica superior de Margarida Ermelinda Lima Morais Faria 7859

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública:

Despacho n.º 5959/2007:

Rescisão do contrato administrativo de provimento da Dr.ª Maria Aurora Oliveira Vilas Boas
Fernandes de Sousa 7859

Governo Civil do Distrito de Braga:

Aviso n.º 5435/2007:

Afixação da lista de antiguidade 7859

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras:

Aviso n.º 5436/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Vicente Lourenço Gomes 7859

Aviso n.º 5437/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Rui Formoso da Costa 7859

Aviso n.º 5438/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Rosaly Sales Cleber Infante 7859

Aviso n.º 5439/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Graciana Lima Miranda
Hajezy 7859

Aviso n.º 5440/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mussa Sila 7859

Aviso n.º 5441/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Marcelha Antonia da Silva 7859

Aviso n.º 5442/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Alfredo José da Silva Junior 7860

Aviso n.º 5443/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Gervásio Gomes da Silva Martins 7860

Aviso n.º 5444/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Alexandre Monteiro Carvalho 7860

Aviso n.º 5445/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Edlasio Adjamiro Galhardo 7860

Aviso n.º 5446/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a José Formoso 7860

Aviso n.º 5447/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Carlos Alberto Semedo Monteiro 7860

Aviso n.º 5448/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Almeida António 7860

Aviso n.º 5449/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Irene João Gomes Silva 7860

Aviso n.º 5450/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Fernando Daniel Vunda Zuanga ... 7860

Aviso n.º 5451/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Marciano Vieira 7860

Aviso n.º 5452/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Ngonzo Malanda Simão 7860

Aviso n.º 5453/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Dala Camará 7860

Aviso n.º 5454/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Adulai Djaló 7861

Aviso n.º 5455/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Wilson da Silva 7861

Aviso n.º 5456/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a José Gomes 7861

Aviso n.º 5457/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Rosantina Sónia Espirito Santos
Gomes 7861

Aviso n.º 5458/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Danielson Augusto Monteiro Santos 7861

Aviso n.º 5459/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Eva Micolo Inácio Khibo 7861

Aviso n.º 5460/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria de Fátima da Graça de Sá Nogueira 7861

Aviso n.º 5461/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Aliu Ferreira 7861

Aviso n.º 5462/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a João Elidio Moreira 7861

Aviso n.º 5463/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Lineyd Pires dos Santos Almeida ... 7861

Aviso n.º 5464/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Fátima Filomena Almeida 7861

Aviso n.º 5465/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Roberto Carlos da Silva 7861

Aviso n.º 5466/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mamadú Baldé 7862

Aviso n.º 5467/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria José das Neves Lima 7862

Aviso n.º 5468/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Aguinaldo Soares da Gama 7862

Aviso n.º 5469/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Silva Nhaga 7862

Aviso n.º 5470/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Domingas Sanches Gomes Correia ... 7862

Aviso n.º 5471/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Suzana Plamenova Lipenska 7862

Aviso n.º 5472/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mamadu Juldé Ganó 7862

Aviso n.º 5473/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Dumende Mendes 7862

Aviso n.º 5474/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a João Teixeira Gonçalves 7862

Aviso n.º 5475/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Aldina Engrácia de Carvalho 7862

Aviso n.º 5476/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Fernando Lobo de Pina 7862

Aviso n.º 5477/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Lizette Maria Ferreira Gomes 7863

Aviso n.º 5478/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a José dos Prazeres Fialho de Carvalho Pedro 7863

Aviso n.º 5479/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Joaquina Figueira das Neves 7863

Aviso n.º 5480/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria do Livramento Sousa 7863

Aviso n.º 5481/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a António Garcia da Silva Fernandes ... 7863

Aviso n.º 5482/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Eduardo Joaquim Calocane 7863

Aviso n.º 5483/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Boaventura Gomes Monteiro 7863

Aviso n.º 5484/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Luís Miguel Barros de Brito 7863

Aviso n.º 5485/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Rosa Masako Okai Halti 7863

Aviso n.º 5486/2007:	
Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Elisio Manuel dos Santos	7863
Aviso n.º 5487/2007:	
Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Marcelino de Andrade	7863
Aviso n.º 5488/2007:	
Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Victor Pedro Capela	7863
Aviso n.º 5489/2007:	
Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Salum Biai	7864
Aviso n.º 5490/2007:	
Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Manuel Luís Mandar Gomes	7864
Aviso n.º 5491/2007:	
Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Fernando Brazinha Mendes	7864
Aviso n.º 5492/2007:	
Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Elma Janira da Rosa Pegado	7864
Aviso n.º 5493/2007:	
Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Jesuina Semedo Brito	7864
Aviso n.º 5494/2007:	
Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mário Cassamá	7864
Aviso n.º 5495/2007:	
Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Manuel da Veiga Moreira	7864
Aviso n.º 5496/2007:	
Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Neusa Correia Oliveira	7864
Aviso n.º 5497/2007:	
Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Alexandrino Ramos Monteiro	7864
Aviso n.º 5498/2007:	
Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Gabriel dos Santos Semedo	7864
Aviso n.º 5499/2007:	
Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Hirondina Tavares Furtado	7864
Aviso n.º 5500/2007:	
Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Adulai Embaló	7865
Aviso n.º 5501/2007:	
Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Tomás Henriques Júnior	7865
Aviso n.º 5502/2007:	
Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Ameliana Cardoso Borges	7865
Aviso n.º 5503/2007:	
Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mamadou Falilou Baldé	7865
Aviso n.º 5504/2007:	
Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Augusta Pereira Semedo	7865
Aviso n.º 5505/2007:	
Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Manuel do Sacramento Luis	7865
Aviso n.º 5506/2007:	
Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Aldina Delgado Leonor	7865
Aviso n.º 5507/2007:	
Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Inocêncio Ianga	7865
Aviso n.º 5508/2007:	
Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Pinalkumar Pravinlal Patel	7865
Aviso n.º 5509/2007:	
Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a João Mendes Varela	7865
Aviso n.º 5510/2007:	
Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Gabriela Bibiana Inácio Vaz	7865
Aviso n.º 5511/2007:	
Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Joana Pedro Álvaro Fortes	7865
Aviso n.º 5512/2007:	
Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Nicolau Adriano da Costa	7866
Aviso n.º 5513/2007:	
Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Manga Ualó	7866

Aviso n.º 5514/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Tomás Togna Braia 7866

Aviso n.º 5515/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Djiba Turé 7866

Aviso n.º 5516/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Amadou Diallo 7866

Aviso n.º 5517/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Paulo João Correia 7866

Aviso n.º 5518/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Cátia Fernanda Mutango José 7866

Aviso n.º 5519/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Amílcar Baptista Lisboa Ramos 7866

Aviso n.º 5520/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Georgina Rocha dos Anjos Silva ... 7866

Aviso n.º 5521/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Amadú Bocum 7866

Aviso n.º 5522/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mamadu Samba Darame 7866

Aviso n.º 5523/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Nora Dabya 7866

Aviso n.º 5524/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Olímpio Bezerra de Oliveira 7867

Aviso n.º 5525/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Austrilindo Augusto Gregório da Costa 7867

Aviso n.º 5526/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Filomena Fátima Rodrigues Vera Cruz 7867

Aviso n.º 5527/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Carina Alexandra dos Santos Silva 7867

Aviso n.º 5528/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a João Salvador Fernandes 7867

Aviso n.º 5529/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Rogéria João do Nascimento 7867

Aviso n.º 5530/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mamalamine Sanhá 7867

Aviso n.º 5531/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Gayane Koster 7867

Aviso n.º 5532/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Pedro Mendes Pemacal 7867

Aviso n.º 5533/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Demba Jamanca 7867

Aviso n.º 5534/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Andreza Lúcia Rocha Barros 7867

Aviso n.º 5535/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Natacha Coelho da Cunha Guimarães 7867

Aviso n.º 5536/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Edilma França Ferro 7868

Aviso n.º 5537/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Gabriel Carlos Sacramento do Espírito Santo 7868

Aviso n.º 5538/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Eugénia Gomes Correia 7868

Aviso n.º 5539/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Octávio Mendes Tavares 7868

Aviso n.º 5540/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Vladimira Joaquim Calocane 7868

Aviso n.º 5541/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Eduardo Henrique Brandão Silva 7868

Aviso n.º 5542/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Guilherme Augusto Brandão Silva 7868

Aviso n.º 5543/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mari Dellalyan 7868

Aviso n.º 5544/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Isabel Monteiro 7868

Aviso n.º 5545/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Vitalino Kalembe Pedro 7868

Aviso n.º 5546/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Carlos Martins Garcia 7868

Aviso n.º 5547/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Ajor Denize Fernandes Lopes de Andrade 7869

Aviso n.º 5548/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Arlindo Martins Gomes Fernandes ... 7869

Aviso n.º 5549/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Sónia Rafaela do Rosário Pinho Pereira 7869

Aviso n.º 5550/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Isidoro Lopes Furtado 7869

Aviso n.º 5551/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Paulino da Costa 7869

Aviso n.º 5552/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Filomena Pascoa de Sousa 7869

Aviso n.º 5553/2007:

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Adelaide Barros Dias Vaz 7869

Rectificação n.º 420/2007:

Rectifica o aviso n.º 12 534/2006 7869

Rectificação n.º 421/2007:

Rectifica o aviso n.º 7918/2006 7869

Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana:

Despacho n.º 5960/2007:

Delegação de competências, em matéria administrativa e financeira, no chefe da Repartição Administrativa e Financeira dos Serviços Sociais da GNR 7869

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Gabinete do Ministro:

Despacho n.º 5961/2007:

Isenção do IRC ao abrigo do artigo 10.º do CIRC — Liga de Amigos do Museu Escolar 7870

Ministério da Defesa Nacional

Secretaria-Geral:

Despacho (extracto) n.º 5962/2007:

Cessação da comissão de serviço do licenciado Joaquim José Fernandes Dias 7870

Marinha:

Despacho n.º 5963/2007:

Promoções ao posto de primeiro-marinheiro do quadro permanente da classe de abastecimentos 7870

Despacho n.º 5964/2007:

Promoção, por antiguidade, ao posto de cabo da classe da taifa, subclasse de despenseiro, do primeiro-marinheiro TFD José Luís Esteves Soares 7870

Despacho n.º 5965/2007:

Promoção, por escolha, ao posto de sargento-chefe da classe de músicos do sargento-ajudante B Bernardino Pestana Saraiva 7870

Despacho n.º 5966/2007:

Promoção, por escolha, ao posto de sargento-chefe da classe de taifa do sargento-ajudante TF António Luís Gegaloto Grenho 7871

Despacho n.º 5967/2007:

Promoção, por escolha, ao posto de sargento-chefe da classe de músicos do sargento-ajudante B António Manuel Cota Alfaiate 7871

Despacho n.º 5968/2007:

Promoção de vários militares ao posto de primeiro-marinheiro em regime de contrato da classe de abastecimento 7871

Despacho n.º 5969/2007:

Promoção de vários militares ao posto de primeiro-marinheiro do quadro permanente da classe de artilheiros 7871

Despacho n.º 5970/2007:

Promoção de vários militares ao posto de primeiro-marinheiro em regime de contrato (RC) da classe de artilheiros 7871

Despacho n.º 5971/2007:

Promoção, por antiguidade, ao posto de cabo da classe de torpedeiros do primeiro-marinheiro T João Cândido Rocha Henriques 7871

Despacho n.º 5972/2007:

Promoção, por escolha, ao posto de sargento-chefe da classe de torpedeiros do sargento-ajudante T Arnaldo Monteiro de Sá 7872

Despacho n.º 5973/2007:

Promoção, por antiguidade, ao posto de sargento-ajudante da classe de taifa do primeiro-sargento TF Miguel de Sousa Pereira da Silva 7872

Despacho n.º 5974/2007:

Promoção ao posto de primeiro-marinheiro do quadro permanente da classe de radaristas do segundo-marinheiro R RC Dino Filipe da Silva Mendes 7872

Despacho n.º 5975/2007:

Promoção, por antiguidade, ao posto de cabo da classe de fuzileiros do primeiro-marinheiro FZ Carlos Magno Portela de Lima Freire 7872

Despacho n.º 5976/2007:

Promoção ao posto de primeiro-grumete em regime de contrato da classe da taifa, subclasse de cozinheiro, de vários militares 7872

Despacho n.º 5977/2007:

Promoção, por antiguidade, ao posto de cabo da classe de fuzileiros do primeiro-marinheiro FZ Carlos Rodolfo dos Santos Marcelino 7872

Despacho n.º 5978/2007:

Promoção, por antiguidade, ao posto de sargento-ajudante da classe de condutores de máquinas do primeiro-sargento CM José Francisco 7872

Despacho n.º 5979/2007:

Promoção ao posto de primeiro-marinheiro do quadro permanente da classe de electricistas de vários militares 7872

Despacho n.º 5980/2007:

Promoção, por antiguidade, ao posto de sargento-ajudante da classe de radaristas do primeiro-sargento R Jorge Manuel Deodato Gonçalves 7873

Despacho n.º 5981/2007:

Promoção, por escolha, ao posto de sargento-chefe da classe de fuzileiros do sargento-ajudante FZ Miguel António das Neves Aleluia 7873

Despacho n.º 5982/2007:

Promoção, por escolha, ao posto de sargento-chefe da classe de fuzileiros do sargento-ajudante FZ Basílio Ferreira Fernandes 7873

Despacho n.º 5983/2007:

Promoção, por antiguidade, ao posto de sargento-ajudante da classe de fuzileiros do primeiro-sargento FZ Flávio Teixeira Cardoso 7873

Despacho n.º 5984/2007:

Promoção, por antiguidade, ao posto de sargento-ajudante da classe de electrotécnicos, ramo de comunicações, do primeiro-sargento ETC Rui Manuel Paiva Santos 7873

Despacho n.º 5985/2007:

Promoção, por antiguidade, ao posto de sargento-ajudante da classe de electrotécnicos, ramo de artilharia, do primeiro-sargento ETA Aluísio Martinho Rosa da Silva 7873

Despacho n.º 5986/2007:

Promoção, por antiguidade, ao posto de sargento-ajudante da classe de fuzileiros do primeiro-sargento FZ José Carlos do Carmo Silva 7873

Despacho n.º 5987/2007:

Promoção, por antiguidade, ao posto de sargento-ajudante da classe de fuzileiros do primeiro-sargento FZ Ataíde Bandeira Martins 7874

Despacho n.º 5988/2007:

Promoção, por escolha, ao posto de sargento-chefe da classe de fuzileiros do sargento-ajudante FZ José Jerónimo Raposo 7874

Despacho n.º 5989/2007:

Promoção, por antiguidade, ao posto de cabo da classe de manobra de vários militares 7874

Despacho n.º 5990/2007:

Promoção, por antiguidade, ao posto de cabo da classe de condutores de máquinas do primeiro-marinheiro CM Jorge Domingos Dias Seixas da Silva 7874

Despacho n.º 5991/2007:

Promoção do sargento-chefe CM Higino da Cruz Raimundo Matela 7874

Exército:**Despacho n.º 5992/2007:**

Subdelegação de competências no chefe de estado-maior do Comando do Pessoal 7874

Despacho n.º 5993/2007:

Promoção de 48 segundos-cabos a primeiros-cabos 7875

Despacho n.º 5994/2007:

Promoção de 114 segundos-cabos a primeiros-cabos 7875

Despacho n.º 5995/2007:

Promoção do segundo-cabo Tiago Miguel Pombinho Teixeira 7877

Despacho n.º 5996/2007:

Promoção de 23 primeiros-cabos a cabo-adjunto 7877

Despacho n.º 5997/2007:

Promoção de 69 segundos-cabos a primeiro-cabo 7877

Despacho n.º 5998/2007:

Promoção de 116 segundos-cabos a primeiros-cabos 7878

Despacho n.º 5999/2007:

Promoção de 221 segundos-cabos graduados a segundos-cabos 7880

Despacho n.º 6000/2007:

Promoção de 11 primeiros-cabos a cabos-adjuntos 7884

Despacho n.º 6001/2007:

Promoção de 71 segundos-cabos a primeiros-cabos 7884

Ministério da Justiça**Direcção-Geral da Administração da Justiça:****Despacho (extracto) n.º 6002/2007:**

Renovações de comissões de serviço no Conselho dos Oficiais de Justiça 7885

Despacho (extracto) n.º 6003/2007:

Promoção, por mérito, de Jorge Manuel Mendes Afonso 7885

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte:****Despacho n.º 6004/2007:**

Delegação de competências no vice-presidente Prof. Doutor Paulo Jorge Gomes 7885

Departamento de Prospectiva e Planeamento:**Aviso (extracto) n.º 5554/2007:**

Lista de antiguidade do pessoal do Departamento de Prospectiva e Planeamento referente ao ano 2006 7885

Instituto da Conservação da Natureza:**Despacho n.º 6005/2007:**

Delegação de competências nos directores das áreas protegidas 7885

Ministério da Economia e da Inovação

Direcção Regional da Economia do Algarve:

Despacho (extracto) n.º 6006/2007:

Promoção na categoria de técnica superior de 1.ª classe de Maria Margarida da Conceição dos Santos Correia 7886

Despacho (extracto) n.º 6007/2007:

Promoção na categoria de assessor, precedendo concurso, de Jaime Manuel de Lagos Roque 7886

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Gabinete do Ministro:

Despacho n.º 6008/2007:

Nomeação da licenciada Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues Mascarenhas para o cargo de directora regional-adjunta de Agricultura e Pescas do Norte 7886

Despacho n.º 6009/2007:

Nomeação da licenciada Maria Helena de Carvalho Governo de Figueiredo para o cargo de subdirector-geral das Pescas e Aquicultura 7886

Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste:

Despacho n.º 6010/2007:

Designações como secretárias de direcção da assistente administrativa Cecília Maria Almeida Russo Caseiro e da técnica profissional Olívia Maria de Jesus Santos Barata 7887

Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar:

Despacho n.º 6011/2007:

Lista de antiguidade do pessoal do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar reportada a 31 de Dezembro de 2006 7887

Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica:

Aviso n.º 5555/2007:

Pedido de registo de Mirandês como Denominação de Origem Protegida para cordeiro, carne de cordeiro, carne de borrego ou canhão 7887

Aviso n.º 5556/2007:

Anulação de reconhecimento de organismo privado de controlo e certificação 7888

Despacho n.º 6012/2007:

Reconhecimento de Gonçalo Noronha de Castro Machado Teixeira como técnico em modo de produção biológico 7888

Despacho n.º 6013/2007:

Anulação de reconhecimento de organismo privado de controlo e certificação — APRODER 7888

Despacho n.º 6014/2007:

Reconhecimento de Elisabete Maria da Conceição Duarte Alcobia como técnico em modo de produção biológico 7888

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Laboratório Nacional de Engenharia Civil:

Listagem n.º 44/2007:

Listagem das empreitadas adjudicadas durante o ano de 2006 7888

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social:

Aviso n.º 5557/2007:

Afixação da lista de antiguidade do pessoal do quadro da Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social 7889

Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I. P.:

Listagem n.º 45/2007:

Listagem dos apoios do FSE concedidos no âmbito do PO Administração Pública 7889

Listagem n.º 46/2007:

Listagem dos apoios FSE concedidos pelo Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I. P., no âmbito do IC Equal 7890

Listagem n.º 47/2007:

Listagem dos apoios FSE concedidos pelo Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I. P., no âmbito do PO Assistência Técnica 7890

Instituto da Segurança Social, I. P.:

Despacho (extracto) n.º 6015/2007:

Subdelegação de poderes na chefe de sector de Fiscalização de IPSS e Outros Equipamentos Sociais dos Serviços de Fiscalização de Lisboa e Vale do Tejo 7890

Despacho n.º 6016/2007:

Delegação de competências na directora do Núcleo Jurídico, licenciada Cláudia Cravo, e nos licenciados em Direito João Fonseca, Madalena Larcher Castela e Luís Filipe Rodrigues ... 7891

Despacho n.º 6017/2007:

Subdelegação de competências no chefe de equipa de gestão e administração de pessoal, Carlos José Duarte Borges 7891

Despacho n.º 6018/2007:

Subdelegação de competências na directora do Núcleo RSIOPC licenciada Paula Maria Gorgulho Nunes Duque Moraes 7891

Despacho n.º 6019/2007:

Delegação e subdelegação de competências na directora do estabelecimento integrado Lar de Idosos de S. Domingos, licenciada Ana Cristina Beirante Guerra Saramago 7891

Despacho n.º 6020/2007:

Subdelegação de competências nos dirigentes da Unidade de Protecção Social de Cidadania 7892

Alvará n.º 36/2007:

Alvará n.º 12/2006 — Colégio Atlântico 7892

Despacho (extracto) n.º 6021/2007:

Transferência da educadora de infância Maria Teresa Gonçalves Mendes Santos Pinto 7892

Despacho (extracto) n.º 6022/2007:

Transferência da técnica profissional Maria Zita de Oliveira Cardoso Santos 7892

Ministério da Saúde

Secretaria-Geral:

Aviso n.º 5558/2007:

Transferência efectuada pelo Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) a favor de particulares, durante o 2.º semestre de 2005 7893

Administração Regional de Saúde do Alentejo:

Despacho (extracto) n.º 6023/2007:

Autorização da renovação do contrato de trabalho a termo certo de Dulce de Fátima da Silva Falé Ferreira 7913

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo:

Despacho n.º 6024/2007:

Nomeação de Adolfo Gonçalves Afonso 7913

Administração Regional de Saúde do Norte:

Despacho (extracto) n.º 6025/2007:

Transferência de enfermeiras 7913

Direcção-Geral da Saúde:

Deliberação n.º 575/2007:

Nomeação, em comissão de serviço, de Jorge Manuel Batista de Sousa como adjunto da direcção clínica 7914

Deliberação n.º 576/2007:

Nomeação em comissão de serviço de Ema Maria Santos Bettencourt como adjunta da direcção clínica 7914

Despacho n.º 6026/2007:

Cessação da comissão de serviço de José Adérito Neves de Carvalho do cargo de chefe de equipa do serviço de urgência 7914

Hospitais Cívicos de Lisboa:

Aviso (extracto) n.º 5559/2007:

Nomeação do novo júri para o concurso aberto pelo aviso n.º 6259/2004 (2.ª série) 7914

Hospital de São Miguel — Oliveira de Azeméis:

Aviso n.º 5560/2007:

Abertura de concurso interno geral de ingresso para a categoria de assistente administrativo 7914

Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento:

Aviso n.º 5561/2007:

Lista de medicamentos comparticipados ao abrigo da Portaria n.º 1471/2004, de 21 de Dezembro 7915

Aviso n.º 5562/2007:

Autoriza o regime de horário acrescido à Dr.ª Maria Paula Thó 7918

Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge:

Despacho (extracto) n.º 6027/2007:

Nomeação de Maria Etelvina de Castro Pinto na categoria de assistente administrativo
especialista 7918

Despacho (extracto) n.º 6028/2007:

Nomeação de Paul Leite Moreira na categoria de técnico principal 7918

Ministério da Educação

Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação:

Despacho (extracto) n.º 6029/2007:

Reclassificação profissional de Isabel Joaquina Miranda Lopes Ferreira 7918

Despacho n.º 6030/2007:

Publicação da classificação profissional de Manuel Alberto de Basto de Vale e Vasconcelos 7918

Direcção Regional de Educação do Alentejo:

Aviso (extracto) n.º 5563/2007:

Listagem de contratos a termo resolutivo certo do pessoal não docente, no ano lectivo 2004-2005,
do âmbito geográfico da coordenação do Centro de Área Educativa do Alto Alentejo 7918

Direcção Regional de Educação do Algarve:

Aviso n.º 5564/2007:

Lista de antiguidade do pessoal não docente da Escola Básica 2, 3 Padre João Coelho Cabanita 7920

Direcção Regional de Educação do Centro:

Aviso n.º 5565/2007:

Lista de antiguidade do pessoal não docente da Escola Secundária Dr. João Lopes de
Moraes — Mortágua 7920

Aviso n.º 5566/2007:

Lista de antiguidade do pessoal não docente da Escola Secundária Dr. João Lopes de
Moraes — Mortágua 7920

Aviso n.º 5567/2007:

Lista de antiguidade do pessoal docente do Agrupamento de Escolas Gualdim Pais 7920

Aviso n.º 5568/2007:

Lista de antiguidade de pessoal não docente do Agrupamento de Escolas Gualdim Pais 7920

Aviso n.º 5569/2007:

Lista de antiguidade do pessoal docente do Agrupamento Vertical Escalada de Pampilhosa
da Serra 7920

Aviso n.º 5570/2007:

Lista de antiguidade do pessoal não docente do Agrupamento Vertical Escalada de Pampilhosa
da Serra 7920

Aviso n.º 5571/2007:

Lista de antiguidade do pessoal não docente do Agrupamento de Escolas de Porto de Mós 7920

Aviso n.º 5572/2007:

Lista de antiguidade do pessoal docente do Agrupamento de Escolas de Vila de Rei 7920

Aviso n.º 5573/2007:

Lista de antiguidade do pessoal não docente do Agrupamento de Escolas de Vila de Rei 7920

Direcção Regional de Educação de Lisboa:

Despacho n.º 6031/2007:

Nomeação de Maria Inácia das Dores Romão Pires Cerdeira para o cargo de chefe de serviços
da Administração Escolar 7921

Aviso n.º 5574/2007:

Lista de antiguidade do pessoal não docente do Agrupamento Conde de Oeiras 7921

Aviso n.º 5575/2007:

Lista de antiguidade do pessoal não docente da Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino
Básico de Coruche 7921

Aviso n.º 5576/2007:

Lista de antiguidade do pessoal docente do Agrupamento de Escolas D. António de Ataíde ... 7921

Aviso n.º 5577/2007:

Lista de antiguidade do pessoal não docente da Escola E. B. 2, 3 Dr. João das Regras 7921

Aviso n.º 5578/2007:

Lista de antiguidade do pessoal docente do Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo 7921

Aviso n.º 5579/2007:

Lista de antiguidade do pessoal não docente do Agrupamento de Escolas Professor Lindley Cintra 7921

Direcção Regional de Educação do Norte:**Acordo n.º 49/2007:**

Adenda ao acordo de cooperação entre o Ministério da Educação, Direcção Regional de Educação do Norte, e a Câmara Municipal da Maia 7921

Aviso n.º 5580/2007:

Contratos relativos ao ano escolar de 2004-2005 de professores não pertencentes aos quadros 7922

Aviso n.º 5581/2007:

Lista de antiguidade do pessoal docente do Agrupamento de Escolas Abel Varzim 7926

Aviso (extracto) n.º 5582/2007:

Lista de antiguidade do pessoal não docente do Agrupamento Vertical de Escolas Álvaro Coutinho O Magriço 7926

Aviso (extracto) n.º 5583/2007:

Lista de antiguidade do pessoal docente do Agrupamento Vertical de Escolas Álvaro Coutinho «O Magriço» 7926

Aviso n.º 5584/2007:

Lista de antiguidade do pessoal docente da Escola Secundária c/3.º Ciclo de Augusto Gomes 7926

Aviso n.º 5585/2007:

Lista de antiguidade do pessoal não docente do Agrupamento Vertical de Escolas do Ave 7926

Aviso n.º 5586/2007:

Lista de antiguidade do pessoal não docente do Agrupamento Vertical de Escolas de Baguim 7926

Aviso n.º 5587/2007:

Lista de antiguidade do pessoal não docente da Escola Secundária Dr. Júlio Martins 7926

Aviso n.º 5588/2007:

Lista de antiguidade do pessoal não docente do Agrupamento de Escolas de Matosinhos Sul 7926

Aviso n.º 5589/2007:

Lista de antiguidade de pessoal não docente do Agrupamento Vertical de Escolas Monseñor Jerónimo do Amaral 7926

Aviso n.º 5590/2007:

Lista de antiguidade do pessoal não docente do Agrupamento Vertical de Escolas de Paço de Sousa 7927

Aviso n.º 5591/2007:

Lista de antiguidade do pessoal não docente do Agrupamento Vertical de Escolas de São Mamede de Infesta 7927

Aviso n.º 5592/2007:

Rescisão do contrato de serviço docente do professor Abel Martins Rodrigues 7927

Aviso n.º 5593/2007:

Lista de antiguidade do pessoal não docente da Escola Básica Integrada/JI de Távora 7927

Aviso n.º 5594/2007:

Processo disciplinar contra Francisco Maria Parra Escada 7927

Aviso n.º 5595/2007:

Lista de antiguidade do pessoal docente do Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria ... 7927

Aviso n.º 5596/2007:

Lista de antiguidade do pessoal não docente do Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria 7927

Aviso n.º 5597/2007:

Lista de antiguidade do pessoal não docente da Escola Secundária de Valença 7927

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**Gabinete do Ministro:****Despacho n.º 6032/2007:**

Autoriza o funcionamento do ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado em Comunicação e Artes na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias 7927

Despacho n.º 6033/2007:

Autoriza o funcionamento do ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado em Engenharia Informática na Universidade Lusófona do Porto 7929

Despacho n.º 6034/2007:

Deferimento da autorização de funcionamento do ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Ciência das Religiões 7930

Secretaria-Geral:

Despacho n.º 6035/2007:

Estatutos da Associação Académica da Escola Superior de Saúde do Vale do Ave 7931

Direcção-Geral do Ensino Superior:

Despacho n.º 6036/2007:

Registo da adequação de ciclos de estudos da DINENSINO — Ensino, Desenvolvimento e Cooperação, C. R. L. (Setúbal) 7936

Despacho n.º 6037/2007:

Registo da adequação de ciclos de estudos do Instituto Superior de Psicologia Aplicada 7936

Despacho n.º 6038/2007:

Registo da adequação de ciclos de estudos da Escola Superior Artística do Porto 7937

Despacho n.º 6039/2007:

Registo da adequação de ciclos de estudos da Universidade Moderna de Lisboa 7937

Despacho n.º 6040/2007:

Registo da adequação de ciclos de estudos do Instituto Politécnico de Lisboa 7938

Despacho n.º 6041/2007:

Registo da adequação de ciclos de estudos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa 7938

Rectificação n.º 422/2007:

Rectifica a deliberação n.º 67/2007, de 11 de Janeiro 7940

Ministério da Cultura

Gabinete da Ministra:

Portaria n.º 339/2007:

Classifica como imóvel de interesse público (IIP) o imóvel sito no Largo da Sé, 2 e 2-A, na freguesia de Miranda do Douro, concelho de Miranda do Douro, distrito de Bragança 7940

Centro Português de Fotografia:

Aviso n.º 5598/2007:

Lista de antiguidade dos funcionários do Centro Português de Fotografia 7940

Inspeção-Geral das Actividades Culturais:

Despacho (extracto) n.º 6042/2007:

Nomeação, em comissão de serviço extraordinária, por um ano, da assistente administrativa principal Alice Maria Correia Pinto, para possível reclassificação profissional na categoria de técnico superior de 2.ª classe 7940

Instituto Português do Património Arquitectónico:

Despacho (extracto) n.º 6043/2007:

Transferência de várias funcionárias 7941

Despacho (extracto) n.º 6044/2007:

Reclassificação profissional de Maria Raquel Patrício Roxo 7941

PARTE D**2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Rio Maior****Anúncio n.º 1759/2007:**

Sentença e citação de credores e outros interessados — processo n.º 605/05.3TBRMR 7941

PARTE E**Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa****Aviso (extracto) n.º 5599/2007:**

Nomeações definitivas 7942

Ordem dos Advogados**Edital n.º 242/2007:**

Levantamento da suspensão da inscrição do Dr. Pedro Moura Bessa com a cédula n.º 3215-P 7942

Universidade de Lisboa**Despacho n.º 6045/2007:**

Nomeação do júri do concurso externo para recrutamento de um lugar de investigador auxiliar na área de microbiologia 7942

Despacho n.º 6046/2007:

Constituição do júri das provas de habilitação ao título de agregado no 3.º grupo A, Estudos Anglisticos 7942

Contrato (extracto) n.º 593/2007:

Contrato administrativo de provimento de assistente convidada a 20% referente à licenciada Paula Cristina Gonçalves Sousa Fernandes 7942

Despacho (extracto) n.º 6047/2007:

Nomeação definitiva, precedida de concurso, de dois assistentes administrativos especialistas, da carreira administrativa 7942

Universidade da Madeira**Aviso n.º 5600/2007:**

Equiparação a bolseiro no estrangeiro do Doutor Ricardo João Nunes dos Santos Cabral ... 7943

Aviso n.º 5601/2007:

Equiparação a bolseiro no País da doutorada Celina Maria Rodrigues Martins 7943

Aviso n.º 5602/2007:

Contratação da licenciada Maria Laura Vidinhas Viveiros como assistente convidada a tempo parcial (30%) 7943

Aviso n.º 5603/2007:

Contratação da licenciada Maria Laura Vidinhas Viveiros 7943

Aviso n.º 5604/2007:

Autoriza a equiparação a bolseiro no estrangeiro ao Doutor Manfred Josef Kaufmann 7943

Aviso n.º 5605/2007:

Contratação do licenciado Bruno Miguel Fernandes da Costa Meneses Pereira como assistente convidado 7943

Aviso n.º 5606/2007:

Contratação da licenciada Maria Laura Vidinhas Viveiros 7943

Aviso n.º 5607/2007:

Autorização da equiparação a bolseiro, no estrangeiro, ao Doutor Miguel Ângelo Almeida Pinheiro de Carvalho 7943

Aviso n.º 5608/2007:

Contratação da licenciada Maria Laura Vidinhas Viveiros 7943

Aviso n.º 5609/2007:

Autorizada a equiparação a bolseiro no País da licenciada Vera Maria Gouveia Barros 7943

Aviso n.º 5610/2007:

Autorizada a equiparação a bolseiro no estrangeiro do doutorado João Manuel Cunha Rodrigues 7943

Aviso n.º 5611/2007:

Equiparação a bolseiro no País da licenciada Susana Maria da Silva Madeira Fernandes Vasconcelos 7943

Aviso n.º 5612/2007:

Autoriza a equiparação a bolseiro no País da licenciada Vera Maria Gouveia Barros 7943

Aviso n.º 5613/2007:

Rescisão contratual do Doutor Paulo Alexandre Bressan como professor auxiliar convidado ... 7944

Aviso n.º 5614/2007:

Autoriza a equiparação a bolseiro no estrangeiro ao Doutor Santiago Budria 7944

Aviso n.º 5615/2007:

Contratação do mestre Ricardo Fabrício Rodrigues como assistente convidado 7944

Aviso n.º 5616/2007:

Autorização da equiparação a bolseiro no País do doutorado Hélder Manuel Arsénio Lopes 7944

Aviso n.º 5617/2007:

Rescisão contratual do mestre Gabriel César Ferreira Pestana 7944

Aviso n.º 5618/2007:

Contratação do mestre Luís Elias Ribeiro Rodrigues 7944

Aviso n.º 5619/2007:

Contratação do licenciado Carlos Alberto Baeta da Silva como monitor 7944

Aviso n.º 5620/2007:

Contratação de Ricardo Martins Sargo Garcês como monitor 7944

Aviso n.º 5621/2007:

Contratação do licenciado Mário Gabriel Salgado de Castro Correia 7944

Universidade Nova de Lisboa**Despacho (extracto) n.º 6048/2007:**

Contrato de prestação de serviços com Daniel Alves Ribeiro 7944

Despacho (extracto) n.º 6049/2007:

Contrato de prestação de serviços com Ana Ramos Alcântara 7944

Despacho (extracto) n.º 6050/2007:

Contrato de prestação de serviços com Nuno Miguel de Jesus Lima 7944

Universidade do Porto**Despacho (extracto) n.º 6051/2007:**

Nomeação em comissão de serviço de Maria Fernanda Melo Almeida Silva 7944

Aviso n.º 5622/2007:

Subsídios concedidos pelos Serviços de Acção Social 7945

Despacho (extracto) n.º 6052/2007:

Equiparação a bolseiro no estrangeiro ao Doutor Cândido Mendes Martins da Agra 7945

Despacho n.º 6053/2007:

Equiparações a bolseiro fora do País de vários docentes da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto 7945

Universidade Técnica de Lisboa**Despacho (extracto) n.º 6054/2007:**

Nomeação de Vítor Manuel Sanches Lucas 7945

Despacho (extracto) n.º 6055/2007:

Requisição do motorista Manuel Sérgio dos Anjos Magalhães 7945

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro**Despacho (extracto) n.º 6056/2007:**

Rectificação do júri de agregação do Prof. João Cabral 7945

Instituto Politécnico de Leiria**Louvor n.º 117/2007:**

Louvor a Maria Cândida Calmeirão Alves Martins Silva 7945

Despacho (extracto) n.º 6057/2007:

Equiparação a bolseiro no estrangeiro de Patrício Rodrigues Domingues 7946

Listagem n.º 48/2007:

Listagem das adjudicações de obras públicas efectuadas no ano 2006 pela Escola Superior de Tecnologia e Gestão 7946

Rectificação n.º 423/2007:

Rectificação do despacho (extracto) n.º 3078/2007 7947

Instituto Politécnico de Lisboa**Despacho (extracto) n.º 6058/2007:**

Nomeação de Cláudia Sofia Barata Valente 7947

Despacho n.º 6059/2007:

Equiparação a bolseiro de João Miguel da Costa Magalhães 7947

Despacho n.º 6060/2007:

Equiparação a bolseiro de Fernando Manuel Valente Ramos 7947

PARTE G**Centro Hospitalar da Cova da Beira, E. P. E.****Aviso n.º 5623/2007:**

Autoriza o provimento na categoria de enfermeiro graduado a vários enfermeiros 7947

PARTE H

Despacho n.º 6061/2007:

Autorização do provimento na categoria de enfermeira graduada à enfermeira Vânea Marisa Cardoso Pina 7948

Hospital de Nossa Senhora do Rosário, E. P. E.**Deliberação (extracto) n.º 577/2007:**

Autorização de redução de horário ao assistente graduado de cirurgia geral Dr. José Augusto Valente Martins Gonçalves 7948

Deliberação (extracto) n.º 578/2007:

Nomeação do Dr. Jorge Manuel Coelho Espírito Santo na sequência de concurso interno condicionado para chefe de serviço de medicina interna 7948

Câmara Municipal de Lisboa**Aviso n.º 5624/2007:**

Provimento de José Alberto Mendes dos Reis no cargo de engenheiro civil assessor 7948

Rectificação n.º 424/2007:

Rectificação de reclassificações publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 226, parte especial, de 23 de Novembro de 2006 7948

Câmara Municipal de Serpa**Aviso (extracto) n.º 5625/2007:**

Autorizada a licença sem vencimento por 90 dias ao funcionário João Francisco Grilo Marques Bengala 7948

Aviso (extracto) n.º 5626/2007:

Renovação extraordinária do contrato de trabalho a termo resolutivo certo com Jennifer Baptista Paraiba 7948

Câmara Municipal de Viana do Castelo**Aviso (extracto) n.º 5627/2007:**

Renovação da comissão de serviço de Manuel Matos Cristino, no cargo de direcção intermédia de 2.º grau — chefe de divisão de Instalações e Equipamentos 7948

Aviso (extracto) n.º 5628/2007:

Renovação da comissão de serviço de António Rodrigues de Carvalho, no cargo de direcção intermédia de 2.º grau — chefe de divisão de Obras Públicas 7948

Câmara Municipal de Vila Franca do Campo**Aviso n.º 5629/2007:**

Alteração ao tarifário e preços da prestação de serviços ao público para o fornecimento de água e saneamento básico 7949

Águas de Gaia, E. M.**Listagem n.º 49/2007:**

Listagem de adjudicações de obras públicas efectuadas durante o ano de 2006 7949

Empresa Municipal de Água e Saneamento de Beja, E. M.**Anúncio n.º 1760/2007:**

Lista das adjudicações de obras públicas efectuadas no ano 2006 7950

Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Ponta Delgada**Aviso n.º 5630/2007:**

Reclassificações profissionais 7950

Aviso n.º 5631/2007:

Reclassificação profissional do funcionário Emanuel Costa Rodrigues 7951

Aviso n.º 5632/2007:

Concessão de licença sem vencimento por um ano ao funcionário Duarte Manuel Corvelo Almeida 7951

Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra**Aviso n.º 5633/2007:**

Nomeação, em regime de substituição, do funcionário António Pereira, no cargo de chefe de armazém 7951

PARTE I

PARTE J

Aviso n.º 5634/2007:

Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de técnico superior de gestão principal	7951
--	------

Autarquias	7952
-------------------------	------

Entidades particulares	7953
-------------------------------------	------

APCOMTEC — Associação Portuguesa para a Comunicação Técnica**Anúncio (extracto) n.º 1761/2007:**

Constituição da associação denominada por APCOMTEC — Associação Portuguesa para a Comunicação Técnica	7954
---	------

APMT — Associação Portuguesa de Medicina Tradicional**Anúncio (extracto) n.º 1762/2007:**

Constituição da associação APMT — Associação Portuguesa de Medicina Tradicional	7954
---	------

Associação de Caçadores de Castelhanos e Laborato**Contrato (extracto) n.º 594/2007:**

Alteração de estatutos da Associação de Caçadores de Castelhanos e Laborato	7954
---	------

Associação de Caçadores da Ilha**Anúncio (extracto) n.º 1763/2007:**

Alteração aos estatutos da associação denominada «Associação de Caçadores da Ilha»	7954
--	------

Associação Cultural e Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Moura**Anúncio (extracto) n.º 1764/2007:**

Constituição da Associação Cultural e Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Moura	7954
---	------

Associação Ibérica de Produtores de Amêndoa e Frutos Secos**Anúncio (extracto) n.º 1765/2007:**

Constituição da associação com a denominação de Associação Ibérica de Produtores de Amêndoa e Frutos Secos	7955
--	------

Associação Karaté-Do Goju-Ryu Ohshikai de Portugal**Anúncio (extracto) n.º 1766/2007:**

Constituição da associação denominada por Associação Karaté-Do Goju-Ryu Ohshikai de Portugal	7955
--	------

ATAV — Associação Trabalhadores da Autarquia de Vidigueira**Anúncio (extracto) n.º 1767/2007:**

Constituição da associação denominada por ATAV — Associação Trabalhadores da Autarquia de Vidigueira	7955
--	------

ATC — Associação de Empresários para o Desenvolvimento do Turismo Cultural do Porto e na Região**Anúncio (extracto) n.º 1768/2007:**

Constituição da associação denominada ATC — Associação de Empresários para o Desenvolvimento do Turismo Cultural do Porto e na Região	7955
---	------

CCD — Associação Trabalhadores da Unicer Águas de Castelo de Vide**Anúncio (extracto) n.º 1769/2007:**

Constituição da associação CCD — Associação Trabalhadores da Unicer Águas de Castelo de Vide	7956
--	------

Centro Comunitário dos Namorados**Anúncio (extracto) n.º 1770/2007:**

Constituição da associação denominada por Centro Comunitário dos Namorados	7956
--	------

Clube Rottas do Sor**Anúncio (extracto) n.º 1771/2007:**

Constituição da associação denominada «Clube Rottas do Sor» 7956

Gaia Kayak Clube**Anúncio (extracto) n.º 1772/2007:**

Constituição da Associação Gaia Kayak Clube 7957

Luso Futebol Clube Morense**Anúncio (extracto) n.º 1773/2007:**

Alteração dos estatutos da Luso Futebol Clube Morense 7957

SEMPREVEM — Assistência Técnica a Bombas de Incêndio, Unipessoal, L.^{da}**Anúncio n.º 1774/2007:**

Certifica o depósito dos documentos relativos à prestação de contas do ano de 2005 7959





PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Direcção-Geral das Autarquias Locais

Contrato n.º 590/2007

Aos 23 dias do mês de Fevereiro de 2007, entre a directora-geral das Autarquias Locais e a presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, da parte da administração central, e o município de Nisa, representado pela presidente da Câmara Municipal, é celebrado um contrato-programa de cooperação técnica e financeira, integrado no regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objecto do contrato

Constitui objecto do presente contrato-programa a construção das novas oficinas municipais em Nisa, cujo investimento elegível ascende a € 750 006.

Cláusula 2.ª

Período de vigência do contrato

- 1 — O presente contrato produz efeitos a partir do momento da sua assinatura e cessa em 31 de Dezembro de 2007.
- 2 — São elegíveis as despesas realizadas desde 1 de Janeiro de 2006.

Cláusula 3.ª

Direitos e obrigações das partes contratantes

- 1 — Cabe aos serviços da administração central contratantes:

- a) Acompanhar a execução física e financeira dos trabalhos, verificar a colocação, no local de construção, de painel de divulgação do financiamento obtido, visar os autos de medição e verificar as facturas através da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA);
- b) Processar, através da Direcção-Geral das Autarquias Locais, a comparticipação financeira da administração central, sobre os autos visados pela CCDRA, e na proporção do financiamento aprovado. Estes pagamentos têm por base os projectos que tenham obtido o parecer favorável da CCDRA;
- c) Prestar, na medida das suas possibilidades, através da CCDRA apoio técnico à Câmara Municipal outorgante, designadamente no lançamento do concurso e fiscalização da obra.

- 2 — Cabe à Câmara Municipal contratante exercer os poderes que integram a sua qualidade de dono da obra, nomeadamente:

- a) Elaborar e aprovar os respectivos estudos e projectos de execução, bem como recolher os pareceres técnicos que forem exigidos por lei;
- b) Tomar as iniciativas conducentes à abertura de concurso para a adjudicação da obra;
- c) Organizar o *dossier* do projecto de investimento, devendo, em caso de execução da obra por administração directa, ser dado cumprimento ao despacho n.º 13 536/98 (2.ª série), do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 179, de 5 de Agosto de 1998;
- d) Colocar, no local de realização das obras, painel de divulgação do financiamento obtido, nos termos do disposto no despacho n.º 11/90, do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, de 15 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 4 de Maio de 1990;
- e) Fiscalizar a execução dos trabalhos, podendo, para o efeito, solicitar o apoio técnico da CCDRA, de acordo com o disposto neste contrato;
- f) Elaborar os autos de medição dos trabalhos executados e, uma vez visados, proceder ao pagamento na proporção correspondente à participação financeira de sua responsabilidade;
- g) Elaborar a conta final e proceder à recepção provisória e definitiva da obra.

Cláusula 4.ª

Instrumentos financeiros e responsabilidade de financiamento

- 1 — A participação financeira da Presidência do Conselho de Ministros, dotação da Direcção-Geral das Autarquias Locais, contempla os encargos da Câmara Municipal de Nisa com a execução do empreen-

dimento previsto no presente contrato, até ao montante global de € 225 002, a atribuir na totalidade em 2007.

2 — Em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, poderá o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local autorizar a concessão de adiantamentos, na observância das disponibilidades orçamentais do momento.

3 — O apoio financeiro da administração central não abrange os custos resultantes de altas de praça, revisões de preços não previstas na programação financeira, trabalhos a mais, erros e omissões.

4 — Caberá ao município de Nisa assegurar a parte do investimento não financiado pelo contrato-programa nos termos do n.º 1 da presente cláusula.

5 — Ao município de Nisa caberá a responsabilidade da execução financeira presentemente acordada. A não utilização no ano económico das dotações previstas no presente contrato determina a perda do saldo anual existente.

Cláusula 5.ª

Estrutura de acompanhamento e controlo

A estrutura de acompanhamento e controlo de execução do contrato-programa será constituída pelos representantes da Direcção-Geral das Autarquias Locais, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e da Câmara Municipal de Nisa.

Cláusula 6.ª

Dotação orçamental

As verbas que asseguram a execução dos investimentos previstos neste contrato-programa são inscritas anualmente nos orçamentos do município de Nisa e da Presidência do Conselho de Ministros, dotação da Direcção-Geral das Autarquias Locais, de acordo com a participação estabelecida na cláusula 4.ª

Cláusula 7.ª

Resolução do contrato

O incumprimento do objecto do presente contrato e da respectiva programação constitui motivo suficiente para a sua resolução, autorizando o município a retenção das transferências que lhe couberem ao abrigo da Lei das Finanças Locais, até à integral restituição das verbas recebidas.

23 de Fevereiro de 2007. — A Directora-Geral das Autarquias Locais, *Maria Eugénia Santos*. — Pela Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, (*Assinatura ilegível*). — A Presidente da Câmara Municipal de Nisa, *Maria Gabriela P. Menino Tsukamoto*.

Contrato n.º 591/2007

Aos 23 dias do mês de Fevereiro de 2007, entre a directora-geral das Autarquias Locais e a presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, da parte da administração central, e o município de Arronches, representado pelo presidente da Câmara Municipal, é celebrado um contrato-programa de cooperação técnica e financeira, integrado no regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objecto do contrato

Constitui objecto do presente contrato-programa a ampliação do edifício dos Paços do Concelho de Arronches, cujo investimento elegível ascende a € 1 019 500.

Cláusula 2.ª

Período de vigência do contrato

- 1 — O presente contrato produz efeitos a partir do momento da sua assinatura e cessa em 31 de Dezembro de 2008.
- 2 — São elegíveis as despesas realizadas desde 1 de Janeiro de 2006.

Cláusula 3.ª

Direitos e obrigações das partes contratantes

- 1 — Cabe aos serviços da administração central contratantes:

- a) Acompanhar a aquisição e a execução física e financeira dos trabalhos, verificar a colocação, no local de construção, de painel

de divulgação do financiamento obtido, visar os documentos de despesa, autos de medição e verificar as facturas através da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA);

b) Processar, através da Direcção-Geral das Autarquias Locais, a comparticipação financeira da administração central, sobre os documentos de despesa e autos visados pela CCDRA, e na proporção do financiamento aprovado. Estes pagamentos têm por base os projectos que tenham obtido o parecer favorável da CCDRA;

c) Prestar, na medida das suas possibilidades, através da CCDRA, apoio técnico à Câmara Municipal outorgante, designadamente no lançamento do concurso e fiscalização da obra.

2 — Cabe à Câmara Municipal contratante exercer os poderes que integram a sua qualidade de dono da obra, nomeadamente:

a) Elaborar e aprovar os respectivos estudos e projectos de execução, bem como recolher os pareceres técnicos que forem exigidos por lei;

b) Tomar as iniciativas conducentes à abertura de concurso para a adjudicação da obra;

c) Organizar o *dossier* do projecto de investimento, devendo, em caso de execução da obra por administração directa, ser dado cumprimento ao despacho n.º 13 536/98 (2.ª série), do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 179, de 5 de Agosto de 1998;

d) Colocar, no local de realização das obras, painel de divulgação do financiamento obtido, nos termos do disposto no despacho n.º 11/90, do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, de 15 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 4 de Maio de 1990;

e) Fiscalizar a execução dos trabalhos, podendo, para o efeito, solicitar o apoio técnico da CCDRA de acordo com o disposto neste contrato;

f) Elaborar os documentos de despesa e autos de medição dos trabalhos executados e, uma vez visados, proceder ao pagamento na proporção correspondente à participação financeira de sua responsabilidade;

g) Proceder ao registo de propriedade do edifício, elaborar a conta final e proceder à recepção provisória e definitiva da obra.

3 — O recurso à execução por administração directa carece de despacho favorável do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, sob proposta fundamentada da CCDRA.

Cláusula 4.ª

Instrumentos financeiros e responsabilidade de financiamento

1 — A participação financeira da Presidência do Conselho de Ministros, dotação da Direcção-Geral das Autarquias Locais, contempla os encargos do município de Arronches com a execução do empreendimento previsto no presente contrato, até ao montante global de € 305 850, a atribuir da seguinte forma:

2007 — € 275 265;

2008 — € 30 585.

2 — Em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, poderá o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local autorizar a concessão de adiantamentos, na observância das disponibilidades orçamentais do momento.

3 — O apoio financeiro da administração central não abrange os custos resultantes de altas de praça, revisões de preços não previstas na programação financeira, trabalhos a mais, erros e omissões.

4 — Caberá ao município de Arronches assegurar a parte do investimento não financiado pelo contrato-programa nos termos do n.º 1 da presente cláusula.

5 — Ao município de Arronches caberá a responsabilidade da execução financeira presentemente acordada. A não utilização em cada ano económico das dotações previstas no presente contrato determina a perda do saldo anual existente.

Cláusula 5.ª

Estrutura de acompanhamento e controlo

A estrutura de acompanhamento e controlo da execução do contrato-programa será constituída pelos representantes da Direcção-Geral das Autarquias Locais, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e da Câmara Municipal de Arronches.

Cláusula 6.ª

Dotação orçamental

As verbas que asseguram a execução dos investimentos previstos neste contrato-programa são inscritas anualmente nos orçamentos do município de Arronches e da Presidência do Conselho de Ministros,

dotação da Direcção-Geral das Autarquias Locais, de acordo com a participação estabelecida na cláusula 4.ª

Cláusula 7.ª

Resolução do contrato

O incumprimento do objecto do presente contrato e da respectiva programação constitui motivo suficiente para a sua resolução, autorizando a Câmara Municipal a retenção das transferências que lhe couberem ao abrigo da Lei das Finanças Locais, até à integral restituição das verbas recebidas.

23 de Fevereiro de 2007. — A Directora-Geral das Autarquias Locais, *Maria Eugénia Santos*. — A Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, (*Assinatura ilegível*). — O Presidente da Câmara Municipal de Arronches, *Gil C. Palmeiro Romão*.

Contrato n.º 592/2007

Aos 23 dias do mês de Fevereiro de 2007, entre a directora-geral das Autarquias Locais e a presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, da parte da administração central, e o município de Gavião, representado pelo presidente da Câmara Municipal, é celebrado um contrato-programa de cooperação técnica e financeira, integrado no regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objecto do contrato

Constitui objecto do presente contrato-programa a remodelação e ampliação dos Paços do Concelho de Gavião, cujo investimento elegível ascende a € 738 554.

Cláusula 2.ª

Período de vigência do contrato

1 — O presente contrato produz efeitos a partir do momento da sua assinatura e cessa em 31 de Dezembro de 2009.

2 — São elegíveis as despesas realizadas desde 1 de Janeiro de 2006.

Cláusula 3.ª

Direitos e obrigações das partes contratantes

1 — Cabe aos serviços da administração central contratantes:

a) Acompanhar a aquisição e a execução física e financeira dos trabalhos, verificar a colocação, no local de construção, de painel de divulgação do financiamento obtido, visar os documentos de despesa, autos de medição e verificar as facturas através da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA);

b) Processar, através da Direcção-Geral das Autarquias Locais, a comparticipação financeira da administração central, sobre os documentos de despesa e autos visados pela CCDRA, e na proporção do financiamento aprovado. Estes pagamentos têm por base os projectos que tenham obtido o parecer favorável da CCDRA;

c) Prestar, na medida das suas possibilidades, através da CCDRA, apoio técnico à Câmara Municipal outorgante, designadamente no lançamento do concurso e fiscalização da obra.

2 — Cabe à Câmara Municipal contratante exercer os poderes que integram a sua qualidade de dono da obra, nomeadamente:

a) Elaborar e aprovar os respectivos estudos e projectos de execução, bem como recolher os pareceres técnicos que forem exigidos por lei;

b) Tomar as iniciativas conducentes à abertura de concurso para a adjudicação da obra;

c) Organizar o *dossier* do projecto de investimento, devendo, em caso de execução da obra por administração directa, ser dado cumprimento ao despacho n.º 13 536/98 (2.ª série), do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 179, de 5 de Agosto de 1998;

d) Colocar, no local de realização das obras, painel de divulgação do financiamento obtido, nos termos do disposto no despacho n.º 11/90, do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, de 15 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 4 de Maio de 1990;

e) Fiscalizar a execução dos trabalhos, podendo, para o efeito, solicitar o apoio técnico da CCDRA de acordo com o disposto neste contrato;

f) Elaborar os documentos de despesa e autos de medição dos trabalhos executados e, uma vez visados, proceder ao pagamento na proporção correspondente à participação financeira de sua responsabilidade;

g) Proceder ao registo de propriedade do edifício, elaborar a conta final e proceder à recepção provisória e definitiva da obra.

3 — O recurso à execução por administração directa carece de despacho favorável do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, sob proposta fundamentada da CCDRA.

Cláusula 4.ª

Instrumentos financeiros e responsabilidade de financiamento

1 — A participação financeira da Presidência do Conselho de Ministros, dotação da Direcção-Geral das Autarquias Locais, contempla os encargos do município de Gavião com a execução do empreendimento previsto no presente contrato, até ao montante global de € 221 566, a atribuir da seguinte forma:

2007 — € 56 721;
2008 — € 74 889;
2009 — € 89 956.

2 — Em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, poderá o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local autorizar a concessão de adiantamentos, na observância das disponibilidades orçamentais do momento.

3 — O apoio financeiro da administração central não abrange os custos resultantes de altas de praça, revisões de preços não previstas na programação financeira, trabalhos a mais, erros e omissões.

4 — Caberá ao município de Gavião assegurar a parte do investimento não financiado pelo contrato-programa nos termos do n.º 1 da presente cláusula.

5 — Ao município de Gavião caberá a responsabilidade da execução financeira presentemente acordada. A não utilização em cada ano económico das dotações previstas no presente contrato determina a perda do saldo anual existente.

Cláusula 5.ª

Estrutura de acompanhamento e controlo

A estrutura de acompanhamento e controlo da execução do contrato-programa será constituída pelos representantes da Direcção-Geral das Autarquias Locais, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e da Câmara Municipal de Gavião.

Cláusula 6.ª

Dotação orçamental

As verbas que asseguram a execução dos investimentos previstos neste contrato-programa são inscritas anualmente nos orçamentos do município de Gavião e da Presidência do Conselho de Ministros, dotação da Direcção-Geral das Autarquias Locais, de acordo com a participação estabelecida na cláusula 4.ª

Cláusula 7.ª

Resolução do contrato

O incumprimento do objecto do presente contrato e da respectiva programação constitui motivo suficiente para a sua resolução, autorizando a Câmara Municipal a retenção das transferências que lhe couberem ao abrigo da Lei das Finanças Locais, até à integral restituição das verbas recebidas.

23 de Fevereiro de 2007. — A Directora-Geral das Autarquias Locais, *Maria Eugénia Santos*. — Pela Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, (*Assinatura ilegível*.) — O Presidente da Câmara Municipal de Gavião, *Jorge Manuel Martins de Jesus*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA SAÚDE

Despacho n.º 5954/2007

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 22.º e no n.º 2 do artigo 29.º, ambos do Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Saúde, e nos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º e no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado, em comissão de serviço, para exercer as funções de vogal do conselho directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., o licenciado António Norberto da Costa Carregal Queiroz, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evi-

denciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Agosto, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o nomeado é autorizado a optar pelo vencimento que auferir no lugar de origem, correspondente à categoria chefe de serviço de gastroenterologia.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 26 de Fevereiro de 2007.

26 de Fevereiro de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

ANEXO

Curriculum vitae

António Norberto da Costa Carregal Queiroz:

Nasceu no Porto em 13 de Junho de 1953;

Concluiu em 1976 a licenciatura na Faculdade de Medicina do Porto com 15 valores de classificação;

De Janeiro de 1977 a Dezembro de 1978 realizou o internato de policlínica e de 1 de Fevereiro de 1979 a 31 de Janeiro de 1980, o serviço médico à periferia;

Em Julho de 1981 realizou o exame de acesso ao internato de especialidades, obtendo 87/100, a melhor pontuação da zona norte e a terceira nacional;

Em Maio de 1982 iniciou, na unidade de gastroenterologia do Hospital de São João, o internato de especialidade, que concluiu em 1987. Em Julho desse ano efectuou o respectivo exame final, sendo classificado com 16 valores;

Em Agosto de 1991, a seu pedido, foi transferido para o Hospital de Setúbal, como assistente eventual, ficando responsável pela valência de gastroenterologia e pela unidade de endoscopias;

Em Maio de 1992, fez concurso de provimento para duas vagas de assistente hospitalar de gastroenterologia, ficando em 1.º lugar, com 17,5 valores;

Em 30 de Dezembro de 1993, após ter submetido o seu *curriculum vitae*, para apreciação, foi admitido no colégio da especialidade da Ordem dos Médicos;

Em Fevereiro de 1994, no Hospital de Setúbal, fez concurso para a obtenção do grau de consultor, sendo aprovado;

Em 13 de Abril do mesmo ano, por despacho do Ministro da Saúde, foi nomeado no cargo de director clínico do Hospital de Évora, na sequência do chamado «caso da hemodiálise». Cumpriu dois mandatos como director clínico, o segundo por eleição *inter pares*, e terminou funções em 12 de Abril de 2000, retomando a direcção da valência de gastroenterologia;

Em Julho de 1999 fez concurso de provimento para chefe de serviço de gastroenterologia do HESE, tendo prestado provas no Hospital de Egas Moniz e sendo aprovado com 18 valores;

Em 2002 foi nomeado pelo conselho de administração do Hospital do Espírito Santo — Évora responsável pelo então criado serviço de especialidades médicas, mantendo também igual posição na gastroenterologia. Desde então, conseguiu a redução da demora média do serviço em um dia por cada ano, situando-se esta, actualmente, já na casa de um único dígito;

Entre 2000 e 2004 foi membro da Agência de Contratualização dos Serviços de Saúde da Região Alentejo;

E, desde 2002, membro da comissão de peritos de gastroenterologia que funciona junto do IGIF, por despacho do Ministro da Saúde;

Foi, entre 2005 e Junho de 2006, coordenador da rede de cuidados de gastroenterologia da região Alentejo;

Em Junho de 2006, a seu pedido, foi transferido para o Hospital Reynaldo dos Santos, onde passou a dirigir a unidade de gastroenterologia. Em Dezembro foi eleito representante do sector médico no conselho geral;

E autor ou co-autor de mais de 100 trabalhos científicos, entre publicações e comunicações em congressos, nacionais e internacionais, tendo obtido cinco prémios de carácter nacional. Foi numerosas vezes convidado como palestrante ou moderador em diversas reuniões científicas.

Despacho n.º 5955/2007

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 22.º e no n.º 2 do artigo 29.º, ambos do Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Saúde, nos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º e no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeada, em comissão de serviço, para exercer as funções de vogal do conselho directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., a licenciada Ana Maria dos Santos Pereira Nunes, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evi-

denciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 26 de Fevereiro de 2007.

26 de Fevereiro de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

ANEXO

Sinopse curricular

Nome — Ana Maria dos Santos Pereira Nunes.

Data de nascimento — 17 de Maio de 1961.

Naturalidade — Celorico de Basto.

Habilitações literárias/académicas:

Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, concluída em 1985;

Pós-graduação em Administração Hospitalar, pela Escola Nacional de Saúde Pública, concluída em 1988.

Habilitações profissionais:

1986-1988 — estágios, no âmbito do curso de Administração Hospitalar, nos seguintes hospitais:

Hospital Distrital de Abrantes;

Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia;

Hospital Distrital de Setúbal;

Agosto de 1988-Fevereiro de 1997 — administradora hospitalar no Hospital de São Bernardo, em Setúbal, tendo sido responsável pelas áreas de serviços complementares de diagnóstico e terapêutica, consulta externa e serviços de internamento (as duas últimas desde Fevereiro de 1994 a Janeiro de 1997);

Fevereiro de 1997-Dezembro de 2002 — administradora-delegada no Hospital Distrital do Montijo;

Janeiro de 2003-Julho de 2005 — coordenadora dos Gabinetes Jurídico e de Auditoria na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT);

Desde 25 de Julho de 2005 — vogal do conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.

Outras actividades:

Participação em vários júris de concursos de pessoal, na qualidade de presidente ou vogal efectivo;

Participação em várias comissões e júris de concursos no âmbito do regime geral de aquisições de bens e serviços na Administração Pública;

Participação como prelectora em várias acções de formação;

Participação como formanda em diversos cursos e acções de formação;

Participação em vários grupos de trabalho promovidos pelos hospitais e serviços associados às funções exercidas.

Despacho n.º 5956/2007

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 22.º e no n.º 2 do artigo 29.º, ambos do Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Saúde, nos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º e no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeada, em comissão de serviço, para exercer as funções de vice-presidente do conselho directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., a licenciada Maria de Lourdes Caixaria Bastos, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 26 de Fevereiro de 2007.

26 de Fevereiro de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

ANEXO

Nota curricular

Maria de Lourdes Caixaria Bastos, nascida em Luanda, Angola, em 29 de Julho de 1957.

Licenciatura em Relações Económicas Internacionais, pelo Instituto Superior de Economia de Sófia, 1982, licenciatura em Economia, pela FEP, Universidade do Porto, 1987.

Pós-graduação em Administração Hospitalar, pela Escola Nacional de Saúde Pública (1994).

Formação complementar — Programa de Alta Direcção de Instituições de Saúde, AESE — Escola de Direcção e Negócios (2006); CAGEP — Curso Avançado de Gestão Pública, INA (2006).

Quadro superior numa empresa de consultoria em comércio internacional (1982-1992).

Desempenhou várias actividades e cargos no âmbito da administração hospitalar, desde 1994.

Administradora no Hospital de São José (1994-1996), responsável pela direcção dos serviços financeiros.

Integrou a Agência de Contratualização dos Serviços de Saúde, da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (1996-1998).

Administradora no Hospital José Joaquim Fernandes — Beja (1998-2000) com responsabilidades nas áreas de sistemas de informação para a gestão, gestão de doentes e gestão de recursos humanos.

Administradora-delegada no Hospital Rainha Santa Isabel — Torres Novas (2000-2002).

Administradora no Hospital de São José (2002-2005), responsável pela área dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica e pela direcção do serviço de aprovisionamento do Centro Hospitalar de Lisboa (Zona Central), até Abril de 2005.

Vogal do conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo desde Maio de 2005.

Membro de várias comissões e grupos de trabalho, entre os quais, comissão técnica de avaliação das propostas concorrentes à gestão do Hospital Amadora-Sintra, grupo de trabalho nacional para implementação da contabilidade analítica nos hospitais. No Hospital de Beja — programa de redução de listas de espera para cirurgia, Programa Acesso, grupo de trabalho para a criação de centros de responsabilidade, comissão de controlo de infecção, consultora da equipa do projecto de melhoria contínua de qualidade, comissão para implementação da telemedicina.

Formadora em vários cursos de formação nas áreas de gestão estratégica e financeira, gestão de serviços hospitalares, controlo de gestão e contabilidade analítica.

GABINETE DO REPRESENTANTE DA REPÚBLICA PARA A REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Aviso n.º 5434/2007

Em conformidade com o artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e para efeitos do estipulado no artigo 96.º do mesmo decreto-lei, comunica-se a todo o pessoal dos serviços de apoio a este Gabinete que pode deduzir no prazo de 30 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República* reclamação acerca da organização da lista de antiguidade referente a 31 de Dezembro de 2006, aprovada e oportunamente distribuída para consulta pessoal, nos termos da lei.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Chefe do Gabinete, (*Assinatura ilegível*.)

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana

Regimento de Cavalaria

Despacho n.º 5957/2007

Subdelegação de competências

1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, e no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, nos termos dos n.ºs 11 e 11.1 do despacho n.º 3/2007, de 15 de Janeiro, do tenente-general comandante-geral, subdelego no presidente do conselho administrativo do Regimento de Cavalaria, tenente coronel de cavalaria José Domingos Bruno Victorino, as competências relativas aos seguintes actos de gestão orçamental e de realização de despesas:

a) Autorizar as despesas que hajam de efectuar-se com empreitadas de obras públicas, aquisição de bens e serviços, até ao limite de € 37 500, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

b) Autorizar as despesas relativas à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, até ao montante de

€ 75 000, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

c) Designar os jurís dos concursos e as comissões de análise nos restantes procedimentos previstos, respectivamente, nos artigos 90.º e 136.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, para, nos processos de aquisição de bens e serviços de montantes superiores aos ora delegados, proceder à audiência prévia e à elaboração do relatório final a que se referem os artigos 107.º e 109.º do mesmo diploma;

d) Aprovar os autos de recepção de empreitadas de obras públicas ou fornecimento de equipamentos;

e) Aprovar as minutas de contrato relativas à aquisição de bens e serviços até ao montante da sua competência delegada, representando o Estado na outorga desses contratos, e nomear, para o efeito, o oficial público.

2 — Autorizar a liberação de garantias bancárias, ou depósitos de garantia, relativas aos processos por si autorizados no âmbito das competências ora delegadas.

3 — A subdelegação de competências a que se refere este despacho entende-se sem prejuízo de poderes de avocação e superintendência.

4 — O presente despacho produz efeitos desde 20 de Maio de 2006.

5 — Nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos praticados até à publicação do presente despacho no *Diário da República*.

15 de Fevereiro de 2007. — O Comandante, *Gil Herberto e Edgar de Freitas Armada de Menezes*, coronel de cavalaria.

Direcção-Geral de Viação

Despacho n.º 5958/2007

Por meu despacho de 5 de Fevereiro de 2007, proferido ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 484/99, de 10 de Novembro, na alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, precedendo autorização expressa do Secretário de Estado da Administração Interna, foi Margarida Ermelinda Lima Morais Faria nomeada definitivamente na categoria de técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior do quadro de pessoal não dirigente desta Direcção-Geral, com efeitos a partir de 20 de Julho de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, o Subdirector-Geral, em substituição, *Carlos Mosqueira*.

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Departamento de Recursos Humanos

Despacho n.º 5959/2007

Por despacho de 27 de Fevereiro de 2007 da directora nacional-adjunta da Polícia de Segurança Pública, foi rescindido o contrato administrativo de provimento formulado pela Dr.ª Maria Aurora Oliveira Vilas Boas Fernandes de Sousa com efeitos a partir de 4 de Março de 2007.

28 de Fevereiro de 2007. — O Director, *Jorge Alexandre Gonçalves Mauricio*.

Governo Civil do Distrito de Braga

Aviso n.º 5435/2007

Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e para efeitos do artigo 96.º do mesmo diploma, avisam-se os interessados de que se encontra afixada nestes serviços a lista de antiguidade referente a 31 de Dezembro de 2006 dos funcionários do quadro de pessoal do Governo Civil do Distrito de Braga.

31 de Janeiro de 2007. — O Secretário, *José Oliveira da Silva*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 5436/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 28 de Julho de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Vicente Lourenço Gomes, natural de

Nossa Senhora da Natividade, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 7 de Dezembro de 1958, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

21 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5437/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Rui Formoso da Costa, natural de Canchungo, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 28 de Maio de 1958, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

21 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5438/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 12 de Junho de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Rosaly Sales Cleber Infante, natural do Rio de Janeiro, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascida em 1 de Junho de 1963, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

21 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5439/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 22 de Julho de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Graciana Lima Miranda Hajezy, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 2 de Março de 1970, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

21 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5440/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 31 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mussa Sila, natural de Gabú, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 20 de Novembro de 1960, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

21 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5441/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 6 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Marcelha Antonia da Silva, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 3 de Abril de 1972, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

21 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5442/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Alfredo José da Silva Junior, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 3 de Novembro de 1953, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

21 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5443/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 8 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Gervásio Gomes da Silva Martins, natural de Canchungo, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 12 de Outubro de 1974, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

21 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5444/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 7 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Alexandre Monteiro Carvalho, natural de São Salvador do Mundo, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 21 de Fevereiro de 1962, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

22 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5445/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 7 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Edlasio Adjamiro Galhardo, natural de Sagrada Família, República Democrática de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade santomense, nascido em 8 de Dezembro de 1987, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

22 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5446/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 3 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a José Formoso, natural de Bugulha, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 1 de Maio de 1967, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

22 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5447/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 24 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Carlos Alberto Semedo Monteiro, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 10 de Março de 1961, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as

alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

22 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5448/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 24 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Almeida António, natural de Quibaxe, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 27 de Julho de 1957, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

22 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5449/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Irene João Gomes Silva, natural de Calequisse, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 18 de Outubro de 1969, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

22 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5450/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 24 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Fernando Daniel Vunda Zuanga, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 19 de Setembro de 1974, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

22 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5451/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 22 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Marciano Vieira, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 9 de Setembro de 1965, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

22 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5452/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 7 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Ngonzo Malanda Simão, natural de Damba, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 4 de Setembro de 1957, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

22 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5453/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Dala Camará, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 22 de Setembro de 1983, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei

n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

22 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5454/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Adulai Djaló, natural de Nhantandim, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 14 de Junho de 1958, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

22 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5455/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Wilson da Silva, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 2 de Julho de 1970, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

22 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5456/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 22 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a José Gomes, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 17 de Abril de 1960, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

22 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5457/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 7 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Rosantina Sónia Espirito Santos Gomes, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 21 de Maio de 1981, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

22 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5458/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 22 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Danielson Augusto Monteiro Santos, natural de Nossa Senhora da Luz, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 10 de Setembro de 1981, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

22 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5459/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 22 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Eva Micoló Inácio Khibo, natural de Malanje, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascida em 25 de Outubro de 1955, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do

Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

22 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5460/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria de Fátima da Graça de Sá Nogueira, natural de Farim, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 9 de Janeiro de 1956, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

23 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5461/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Aliu Ferreira, natural de Chulame, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 7 de Março de 1962, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

23 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5462/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 8 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a João Elidio Moreira, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 24 de Agosto de 1966, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

23 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5463/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 8 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Lineyd Pires dos Santos Almeida, natural de Lobata, República Democrática de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade santomense, nascida em 3 de Abril de 1981, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

23 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5464/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Fátima Filomena Almeida, natural de Nossa Senhora da Luz, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 23 de Setembro de 1959, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

23 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5465/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Roberto Carlos da Silva, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nas-

cido em 24 de Março de 1969, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

23 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5466/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 3 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mamadú Baldé, natural de Farim, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 26 de Julho de 1956, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

23 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5467/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria José das Neves Lima, natural de Madalena, República Democrática de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade santomense, nascida em 17 de Fevereiro de 1974, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

23 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5468/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Aguinaldo Soares da Gama, natural de Nossa Senhora, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 14 de Dezembro de 1957, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

23 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5469/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Silva Nhaga, natural de Cò-Bula, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 16 de Maio de 1963, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

23 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5470/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Domingas Sanches Gomes Correia, natural de São Salvador do Mundo, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 19 de Maio de 1959, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

23 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5471/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Suzana Plamenova Lipenska, natural

de Stara Zagora, República da Bulgária, de nacionalidade búlgara, nascida em 27 de Setembro de 1980, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

23 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5472/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mamadu Juldé Ganó, natural de Pirada, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 2 de Maio de 1958, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

23 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5473/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 18 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Dumende Mendes, natural de Cacheu, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 7 de Julho de 1974, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

23 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5474/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 21 de Julho de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a João Teixeira Gonçalves, natural de São Lourenço, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 28 de Dezembro de 1960, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

23 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5475/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Aldina Engrácia de Carvalho, natural de Santa Ana, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascida em 3 de Agosto de 1969, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

23 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5476/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 8 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Fernando Lobo de Pina, natural de Nossa Senhora da Ajuda, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 18 de Dezembro de 1966, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

23 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5477/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 14 de Abril de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Lizette Maria Ferreira Gomes, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 28 de Janeiro de 1966, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

23 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5478/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 8 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a José dos Prazeres Fialho de Carvalho Pedro, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 27 de Janeiro de 1966, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

23 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5479/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 8 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Joaquina Figueira das Neves, natural de Conceição, República Democrática de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade santomense, nascida em 11 de Julho de 1954, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

23 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5480/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 8 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria do Livramento Sousa, natural de Nossa Senhora do Livramento, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 14 de Novembro de 1970, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

23 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5481/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a António Garcia da Silva Fernandes, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 3 de Maio de 1961, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

23 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5482/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Eduardo Joaquim Calocane, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 2 de Dezembro de 1984, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações intro-

duzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5483/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Boaventura Gomes Monteiro, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 16 de Setembro de 1962, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5484/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 16 de Março de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Luís Miguel Barros de Brito, natural de Setúbal, República Portuguesa, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 21 de Outubro de 1983, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5485/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Julho de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Rosa Masako Okai Halti, natural de Rio de Janeiro, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascida em 19 de Outubro de 1974, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5486/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 25 de Julho de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Elisio Manuel dos Santos, natural de Conceição, República Democrática de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade santomense, nascido em 9 de Fevereiro de 1963, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5487/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 21 de Julho de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Marcelino de Andrade, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 9 de Abril de 1952, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5488/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Victor Pedro Capela, natural de Sambizanga, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido

em 27 de Agosto de 1974, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5489/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Salum Biaí, natural de Contuboeil, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 18 de Maio de 1954, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5490/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Manuel Luís Mandar Gomes, natural de Cacheu, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 29 de Março de 1965, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5491/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Fernando Brazinha Mendes, natural de Benguela, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 3 de Fevereiro de 1983, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5492/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Elma Janira da Rosa Pegado, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascida em 23 de Maio de 1985, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5493/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Jesuina Semedo Brito, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 15 de Junho de 1955, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5494/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mário Cassamá, natural de Binar,

República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 24 de Agosto de 1965, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5495/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 2 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Manuel da Veiga Moreira, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 27 de Maio de 1951, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5496/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 31 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Neusa Correia Oliveira, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 22 de Janeiro de 1980, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5497/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 31 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Alexandrino Ramos Monteiro, natural de Santo Crucifixo, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 31 de Maio de 1966, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5498/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 31 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Gabriel dos Santos Semedo, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 28 de Abril de 1960, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5499/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 31 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Hironidina Tavares Furtado, natural de São Miguel, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 24 de Abril de 1968, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5500/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 31 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Adulai Embaló, natural de Bafatá, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 16 de Agosto de 1970, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5501/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 31 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Tomás Henriques Júnior, natural de Lourenço Marques, República de Moçambique, de nacionalidade moçambicana, nascido em 16 de Julho de 1974, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5502/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Ameliana Cardoso Borges, natural de Tarrafal, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 16 de Junho de 1962, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5503/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mamadou Falilou Baldé, natural de Lelouma, República da Guiné-Conacri, de nacionalidade guineense, nascido em 5 de Fevereiro de 1970, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5504/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Augusta Pereira Semedo, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 18 de Agosto de 1983, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5505/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Manuel do Sacramento Luis, natural de São Tomé, República Democrática de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade santomense, nascido em 11 de Junho de 1932, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto,

com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5506/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Aldina Delgado Leonor, natural de Santo Crucifixo, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 25 de Abril de 1968, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5507/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Inocêncio Ianga, natural de Bombaia, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 9 de Setembro de 1968, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5508/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Pinalkumar Pravinal Patel, natural de Kapadwani, República da Índia, de nacionalidade indiana, nascido em 26 de Dezembro de 1983, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5509/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a João Mendes Varela, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 19 de Novembro de 1965, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5510/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 28 de Julho de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Gabriela Bibiana Inácio Vaz, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 18 de Abril de 1966, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5511/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 28 de Julho de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Joana Pedro Álvaro Fortes, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 15 de Maio de 1976, a qual poderá gozar os direitos e prer-

rogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5512/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 28 de Julho de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Nicolau Adriano da Costa, natural de Benguela, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 26 de Março de 1961, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5513/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 25 de Julho de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Manga Ualó, natural de Farim, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 1 de Agosto de 1959, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5514/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Tomás Togna Braia, natural de Dugal, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 25 de Outubro de 1952, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5515/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Djiba Turé, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 15 de Julho de 1973, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5516/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Amadou Diallo, natural de Pita, República da Guiné-Conacri, de nacionalidade guineense, nascido em 8 de Maio de 1950, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5517/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Paulo João Correia, natural de Cacheu, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 12 de Setembro de 1965, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º

do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5518/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 31 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Cátia Fernanda Mutango José, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascida em 21 de Julho de 1983, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5519/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Amílcar Baptista Lisboa Ramos, natural de Nossa Senhora da Luz, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 22 de Abril de 1974, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5520/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 8 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Georgina Rocha dos Anjos Silva, natural de Conceição, República Democrática de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade santomense, nascida em 22 de Fevereiro de 1975, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5521/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Amadú Bocum, natural de Bafatá, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 7 de Abril de 1966, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5522/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mamadu Samba Darame, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 24 de Fevereiro de 1969, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5523/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Nora Dabya, natural de Safi, Reino de Marrocos, de nacionalidade marroquina, nascida em 28 de Junho de 1967, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes

depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5524/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Olímpio Bezerra de Oliveira, natural de Brasilândia, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido em 26 de Julho de 1952, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5525/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Austrilindo Augusto Gregório da Costa, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 12 de Fevereiro de 1968, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5526/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 18 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Filomena Fátima Rodrigues Vera Cruz, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 9 de Março de 1968, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5527/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 18 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Carina Alexandra dos Santos Silva, natural de Almada, República Portuguesa, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 15 de Outubro de 1984, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5528/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 18 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a João Salvador Fernandes, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 19 de Abril de 1969, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5529/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 18 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Rogéria João do Nascimento, natural de Conceição, República Democrática de São Tomé e Príncipe, de

nacionalidade santomense, nascida em 19 de Fevereiro de 1957, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5530/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mamalamine Sanhá, natural de Bigene, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 16 de Novembro de 1965, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5531/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Gayane Koster, natural de Yerevan, República da Arménia, de nacionalidade russa, nascida em 19 de Setembro de 1969, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5532/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Pedro Mendes Pemacal, natural de Caio, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 7 de Maio de 1966, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5533/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Demba Jamanca, natural de Ganadá, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 5 de Junho de 1967, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5534/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Andreza Lúcia Rocha Barros, natural de Nossa Senhora da Luz, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 30 de Novembro de 1968, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5535/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Natacha Coelho da Cunha Guimarães, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angola-

lana, nascida em 1 de Julho de 1980, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5536/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Edilma França Ferro, natural de Alagoas, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascida em 6 de Julho de 1961, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5537/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Gabriel Carlos Sacramento do Espírito Santo, natural de Conceição, República Democrática de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade santomense, nascido em 2 de Março de 1963, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5538/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Eugénia Gomes Correia, natural de Canchungo, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 24 de Dezembro de 1972, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5539/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Octávio Mendes Tavares, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 2 de Novembro de 1963, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5540/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Vladimira Joaquim Calocane, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 12 de Fevereiro de 1986, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5541/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Eduardo Henrique Brandão Silva, natural de Birigui-São Paulo, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido em 7 de Maio de 1982, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5542/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Guilherme Augusto Brandão Silva, natural de Birigui, São Paulo, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido em 29 de Julho de 1980, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5543/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mari Dellalyan, natural de Yerevan, República da Arménia, de nacionalidade arménia, nascida em 15 de Maio de 1963, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5544/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 16 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Isabel Monteiro, natural de Bairro de Quartel, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 3 de Novembro de 1955, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5545/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 16 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Vitalino Kalembo Pedro, natural de Mbanza Congo, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 30 de Julho de 1960, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5546/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 16 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Carlos Martins Garcia, natural de Guadalupe, República Democrática de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 30 de Dezembro de 1963, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto,

com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5547/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Ajor Denize Fernandes Lopes de Andrade, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 6 de Dezembro de 1980, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5548/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 18 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Arlindo Martins Gomes Fernandes, natural de Canchungo, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 3 de Junho de 1983, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5549/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 15 de Maio de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Sónia Rafaela do Rosário Pinho Pereira, natural de Beira, República de Moçambique, de nacionalidade moçambicana, nascida em 18 de Outubro de 1972, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5550/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Isidoro Lopes Furtado, natural de São Miguel, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 2 de Janeiro de 1962, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5551/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Paulino da Costa, natural de Calequise, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 22 de Dezembro de 1966, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5552/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 13 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Filomena Pascoa de Sousa, natural de Lourenço Marques, República de Moçambique, de nacionalidade

moçambicana, nascida em 31 de Março de 1961, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5553/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Adelaide Barros Dias Vaz, natural de Nossa Senhora da Conceição, República Democrática de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade santomense, nascida em 4 de Agosto de 1967, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 420/2007

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 12 534/2006 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 227, de 24 de Novembro de 2006), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «20 de Janeiro de 1961» deve ler-se «28 de Agosto de 1951».

23 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 421/2007

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 7918/2006 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 133, de 12 de Julho de 2006), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «Feijó» deve ler-se «Regente Feijó».

23 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana

Despacho n.º 5960/2007

Ao abrigo do disposto, conjuntamente, na alínea b) da deliberação de 20 de Outubro de 2003, do conselho de direcção dos Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana (SSGNR) e no despacho n.º 02/2003/GP, de 20 de Outubro, do presidente dos SSGNR, e de harmonia com o disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, subdelego no chefe da Repartição Administrativa e Financeira (RAF), capitão de administração militar Rui Jorge Ferreira Lima Letras, a competência para a prática dos seguintes actos:

1) Autorizar a realização das despesas, e o respectivo pagamento, que hajam de se efectuar com as empreitadas de obras públicas e com a locação e a aquisição de bens e serviços, até ao limite de € 40 000, nos termos da alínea b) do n.º 1, da alínea b) do n.º 2 e da alínea b) do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

2) Aprovar as minutas dos contratos de empreitadas de obras públicas e de aquisição de bens e serviços, até ao montante da sua competência ora subdelegada, e representar o Estado na respectiva outorga ou nomear, para o efeito, o oficial público;

3) Aprovar os autos de recepção de empreitadas de obras públicas ou fornecimento de bens e equipamentos, até ao montante da sua competência ora subdelegada;

4) Autorizar a liberação das cauções prestadas pelos adjudicatários relativas aos procedimentos por si autorizados no âmbito da sua competência ora subdelegada;

5) Autorizar os pagamentos relativos aos empréstimos concedidos e aos subsídios e prémios atribuídos pelos SSGNR ao abrigo dos seus Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 262/99, de 8 de Julho;

6) Autorizar as amortizações antecipadas dos empréstimos referidos no número anterior, quando solicitados pelos beneficiários;

7) Despachar e processar as contas correntes dos SSGNR com as suas delegações e com outras dependências, nomeadamente com a residencial, os lares, as colónias e as subunidades que têm a seu cargo casas de lazer;

8) Conceder as licenças aos militares e civis que desempenham funções nos SSGNR, nos termos da legislação e da regulamentação

aplicável, e autorizar os pedidos de alterações aos planos anuais de licença de férias;

9) Assinar a correspondência ou expediente necessários à execução de decisões superiormente definidas e à tramitação normal dos processos decorrentes das atribuições da RAF, excepto quando dirigidos a órgãos ou entidades hierarquicamente superiores.

O ora subdelegado fica autorizado a subdelegar, no todo ou em parte, nas entidades responsáveis por fundos de maneo atribuídos pelos serviços, a competência para a prática dos actos previstos supra no n.º 1.

A subdelegação de competência a que se refere este despacho entende-se sem prejuízo de poderes de avocação e superintendência.

O presente despacho produz efeitos desde 6 de Novembro de 2006. Nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos praticados pelo subdelegado, no âmbito da competência subdelegada pelo presente despacho, até à data da sua publicação no *Diário da República*.

6 de Novembro de 2006. — O Vice-Presidente, *Vitor Manuel Calado Comes dos Reis Casal*, tenente-coronel AM.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 5961/2007

Para efeitos do n.º 2 do artigo 10.º do Código do IRC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, reconhece-se à Liga de Amigos do Museu Escolar, com o número de identificação de pessoa colectiva 504299115, com sede no Largo da Feira dos 18, Edifício da Junta de Freguesia de Marrazes, 2400-380 Leiria, a isenção de IRC nos termos e com a seguinte amplitude:

Categoria B — Rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários;

Categoria E — Rendimentos de capitais, com excepção dos provenientes de quaisquer títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor;

Categoria F — Rendimentos prediais;

Categoria G — Incrementos patrimoniais.

Esta isenção aplica-se a partir de 22 de Junho de 2004, data do despacho do Primeiro-Ministro de reconhecimento como pessoa colectiva de utilidade pública, que foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 145, ficando condicionada à observância continuada dos requisitos estabelecidos nas alíneas a), b) e c) do n.º 3 do artigo 10.º do IRC, com as consequências, em caso de incumprimento, previstas nos n.ºs 4 e 5 desta disposição.

18 de Janeiro de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

3000226412

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 5962/2007

Por despacho de 26 de Fevereiro de 2007 do secretário-geral do Ministério da Defesa Nacional, ao abrigo do disposto no artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, foi dada por finda, a seu pedido, a comissão de serviço no cargo de chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional do licenciado Joaquim José Fernandes Dias, com efeitos a partir de 1 de Março de 2007.

27 de Fevereiro de 2007. — A Secretária-Geral-Adjunta, *Teresa Chaves Almeida*.

MARINHA

Superintendência dos Serviços de Pessoal

Direcção do Serviço de Pessoal

Repartição de Sargentos e Praças

Despacho n.º 5963/2007

Por despacho de 12 de Julho de 2006, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços de Pessoal, promovo ao posto de primeiro-marinheiro do quadro permanente da classe de abastecimentos, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 282.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), ficando no quadro os seguintes militares:

9305801, segundo-marinheiro L RC Margarida Pereira Marques.
413098, segundo-marinheiro L RC Nuno Miguel da Silva Alves.
9306001, segundo-marinheiro L RC Elisabete Maria Angelina.
9301002, segundo-marinheiro L RC Sónia Patrícia Pinheiro Guerreiro.

9306602, segundo-marinheiro L RC Bruno Ricardo Monteiro Pereira.

Foram promovidos a contar de 9 de Fevereiro de 2006, data a partir da qual contam a respectiva antiguidade e lhes são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com o n.º 2 do artigo 282.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto.

Ficam colocados na escala de antiguidade à esquerda do 304101, primeiro-marinheiro L Filipe Alexandre Romão Espinha, e à direita do 9313401, primeiro-marinheiro L António Manuel Ruivo Tomé, pela ordem indicada.

10 de Fevereiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 5964/2007

Por despacho de 10 de Julho de 2006, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços de Pessoal, promovo, por antiguidade, ao posto de cabo da classe da taifa, subclasse de despenheiro, ao abrigo do artigo 286.º e do n.º 3 do artigo 62.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), ficando supranumerário ao quadro, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do artigo 174.º do mesmo Estatuto, o seguinte militar:

6306192, primeiro-marinheiro TFD José Luís Esteves Soares.

Foi promovido a contar de 1 de Outubro de 2005, data a partir da qual conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 8300892, cabo TFD Rolando José Silvestre Ramalho, e à direita do 6309592, cabo TFD José Humberto Duarte de Sousa.

10 de Fevereiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 5965/2007

Por despacho de 11 de Julho de 2006, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços de Pessoal, promovo, por escolha, ao posto de sargento-chefe da classe de músicos, ao abrigo da alínea b) do artigo 262.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), ficando no quadro, o seguinte militar:

600181, sargento-ajudante B Bernardino Pestana Saraiva.

Foi promovido a contar de 31 de Dezembro de 2005, data a partir da qual conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, preenchendo a vaga ocorrida nesta data resultante da promoção do 115370, sargento-chefe B Joaquim José Esteves Pedro.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 600281, sargento-chefe B António Manuel Cota Alfiate.

10 de Fevereiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 5966/2007

Por despacho de 25 de Julho de 2006, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal, promovo, por escolha, ao posto de sargento-chefe da classe da taifa, ao abrigo da alínea *b*) do artigo 262.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei 197-A/2003, de 30 de Agosto), ficando no quadro, o militar 96674, sargento-ajudante TF António Luís Gegaloto Grenho.

É promovido a contar de 19 de Março de 2006, data a partir da qual reúne as condições especiais de promoção, conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, preenchendo a vaga existente no quadro, resultante da passagem à situação de reserva do 81170, sargento-chefe TF José Neves Castelo, em 31 de Dezembro de 2005.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 106370, sargento-chefe TF Florêncio da Silva.

10 de Fevereiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 5967/2007

Por despacho de 11 de Julho de 2006, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços de Pessoal, promovo, por escolha, ao posto de sargento-chefe da classe de músicos, ao abrigo da alínea *b*) do artigo 262.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), ficando no quadro o seguinte militar:

600281, sargento-ajudante B António Manuel Cota Alfaiate.

Foi promovido a contar de 31 de Janeiro de 2005, data a partir da qual reúne condições especiais de promoção, conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, preenchendo a vaga existente no quadro resultante da passagem à situação de reserva do 300370, sargento-chefe B Francisco Trindade André, em 31 de Janeiro de 2004.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 242571, sargento-chefe B Amílcar de Sousa Muranho.

10 de Fevereiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 5968/2007

Por despacho de 12 Julho de 2006, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços de Pessoal, promovo ao posto de primeiro-marinheiro em regime de contrato da classe de abastecimento, ao abrigo da alínea *c*) do n.º 1 e do n.º 6 do artigo 305.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), os seguintes militares:

9301202, segundo-marinheiro L RC Rita Alexandra Cóprio Guerreiro.

9300901, segundo-marinheiro L RC Cláudia Marisa do Rego Quintela.

9304101, segundo-marinheiro L RC Gabriel Jorge Martins.

9331901, segundo-marinheiro L RC José Daniel Forno Borges.

9315901, segundo-marinheiro L RC Luís Miguel Abraços Felizardo.

9334701, segundo-marinheiro L RC Tiago Alexandre Simões da Graça.

Promovidos a contar de 9 de Fevereiro de 2006.

Ficam colocados na escala de antiguidade à esquerda do 9307500, primeiro-marinheiro L RC Tânia Raquel da Silveira Torres, pela ordem indicada.

10 de Fevereiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 5969/2007

Por despacho de 17 de Julho de 2006, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal, promovo ao posto de primeiro-marinheiro do quadro permanente da classe de artilheiros, ao abrigo da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 282.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/03, de 30 de Agosto), ficando no quadro, os seguintes militares:

9344503, segundo-marinheiro A RC Cláudio Roberto Marques Gonçalves.

9323403, segundo-marinheiro A RC Telmo Filipe Alves Brandão.

9350503, segundo-marinheiro A RC Carlos Miguel Magalhães Lobo.

9350703, segundo-marinheiro A RC Francisco António Coelho Silva.

9349203, segundo-marinheiro A RC Fábio Rafael de Sousa Bento.

9351803, segundo-marinheiro A RC Sílvio dos Santos Lopes.

9304602, segundo-marinheiro A RC Ricardo César Coelho Fernandes.

9317604, segundo-marinheiro A RC Rui Manuel dos Santos Trindade.

9337803, segundo-marinheiro A RC Delmar José Coelho Nogaró.

9318304, segundo-marinheiro A RC Rui Filipe Sousa Monteiro.

9349303, segundo-marinheiro A RC Fábio Ruben Rocha Teixeira.

9305504, segundo-marinheiro A RC Márcio Leandro Monteiro Costa.

9353103, segundo-marinheiro A RC Tiago António Madeira Pederneira.

9338403, segundo-marinheiro A RC André Alexandre Fernandes Silva.

9338103, segundo-marinheiro A RC José João Gonçalves Mateus.

513503, segundo-marinheiro A RC Domingos Manuel Candeias Martins.

São promovidos a contar de 9 de Fevereiro de 2006, data a partir da qual contam a respectiva antiguidade e lhes são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com o n.º 2 do artigo 68.º do mesmo Estatuto.

Ficam colocados na escala de antiguidade à esquerda do 9318903, primeiro-marinheiro A Filipe Venceslau Caria Almeida, e à direita do 9315199, primeiro-marinheiro A Paulo Jorge Luís Duarte Martins, pela ordem indicada.

É revogado o despacho do chefe da Repartição de Sargentos e Praças da Direcção do Serviço de Pessoal de 23 de Junho de 2006, publicado com o n.º 15 298/2006 (2.ª série), no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 136, de 17 de Julho de 2006.

10 de Fevereiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 5970/2007

Por despacho de 17 de Julho de 2006, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços de Pessoal, promovo ao posto de primeiro-marinheiro em regime de contrato (RC) da classe de artilheiros, ao abrigo do n.º 6 do artigo 305.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), os seguintes militares:

9339903, segundo-marinheiro A RC David Manuel de Brito Fernandes.

9324704, segundo-marinheiro A RC Joel Filipe Vieira Gonçalves.

9318004, segundo-marinheiro A RC Rodrigo Manuel Encarnação Maria.

9334704, segundo-marinheiro A RC Pedro Miguel Carvalho Silva.

São promovidos a contar de 9 de Fevereiro de 2006.

Ficam colocados na escala de antiguidade à esquerda do 9328303, primeiro-marinheiro A RC Diogo Filipe Rodrigues Sequeira, pela ordem indicada.

É revogado o despacho do chefe da Repartição de Sargentos e Praças da Direcção do Serviço de Pessoal de 23 de Junho de 2006, publicado com o n.º 15 302/2006 (2.ª série), no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 136, de 17 de Julho de 2006.

10 de Fevereiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 5971/2007

Por despacho de 17 de Julho de 2006, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal, promovo, por antiguidade, ao posto de cabo da classe de torpedeiros, ao abrigo do artigo 286.º e do n.º 3 do artigo 62.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), ficando supranumerário ao quadro, de acordo com a alínea *c*) do n.º 2 do artigo 174.º do mesmo Estatuto, o militar 910789, primeiro-marinheiro T João Cândido Rocha Henriques.

Promovido a contar de 31 de Agosto de 2001, data a partir da qual conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 101887, cabo T Joaquim António Leal Espada, e à direita do 350387, cabo T António Batista Mestre.

10 de Fevereiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 5972/2007

Por despacho de 18 de Julho de 2006, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal, promovo, por escolha, ao posto de sargento-chefe da classe de torpedeiros, ao abrigo da alínea *b*) do artigo 262.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), ficando no quadro, o militar 275874, sargento-ajudante T Arnaldo Monteiro de Sá.

É promovido a contar de 31 de Dezembro de 2005, data a partir da qual conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, preenchendo a vaga ocorrida nesta data, resultante da passagem à situação de reserva do 77973, sargento-chefe T Manuel Gomes dos Santos.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 248473, sargento-chefe T Jorge Manuel dos Santos Melo.

10 de Fevereiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 5973/2007

Por despacho de 27 de Julho de 2006, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços de Pessoal, promovo, por antiguidade, ao posto de sargento-ajudante da classe da taifa, ao abrigo da alínea *c*) do artigo 262.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), ficando no quadro o militar 323079, primeiro-sargento TF Miguel de Sousa Pereira da Silva.

É promovido a contar de 31 de Dezembro de 2005, data a partir da qual conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, preenchendo a vaga ocorrida nesta data, resultante da passagem à situação de reserva do 12472, sargento-ajudante TF Nuno Joaquim Marques da Silva.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 166979, sargento-ajudante TF José Carlos Gomes Patrício.

10 de Fevereiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 5974/2007

Por despacho de 17 de Julho de 2006, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços de Pessoal, promovo ao posto de primeiro-marinheiro do quadro permanente da classe de radaristas, ao abrigo da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 282.º e do n.º 3 do artigo 62.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), ficando no quadro o militar 9311804, segundo-marinheiro R RC Dino Filipe da Silva Mendes.

É promovido a contar de 9 de Fevereiro de 2006, data a partir da qual conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com o n.º 2 do artigo 68.º do mesmo Estatuto.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 9333804, primeiro-marinheiro R Bruno Miguel Ferreira Marques, e à direita do 9339203, primeiro-marinheiro R Nuno David Oleiro Barreto.

12 de Fevereiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 5975/2007

Por despacho de 10 de Julho de 2006, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços de Pessoal, promovo, por antiguidade, ao posto de cabo da classe de fuzileiros, ao abrigo do artigo 286.º e do n.º 3 do artigo 62.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), ficando supranumerário ao quadro de acordo com a alínea *c*) do n.º 2 do artigo 174.º do mesmo Estatuto, o militar 9805998, primeiro-marinheiro FZ Carlos Magno Portela de Lima Freire.

Promovido a contar de 1 de Outubro de 2005, data a partir da qual conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 9809298, cabo FZ Paulo Rui Modesto de Matos, e à direita do 9812898, cabo FZ João Pedro Guerreiro Nogueira das Mercês.

12 de Fevereiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 5976/2007

Por despacho de 14 de Julho de 2006, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços de Pessoal, promovo ao posto de primeiro-grumete em regime de contrato da classe da taifa, sub-classe de cozinheiro, ao abrigo do n.º 7 do artigo 305.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), os seguintes militares:

9303105, segundo-grumete TFH RC André Filipe Magro de Oliveira.

9315705, segundo-grumete TFH RC Hugo Ricardo Quitério Araújo.

9308905, segundo-grumete TFH RC Nuno Filipe da Silva Capitoline.

9301205, segundo-grumete TFH RC Nádia Carina Guimarães Barros.

9311105, segundo-grumete TFH RC Ivo Soares Peres.

9314805, segundo-grumete TFH RC Carlos Miguel Mendes Frutuosa.

9300105, segundo-grumete TFH RC Nelma Alexandra Paquito Baptista.

9314205, segundo-grumete TFH RC Emanuel da Silva Marques.

9313805, segundo-grumete TFH RC Fábio Manuel dos Santos Rosa.

9305205, segundo-grumete TFH RC Rui Manuel do Brito Guerreiro.

9312505, segundo-grumete TFH RC Marco António da Silva Pessanha.

9311905, segundo-grumete TFH RC Paulo Alexandre Xavier Silva.

9303505, segundo-grumete TFH RC Alípio Manuel Imaginário da Silva.

Promovidos a contar de 22 de Dezembro de 2005.

Ficam colocados na escala de antiguidade à esquerda do 9358804, primeiro-grumete TFH RC Hildeberto Neves Jorge, pela ordem indicada.

12 de Fevereiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 5977/2007

Por despacho de 10 de Julho de 2006, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços de Pessoal, promovo, por antiguidade, ao posto de cabo da classe de fuzileiros, ao abrigo do artigo 286.º e do n.º 3 do artigo 62.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), ficando supranumerário ao quadro de acordo com a alínea *c*) do n.º 2 do artigo 174.º do mesmo Estatuto, o militar 9804398, primeiro-marinheiro FZ Carlos Rodolfo dos Santos Marcelino.

É promovido a contar de 31 de Dezembro de 2005, data a partir da qual conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 9812898, cabo FZ João Pedro Guerreiro Nogueira das Mercês, e à direita do 9808898, cabo FZ José Tomás Pereira Brás.

12 de Fevereiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 5978/2007

Por despacho de 12 de Julho de 2006, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços de Pessoal, promovo, por antiguidade, ao posto de sargento-ajudante da classe de condutores de máquinas, ao abrigo da alínea *c*) do artigo 262.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), ficando no quadro, o militar 140477, primeiro-sargento CM José Francisco.

Promovido a contar de 10 de Abril de 2006, data a partir da qual conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, preenchendo a vaga ocorrida nesta data resultante da passagem à situação de reserva do 176777, sargento-ajudante CM Armindo Marques Cera.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 255777, sargento-ajudante CM João Manuel Machado Alves.

12 de Fevereiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 5979/2007

Por despacho de 19 de Julho de 2006, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços de Pessoal, promovo ao posto

de primeiro-marinheiro do quadro permanente da classe de electricistas, ao abrigo da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 282.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), ficando no quadro, os seguintes militares:

9321202, segundo-marinheiro E RC Nuno Filipe de Oliveira Soares.
9305202, segundo-marinheiro E RC Dário Roberto Valério Campos.

São promovidos a contar de 9 de Fevereiro de 2006, data a partir da qual conta a respectiva antiguidade e lhes são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com o n.º 2 do artigo 68.º do mesmo Estatuto.

Ficam colocados na escala de antiguidade à esquerda do 9300902, primeiro-marinheiro E Andreia Sofia Martins Sobreiro, e à direita do 9308302, primeiro-marinheiro E André Alexandre Neves Pinheiro, pela ordem indicada.

12 de Fevereiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 5980/2007

Por despacho de 28 de Julho de 2006, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços de Pessoal, promovo, por antiguidade, ao posto de sargento-ajudante da classe de radaristas, ao abrigo da alínea *c*) do artigo 262.º e do n.º 4 do artigo 165.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), ficando no quadro, o militar 415782, primeiro-sargento R Jorge Manuel Deodato Gonçalves.

É promovido a contar de 30 de Março de 2006, data a partir da qual conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, preenchendo a vaga existente no quadro de sargento-chefe resultante da passagem à situação de reserva do 189074, sargento-chefe R João Romão Carrilho de Bastos.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 252681, sargento-ajudante R Jorge Alberto Gonçalves Vieira.

12 de Fevereiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 5981/2007

Por despacho de 25 de Julho de 2006, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços de Pessoal, promovo, por escolha, ao posto de sargento-chefe da classe de fuzileiros, ao abrigo da alínea *b*) do artigo 262.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), ficando no quadro, o militar 115471, sargento-ajudante FZ Miguel António das Neves Aleluia.

É promovido a contar de 28 de Fevereiro de 2006, data a partir da qual reúne condições especiais de promoção, conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, preenchendo a vaga existente no quadro resultante da passagem à situação de adido ao quadro do 159269, sargento-chefe FZ António Maria Romano, em 4 de Janeiro de 2006.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 109871, sargento-chefe FZ José Henrique Vitória da Rocha Lopes.

12 de Fevereiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 5982/2007

Por despacho de 25 de Julho de 2006, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços de Pessoal, promovo, por escolha, ao posto de sargento-chefe da classe de fuzileiros, ao abrigo da alínea *b*) do artigo 262.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), ficando no quadro o militar 187175, sargento-ajudante FZ Basílio Ferreira Fernandes.

É promovido a contar de 30 de Abril de 2006, data a partir da qual conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, preenchendo a vaga ocorrida nesta data resultante da situação de adido ao quadro do 8869, sargento-chefe FZ Avelino Mendes Pereira.

12 de Fevereiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 5983/2007

Por despacho de 24 de Julho de 2006, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços de Pessoal, promovo, por antiguidade, ao posto de sargento-ajudante da classe de fuzileiros, ao abrigo da alínea *c*) do artigo 262.º e do n.º 4 do artigo 165.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), ficando no quadro, o militar 741978, primeiro-sargento FZ Flávio Teixeira Cardoso.

É promovido a contar de 11 de Janeiro de 2006, data a partir da qual conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, vaga existente no quadro de sargento-chefe resultante da passagem à situação de adido ao quadro do 66271, sargento-chefe FZ António Manuel da Luz Carapinha.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 774178, sargento-ajudante FZ Ataíde Bandeira Martins.

12 de Fevereiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 5984/2007

Por despacho 24 de Julho de 2006, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços de Pessoal, promovo, por antiguidade, ao posto de sargento-ajudante da classe de electrotécnicos, ramo de comunicações, ao abrigo da alínea *c*) do artigo 262.º e do n.º 4 do artigo 165.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), ficando no quadro o militar 850188, primeiro-sargento ETC Rui Manuel Paiva Santos.

É promovido a contar de 10 de Fevereiro de 2006, data a partir da qual conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, preenchendo a vaga existente no quadro de sargento-chefe resultante da passagem à situação de adido do 94375, sargento-chefe ETI Joaquim José Batista Aldinhas.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 851188, sargento-ajudante ETI Artur Jorge da Silva e Nunes.

12 de Fevereiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 5985/2007

Por despacho de 24 de Julho de 2006, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços de Pessoal, promovo, por antiguidade, ao posto de sargento-ajudante da classe de electrotécnicos, ramo de artilharia, ao abrigo da alínea *c*) do artigo 262.º e do n.º 4 do artigo 165.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), ficando no quadro o militar 850388, primeiro-sargento ETA Aluísio Martinho Rosa da Silva.

É promovido a contar de 24 de Fevereiro de 2006, data a partir da qual conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, preenchendo a vaga existente no quadro de sargento-chefe resultante da passagem à situação de adido do 166076, sargento-chefe ETC Jorge Manuel Lopes Antunes.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 850188, sargento-ajudante ETC Rui Manuel Paiva Santos.

12 de Fevereiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 5986/2007

Por despacho de 24 de Julho de 2006, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços de Pessoal, promovo, por antiguidade, ao posto de sargento-ajudante da classe de fuzileiros, ao abrigo da alínea *c*) do artigo 262.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), ficando no quadro, o militar 759678, primeiro-sargento FZ José Carlos do Carmo Silva.

Promovido a contar de 28 de Fevereiro de 2006, data a partir da qual conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, preenchendo a vaga ocorrida nesta data resultante da passagem à reserva do 75077, sargento-ajudante FZ Luís Manuel Conceição Santos.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 741978, sargento-ajudante FZ Flávio Teixeira Cardoso.

12 de Fevereiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 5987/2007

Por despacho de 24 de Julho de 2006, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços de Pessoal, promovo, por antiguidade, ao posto de sargento-ajudante da classe de fuzileiros, ao abrigo da alínea c) do artigo 262.º e do n.º 4 do artigo 165.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), ficando no quadro, o militar 774178, primeiro-sargento FZ Ataíde Bandeira Martins.

Promovido a contar de 4 de Janeiro de 2006, data a partir da qual conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, vaga existente no quadro de sargento-chefe resultante da passagem à situação de adido ao quadro do 159269, sargento-chefe FZ António Maria Romano.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 723078, sargento-ajudante FZ Luís Correia Lopes Barbosa.

12 de Fevereiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 5988/2007

Por despacho de 25 de Julho de 2006, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços de Pessoal, promovo, por escolha, ao posto de sargento-chefe da classe de fuzileiros, ao abrigo da alínea b) do artigo 262.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), ficando no quadro, o militar 237474, sargento-ajudante FZ José Jerónimo Raposo.

Promovido a contar de 30 de Abril de 2006, data a partir da qual reúne as condições especiais de promoção, conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, preenchendo a vaga existente no quadro resultante da passagem à situação de adido ao quadro do 66271, sargento-chefe FZ António Manuel da Luz Carapinha, em 11 de Janeiro de 2006.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 115471, sargento-chefe FZ Miguel António das Neves Aleluia.

12 de Fevereiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 5989/2007

Por despacho de 26 de Julho de 2006, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços de Pessoal, promovo, por antiguidade, ao posto de cabo da classe de manobra, ao abrigo do artigo 286.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), ficando no quadro, os seguintes militares:

9304300, primeiro-marinheiro M Florêncio José do Nascimento Serano Moreira.

523199, primeiro-marinheiro M Marco Alexandre Relvas Ferreira Pereira.

414299, primeiro-marinheiro M Carlos Alberto Cardoso Luís.

9315399, primeiro-marinheiro M João Miguel de Oliveira Rodrigues.

9311399, primeiro-marinheiro M Hélder José Salgado Peixoto.

9315500, primeiro-marinheiro M Pedro Miguel Caboz Malaquias.

9313400, primeiro-marinheiro M Rui Pedro Cardoso Paraíba.

Promovidos a contar de 2 de Abril de 2006, data a partir da qual reúnem as condições especiais de promoção, conta a respectiva antiguidade e lhes são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, preenchendo as vagas existentes no quadro resultantes, respectivamente, da passagem à reserva do 423282, cabo M António Manuel Valbom, do 250880, cabo M António José do Carmo Santos, do 226781, cabo M Fernando Manuel Pereira Amaral, do 410283, cabo M Carlos Manuel Rojão Almeida, do 408083, cabo M Vítor Manuel Rabuge Mendes, do 408283, cabo M Paulo Alexandre Rocha Leitão, e do 357882, cabo M Luís Filipe Arsénio Santos.

Ficam colocados na escala de antiguidade à esquerda do 9314299, cabo M Tiago Filipe Gonçalves Gomes Mateus Marques, pela ordem indicada.

12 de Fevereiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 5990/2007

Por despacho de 11 de Julho de 2006, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços de Pessoal, promovo, por antiguidade, ao posto de cabo da classe de condutores de máquinas, ao abrigo do artigo 286.º e do n.º 3 do artigo 62.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), ficando supranumerário ao quadro de acordo com a alínea c) do n.º 2 do artigo 174.º do mesmo Estatuto, o militar 9325596, primeiro-marinheiro CM Jorge Domingos Dias Seixas da Silva.

Promovido a contar de 31 de Dezembro de 2005, data a partir da qual conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 503396, cabo CM Ricardo Manuel do Couto Inês, e à direita do 9310096, cabo CM Bruno Filipe Pires de Sousa.

12 de Fevereiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 5991/2007

Por despacho de 21 de Dezembro de 2006, por subdelegação do contra-almirante director do Serviço de Pessoal, promovo, por escolha, ao posto de sargento-mor da classe de condutores de máquinas, ao abrigo da alínea a) do artigo 262.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), ficando no quadro, o militar 13273, sargento-chefe CM Higinio da Cruz Raimundo Matela.

É promovido a contar de 20 de Dezembro de 2006, data a partir da qual conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, preenchendo a vaga ocorrida nesta data resultante da passagem à situação de reserva do 20172, sargento-mor CM Adelino Vicente dos Ramos Rosado.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 148573, sargento-mor CM Armindo Costa Póvoa.

16 de Fevereiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

EXÉRCITO

Comando do Pessoal

Despacho n.º 5992/2007

Subdelegação de competência no chefe de estado-maior do Comando do Pessoal

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo despacho n.º 21 497/2006, de 22 de Setembro, do general-chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 205, de 24 de Outubro de 2006, subdelego no coronel tirocinado Jorge de Jesus dos Santos, chefe de estado-maior do Comando do Pessoal, a competência que em mim foi delegada para a prática dos seguintes actos:

- Decidir sobre as actividades no âmbito de prevenção e combate à droga e alcoolismo;
- Reconhecer o direito a ser remunerado por posto superior ao pessoal sob a sua dependência hierárquica;
- Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de faltas por doença ao pessoal sob a sua dependência hierárquica;
- Autorizar a concessão de credenciações nacionais no grau confidencial ao pessoal do Estado-Maior nos termos da alínea b) do n.º 2 do capítulo IV do SEGMI 1.

2 — Ao abrigo do n.º 2 do mesmo despacho, subdelego ainda na mesma entidade competência para autorizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas até € 12 500.

3 — Este despacho produz efeitos desde 11 de Setembro de 2006, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

11 de Dezembro de 2006. — O Ajudante-General do Exército, *Jorge Manuel Silvério*, tenente-general.

Direcção de Administração de Recursos Humanos

Repartição de Pessoal Militar

Despacho n.º 5993/2007

Por despacho do chefe da RPM/DARH de 23 de Novembro de 2006, por subdelegação de poderes do MGEN/DARH, após subdelegação do TGEN AGE, por delegação recebida do GEN CEME, são promovidos ao posto de primeiro-cabo, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, contando a antiguidade desde a data que a cada um se indica, a partir da qual têm direito às remunerações do novo posto, por satisfazerem as condições previstas no artigo 56.º e a condição referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 60.º do EMFAR, aprovado por aquele diploma, os militares, em regime de contrato, a seguir identificados:

Segundo-cabo RC 501 — SOCORRISTA NIM 01973498, João Pedro Martins Lúcio Ferreira da Costa — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 672 — CAR NIM 04470701, João Vítor Pinto Mota — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 651 — SECRETARIADO NIM 14855498, Carla Alexandra da Costa Pereira Tomé — antiguidade desde 7 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — ATIRADOR NIM 06287201, Miguel Filipe Ramos Jacinto — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 462 — CLARIM NIM 03294795, José Carlos Gomes Lima — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 605 — OPER SVÇ INTEND NIM 02542903, Vera Lúcia Ponte Pimpão — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 605 — OPER SVÇ INTEND NIM 04673203, Nelson Joel Carrola Matos — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 605 — OPER SVÇ INTEND NIM 06457702, Vítor Hugo Lopes da Fonseca — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 606 — REAB VIV NIM 05912800, Remi Miguel Oliveira Costa — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 606 — REAB VIV NIM 19238500, Alexandre Fernandes Gonçalves — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 607 — OPER REAB VIV NIM 18116702, André Filipe Fernandes da Silva — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 627 — LAV BANHOS NIM 02885000, Roberto António dos Santos Martins — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 672 — CAR NIM 10393394, Maria Helena Esteves Alves — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 732 — MEC ELECTRIC NIM 13825101, Óscar Filipe Correia da Costa — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 772 — REAB MAT NIM 10/05701, Nuno Manuel Fernandes da Silva — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 772 — REAB MAT NIM 18337898, José Carlos Pinheiro dos Santos — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — ATIRADOR MM 01815797, Luciano David Sousa Ribeiro — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 220 — OP CC NIM 14010204, Pedro Filipe Pereira de Almeida — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 223 — AT EXPL NIM 08746602, Nelson Rodrigues Caetano — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 223 — AT EXPL NIM 18177602, Tiago Alexandre da Silva Graça — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 257 — AP CC NIM 03615002, Luís Manuel Espadinha Serrano — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 257 — AP CC NIM 13431802, Igor António Rodrigues Delgado — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 226 — COND CC NIM 10965902, Carlos Manuel Olaio Teixeira — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 257 — AP CC NIM 16499802, Telmo Filipe Domingues Francisco — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 296 — TM CAV NIM 04969501, Alexandre Daniel Romão de Sá — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 672 — CAR NIM 19129701, Flávio André Lopes Nascimento — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 713 — MEC ARM LIG NIM 12070601, Nuno Miguel Gonçalves de Matos — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 732 — MEC ELECTRIC NIM 12482200, António Manuel Diogo Mendes — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 112 — AA MSL PORT LIG NIM 10959801, David Alexandre da Cruz Mendes — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 501 — SOCORRISTA NIM 03748800, Vítor Manuel Soares Fava — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 651 — SECRETARIADO NIM 03085101, Célia do Carmo Pereira — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 670 — CAR MEC VIA AUT NIM 07644002, Sérgio Emanuel Mendes da Silva — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 010 — A CAR NIM 08268000, Carlos Jacinto Gonçalves Silva Vieira — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 024 — MORT MED NIM 01930798, André Ricardo Peixoto Andrade — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — ATIRADOR NIM 01403702, David Miranda de Sá — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 026 — MORT 10.7 NIM 03978901, Ivo Dias Barreira — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 026 — MORT 10.7 NIM 12464796, Ivo Alexandre Correia Mendes — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — ATIRADOR NIM 12348100, Hélio Alfredo Sá Lopes — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 722 — MEC V AUTO NIM 13945699, José Maria Pedras Capito — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 263 — PE NIM 04693099, Rui Miguel Dias Sousa — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 263 — PE NIM 15469000, José Luís Mateus das Neves — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 263 — PE NIM 16046099, Jorge Manuel Aires Gomes — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 263 — PE NIM 09610898, Nuno Daniel Moreira Marques — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 263 — PE NIM 10430898, João Carlos Pires — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 420 — OP TELECOM NIM 01850503, Joana Rita Maia Rocha Fernandes Rua de Gomes — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 437 — OPER TT NIM 16508598, Mário Rui Barradas Carrilho — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 421 — OPER TM NIM 02054298, Pedro Miguel Vinhais Bordalo — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 672 — CAR NIM 05113295, Arlindo Inácio Mendes Pereira — antiguidade desde 10 de Outubro de 2006.

23 de Novembro de 2006. — O Chefe da Repartição, *José Manuel P. Esperança da Silva*, COR INF.

Despacho n.º 5994/2007

Por despacho do chefe da RPM/DARH de 14 de Dezembro de 2006, por subdelegação de poderes do MGEN/DARH, após subdelegação do TGEN AGE, por delegação recebida do GEN CEME, são promovidos ao posto de primeiro-cabo, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, contando a antiguidade desde a data que a cada um se indica, a partir da qual têm direito às remunerações do novo posto, por satisfazerem as condições previstas no artigo 56.º e a condição referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 60.º do EMFAR, aprovado por aquele diploma, os militares em regime de contrato a seguir identificados:

Segundo-cabo RC 427 — TRANS NIM 02053896, Silvana de Jesus Esteves Rodrigues — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 106 — AA MSL LIG NIM 18781102, Igor Miguel Pereira Jesus Santos — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 421 — OPER TM NIM 09956496, Rui Filipe da Silva Santos — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 672 — CAR NIM 05676803, Luís Carlos Pinto Azevedo — antiguidade desde 30 de Agosto de 2005.

Segundo-cabo RC 063 — TM INF NIM 08554000, Luís Miguel Prates Dias — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 676 — CAR MIL RTELET NIM 04272801, Bruno Daniel da Costa Alves — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 772 — REAB MATERIAL NIM 04764801, Daniel José Ferreira — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 421 — OPER TM NIM 07291502, Carlos Alberto Patoilo Jaime — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 672 — CAR NIM 16315300, Vítor Manuel Queijo Pereira — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 713 — MEC ARM LIG NIM 04686002, Sérgio da Cunha Luz — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 420 — OPER TELEC NIM 06806098, Bruno Marques Matos Santos — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 263 — PE NIM 15255698, Ricardo José Franco Valadas — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 406 — MEC MONT CABOS NIM 18965301, Ricardo José Bichardo Brandão — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 420 — OPER TELEC NIM 06577301, Vítor Manuel Raposo Zambujo — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 501 — socorrista NIM 07052601, Sílvia Maria Moura Caeiro — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 501 — socorrista NIM 19195500, Ricardo Jorge Rosa Peixe — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 620 — cozinheiro NIM 07261697, António João Inverno Matias — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 620 — cozinheiro NIM 08230498, Pedro Miguel Gaspar Monginho — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 651 — secretariado NIM 00442199, João Pedro Lázaro Galego — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 670 — CAR MEC VIA AUT NIM 09866399, Daniel José Pacheco Marques — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 651 — secretariado NIM 04690899, Hugo Miguel Ramos Santos — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo AC 186 — AQ OBJECT NIM 00733202, Carina Isabel Marques Gonçalves — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 186 — AQ OBJECT NIM 00844700, Cláudia Emanuela Ferreira da Cruz — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 186 — AQ OBJECT 00850202, Mário Nuno Vilelas Martins Bucha — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 651 — secretariado NIM 03266702, Ricardo Alexandre Jorge Figueiras — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 365 — pedreiro NIM 18180498, Paulo César Martins dos Santos — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 197 — TM ART NIM 19410299, Marco Aurélio Ferreira da Costa Calhandro — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 713 — MEC ARM LIG NIM 02786102, Luís Filipe da Costa Azevedo — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 226 — COND CC NIM 17174800, Alberto Miguel da Silva Correia — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 257 — AP CO NIM 17249602, Bruno Miguel Santos Paixão — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 257 — AP CC NIM 19936698, Marco Paulo da Silva Garcês — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 620 — cozinheiro NIM 00510200, Jorge Miguel Aires Ambrósio — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 731 — MEC ELECTRIC AUTO NIM 06913001, Miguel Francisco Marques de Almeida — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 420 — OP TELEC NIM 02893501, Cláudia Maria Garcia Dias — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 651 — secretariado NIM 10150800, Carlos Eduardo Marques Andrade — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 197 — TM ART NIM 05054301, Ricardo Fernandes Duarte Bandeira — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 421 — OPER TM NIM 16597700, Bruno Filipe Rodrigues Lameirão — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 427 — TRANS NIM 07995299, Fernando Manuel Santos Marques — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 427 — TRANS NIM 10926699, Rui Alexandre Carvalho Almeida Soares — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 136 — CAMP BF LIG NIM 00446100, Fábio Duarte — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 136 — CAMP BF LIG NUM 01365102, Tiago Manuel Ribeiro Gabriel — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 136 — CAMP BF LIG NIM 16278000, Bruno Miguel da Silva Lopes Constantino — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 651 — secretariado NIM 08843800 — Ana Cristina Pedrosa Batista Marques — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 218 — AP AM NIM 13272797, Agostinho Alves de Carvalho — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 421 — OPER TM NIM 10736903, Isabel Maria Gouveia Pereira — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 420 — OPER TELEC NIM 07672702 — Ana Marisa Reis Barbosa — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 439 — MEC R MONT NIM 07165396, Paulo Jorge Neves de Carvalho — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 620 — cozinheiro NIM 02276297, Ricardo Nuno Sousa Pires — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 620 — cozinheiro NIM 13462500, Paulo Jorge Barroso Pires — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 620 — cozinheiro NIM 16567197, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 672 — CAR NIM 19804202, Nuno Miguel Leite Rebelo — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 672 — CAR NIM 08144496, Júlio César Amaral Araújo — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 713 — MEC ARM LIG NIM 09601099 — Ana Maria dos Santos Pinto — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — atirador NIM 18177500, Frederico João Pacheco — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 462 — clarim NIM 17162801, Silvestre António da Silva Branco — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 620 — cozinheiro NIM 01951698, Paulo Andrade da Veiga Moreira — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 651 — secretariado NIM 11458396, Marco Paulo Oliveira Gonçalves — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 731 — MEC ELECTRIC AUTO NIM 16641403, Álvaro Miguel Brinca Ribeiro — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 672 — CAR NIM 16334701, Diogo Gaspar Marcelino Sobral — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — atirador NIM 08980700, Emanuel da Silva Teixeira — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 462 — clarim NIM 16692900, Nuno Manuel Pereira Ribeiro — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 501 — socorrista NIM 00959399, Maria Alcina Vieira Alexandre — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 607 — OPER REAB VIV NIM 04113302, Carina Augusta Miranda Roxo — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 620 — cozinheiro NIM 02720699, Sérgio Daniel Santos Moreira — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 620 — cozinheiro NIM 03451402, Maria da Conceição Costa Mota — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 676 — CAR MIL RTELEF NIM 03368998, Frederico José dos Santos Ferreira — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 024 — MORT MED NIM 17440796, Paulo Jorge Lopes Tavares — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — atirador NIM 04689198, Alexandre Gomes Vaz — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — atirador NIM 08962897 — Aníbal Abílio Marta Gonçalves — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — atirador NIM 15832496, João Manuel dos Santos Gouveia — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 651 — secretariado NIM 18507199, Nuno David Marques Lopes — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 420 — OPER TELEC NIM 04529002, Ricardo Miguel Botelho Amaral Pinto — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 420 — OPER TELEC NIM 19586002, Hélder Ricardo da Silva Vieira — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 421 — OP TM NIM 04332497, Décio Manuel Alves Teles — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 676 — CAR MIL RTELEF NIM 07822597, José Francisco Martins Teixeira — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 501 — socorrista NIM 10747798 — Ângelo Miguel Jesus Santos Martins — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 263 — PE NIM 06166496, José Alberto Esteves Santos — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 263 — PE NIM 17911197, Nuno Miguel Ferreira Rodrigues — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 437 — OPER TT NIM 06703198, Orlando Miguel Rosa Silva — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 620 — cozinheiro NIM 17268500, Wilson Domingues Araújo Lopes Rodrigues — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 651 — secretariado NIM 19112199, Bruno Vasconcelos Freitas — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 676 — CAR MIL RTELET NIM 15129899, Francisco José Carneiro dos Santos Vicente — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 663 — OPER LAB PSICOTE NIM 14147898, Fátima Sousa Oliveira — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 672 — CAR NIM 05758894, Francisco Paulo Teixeira Correia — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 263 — PE NIM 08693799, Nuno Ricardo Pacheco Ferraz — antiguidade desde 7 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 263 — PE NIM 05945301, João Vítor Pacheco dos Santos — antiguidade desde 7 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 437 — OPER TT NIM 08910897, Márcio José Soares Almeida — antiguidade desde 7 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 437 — OPER TT NIM 13140497, João Luís Moniz Gregório — antiguidade desde 1 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 024 — MORT MED NIM 01845902, Mário António Freitas da Silva — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 030 — ACAR MSL NIM 02432802, Jorge Humberto Gonçalves Guedes — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 030 — ACAR MSL NIM 05338700, Carlos Albano das Neves Abrantes — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — atirador NIM 01568699, Ruben José Casemiro Fonseca — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — atirador NIM 19115799, Fernando Rui Lopes da Silva — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — atirador NIM 12833496, Paulo Miguel Fernandes Martins — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

14 de Dezembro de 2006. — O Chefe da Repartição, *José Manuel P. Esperança da Silva*, COR INF.

Despacho n.º 5995/2007

Por despacho do chefe da RPM/DARH de 15 de Dezembro de 2006, por subdelegação de poderes do MGEN/DARH, após subdelegação do TGEN AGE, por delegação recebida do GEN CEME, é promovido ao posto de segundo-cabo, nos termos do n.º 7 do artigo 305.º do EMFAR aprovado pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, contando a antiguidade desde a data que se indica, a partir da qual tem direito às remunerações do novo posto, por satisfazer as condições previstas na alínea c) do artigo 60.º do EMFAR, aprovado por aquele diploma, o militar, em regime de contrato, a seguir identificado:

Segundo-cabo graduado RC 607 — OPER REAB VIV NIM 07466801, Tiago Miguel Pombinho Teixeira, da EPI, antiguidade desde 3 de Julho de 2006 (classificação: 13,66.)

15 de Dezembro de 2006. — O Chefe da Repartição, *José Manuel P. Esperança da Silva*, COR INF.

Despacho n.º 5996/2007

Por despacho do chefe da RPM/DARH de 20 de Dezembro de 2006, por subdelegação de poderes do MGEN/DARH, após subdelegação do TGEN AGE, por delegação recebida do GEN CEME, são promovidos ao posto de cabo-adjunto, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, contando a antiguidade desde a data que a cada um se indica, a partir da qual têm direito às remunerações do novo posto, por satisfazerem as condições previstas no artigo 56.º e a condição referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 60.º do EMFAR, aprovado por aquele diploma, os militares, em regime de contrato, a seguir identificados:

Primeiro-cabo RC 353 — OP EQ MD LIG ENG (NIM 12512697) Nelson António Briando Piteira — antiguidade desde 28 de Setembro de 2006.

Primeiro-cabo RC 672 — CAR (NIM 07299697) Sónia Isabel Carrilho Gonçalves — antiguidade desde 28 de Setembro de 2006.

Primeiro-cabo RC 437 — OPER TT (NIM 17895497) Filipe Farinha da Silva — antiguidade desde 20 de Julho de 2006.

Primeiro-cabo RC 031 — atirador (NIM 12088900) Rogério Leonel Rosa Teles — antiguidade desde 28 de Setembro de 2006.

Primeiro-cabo RC 501 — socorrista (NIM 16067900) Tiago Manuel Gonçalves Brites — antiguidade desde 28 de Setembro de 2006.

Primeiro-cabo RC 474 — OPER EQ GRAF (NIM 06735198) Sérgio Paulo Trindade Inácio — antiguidade desde 28 de Setembro de 2006.

Primeiro-cabo RC 501 — socorrista (NIM 09250699) Sandra Maria Fernandes Costa — antiguidade desde 28 de Setembro de 2006.

Primeiro-cabo RC 501 — socorrista (NIM 09564897) Vanessa Cristina Duarte Garcia — antiguidade desde 28 de Setembro de 2006.

Primeiro-cabo RC 501 — socorrista (NIM 13389401) Octávio Manuel Costa Rodrigues — antiguidade desde 1 de Novembro de 2006.

Primeiro-cabo RC 672 — CAR (NIM 08701596) Carlos Manuel Santos Carveiro — antiguidade desde 28 de Setembro de 2006.

Primeiro-cabo RC 257 — AQ CC (NIM 18141598) Ricardo Jorge Lopes Severino — antiguidade desde 19 de Janeiro de 2006.

Primeiro-cabo RC 651 — secretariado (NIM 18515598) Ana Luísa Moreira Barão — antiguidade desde 20 de Julho de 2006.

Primeiro-cabo RC 365 — pedreiro (NIM 15762698) João Carlos Costa da Silva — antiguidade desde 1 de Junho de 2006.

Primeiro-cabo RC 606 — REAB VIV (NIM 07250297) Carlos Manuel Santos Fonseca — antiguidade desde 16 de Março de 2006.

Primeiro-cabo RC 031 — atirador (NIM 02218496) Ricardo José Raposo Oliveira — antiguidade desde 1 de Novembro de 2006.

Primeiro-cabo RC 031 — atirador (NIM 15165598) Paulo Roberto Lopes Amaral — antiguidade desde 1 de Novembro de 2006.

Primeiro-cabo RC 421 — OPER TM (NIM 01965200) Tito Tomás de Sousa Valcorba — antiguidade desde 1 de Novembro de 2006.

Primeiro-cabo RC 501 — socorrista (NIM 03307696) José Maria Gomes — antiguidade desde 1 de Novembro de 2006.

Primeiro-cabo RC 670 — CAR MEC VIA AUT (NIM 14372097) Bruno Ventura Furtado — antiguidade desde 1 de Novembro de 2006.

Primeiro-cabo RC 024 — MROT MED (NIM 19320497) Vítor Seabra Pereira Amaral — antiguidade desde 28 de Setembro de 2006.

Primeiro-cabo RC 031 — atirador (NIM 01699200) Joel Marco Catalão da Costa — antiguidade desde 28 de Setembro de 2006.

Primeiro-cabo RC 373 — SAP BOMB (NIM 09858596) José Francisco Pires Rodrigues — antiguidade desde 1 de Agosto de 2006.

Primeiro-cabo RC 501 — socorrista (NIM 19087401) João Filipe Esteves Pojeio — antiguidade desde 28 de Setembro de 2006.

20 de Dezembro de 2006. — O Chefe da Repartição, *José Manuel P. Esperança da Silva*, COR INF.

Despacho n.º 5997/2007

Por despacho do chefe da RPM/DARH de 8 de Janeiro de 2007, por subdelegação de poderes do MGEN/DARH, após subdelegação do TGEN AGE, por delegação recebida do GEN CEME, são promovidos ao posto de primeiro-cabo, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, contando a antiguidade desde a data que a cada um se indica, a partir da qual têm direito às remunerações do novo posto, por satisfazerem as condições previstas no artigo 56.º e a condição referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 60.º do EMFAR, aprovado por aquele diploma, os militares, no regime de contrato, a seguir identificados:

Segundo-cabo RC 031 — atirador (NIM 05828701) Hélder Bruno Lopes Fernandes — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 420 — OPER TELECOM (NIM 07960402) Rafael Dias Lourenço — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 732 — MEC ELECTRIC (NIM 00547200) Hugo Daniel Magalhães Moreira — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 613 — REAB COMB LUB (NIM 09064594) Adolfo José Trindade Santos — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 377 — SAP ENG (NIM 00576800) Márcio António Oliveira Bastos — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 377 — SAP ENG (NIM 02631998) José Maria Raposo — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 377 — SAP ENG (NIM 08775200) Miguel Filipe Freitas Amorim — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 377 — SAP ENG (NIM 11830800) Cidália Maria Martins Costa — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 377 — SAP ENG (NIM 12371500) Júlio Fernando Barbosa da Mota — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 462 — clarim (NIM 17435200) José Carlos Almeida Ferreirinha — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 676 — CAR RTL (NIM 06476400) Bruno Filipe Videira Cruz — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 722 — MEC VIAT AUTO (NIM 03314501) Tiago André Lima Santos — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 287 — TRAT HIPO (NIM 10330497) Luís Filipe Carvalho Barreiros — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 059 — comandos (NIM 00248401) Carlos Miguel Marques da Cunha Oliveira — antiguidade desde 28 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 059 — comandos (NIM 00804099) Lenate Miguel Cristina Inácio — antiguidade desde 28 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 059 — comandos (NIM 00932499) Serafim Valente Martins — antiguidade desde 28 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 059 — comandos (NIM 03743001) Eduardo Emanuel Vinagreiro Galhano da Silva — antiguidade desde 28 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 059 — comandos (NIM 04708599) Adilson Luís Queirós Saraiva — antiguidade desde 28 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 059 — comandos (NIM 10894202) Rúben Tiago dos Santos Rito — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 059 — comandos (NIM 11488098) António Carlos Guerreiro Ferreira — antiguidade desde 28 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 059 — comandos (NIM 11516995) Pedro Miguel Maciel da Silva — antiguidade desde 28 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 059 — comandos (NIM 14995098) Carlos Manuel dos Reis Borges — antiguidade desde 28 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 059 — comandos (NIM 16031400) Carlos Eduardo Mendonça de Figueiredo — antiguidade desde 28 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 420 — OPER TELEC (NIM 06493002) Ana Cristina Nunes Ferreira — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 420 — OPER TELEC (NIM 08600101) Sérgio Filipe Pinto Vieira — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 420 — OPER TELEC (NIM 12173196) Francisco Fernandes Afonso Gomes — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 421 — OPER TM (NIM 05742102) Sérgio Filipe Rodrigues Martins — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 427 — TRANS (NIM 16264201) José António de Sousa Rodrigues — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 310 — CARP CONST (NIM 05604302) Paulo Ferreira da Silva — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 676 — CAR MIL (NIM 16781199) Rúben Maciel Silva Pereira da Costa — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 711 — munições (NIM 16507599) Nuno Eduardo Mendes Monteiro — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 713 — MEC ARM LIG (NIM 06404400) Bruno Manuel Amorim Faustino — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 731 — MEC ELECTRIC AUTO (NIM 03766501) Amílcar Manuel Coelho Lameiras — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 722 — MEC V AUTO (NIM 08713702) Carlos Manuel de Abreu Cunha — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 039 — COND VBTP (NIM 09873498) Sérgio Filipe Moutinho Rodrigues Moreira — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 420 — OPER TELEC (NIM 03511701) Chistine Emilie Miranda Martins — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 672 — CAR (NIM 03081600) Henrique da Silva Costa — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 421 — OPER TM (NIM 00030900) Cláudia Bruna Leite Lemos — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 421 — OPER TM (NIM 16502296) Marco Paulo Pinto Gonçalves — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 437 — OPER TT (NIM 06661595) Filipe Miguel Gonçalves Lemos — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 651 — secretariado (NIM 19819801) Rui António Nunes Zuzarte — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 136 — CAMP BF LIG (NIM 01848104) Diogo José Moreira de Sousa — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 136 — CAMP BF LIG (NIM 01973698) Bruno José Ferreira Sequeira Ribeiro — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 136 — CAMP BF LIG (NIM 02447902) Alexandre Emanuel Santos Almeida — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 136 — CAMP BF LIG (NIM 03070302) Hugo Alexandre Fernandes Vieira — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 136 — CAMP BF LIG (NIM 06180098) Mário Nuno Costa Vilas — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 136 — CAMP BF LIG (NIM 10183699) Carlos Manuel Cardoso Esteves — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 136 — CAMP BF LIG (NIM 19704894) Miguel António Matos Macedo — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 136 — CAMP BF LIG (NIM 19751702) Sérgio André Loureiro Leal — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 149 — CAMP DIR TIR (NIM 07589002) Bruno Alexandre Pereira Vieira da Silva — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 186 — AQ OBJECT (NIM 19055604) Frederico José Jordão Grilo — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 651 — secretariado (NIM 19264100) Edgar Verílio Carreira — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 620 — cozinheiro (NIM 07080796) Silvério Augusto Fonseca Saias — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 024 — MORT MED (NIM 14475801) António José Carvalho Moreira — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 672 — TP CAR (NIM 00792601) Vítor Ricardo Ramos Lourenço — antiguidade desde 12 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — atirador (NIM 13873197) Paulo Jorge Almeida Moreira — antiguidade desde 19 de Julho de 2005.

Segundo-cabo RC 420 — OPER TELEC (NIM 16331497) Rute Marisa Lourenço de Moura — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 651 — secretariado (NIM 03036502) Tiago André de Sousa Bento — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 604 — REAB FARD EQUIP (NIM 03688597) Vítor Domingos Mendes Castro — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 218 — AP AM (NIM 19940095) João Paulo da Costa Pina — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 263 — Polícia do Exército (NIM 06609198) Vasco Manuel Silva Ventura — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 296 — TM CAV (NIM 09405401) Aires Bruno Dias Araújo — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 627 — LAV banhos (NIM 12664997) Cláudia Daniela Alves Almeida André Alves — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 024 — MORT médio (NIM 01045698) Carlos Miguel Cabrita — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 024 — MORT médio (NIM 05690599) Marco Rafael Duarte Pereira — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 024 — MORT médio (NIM 18477700) João Miguel da Silva Horta — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — atirador (NIM 06149601) Rui da Silva Carpinteiro — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — atirador (NIM 09056001) Bruno André de Sousa Ribeiro — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — atirador (NIM 18350698) Carlos Bernardino Ferreira Leite — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

8 de Janeiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *José Manuel P. Esperança da Silva*, COR INF.

Despacho n.º 5998/2007

Por despacho do chefe da RPM/DARH de 26 de Janeiro de 2007, por subdelegação de poderes do MGEN/DARH, após subdelegação do TGEN AGE, por delegação recebida do GEN CEME, são promovidos ao posto de primeiro-cabo, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, contando a antiguidade desde a data que a cada um se indica, a partir da qual têm direito às remunerações do novo posto, por satisfazerem as condições previstas no artigo 56.º e a condição referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 60.º do EMFAR, aprovado por aquele diploma, os militares em regime de contrato a seguir identificados:

Segundo-cabo RC 678 — CAR/ESCRIT NIM 03584201, Hélio Manuel Dias da Silva — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 651 — secretariado NIM 07145200, Liliana Maria Silva Gonçalves — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 059 — comandos NIM 06634898, João Pedro Lopes Rullin Duarte — antiguidade desde 28 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 059 — comandos NIM 12447895, José Manuel dos Santos Patola — antiguidade desde 28 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 059 — comandos NIM 13424396 — Flávio Roberto Cascabulho Deodato — antiguidade desde 28 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 059 — comandos NIM 17334597, José Carlos Vieira Costa — antiguidade desde 28 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 059 — comandos NIM 11123298, Arlindo Manuel Lopes Severino — antiguidade desde 28 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 406 — MEC MONT CABOS NIM 05481100, Flávio Isabelinha Carvalho — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 186 — AQUIS OBJECT NIM 10251503, Deolinda Anunciação Oliveira do Espírito Santos — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 186 — AQUIS OBJECT NIM 19236103, Sónia Vanessa Pereira Tomas — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 620 — cozinheiro NIM 04986900, Américo Orlando Batoque Carvalho — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 651 — secretariado NIM 04915901, Inês Zeferrino Seródio — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 373 — SAP BOMB NIM 06994302, João Luís Varela Feitinha — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 651 — secretariado NIM 08055098, Eliana da Conceição Soares Araújo — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 367 — SERRCONST NIM 19264198, Pedro Filipe Oliveira Vilas Boas — antiguidade desde 14 de Novembro de 2007.

Segundo-cabo RC 406 — MEC MONT CABOS NIM 19220098, Nuno Manuel Pires Pereira — antiguidade desde 14 de Novembro de 2007.

Segundo-cabo RC 406 — MEC MONT CABOS NIM 16338494, Sérgio José Almeida Correia — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 406 — MEC MONT CABOS NIM 01889598, Nelson Manuel Teixeira Moreira — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 420 — OPER TELEC NIM 03246001, Andreia Márcia Rocha Carreira — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 420 — OPER TELEC NIM 03512702, Luís Rui da Silva Lemos Brás — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 420 — OPER TELEC NIM 04934697, Elsa Maria Coelho Pinheiro — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 420 — OPER TELEC NIM 05407002, Carlos Alexandre Miranda Braga — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 420 — OPER TELEC NIM 02086802, Alexandra Raquel Marques da Silva — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 420 — OPER TELEC NIM 09941602, Cristina Manuela Pereira Sampaio — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 420 — OPER TELEC NIM 12918901, Ricardo Miguel Martins Oliveira — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 420 — OPER TELEC NIM 14951901, Susi Paula Pinto Correia — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 420 — OPER TELEC NIM 15162502, Nelson Roberto da Silva Rocha — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 420 — OPER TELEC NIM 15856395, Duarte Joaquim da Cunha Alves — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 420 — OPER TELEC NIM 16878601, Bruno Filipe Teixeira Leite — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 420 — OPER TELEC NIM 00106202, Bruno André Magalhães Pereira — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 420 — OPER TELEC NIM 18480602, Francisco Manuel Rodrigues Morais — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 421 — OPER TRANS NIM 00355700, Luís Miguel Morais Barbosa — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 421 — OPER TRANS NIM 00111402, Sérgio Manuel da Costa Mota — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 421 — OPER TRANS NIM 01610801, Sónia Patrícia Pereira Mendes — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 421 — OPER TRANS NIM 024131000, Marco António Lourenço Silva — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 421 — OPER TRANS NIM 13308500, José Carlos Pereira da Cruz — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 421 — OPER TRANS NIM 14030900, Rogério Augusto Moreira Leal — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 421 — OPER TRANS NIM 15806398, José Filipe Leitão Cardoso — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 421 — OPER TRANS NIM 17584001, José Abel Gonçalves da Silva — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 421 — OPER TRANS NIM 18941301, Hélder Marco Marques de Sousa Merencio — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 437 — OPER TT NIM 00328299, José António Simões Lopes — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 437 — OPER TT NIM 04030499, Nuno Miguel de Almeida Tavares — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 437 — OPER TT NIM 12680000, Pedro Miguel Pereira Carvalho — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 437 — OPER TT NIM 14637802, Henrique Manuel Mendes Magina — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 437 — OPER TT NIM 15251100, Leandro Davide Mendes Ferreira Teixeira — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 437 — OPER TT NIM 18730697, Carlos Filipe Coelho Campos — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 437 — OPER TT NIM 16373201, Hélder Fernando Paiva Silva — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 438 — MEC TELEIMPRESSOR NIM 14099800, Anselmo João Pereira Marques — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 461 — músico NIM 11099799, Arlindo Sousa Reis — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 462 — clarim NIM 12371601, Marlene Alves da Silva — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 501 — socorrista NIM 12280402, Vítor Miguel Dias Madureira — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 606 — REAB VIVERES NIM 00518100, José António Ribeiro Manguinhas — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 620 — cozinheiro NIM 03838197, Ismael José Mendes Fraga — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 672 — CAR NIM 06205596, Telmo José Ventura Santos — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 711 — munícões NIM 10990699, Paulo Alexandre Batista Carvalho — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 427 — TRANS NIM 04161700, Gilberto Manuel Manteiga Carrilho — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 437 — OPER TT NIM 14768699, Ruben Miguel Amaral Teixeira — antiguidade desde 7 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 136 — CAMP BF LIG NIM 17872504, Diana Isabel da Silva Ribeiro — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 136 — CAMP BF LIG NIM 05857097, Luís Eduardo Allen Leite Pinto — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 186 — AQUIS OBJ NIM 13735399, Pedro Emanuel de Jesus Carreira — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 427 — TRANS NIM 18018401, Cátia Raquel Loureiro Oliveira — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 427 — TRANS NIM 09102300, Emídio Eduardo Mortágua de Almeida Guimarães — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 620 — cozinheiro NIM 06799498, Pedro Miguel Grácio da Silva — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — atirador NIM 12919801, Rui Manuel Fernandes Alves — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — atirador NIM 01641100, Luís Filipe Freire Magalhães — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — atirador NIM 09283301, João Filipe Jesus Rangel Almeida — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 427 — TRANS MM 16186501, Vítor Bruno da Silva Barros — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 218 — AP AM NIM 10615999, Rui Manuel Pinheiro da Silva — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 223 — AT EXPL NIM 11566997, Filipe Daniel Antunes Martins — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 223 — AT EXPL NIM 12388100, José Manuel Azinheira Neves — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 256 — COND VBL RODAS NIM 18179803, Adelaide Maria Soares Durães — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 620 — cozinheiro NIM 09204497, Rui Miguel de Faria Barros — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 627 — LAV BANHOS NIM 08160199, Bruno Miguel Oliveira de Sousa — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 711 — munícões NIM 12623297, João Henrique Freitas Soares da Cruz — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 722 — MEC VIAT AUTO NIM 09027302, Hélder Filipe Fernandes Sousa — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 722 — MEC VIAT AUTO NIM 18055502, Vítor Hugo da Costa Marques — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 368 — CARP CONST NIM 02035001, Hugo Ricardo Vilas Boas Nunes — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 377 — SAP ENG NIM 07786798, Luís Miguel Madeira Drago — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 377 — SAP ENG NIM 12000696, Alexandre Miguel Martins Silva Gonçalves — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — atirador NIM 01925402, Bruno Alexandre de Oliveira Monteiro — antiguidade desde 7 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 115 — AA OP INFO NIM 00126200, Mário Rui Cabral Sousa — antiguidade desde 7 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 462 — clarim NIM 03796497, Carlos Alberto Soares Raimundo — antiguidade desde 7 de Novembro de 2006.
 Segundo-cabo RC 501 — socorrista NIM 00487602, Rudi Micael Tomas do Canto Albuquerque — antiguidade desde 7 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — atirador NIM 05758098, João Paulo Monteiro Varela — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — atirador NIM 14330202, Fábio Ribeiro Moraes — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — atirador NIM 17329002, Jerónimo Daniel Correia Ferreira — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 501 — socorrista NIM 01900002, Alzira Manuela Garcia Ladeiras — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 427 — TRANS NIM 01859600, Marisa Isabel Gaspar Lopes — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 672 — CAR NIM 14739301, Pedro Miguel Mendes Duarte — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — atirador NIM 16458295, António Mário Geraldo Afonso — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — atirador NIM 18453802, João Luís Santos Pereira — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 672 — CAR NIM 04984102, Tália Solange dos Santos Carvalho — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 420 — OPER TELECOM NIM 18139901, Frederico Miguel dos Santos Barreiros — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 437 — OPER TT NIM 07903299, Firmino Tiago Xavier Cabeleira — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 263 — PE NIM 18136199, José Manuel Correia Rodrigues — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — atirador NIM 02973801, Ricardo Miguel Pinto de Sousa — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — atirador NIM 03319599, Sérgio André Moreira Moraes de Sousa — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 263 — PE NIM 02253195, Emanuel Filipe Pinto Duarte Pereira — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 263 — PE NIM 00760201, Nuno Miguel Nogueira Sousa — antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 438 — MEC TELEIMPRESSOR NIM 02558001, Marco Eurico Freitas Correia — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 620 — cozinheiro NIM 06722301, Nuno Miguel Alves Simões — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 675 — estafeta moto NIM 19060502, Vasco José Miranda Antunes Pacheco — antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 406 — MEC MONT CABOS NIM 16090900, Nelson Fernando Paiva Couto — antiguidade desde 7 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 421 — OPER TRANS NIM 07270097, Mónica da Conceição Amaral Paiva Martins — antiguidade desde 7 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 606 — REAB VIVERES NIM 06904300, Bruno Filipe Rego Frias — antiguidade desde 7 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 427 — TRANS NIM 00368800, Patrícia Isabel Vieira Pinto — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 024 — MORT MÉDIO NIM 02328599, Leandro Miguel de Oliveira Pereira — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 030 — anticarro míssil NIM 14311901, Ricardo Jorge Ferreira Xavier — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 030 — anticarro míssil NIM 19772595, Henrique Alberto Caldeiras — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 030 — anticarro míssil NIM 13065999, Pedro Emanuel Araújo Antunes — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — atirador NIM 04359600, Ricardo José Pereira Barroso — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — atirador NIM 07727997, Nuno Miguel Alves Carvalho — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 039 — COND VBTP NIM 15193798, Nuno Alexandre de Sousa Prior — antiguidade desde 4 de Janeiro de 2006.

Segundo-cabo RC 039 — COND VBTP NIM 15886397, Pedro Luís dos Santos Salgueiro — antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 427 — TRANS NIM 05676900, Sónia Cristina Alves Rodrigues — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 501 — socorrista NIM 03940997, Olívia Alexandra B. Mamede Fernandes — antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Despacho n.º 5999/2007

Por despacho do chefe da RPM/DARH de 29 de Janeiro de 2007, por subdelegação de poderes do MGEN/DARH, após subdelegação do TGEN AGE, por delegação recebida do GEN CEME, são promovidos ao posto de segundo-cabo, nos termos do n.º 7 do artigo 305.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, contando a antiguidade desde a data que a cada um se indica, a partir da qual têm direito às remunerações do novo posto, por satisfazerem as condições previstas na alínea c) do artigo 60.º do EMFAR, aprovado por aquele diploma, os militares, em regime de contrato, a seguir identificados:

Segundo-cabo graduado RC 287 — TRAT HIPO NIM 06878998, Marco Paulo Pereira da Costa — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 421 — OP TM NIM 06457402, Cristina Maria Coelho Maltez — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 651 — secretariado NIM 09032701, André Rafael Castro Sequeira — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 263 — PE NIM 16736799, Telma Maria Roque Martins — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 263 — PE NIM 03719802, André Duarte Teixeira — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 264 — PE/CAR NIM 15467299, Bruno Miguel Milheiro Lopes Gonçalves — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 501 — socorrista NIM 08993696, Maria da Conceição da Silva Dantas Ribeiro — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 676 — CAR RTL NIM 17418200, António Manuel Vasconcelos da Conceição — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 406 — MEC MONT CABOS NIM 14744801, David Joel Coutinho Gomes D. Santos — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 427 — TRANS NIM 03423598, Fernanda Sofia Barbedo Fonseca — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 427 — TRANS NIM 11645800, Luís Miguel Aguilar Pinheiro — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 427 — TRANS NIM 19327301, Maider Barreira Castro — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 437 — OP TT NIM 05538600, Rui Alexandre Almeida Antunes — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 04194502, Nuno Miguel Caldas Fonseca — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 711 — munições NIM 09208302, Bruno Miguel Moreira Meireles — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 651 — secretariado NIM 11856700, Pedro Miguel Fonseca da Silva — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 437 — OP TT NIM 06640995, Célio José Monteiro da Costa — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 651 — secretariado NIM 13322499, João Gabriel Ramalho Romão — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 453 — OP CRIPTO NIM 19862798, Ana Mónica Guerreiro da Costa Ferreira — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 421 — OP TM NIM 03207199, Liliana Clarinda Moreira de Sousa — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 437 — OP TT NIM 00602500, José Carlos Costa Reis — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado AC 439 — MEC R. MONT NIM 13908301, Pedro dos Santos Salvado — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 717 — MEC REF CLIN NIM 15434400, António Pedro Fernandes Gomes — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 377 — SAP ENG NIM 06531702, Pedro Miguel Palma Leandro — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 663 — OP LAB PSICOT NIM 00019602, Miguel Ângelo Perdígão Rosa — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 18162502, Pedro Miguel Araújo Pereira — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 722 — MEC VIAT AUTO NIM 10212598, João Jubilote — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 651 — secretariado NIM 00613401, Tiago Tomás Jordão — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 651 — secretariado NIM 13829900, Sandro Miguel Vidal Facote — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 195 — tipografia NIM 05659900, Nelson Daniel Leitão Santos Farinha — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 264 — PE/CAR NIM 09005800, José Manuel Moniz Maurício — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 501 — socorrista NIM 09081898, Tiago Samuel Prates Rodrigues — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 651 — secretariado NIM 01470898, Ricardo Miguel Guedes Tavares — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 789 — lubrificador NIM 00320298, João Cláudio Pais Rações — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 584 — SIDERO técnico NIM 18332300, Luís Carlos Ferreira C. Silva — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 427 — TRANS NIM 16057201, Bruno Miguel Romão Neves — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 651 — secretariado NIM 04621998, Elsa Sofia da Silva — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 263 — PE NIM 13703301, Pedro Miguel Alves Corda — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 263 — PE NIM 17994302, Emanuel das Neves Santos — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 263 — PE NIM 10332298, Ricardo Jorge Figueira da Costa — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 263 — PE NIM 09597901, Isabel Margarida Marques da Silva — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 501 — socorrista NIM 05856698, Sónia Marisa da Fonseca Borges — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 651 — secretariado NIM 19196801, Bruno Filipe Lourenço dos Santos — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 663 — OP LAB PSICOT NIM 17725699, Isabel Marina Fernandes Valente — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 651 — secretariado NIM 15460401, Nelson Sérgio Freitas Fernandes — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 481 — AUX CINE TV NIM 07967196, Bruno Renato Pimenta Amaral — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 651 — secretariado NIM 07213301, Bruno Miguel Santos Fonseca — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 651 — secretariado NIM 06088999, Nelson Filipe Almeida Albuquerque — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 136 — CAMP BF LIG NIM 07792802, João Pedro Cruz Calapez da Costa — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 138 — CAMP BF MED NIM 08362302, Tiago Miguel de Almeida Nunes — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 138 — CAMP BF MED NIM 17954499, Frederico André de Carvalho Vieira — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 186 — AQ OBJECT NIM 13798704, Fábio José Machado Alves — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 186 — AQ OBJECT NIM 03494199, Ana Alexandra de Oliveira e Barros — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 186 — AO OBJECT NIM 14428202, Fábio José Aleixo Matias — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 186 — AQ OBJECT NIM 08634603, Patrícia Raquel Domingues Tavares — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 186 — AQ OBJECT NIM 07001699, Marta de Jesus Conceição Gonçalves — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 186 — AO OBJECT NIM 02785602, Rita Alexandre Ferreira Miguel — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 501 — socorrista NIM 12228801, Lauro Moisés Moisés Gonçalves — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 651 — secretariado NIM 16829502, Filipe Miguel Neto Eusébio — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 223 — AT EXPL NIM 11465503, Armada Daniel Faria Cunha — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 263 — PE NIM 08916802, José Luís Couto Paixão — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 377 — SAP ENG NIM 02027403, António Filipe Uria Teixeira — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 375 — SAP PONT NIM 10493703, Ricardo Jorge Ferreira Monteiro — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 377 — SAP ENG NIM 02868001, Bruno José Pires Costa — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 427 — TM NIM 14804000, Ricardo Faria da Silva Veiga — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 620 — cozinheiro NIM 17042003, Alíne Sofia Pereira Duarte — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 772 — REAB MAT NIM 04084003, Telma Cristina Delgado Madeira — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 620 — cozinheiro NIM 08709202, Maria João Inácio Matias — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 651 — secretariado NIM 09747300, Nicolau Pierre Costa Chazard — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 13565498, Sandro Manuel Silvério Ferreira — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 772 — REAB MAT NIM 13827697, Hugo Manuel dos Santos Botelho — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 311 — CANALIZ NIM 15589000, José Pedro Flores Oliveira — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 420 — OP TELECOM NIM 09064001, Rui Manuel Gomes Barros — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 613 — REAB COMB LUB NIM 13091001, Ricardo Miguel Barbosa Matos — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 223 — AT EXPL NIM 18265999, Edgar Ricardo de Sousa — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 223 — AT EXPL NIM 00440502, José Armando A. Esteves — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 501 — socorrista NIM 07872396, Miguel Adriano Machado Francisco — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 651 — secretariado NIM 08114801, António Filipe Costa Varela Lopes — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 651 — secretariado NIM 14513200, Pedro Filipe Santos Lopes — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 651 — secretariado NIM 01158800, Sérgio Sousa Abreu — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 226 — COND CC NIM 07446700, Edgar Filipe Rosa Antero — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 257 — AP CO NIM 09621602, Tiago Alexandre Silvério Gonçalves — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 257 — AP CC NIM 02657602, Ricardo Manuel Casaca Jerónimo — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 257 — AP CC NIM 08777798, Amândio Ricardo Guedes M. Costa — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 257 — AP CC NIM 04501702, Ricardo André Nunes Póvoa — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 676 — CAR RTL NIM 10419700, António Manuel Sampaio Mendes — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 722 — MEC VIAT AUTO NIM 09401801, Paulo Ricardo V. R. G. Serra — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 732 — MEC ELECT NIM 05466001, Vasco Manuel Almeida Caetano — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 08571102, Elisabete da Silva Luís — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 421 — OP TM NIM 02230297, Ricardo Manuel Valadel Pereira — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 437 — OP TT NIM 04566700, Arlindo José Carvalho Pereira — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 501 — socorrista NIM 00361096, Sandra Cristina Marques da Silva — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 07887898, César Agostinho N. Vasconcelos — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 651 — secretariado NIM 07715198, Teresa Guilhermina Rufino Antunes — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 13642295, Ana Catarina Cardoso Roque — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 27099792, Rui José Felício Duarte — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 421 — OP TM NIM 19937199, António Miguel Monteiro Gomes — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 713 — MEC ARM LIG NIM 04052702, Filipe Alexandre Godinho Guerreiro — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 136 — CAMP BF LIG NIM 09275302, Vítor M. V. Conde — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 136 — CAMP BF LIG NIM 14853302, Marco A. S. Horta — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 420 — OP TELEC NIM 06410400, João Miguel dos Santos Fontes — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 427 — TM NIM 10300099, Sérgio Filipe da Silva Ribeiro — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 437 — OP TT NIM 10413498, Ricardo Filipe da Costa — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 501 — socorrista NIM 04601499, Ricardo M. J. L. Santo Coelho — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 620 — cozinheiro NIM 16745702, Manuel Alfredo Fernandes Vaz — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 620 — cozinheiro NIM 00256999, Sónia Cristina Silva Costa — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 105 — AA MSL PORT NIM 10996802, Carlos M. Mota — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 105 — AA MSL PORT NIM 16968702, André C. Santos — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 114 — AA SIST canhão NIM 15279402, Bruno M. Barbosa — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 115 — AA OP INF NIM 08543301, Sérgio M. C. Rodrigues — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 115 — AA OP INF NIM 04594502, João P. Moreira — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 126 — AA OPER RD AV LOC NIM 14814301, Victor R. Santos — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 365 — pedreiro NIM 14170399, Pedro Miguel dos Santos Alves — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 427 — TRANS NIM 09867104, Cristina Isabel Carvalho Gil — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 605 — OP SVC INT NIM 06688199, Neusa Bárbara Ismael D. Pais — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 620 — cozinheiro NIM 19121298, Lúcio Flávio Rodrigues Rocha — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 651 — secretariado NIM 18509903, Ana Margarida Costa dos Santos — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 420 — OP TELEC NIM 06306800, Ana Isabel Martins T. Quintela — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 501 — socorrista NIM 05361099, Nuno Miguel Santo Marques — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 678 — CAR ESCRIT NIM 18721200, Romeu José Leitão Cabrela — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 223 — AT EXPL NIM 13801499, Paulo Isidro Fernandes Oliveira — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 772 — REAB MAT NIM 18853000, André Agostinho M. da Rocha — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 343 — MEC EQ ENG NIM 03568595, Fernando Miguel Revez de N. Peixeiro — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 353 — OPER EQ MD LG ENG NIM 19209597, Vítor Manuel dos Reis Ferreira — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 360 — OP EQ PES ENG NIM 16341098, Hermínio Fernando Pinto Pimenta — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 377 — SAP ENG NIM 10369099, José António Tavares Correia — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 670 — CAR MEC V AUTO NIM 14792798, Diogo José Gomes Ricardo — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 343 — MEC EQ ENG NIM 16865497, Bruno Miguel Santos Silva — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 03536402, Armando Manuel Gomes de Sousa — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 04780799, Hélder Tiago Ferreira da Rocha — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 14960200, José Ruben da Silva Rocha — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 18253000, Bruno José Saraiva de Oliveira — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 12635999, Pedro Miguel Pereira — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 027 — MORT PES NIM 17011000, Ruben M. M. Paiva — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 031 — atirador NIM 13383204, Hélder J. M. Ponte — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 031 — atirador NIM 19630100, Nuno E. A. Paiva — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 031 — atirador NIM 04741003, Nelson D. M. Soares — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 110 — AA BF REB NIM 13205800, Sérgio J. P. Ventura — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 110 — AA BF REB NIM 17720799, Fabrício M. C. Fanfa — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 110 — AA BF REB NIM 05704000, Carlos E. C. Cordeiro — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 114 — AA SIST canhão NIM 15614304, César Miguel Silva Bertoldo — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 114 — AA SIST canhão NIM 06444699, Cândida M. S. Silva — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 115 — AA OP INF NIM 09141500, Roberto M. J. Chaves — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 115 — AA OP INF NIM 16023400, Nuno F. C. Amaral — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 620 — cozinheiro NIM 02456997, Rui Miguel Medeiros dos Santos — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 651 — secretariado NIM 08293501, Adriano Medeiros Galvão — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 09207602, Paulo Sérgio Henrique Aveiro — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 04591799, Ruben Alberto Pereira Silva — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 14103202, Dário C. Martins — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 05681096, Duarte Macedo — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 620 — cozinheiro NIM 00290901, Débora Magda Tavares D. Monteiro — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 13848999, Bruno Miguel Pereira Ribeiro — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 420 — OP TELEC NIM 10237602, Joaquim Paulo Ferreira Soares — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 427 — TRANS NIM 09151399, Lúcia Ramalho de Jesus Fialho — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 427 — TRANS NIM 04463400, Carlos Manuel Coelho dos Santos — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 613 — REAB COMB LUB NIM 02767001, Paulo André Portela Pereira — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 620 — cozinheiro NIM 01344101, Paulo Manuel Tjisenda Garcia — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 366 — PINT CONST NIM 11348398, Carlos Manuel Azevedo Oliveira — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 420 — OP TELEC NIM 01864600, Filipe Jorge Martins Rodrigues — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 427 — TRANS NIM 00884404, Pedro Alexandre Pires Carragoso — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 427 — TRANS NIM 04885401, Dina Maria da Cunha Ribeiro — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 501 — socorrista NIM 11306998, Magda Alexandra Martins J. Ribeiro — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 501 — socorrista NIM 06803998, Carlos Manuel Fernando Diegues — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 605 — OP SVC INT NIM 08876500, Luís Miguel Almeida Dias — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 670 — CAR MEC V AUTO NIM 16798701, Manuel Augusto dos Santos Jales — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 121794999, Paulo Jorge Ferreira — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 676 — CAR RTL NIM 07890998, Carlos Ferreira Cunha — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 263 — PE NIM 15214100, Sérgio Carlos Sequeira Luís — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 263 — PE NIM 05503500, Rodrigo de Almeida Gil — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 263 — PE NIM 11653101, David José Brás Costa — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 427 — TRANS NIM 00369399, André de Jesus Pereira — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 620 — cozinheiro NIM 12099497, António Jorge Serra Duarte — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 676 — CAR RTL NIM 00569199, Filipe Rodrigues Maia de Carvalho — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 263 — PE NIM 18567799, Pedro Miguel Freitas Longo — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 420 — OP TELEC NIM 15264302, David Pedro dos Santos Raimundo — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 420 — OP TELEC NIM 17247403, Cátia Daniela Santos Murta — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 437 — OP TT NIM 03212100, Paulo Alexandre Ferreira Domingos — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 501 — socorrista NIM 11476200, Bruno Alexandre Florêncio Alves — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 605 — OP SVC INTEND NIM 05751903, Luís Carlos Costa Antunes — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 606 — REAB VIV NIM 16327001, Tiago Nunes Pinto — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 651 — secretariado NIM 17934200, Pedro Miguel Ferreira Ramos — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 07331101, Paulo Filipe Teixeira R. da Silva — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 678 — CAR ESCRIT NIM 07789398, Hugo Emanuel Rodrigues Ferreira — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 713 — MEC ARM LIG NIM 14264400, Mário Rui Afonso Carrilho — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 19218301, António Pedro Batista Grilo — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 317 — CONST DES NIM 08308601, António José Ribeiro Guedes — antiguidade desde 4 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 462 — clarim NIM 17306700, Nuno Miguel de Oliveira Rito — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 01377698, Daniel da Silva Carvalho — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 06941898, Vera Mónica Leite dos Santos — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 793 — soldador NIM 16787202, António Luís Gonçalves Ribeiro — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 450 — OP REC TM NIM 11267499, André Filipe B. L. da Silva — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 651 — secretariado NIM 10735599, Luís Miguel Lopes Rodrigo — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 263 — PE NIM 00686500, André Alberto Carvalho de Pinho — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 501 — socorrista NIM 15672299, Amadeu Filipe Brito Cardoso — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 651 — secretariado NIM 15137301, Francisco André Ferreira Silva — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 09694399, José Manuel Pinto da Silva — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 420 — OP TELEC NIM 05414598, Cláudia Sofia Rosalino Afonso — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 09015203, Daniela Freitas Gomes — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 14776602, Joaquim Manuel Marques Esteves — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 651 — secretariado NIM 19183099, Emanuel Tomás da Cruz C. S. Pacheco — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 651 — secretariado NIM 19226497, Nuno Miguel Ramos Silveira — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 651 — secretariado NIM 01806899, Hélder António Vaz Correia — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 366 — PINT CONST NIM 09059597, Marco P. C. Silva — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 461 — músico NIM 17214800, Sérgio M. Ferreira — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 461 — músico NIM 11561900, Mauro B. S. Medina — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 620 — cozinheiro NIM 14095797, Álvaro M. S. Vieira — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 17500197, Tibério Arruda Costa — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 02400398, Miguel Ângelo Balança Carvalho — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 03730397, José Manuel Sousa Correia — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 12923900, Ricardo Patrício Rodrigues da Ponte — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 031 — atirador NIM 16267098, Marco Paulo Pinto Mendes — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 421 — OPER TRANS NIM 13035297, Márcio Rafael de Sousa Pimenta — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 437 — OPER TT NIM 00352301, João Dinarte Menezes Batista — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 627 — LAV BANHOS NIM 15441397, Marco Aurélio Aguiar Camacho — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 651 — secretariado NIM 10984199, Milton Fabiano Pinto Lopes — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 17245598, Nélcio de Abreu Rodrigues — antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 607 — OP REAV VIV NIM 04002300, Pedro Severino Simões Batista — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 651 — secretariado NIM 02378100, Cláudia Chaves Ferreira — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 427 — TRANS NIM 06941004, Tânia Emanuel Leite Penetro — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 15885702, Emanuel Bruno Garcia de Oliveira — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

Segundo-cabo graduado RC 731 — MEC ELECT AUTO NIM 05788698, Serafim Alberto Nunes Fernandes — antiguidade desde 4 de Dezembro de 2006.

29 de Janeiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *José Manuel P. Esperança da Silva*, COR INF.

Despacho n.º 6000/2007

Por despacho do chefe da RPM/DARH de 29 de Janeiro de 2007, por subdelegação de poderes do MGEN/DARH, após subdelegação do TGEN AGE, por delegação recebida do GEN CEME, são promovidos ao posto de cabo-adjunto, nos termos da alínea c), do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, contando a antiguidade desde a data que a cada um se indica, a partir da qual têm direito às remunerações do novo posto, por satisfazerem as condições previstas no artigo 56.º e a condição referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 60.º do EMFAR, aprovado por aquele diploma, os militares em regime de contrato a seguir identificados:

Primeiro-cabo RC 059 — COMANDO NIM 05523694, Jaime Evrandro André Almeida, antiguidade desde 28 de Setembro de 2006.

Primeiro-cabo RC 501 — SOCORRISTA NIM 06503395, Graça Maria dos Santos Fonseca, antiguidade desde 28 de Setembro de 2006.

Primeiro-cabo RC 501 — SOCORRISTA NIM 11174599, Carla Sofia Cantadeiro Neves, antiguidade desde 28 de Setembro de 2006.

Primeiro-cabo RC 501 — SOCORRISTA NIM 10493899, Luís Filipe Freitas Costa, antiguidade desde 1 de Novembro de 2006.

Primeiro-cabo RC 223 — AT EXPL NIM 10869996, Mário Jorge Alexandre Jerónimo, antiguidade desde 23 de Setembro de 2006.

Primeiro-cabo RC 218 — APONT AM NIM 07338299, Nuno Manuel Alves Machado, antiguidade desde 28 de Setembro de 2006.

Primeiro-cabo RC 676 — CAR/RÁDIO TELEF NIM 17291096, Romeu Cristiano Queirós Nunes, antiguidade desde 28 de Setembro de 2006.

Primeiro-cabo RC 420 — OPER TELECOM NIM 11324997, Luís Filipe Temporão Domingues, antiguidade desde 28 de Setembro de 2006.

Primeiro-cabo RC 672 — CAR NIM 06548095, João Carlos Freitas Carneiro de Figueiredo e Faro, antiguidade desde 28 de Setembro de 2006.

Primeiro-cabo RC 462 — CLARIM NIM 03399695, Paulo José Pacheco Faria, antiguidade desde 1 de Novembro de 2006.

Primeiro-cabo RC 501 — SOCORRISTA NIM 01468095, Nuno Miguel Vieira Lopes, antiguidade desde 28 de Setembro de 2006.

29 de Janeiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *José Manuel P. Esperança da Silva*, COR INF.

Despacho n.º 6001/2007

Por despacho do chefe da RPM/DARH de 27 de Fevereiro de 2007, por subdelegação de poderes do MGEN/DARH, após subdelegação do TGEN AGE, por delegação recebida do GEN CEME, são promovidos ao posto de primeiro-cabo, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, contando a antiguidade desde a data que a cada um se indica, a partir da qual têm direito às remunerações do novo posto, por satisfazerem as condições previstas no artigo 56.º e a condição referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 60.º do EMFAR, aprovado por aquele diploma, os militares em regime de contrato a seguir identificados:

Segundo-cabo RC 651 — SECRETARIADO NIM 16506097, António Manuel Correia Costa, antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 287 — TRAT HIPO NIM 07778801, Bruno Alexandre Camarate Ribeiro, antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 287 — TRAT HIPO NIM 02450902, José Marinho de Freitas, antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 059 — COMANDO NIM 13784696, Vítor Manuel Moura Marinho, antiguidade desde 28 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 061 — OP ESP NIM 00327404, Tiago Filipe das Neves Diogo, antiguidade desde 16 de Janeiro de 2006.

Segundo-cabo RC 061 — OP ESP NIM 02274903, Fernando Manuel Figueiredo Órfão, antiguidade desde 16 de Janeiro de 2006.

Segundo-cabo RC 061 — OP ESP NIM 05466103, Carlos Manuel Ferreira Pinto, antiguidade desde 16 de Janeiro de 2006.

Segundo-cabo RC 061 — OP ESP NIM 05959902, Vítor Manuel Ferreira Pinto, antiguidade desde 16 de Janeiro de 2006.

Segundo-cabo RC 061 — OP ESP NIM 06067302, Marco Daniel Santos Freitas, antiguidade desde 16 de Janeiro de 2006.

Segundo-cabo RC 061 — OP ESP NIM 07180802, Rui Manuel Pereira Gonçalves, antiguidade desde 16 de Janeiro de 2006.

Segundo-cabo RC 061 — OP ESP NIM 09548304, António Miguel S. T. Lopes, antiguidade desde 16 de Janeiro de 2006.

Segundo-cabo RC 061 — OP ESP NIM 09707504, Filipe André Gonçalves Vieira, antiguidade desde 16 de Janeiro de 2006.

Segundo-cabo RC 061 — OP ESP NIM 13198901, Sérgio Manuel Jesus Duarte, antiguidade desde 16 de Janeiro de 2006.

Segundo-cabo RC 061 — OP ESP NIM 13479304, Ricardo Filipe Mota Sousa, antiguidade desde 16 de Janeiro de 2006.

Segundo-cabo RC 061 — OP ESP NIM 13655304, David José Duarte Pratas, antiguidade desde 16 de Janeiro de 2006.

Segundo-cabo RC 061 — OP ESP NIM 15496802, Josué Filipe Ferreira Dias, antiguidade desde 16 de Janeiro de 2006.

Segundo-cabo RC 061 — OP ESP NIM 15898899, David José Seixas Pinhel, antiguidade desde 16 de Janeiro de 2006.

Segundo-cabo RC 061 — OP ESP NIM 16040099, João Carlos Calheiros Costa, antiguidade desde 16 de Janeiro de 2006.

Segundo-cabo RC 061 — OP ESP NIM 16249502, Jorge Miguel Fernandes Silva, antiguidade desde 16 de Janeiro de 2006.

Segundo-cabo RC 061 — OP ESP NIM 16460203, Luís Miguel Pinheiro Rodrigues, antiguidade desde 16 de Janeiro de 2006.

Segundo-cabo RC 061 — OP ESP NIM 17227604, Álvaro Fernando da Silva Félix, antiguidade desde 16 de Janeiro de 2006.

Segundo-cabo RC 1061 — OP ESP NIM 17875604, Wilson André Alves Lopes, antiguidade desde 16 de Janeiro de 2006.

Segundo-cabo RC 061 — OP ESP NIM 18170104, José Ricardo Ferreira da Silva, antiguidade desde 16 de Janeiro de 2006.

Segundo-cabo RC 061 — OP ESP NIM 18761503, Filipe Daniel Dias Tavares, antiguidade desde 16 de Janeiro de 2006.

Segundo-cabo RC 061 — OP ESP NIM 19842602, Filipe José Marques Rodrigues, antiguidade desde 16 de Janeiro de 2006.

Segundo-cabo RC 437 — OPER TT NIM 01216602, Hugo Miguel Almeida Neves, antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 140 — CAMP BF AP NIM 14120901, César Fernando Mendes Ferreira, antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 197 — TRANS ART NIM 05182501, Ricardo Manuel Lima Ramalho, antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 501 — SOCORRISTA NIM 04399002, Mónica Lourenço Jorge, antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 651 — SECRETARIADO NIM 18650701, Carlos Miguel Clemente Reis, antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 421 — OP TM NIM 18095501, Ilídio José Simões da Cruz, antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 606 — REAB VIV NIM 14470200, Filipe Miguel Silvestre Gomes Alves, antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 186 — AQ OBJECT NIM 09292602, Maria de Fátima Rodrigues Rosa, antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 651 — SECRETARIADO NIM 09374302, Neide Sofia Pires Silva, antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 713 — MEC ARM LIG NIM 16171500, Filipe André Mariquitos Dias, antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — ATIRADOR NIM 08117501, Maria de Fátima Mogrão Carlos, antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 711 — MUNICÕES NIM 03716601, João Tiago Roso Rodrigues, antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 437 — OP TT NIM 18825798, Álvaro Joaquim Isac Morais, antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 420 — OPER TELEC NIM 11582302, Bruno Romão Ribeiro Silva, antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 094 — PQ NIM 10680002, Marco Paulo Madeira Claro, antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 420 — OPER TELEC NIM 10399402, Mário Paulo da Silva Pereira dos Santos, antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 672 — CAR NIM 03548599, Hugo Miguel Fernandes Vitorino, antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 711 — MUNICÕES NIM 19662299, Aristides Ricardo Vieira Couto, antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 420 — OPER TELECOM NIM 13170502, Hélder Manuel dos Santos Rodrigues, antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 223 — ATT EXPL NIM 07423701, Isaque Emanuel Costa Lopes, antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 501 — SOCORRISTA NIM 06964396, Ana Paula Gervásio Caeiro, antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — ATIRADOR NIM 03538699, André Emanuel Cabral Amaral, antiguidade desde 7 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 713 — MEC ARM LIG NIM 07451300, António Manuel Jorge dos Santos, antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 731 — MEC ELECTRIC AUTO NIM 16959500, Pedro Filipe Ferreira dos Santos, antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — ATIRADOR NIM 02772602, Jorge Alberto Monteiro Martins, antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — ATIRADOR NIM 12621798, António José Noro Meireles, antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — ATIRADOR NIM 13198595, Rui Jorge Ricardo, antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 421 — OPER TM NIM 09144100, Duarte Alves Cunha, antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 462 — CLARIM NIM 15053100, Paulo Jorge Pereira Chaves, antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 651 — SECRETARIADO NIM 02192602, Andreia Patrícia D. Silva G. Miranda, antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 651 — SECRETARIADO NIM 03991601, Cláudia Maria Portal Rodrigues, antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 651 — SECRETARIADO NIM 05013802, Carla Susana Alves Barbosa, antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 651 — SECRETARIADO NIM 19625303, Sandra Sofia Carvalho Pereira, antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 672 — CAR NIM 15276695, Vítor Manuel Neves Santos, antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 672 — CAR NIM 16551400, Bruno Miguel Leite Gonçalves, antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 437 — OPER TT NIM 19599100, Ricardo Jorge Martins Teixeira, antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo PC 713 — MEC ARM LIG NIM 14723301, Ricardo José Simões Rosa, antiguidade desde 24 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 421 — OP TM NIM 14838596, Jorge Miguel Rodrigues Tomás, antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 263 — PE NIM 05181198, António José Santos Anjos, antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 263 — PE NIM 12026301, Vasco Alexandre Teixeira Brites, antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 421 — OP TM NIM 15147700, Nelson Jorge Coelho Canossa, antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 606 — REAB VIV NIM 01419399, Pedro Manuel Cruz Sousa Cachola, antiguidade desde 14 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 031 — ATIRADOR NIM 00933899, Paulo Luís dos Santos Amado, antiguidade desde 17 de Outubro de 2006.

Segundo-cabo RC 670 — CAR MEC V AUTO NIM 11557900, Nicolau Gonçalves Mateus, antiguidade desde 21 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 672 — CAR NIM 11978198, José Ezequiel Pereira Pinto, antiguidade desde 13 de Novembro de 2006.

Segundo-cabo RC 755 — MEC RADAR NIM 02359200, Nuno Daniel Real Proença, antiguidade desde 20 de Novembro de 2006.

27 de Fevereiro de 2007. — O Chefe da Repartição, *José Manuel P. Esperança da Silva*, COR INF.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 6002/2007

Por despacho da directora-geral de 22 de Fevereiro de 2007, foram renovadas as comissões de serviço no Conselho dos Oficiais de Justiça, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 122.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de Agosto, com efeitos a 2 de Março de 2007, de Amílcar do Nascimento Costa, inspector, e de Manuel Henrique Carrasqueira das Neves, secretário de inspecção. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Fevereiro de 2007. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.

Despacho (extracto) n.º 6003/2007

Por despacho do subdirector-geral de 26 de Fevereiro de 2007, por delegação de competências da directora-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 35, de 17 de Fevereiro de 2006), foi Jorge Manuel Mendes Afonso, especialista de informática de grau 1, nível 1, do quadro desta Direcção-Geral, posicionado no escalão 1, índice 420, nomeado especialista de informática de grau 2, nível 1, do mesmo quadro, em reconhecimento de excelência e, independentemente de concurso, passando a auferir pelo escalão 1, índice 600.

28 de Fevereiro de 2007. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida Esteves*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Despacho n.º 6004/2007

1 — Ao abrigo das disposições conjuntas dos artigos 12.º e 17.º do Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, e dos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, delego, com a faculdade de subdelegação, no vice-presidente, Prof. Doutor Paulo Jorge Gomes, as competências nas áreas de ordenamento do território, vigilância e fiscalização, gestão ambiental e recursos hídricos, conservação da natureza e gestão do litoral, pertencentes à ex-Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território (DRAOT-N).

2 — A presente delegação é feita sem prejuízo das anteriormente realizadas.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir da publicação, considerando-se todos os actos praticados desde a data da sua assinatura.

26 de Fevereiro de 2007. — O Presidente, *Carlos Lage*.

Departamento de Prospectiva e Planeamento

Aviso (extracto) n.º 5554/2007

Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, informam-se os interessados de que se encontra afixada para consulta na Secção de Pessoal a lista de antiguidade do pessoal do Departamento de Prospectiva e Planeamento referente ao ano 2006.

Da referida lista cabe reclamação no prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso, de harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo 96.º do mesmo diploma.

28 de Fevereiro de 2007. — O Director-Geral, *João Eduardo Gata*.

Instituto da Conservação da Natureza

Despacho n.º 6005/2007

Nos termos do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso da competência própria do presidente do Instituto da Conservação da Natureza, constante do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, delego nos seguintes dirigentes de áreas protegidas:

Director do Parque Nacional de Peneda-Gerês, Prof. Doutor Henrique Miguel Leite de Freitas Pereira.

Director do Parque Natural do Alvão, engenheiro Henrique Fernando Moreira Soares Pereira.

Presidente da comissão directiva do Parque Natural da Arrábida e responsável pela gestão da Reserva Natural do Estuário do Sado, arquitecta Maria Madalena Sampaio Lourenço.

Presidente da comissão directiva do Parque Natural do Douro Internacional, Dr. Victor Manuel Parreira Batista.

Presidente da comissão directiva do Parque Natural de Montesinho, engenheiro Jorge Manuel Martins Dias.

Directora do Parque Natural da Ria Formosa e da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António, engenheira Maria Isabel Silva Palmeira Pires.

Presidente da comissão directiva do Parque Natural da Serra da Estrela, engenheiro Fernando Manuel Gomes de Matos.

Director do Parque Natural da Serra de São Mamede, mestre Maria Filomena Monteiro Morgado.

Director do Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros e responsável pela gestão da Reserva Natural do Paul de Boquilobo, Dr. José Manuel Pereira Alho.

Presidente da comissão directiva do Parque Natural de Sintra-Cascais, Dr. Carlos Alberto Marcelino de Albuquerque.

Presidente da comissão directiva do Parque Natural de Sudeste Alentejano e Costa Vicentina, engenheiro Luís Eduardo Mendes Ferreira.

Presidente da comissão directiva do Parque Natural de Vale do Guadiana, Dr. Pedro Nano Azenha Rocha.

Presidente da comissão directiva da Reserva Natural das Berlengas, Dr. António Manuel de Almeida Perquilhas Teixeira.

Director da Reserva Natural do Estuário do Tejo, Dr.ª Maria João Burnay Lancastre Lourenço.

Presidente da comissão directiva da Reserva Natural de Paul de Arzila e da Paisagem Protegida da Serra do Açor, Dr. Manuel Ferreira dos Santos.

Presidente da comissão instaladora da Área de Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica, engenheiro Ricardo Jorge da Silva Oliveira Guerreiro.

Presidente da comissão directiva do Parque Natural do Litoral Norte, Dr. Duarte José Faria Vilar de Figueiredo.

Presidente da comissão directiva do Parque Natural do Tejo Internacional, engenheira Teresa Sofia Nunes dos Santos Castel-Branco da Silveira.

Presidente da comissão directiva de Reserva Natural da Serra da Malcata, Dr. Pedro Bernardo Marques Silva Rodrigues Sarmento.

Presidente da comissão directiva da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha, arquitecta Ana Maria Ribeiro Alves Rodrigues Vidal.

Presidente da comissão directiva da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto, mestre Carlos Emanuel Domingos do Rosário Ângelo.

A competência necessária para autorizar e visar despesas até ao limite de € 4987,98, com enquadramento orçamental no Orçamento do Estado no Programa n.º 115-F.F.311.1, «Ambiente e ordenamento do território», medida n.º 08, «Áreas protegidas», desde que previstas nos respectivos planos de actividades e orçamentos disponíveis e cumpridas as formalidades legais e procedimentos administrativos aplicáveis, designadamente nas seguintes rubricas:

- 01.02.04 — Ajudas de custo;
- 02.01.02 — Combustíveis e lubrificantes;
- 02.01.12 — Material de transporte — peças;
- 02.01.18 — Livros e documentação técnica;
- 02.01.20 — Material de educação;
- 02.01.21 — Outros bens;
- 02.02.03 — Conservação de bens;
- 02.02.10 — Transportes;
- 02.02.13 — Deslocações e estadas;
- 02.02.17 — Publicidade;
- 02.02.19 — Assistência técnica;
- 02.02.20 — Outros trabalhos especializados;
- 02.02.25 — Outros serviços.

Delego ainda nos dirigentes das áreas protegidas acima identificados a competência necessária para autorizar e visar despesas de aquisição de bens de limpeza e higiene, aquisição de material de escritório, comunicações e encargos com instalações (água e gás/lenha para aquecimentos), até ao montante de € 40, € 290, € 50 e € 300, respectivamente.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura, considerando-se ratificados os actos que, no âmbito dos poderes delegados, tenham sido praticados desde 2 de Janeiro de 2007.

14 de Fevereiro de 2007. — O Presidente, *João C. Rosmaninho de Menezes*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Direcção Regional da Economia do Algarve

Despacho (extracto) n.º 6006/2007

Por meu despacho de 26 de Fevereiro de 2007, foi Maria Margarida da Conceição dos Santos Correia, técnica superior de 2.ª classe, promovidas nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, na categoria de técnica superior de 1.ª classe (escalão 1, índice 460) do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Algarve, do Ministério da Economia, actual Direcção Regional da Economia do Algarve, por lhe ter sido atribuída a classificação de *Excelente* na avaliação de desempenho relativamente ao ano de 2005, após confirmação de cabimento orçamental pela 9.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento. A nomeação produz efeitos a partir da data da aceitação, considerando-se exonerada da categoria anterior a partir daquela data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Fevereiro de 2007. — O Director, *Francisco José Mendonça Pinto*.

Despacho (extracto) n.º 6007/2007

Por meu despacho de 27 de Fevereiro de 2007, foi Jaime Manuel de Lagos Roque, técnico superior principal, 2.º escalão, promovido, precedendo concurso, para a categoria de assessor (escalão 1,

índice 610), nomeação definitiva, do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Algarve, do Ministério da Economia, actual Direcção Regional da Economia do Algarve, após confirmação de cabimento orçamental pela 9.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento. A nomeação produz efeitos a partir da data da aceitação, considerando-se exonerado da categoria anterior a partir daquela data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Fevereiro de 2007. — O Director, *Francisco José Mendonça Pinto*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 6008/2007

Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeada, em comissão de serviço, para o cargo de directora regional-adjunta da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, constante do anexo 1 do Decreto Regulamentar n.º 12/2007, de 27 de Fevereiro, a licenciada Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues Mascarenhas.

A presente nomeação, fundamentada na reconhecida aptidão da visada, tem ainda como suporte o respectivo currículo, que se publica em anexo.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 14 de Março de 2007.

9 de Março de 2007. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Nota curricular

Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues Mascarenhas. Licenciada em Medicina Veterinária, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em 1996.

Cursos de especialização em Gestão da Qualidade na Indústria Alimentar, na Faculdade de Biotecnologia da Universidade Católica do Porto, 1999, e participação no programa de doutoramento em Epidemiologia e Saúde Pública, na Faculdade de Medicina da Universidade de Santiago de Compostela, concluindo os estudos avançados de Saúde Pública em 2002.

Participou ainda em vários cursos, destacando-se os cursos em Sistema Trace — Trade Control Expert System, em Direito das Contra-Ordenações, Desenvolvimento de Competências em Gestão Estratégica, para reforço dos processos de mudança e inovação na Administração Pública, do INA; o curso de Relações Públicas e Imagem, da UTAD; um curso em SPSS e o curso ArcGIS I e ArcGIS II da ESRI. Concluiu ainda o programa de formação em Gestão Pública — FORGEP, do INA.

Pertenceu à direcção da TRALLOSMONTES — Associação para a Valorização dos Produtos de Trás-os-Montes e Alto Douro, entre 2002-2005, e coordenou os projectos do PO AGRO n.º 400 — medida n.º 8.1, e INTERREG III — REVIS, com a participação dos parceiros Instituto Politécnico de Bragança e Junta de Castilla e León.

Funcionária do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, desde Maio de 1996, desempenhando funções como médica veterinária, responsável da zona agrária de Macedo de Cavaleiros, entre 2002 e 2005, e chefe de divisão de Documentação, Informação e Relações Públicas, desde Setembro de 2005.

Despacho n.º 6009/2007

Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeada, em comissão de serviço, para o cargo de subdirector-geral das Pescas e Aquicultura, constante do anexo do Decreto Regulamentar n.º 9/2007, de 27 de Fevereiro, a licenciada Maria Helena de Carvalho Governo de Figueiredo.

A presente nomeação, fundamentada na reconhecida aptidão da visada, tem ainda como suporte o respectivo currículo, que se publica em anexo.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 14 de Março de 2007.

9 de Março de 2007. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Curriculum académico e profissional

Nome — Maria Helena de Carvalho Governo de Figueiredo.
Data e local de nascimento — 1 de Junho de 1954, Setúbal.
Habilitações literárias — licenciatura em Direito, Faculdade de Direito de Lisboa (1978).
Actividade profissional:

Professora do ensino preparatório e secundário (1975-1978);
Técnica superior do Gabinete do Registo Nacional/Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça (1979-1986);
Chefe de divisão no Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça (1982-1986);

Representante do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça nos grupos de trabalho para a revisão da CAE e criação da Classificação Nacional de Bens e Serviços (1979) e de Ficheiros Estatísticos (1979-1980), no âmbito do Conselho Nacional de Estatística;

Técnica superior do Instituto de Reinserção Social (1986-1987) e da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (1987-1988);

Chefe de divisão da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura (1989-1997);

Adjunta do Ministro do Emprego e da Segurança Social (1991-1992);

Conselheira no conselho consultivo da Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres (1992);

Responsável sectorial do Ministério do Emprego e da Segurança Social no Projecto VIDA (1992);

Directora do Departamento de Relações Comunitárias, Internacionais e Cooperação da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura (1997-2002);

Membro do grupo de ligação para definição e coordenação dos trabalhos preparatórios da Presidência Portuguesa da União Europeia do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (1999-2000);

Presidente do Grupo de Política Externa das Pescas da Comunidade Europeia (Janeiro a Junho de 2000);

Participação em seminários, estágios, reuniões bilaterais e multilaterais no âmbito das pescas, chefiando ou integrando a delegação portuguesa e delegações da União Europeia;

Conferencista nos IV, V e VI Seminários de Estudos Europeus para jovens jornalistas, organizado pelo gabinete em Portugal do Parlamento Europeu e CENJOR, sobre temas relacionados com as pescas;

Assessora principal da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo (desde 2002) e coordenadora do Núcleo de Apoio Jurídico (desde 2005).

Formação profissional:

Curso «A Presidência do Conselho de Ministros das Comunidades Europeias — Técnicas de negociação e processo de tomada de decisão» — de 25 de Fevereiro a 1 de Março de 1991, Sintra, pelo Institut Européen d'Administration Publique;

Seminário «A coordenação nacional dos assuntos comunitários e o processo de decisão na Comunidade», três dias, Estoril, pelo Institut Européen d'Administration Publique, Outubro de 1991;

Curso «Tendances actuelles de la jurisprudence de la Cour de Justice et du Tribunal de Première Instance des Communautés», Institut Européen d'Administration Publique, Maastricht, 8 e 9 Dezembro de 1994;

Curso «O novo contencioso administrativo», ministrado pelo INA, 26-28 de Novembro de 2003.

Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste**Despacho n.º 6010/2007**

Por despacho de 9 de Fevereiro de 2007 do director regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, foram designadas, nos termos do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, conjugado com o n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, para o exercício de funções de secretariado, no gabinete da direcção, a assistente administrativa especialista, da carreira de assistente administrativo, Cecília Maria Almeida Russo Caseiro e a técnica profissional especialista principal Olívia Maria de Jesus Santos Barata, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste. O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Agosto de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Fevereiro de 2007. — O Director, *António José Rego*.

Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar**Despacho n.º 6011/2007**

Para cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que, para efeitos do n.º 1 do mesmo artigo, se encontra afixada na Direcção de Serviços de Gestão e Administração, 6.º andar, a lista de antiguidade do pessoal deste Gabinete reportada a 31 de Dezembro de 2006.

O prazo de reclamação fixado no artigo 96.º é de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

28 de Fevereiro de 2007. — A Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Maria del Carmem Pastor*.

Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica**Aviso n.º 5555/2007**

I — De acordo com o disposto no n.º 2 do anexo 1 do Despacho Normativo n.º 47/97, de 11 de Agosto, faço público que a Associação Nacional de Criadores de Ovinos da Raça Churra Galega Mirandesa requereu o registo e protecção de Mirandês como Denominação de Origem Protegida para cordeiro ou carne de cordeiro ou carne de borrego ou canhão.

II — Definição. — Entende-se por cordeiro Mirandês a carne proveniente do abate de ovinos de ambos os sexos da raça Churra Galega Mirandesa, identificados e inscritos no livro de registo zootécnico da raça, com idade até aos quatro meses, nascidos e criados num sistema de exploração extensivo tradicional, desmanchada e acondicionada de acordo com as regras estipuladas no caderno de especificações e na área geográfica delimitada.

III — Descrição do produto. — A carne de cordeiro Mirandês, face ao modo de produção seguido na área geográfica, apresenta as seguintes características:

a) Peso da carcaça — compreendido entre os 4 kg e os 12 kg, distinguindo-se três categorias distintas:

Categoria A — de 4 kg a 7 kg;

Categoria B — de 7,1 kg a 10 kg; e

Categoria C — de 10,1 kg a 12 kg.

b) Gordura — a gordura é de cor branca, brilhante e de consistência firme, cujo teor na carcaça permite que esta seja classificada nas classes 1.ª a 3.ª. A espessura da gordura subcutânea aumenta com o aumento do peso da carcaça quente, todavia a diferença entre as categorias de peso B e C não é significativa. A um aumento do peso da carcaça corresponde um aumento da percentagem de gordura pélvica e renal, mais visível nas fêmeas;

c) Sensoriais — a carne tem uma cor rosada, é extremamente tenra, suculenta e muito saborosa, com aspecto pouco marmoreado de músculo e gordura. O músculo é bastante suculento e macio, a gordura é branca, consistente, não exsudativa e com uma textura macia. As três categorias do cordeiro Mirandês não apresentaram diferenças significativas na suculência, na dureza, na intensidade do odor e na aceitabilidade geral. Isto deve-se ao tipo de manejo e alimentação, pois os cordeiros alimentam-se essencialmente de leite materno e pastagens tenras, obtendo-se assim carne com características organolépticas semelhantes nas três categorias.

IV — Apresentação comercial. — A carne de cordeiro Mirandês apresenta-se comercialmente, e independentemente da idade de abate, sob duas formas distintas:

1) Em carcaças ou hemi-carcaças, marcadas e identificadas com a denominação de venda e ostentando de forma inviolável a marca de certificação;

2) Preembalada, em peças inteiras ou em partes, devidamente rotulada e acompanhada, de forma indelével, da marca de certificação.

É permitido o processo de congelação da carne de cordeiro Mirandês e a comercialização de peças congeladas.

V — Área geográfica de produção, abate, desmancha e acondicionamento. — Tendo em conta, designadamente, a área geográfica tradicional de criação destes animais, bem como as condições particulares de alimentação e manejo, as exigências relativas à rastreabilidade, a verificação da observância do caderno de especificações e a genuinidade e qualidade do produto final, a área geográfica de produção, abate, desmancha e acondicionamento, fica naturalmente circunscrita aos concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro e Vimioso, distrito de Bragança.

VI — Modo de produção. — As regras de manejo, designadamente as relativas à alimentação, profilaxia, transporte e abate dos animais,

bem como as regras e registos para permitir a rastreabilidade, estão descritas no caderno de especificações.

VII — Rotulagem. — Independentemente da forma de apresentação comercial, e para além de todas as restantes menções legalmente obrigatórias, todas as peças ou embalagens se apresentam devidamente identificadas e rotuladas, com as seguintes menções:

«Carne de Cordeiro Mirandês — Denominação de Origem Protegida»;

Logótipo do produto (adiante reproduzido);

Nome e morada do produtor ou do agrupamento de produtores que comercializa o produto;

Logótipo comunitário (apenas após o registo comunitário);

Número de identificação do animal;

Marca de certificação;

Indicação da classe da carcaça;

Data e local de abate;

Morada para reclamações e pedidos de informação.



Em caso algum o nome ou denominação social e morada do produtor ou do agrupamento que comercializa o produto podem ser substituídas pelo nome de qualquer outra entidade, ainda que se responsabilize pelo produto.

A denominação de venda — Cordeiro Mirandês — DOP — não pode ser acrescida de qualquer outra indicação ou menção, incluindo marcas de distribuidores ou outras.

Os géneros alimentícios em cuja elaboração seja utilizada carne de cordeiro Mirandês, mesmo na sequência de processos de elaboração e transformação, podem ser comercializados em embalagens que façam referência à referida denominação, sem aposição do logótipo comunitário, desde que a carne de cordeiro Mirandês, certificada como tal:

Constitua a componente exclusiva de carne ovina no produto final; e

Constitua a componente maioritária (pelo menos 51 %) em peso da categoria «carnes» e, pelo menos, 20 % do total dos componentes, se estes forem de outra natureza, que não carne;

Os utilizadores do produto com esta denominação protegida sejam autorizados pelo agrupamento de produtores gestor.

O mesmo agrupamento é responsável pela inscrição desses utilizadores em registos específicos, os quais, após autorização, têm de ser controlados pelo OPC relativamente à utilização correcta da denominação protegida na rotulagem e às quantidades utilizadas.

VIII — A fundamentação do pedido de registo encontra-se depositada neste Instituto.

IX — Qualquer pessoa singular ou colectiva que alegue um interesse económico legítimo pode consultar o pedido de alteração no site www.idrha.min-agricultura.pt ou dirigir-se, durante o horário normal de expediente, a qualquer um dos seguintes serviços:

Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica, Divisão de Promoção de Produtos de Qualidade, Avenida dos Defensores de Chaves, 6, 1049-063 Lisboa;

Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, Direcção de Serviços de Desenvolvimento Rural, Centro do Valongo, Quinta do Valongo, 5370-347 Mirandela;

Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, Divisão de Associativismo e Renovação do Tecido Produtivo, Rua do Doutor Francisco Duarte, 365, 1.º, 4711-906 Braga;

Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral, Biblioteca, Avenida de Fernão de Magalhães, 465, 3.º, 3000-177 Coimbra;

Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior, Biblioteca, Rua de Amato Lusitano, lote 3, 6000-150 Castelo Branco;

Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, Rua de Joaquim Pedro Monteiro, 8, 2600-164 Vila Franca de Xira;

Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, Divisão de Documentação e Informação, Quinta da Malagueira, apartado 83, 7002-553 Évora;

Direcção Regional de Agricultura do Algarve, Direcção de Serviços de Desenvolvimento Rural, Apartado 282, Braciais, Patação, 8001-904 Faro;

IAMA — Divisão de Apoio técnico, Rua do Passal, 150, 9500-096 Ponta Delgada, Açores;

Direcção de Serviços de Agro-Indústrias e Comércio Agrícola, Edifício Golden, Avenida Arriaga, 21-A, 9000 Funchal, Madeira.

X — As declarações de oposição, devidamente fundamentadas, devem dar entrada em qualquer dos serviços referidos no n.º IX, no prazo de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República*.

1 de Fevereiro de 2007. — O Presidente, José António de Sousa Canha.

Aviso n.º 5556/2007

Ao abrigo do disposto no n.º 9 do anexo IV do Despacho Normativo n.º 47/97, de 11 de Agosto, e a seu pedido, anulo o reconhecimento da APRODER — Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo como organismo privado de controlo e certificação de azeites do Ribatejo — DOP.

22 de Fevereiro de 2007. — O Presidente, José António de Sousa Canha.

Despacho n.º 6012/2007

Reconhecimento de técnico em modo de produção biológico

Para os devidos efeitos torna-se público que foi conferido a Gonçalo Noronha de Castro Machado Teixeira o reconhecimento como técnico em modo de produção biológico na área da produção vegetal, nos termos do Regulamento para o Reconhecimento das Organizações de Agricultores em Modo de Produção Biológico e dos Técnicos em Modo de Produção Biológico, aprovado pela Portaria n.º 180/2002, de 28 de Fevereiro, com a última redacção dada pela Portaria n.º 422/2003, de 22 de Maio.

O reconhecimento produz efeitos a partir do dia imediato ao da sua publicação na 2.ª série do *Diário da República*.

22 de Fevereiro de 2007. — O Presidente, José António de Sousa Canha.

Despacho n.º 6013/2007

Anulação de reconhecimento de organismo privado de controlo e certificação

Ao abrigo do disposto no n.º 9 do anexo IV do Despacho Normativo n.º 47/97, de 11 de Agosto, e a seu pedido, anulo o reconhecimento da APRODER — Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo como organismo privado de controlo e certificação de azeites do Ribatejo — DOP.

22 de Fevereiro de 2007. — O Presidente, José António de Sousa Canha.

Despacho n.º 6014/2007

Para os devidos efeitos se torna público que foi conferido a Elisabete Maria da Conceição Duarte Alcobia o reconhecimento como técnico em modo de produção biológico, na área da produção vegetal e produção animal, nos termos do Regulamento para o Reconhecimento das Organizações de Agricultores em Modo de Produção Biológico e dos Técnicos em Modo de Produção Biológico, aprovado pela Portaria n.º 180/2002, de 28 de Fevereiro, com a última redacção dada pela Portaria n.º 422/2003, de 22 de Maio.

O reconhecimento produz efeitos a partir do dia imediato ao da sua publicação na 2.ª série do *Diário da República*.

22 de Fevereiro de 2007. — O Presidente, José António de Sousa Canha.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Listagem n.º 44/2007

Em cumprimento do disposto no artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, faz-se público que o Laboratório Nacional

de Engenharia Civil, com sede na Avenida do Brasil, 101, 1700-066 Lisboa, efectuou no ano de 2006, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 59/99

(artigo 275.º), as seguintes adjudicações de empreitadas de obras públicas:

Designação da Empreitada	Forma Processual	Valor sem IVA (em euros)	Entidade adjudicatária	Prazo Execução (em dias)
Colocação de tecto falso em 3 compartimentos do r/c da DII	Ajuste directo	2.190,35	DITEDE, LDA.	15
Construção de linha de calibragem de distanciómetros	Ajuste directo	4.606,70	IMOBILIÁRIA VENADENSE, LDA.	20
Alterações no Lab. De Mecânica dos solos do DG	Concurso limitado s/publicação	37.592,45	NAESTEIRA, LDA.	60
Trabalhos construção civil p/instalação de expositor	Ajuste directo	4.900,00	RUIVO & COIMBRA, LDA.	30
Reparação da fachada de mármore do ed. Arantes e Oliveira	Concurso limitado s/publicação	104.226,60	BEL, SA	135
Beneficiação sistema de iluminação da hotte do centro convívio	Ajuste directo	1.032,90	ANTÓNIO PALMIRA MARTINS, LDA.	8
Beneficiação sistema de iluminação da sala 25B2 do DBB	Ajuste directo	2.614,09	ANTÓNIO PALMIRA MARTINS, LDA.	8
Reforço da rede telefónica entre o DHA e ed. Arantes e Oliveira	Ajuste directo	22.830,41	ELECTROTEJO, LDA.	45
Execução de muros de betão	Ajuste directo	450,00	OMEP, LDA.	imediato
Beneficiação sistema iluminação do ed. Instituto Calouste Gulbenkian	Concurso limitado s/publicação	28.748,31	ENGTEL, LDA.	45
Instalação do Laboratório de Ensaios Geossintéticos (LEG)	Ajuste directo	14.480,00	IMOBILIÁRIA VENADENSE, LDA.	30
Alteração de clarabóia no DHA	Ajuste directo	1.400,00	RUIVO & COIMBRA, LDA.	imediato
Desmontagem sistema iluminação da fachada do ed. Arantes Oliveira	Ajuste directo	1.650,00	ANTÓNIO PALMIRA MARTINS, LDA.	imediato
Beneficiação sistema de iluminação sala de ensaios do DBB	Ajuste directo	4.272,60	ANTÓNIO PALMIRA MARTINS, LDA.	8
Instalação de sistema de extracção nas inst. Sanitárias do Infantário	Ajuste directo	1.275,00	APM-CLIMATECH, LDA.	imediato
Adaptação das instalações dos Laboratórios do NEM	Concurso limitado s/publicação	69.380,71	GEFIS, LDA.	75
Iluminação complementar de acesso à portaria ed. Arantes e Oliveira	Ajuste directo	1.635,22	ANTÓNIO PALMIRA MARTINS, LDA.	8
Limp. esteiras metálicas, caminhos de cabos eléctricos e elementos de betão	Ajuste directo	8.566,08	SOENVIL, LDA.	45
Execução de instalações eléctricas no LEG	Ajuste directo	4.589,43	ANTÓNIO PALMIRA MARTINS, LDA.	10
Pavimentação da zona envolvente ao Infantário	Ajuste directo	18.550,04	GEFIS, LDA.	30
Beneficiação sist. Ilumina. passerelle entre os Ed. Arantes Oliveira e Manuel Rocha	Ajuste directo	4.923,30	ANTÓNIO PALMIRA MARTINS, LDA.	60
Pintura das salas e gabinetes da Direcção	Ajuste directo	3.845,00	NAESTEIRA, LDA.	30
Remodelação da livraria e oficinas gráficas	Ajuste directo	785,00	CORALGA	15
Isolamento acústico de tubo de descarga sala 5H1 do Ed. Fernando Abecassis	Ajuste directo	255,00	DITEDE, LDA.	15
Pintura dos gabinetes do Posto Médico	Ajuste directo	4.326,44	NAESTEIRA, LDA.	30
Reabilitação do compartimento de ensaios de controlo de fumo - Pav. Componentes	Ajuste directo	1.830,00	ARTUR MATELA BAIXO	30
Trabalhos de limpeza e nivelamento de terrenos e desobstrução canal águas pluviais	Ajuste directo	4.385,00	ABIMAPE, LDA.	30
Pintura de paredes e tectos da livraria, bar e zonas envolventes	Ajuste directo	4.925,00	GEFIS, LDA.	5
Abertura de orifícios de emergência para escoamento água Pav. Modelos Reduzidos	Ajuste directo	1.905,30	SOENVIL, LDA.	15
Reparação de roturas da rede de rega do jardim	Ajuste directo	1.507,00	ABIMAPE, LDA.	5
Impermeabilização da cobertura dos gabinetes do DG	Ajuste directo	1.812,00	NAESTEIRA, LDA.	8
Sinalização de trânsito dos arruamentos do LNEC	Ajuste directo	1.037,93	HABIDOM	15
Trabalhos de manutenção da rede exterior de água e arranjos exteriores	Ajuste directo	2.485,00	ABIMAPE, LDA.	15
Remodelação do gabinete 62E2 do Departamento de Geotecnia	Ajuste directo	986,35	NAESTEIRA, LDA.	5
Pintura e tratamento dos portões de entrada do LNEC	Ajuste directo	984,31	BEL, SA	10
Obras de beneficiação do Infantário - Trabalhos de pintura de interiores	Ajuste directo	14.291,24	GEFIS, LDA.	5
Impermeabilização de caleira na cobertura do Departamento de Geotecnia	Ajuste directo	996,00	NAESTEIRA, LDA.	8
Beneficiação de gabinete no DHA/NES	Ajuste directo	792,60	NAESTEIRA, LDA.	30
Conclusão do Pavilhão de Modelos Reduzidos	Concurso limitado s/publicação	93.738,96	SOENVIL, LDA.	90
Climatização do Laboratório Central de Apoio Metrológico (LCAM)	Concurso limitado s/publicação	74.977,42	APM-CLIMATECH, LDA.	56
Instalações eléctricas, de telecomunicações e de transmissão de dados do LCAM	Concurso limitado s/publicação	73.514,24	ANTÓNIO PALMIRA MARTINS, LDA.	60
Remodelação das instalações sanitárias do Infantário	Concurso limitado s/publicação	32.638,62	GEFIS, LDA.	60

27 de Fevereiro de 2007. — Pela Direcção, o Vice-Presidente, *Pedro A. M. Mendes*.

**MINISTÉRIO DO TRABALHO
E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL**

**Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho
e da Solidariedade Social**

Aviso n.º 5557/2007

Nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, dá-se conhecimento que a lista de antiguidade do pessoal do quadro da Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, reportada a 31 de Dezembro de 2006, encontra-se afixada em todos os andares do edifício sede da Inspeção-Geral, sito na Avenida de Elias Garcia, 12, em Lisboa.

Conforme o disposto no n.º 1 do artigo 96.º do mencionado diploma, o prazo de reclamação é de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

28 de Fevereiro de 2007. — A Subinspectora-Geral, *Mafalda Bettencourt*.

Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I. P.

Listagem n.º 45/2007

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 19.º da Portaria n.º 799-B/2000, de 20 de Setembro, publicam-se os apoios do FSE concedidos desde 1 de Julho e até 31 de Dezembro de 2006, no âmbito do PO Administração Pública:

NIF	Entidades Beneficiárias dos Pedidos	Apoios Concedidos (euros)	
		Custo Total	FSE
503 148 768	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO ALENTEJO	98.338,73	73.754,05
901 148 644	AGÊNCIA NACIONAL PARA OS PROGRAMAS COMUNITÁRIOS "SOCRATES" E "LEONARDO	48.642,15	36.481,61
503 665 622	ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS ADVOGADOS DO CENTRO	74.691,71	56.018,78
504 149 059	ASSOCIAÇÃO LUSOFONA PARA O DESENVOLVIMENTO, CULTURA E	122.493,12	91.869,84
502 585 757	ASSOCIAÇÃO UNIVERSIDADE - EMPRESA PARA O DESENVOLVIMENTO - TECMINHO	110.489,55	82.867,16
507 006 127	Centro de Estudos e Desenvolvimento do Instituto Politécnico de Beja Vasco da Gama	28.938,26	21.703,70
502 145 803	CNS - COMPANHIA NACIONAL DE SERVIÇOS, S.A.	97.868,05	73.401,04
505 671 441	Confirmática - Equipamentos Informáticos Unipessoal, Lda.	17.152,27	12.864,20
600 077 853	Direcção - Geral dos Recursos Florestais	63.128,12	47.346,09
600 055 140	DIRECÇÃO GERAL DE INFORMÁTICA E APOIO AOS SERVIÇOS TRIBUTÁRIOS E	105.448,11	79.086,08
600 006 441	DIRECÇÃO GERAL DO TESOURO	936.352,31	702.264,24
600 013 898	DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA DE ENTRE DOURO E MINHO	110.082,90	82.562,18
600 040 020	DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO	925.465,72	694.099,29
600 000 079	DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPOSTOS	246.791,96	185.093,97
600 008 525	Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende	24.552,27	18.414,20
600 027 651	Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto	37.644,86	28.233,65
503 798 380	FASTAOESTUDO - SALÕES DE ESTUDO E FORMAÇÃO LDA	76.727,68	57.545,76
600 070 700	GABINETE DE POLÍTICA LEGISLATIVA E PLANEAMENTO	918.759,79	689.069,85
600 016 811	GOVERNO CIVIL DO PORTO	17.413,20	13.059,90

NIF	Entidades Beneficiárias dos Pedidos	Apoios Concedidos (euros)	
		Custo Total	FSE
600 008 878	GUARDA NACIONAL REPUBLICANA	392.534,00	294.400,51
501 547 274	HOSPITAL DO ESPÍRITO SANTO - ÉVORA	126.054,00	94.540,50
600 053 377	Inspecção Geral das Actividades Culturais	138.612,00	103.959,00
503 237 965	INSTITUTO DA AGUA	1.953.297,14	1.464.972,86
506 452 654	INSTITUTO DA DROGA E DA TOXICODEPENDÊNCIA	46.603,29	34.952,47
505 305 500	Instituto da Segurança Social, IP	1.985.809,85	1.489.357,39
505 478 471	INSTITUTO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO NA JUSTIÇA	2.315.680,87	1.736.760,66
502 117 524	INSTITUTO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - IGAP	97.645,40	73.234,05
504 322 915	INSTITUTO DE INFORMÁTICA E ESTATÍSTICA DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.	118.131,16	88.598,38
600 000 362	Instituto de Turismo de Portugal	326.922,14	245.191,61
501 442 600	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.	4.171.324,38	3.128.492,54
600 019 527	Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo	93.763,39	70.322,54
504 739 506	INSTITUTO DOS MERCADOS DE OBRAS PÚBLICAS E PARTICULARES E DO	1.230.524,81	922.893,61
501 176 080	INSTITUTO DOS VINHOS DO DOURO E PORTO	91.552,50	68.664,38
501 954 937	INSTITUTO PARTICULAR DE FORMAÇÃO E ENSINO DE LINGUAS, LDA	537.043,03	402.782,27
506 582 485	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento	46.176,55	34.632,41
502 357 207	ISLA - INSTITUTO SUPERIOR DE LEIRIA, LDA	261.025,99	195.769,49
501 693 386	ITA - Instituto de Tecnologias Avançadas para a Formação, Lda.	169.339,57	127.004,68
501 216 324	Maternidade Dr. Alfredo da Costa	135.287,03	101.465,28
506 877 388	MILCONTEUDOS Formação Profissional e Informática Lda	131.476,90	98.607,68
502 280 344	NERBA - Núcleo Empresarial da Região de Bragança - Associação Empresarial	17.980,95	13.485,71
506 300 315	PAXFORMA - INSTITUTO DE FORMAÇÃO LDA	122.322,52	91.741,89
501 784 845	PERFIL - Psicologia e Trabalho, Lda	54.419,08	40.814,31
600 011 712	POLÍCIA JUDICIÁRIA	169.418,76	127.064,07
600 014 690	Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros	1.442.155,64	1.081.616,72
600 014 665	SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA	472.562,44	354.421,83
600 015 823	SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO	144.494,29	108.370,72
600 080 684	Secretaria Geral do Ministério da Saúde	129.147,50	96.860,63
502 944 145	SINDICATO DA CARREIRA DE INVESTIGAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO SEF	128.391,54	96.293,66
505 149 486	TIME TO TRAIN - FORMAÇÃO PROFISSIONAL LDA	76.678,52	57.508,89
507 160 576	UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP	3.650.000,00	2.737.500,00
501 617 582	Universidade de Coimbra	1.022.165,60	766.624,20
505 387 271	Universidade do Algarve	90.490,93	67.868,20
502 404 728	UNIVERSUS-CONSULTORES DE GESTÃO S.A.	284.709,49	213.532,12
Total		26.234.722,02	19.676.040,85

21 de Fevereiro de 2007. — Pelo Presidente, o Vogal, *Luís Costa*.

Listagem n.º 46/2007

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 19.º da Portaria n.º 799-B/2000, de 20 de Setembro, publicam-se os apoios FSE concedidos desde 1 de Julho até 31 de Dezembro de 2006, no âmbito do IC Equal:

NIF	Entidades beneficiárias dos pedidos	Apoios concedidos	
		Custo total	FSE
900929464	Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego	1 153 750,38	860 202,93
501109382	Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses	113 493,11	85 119,83
Total		1 267 243,49	945 322,76

21 de Fevereiro de 2007. — Pelo Presidente, o Vogal, *Luís Costa*.

Listagem n.º 47/2007

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 19.º da Portaria n.º 799-B/2000, de 20 de Setembro, publicam-se os apoios FSE concedidos desde 1 de Julho até 31 de Dezembro de 2006 no âmbito do PO Assistência Técnica:

(Em euros)

NIF	Entidades beneficiárias dos pedidos	Apoios concedidos	
		Custo total	FSE
500971315	AEP — Associação Empresarial de Portugal	155 500	116 625
504791834	Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG)	17 276	12 957
600073190	Direcção-Geral de Formação Vocacional (DGFV)	179 014,87	134 261,15
600073270	Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho	81 300	45 975
600061299	Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento	1 483 375,04	1 110 516,99
900958804	Equipa de projecto do Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI)	343 709,11	257 781,83
501442600	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.	32 906	24 679,50
Total		2 293 081,02	1 702 796,47

21 de Fevereiro de 2007. — Pelo Presidente, o Vogal, *Luís Costa*.

Instituto da Segurança Social, I. P.

Despacho (extracto) n.º 6015/2007

Nos termos do disposto no artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso dos poderes que me foram conferidos pelo despacho n.º 7683/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 68, de 5 de Abril de 2006, subdelego na chefe de sector de Fiscalização de IPSS e Outros Equipamentos Sociais dos Serviços de Fiscalização de Lisboa e Vale do Tejo, licenciada Maria Manuela da Costa Alves Oliveira Ramos, e sem prejuízo do poder de avocação, os poderes para praticar os seguintes actos:

1 — Em matéria de gestão dos recursos humanos e da gestão em geral:

1.1 — Despachar os pedidos de justificação de faltas do pessoal afecto ao respectivo gabinete;

1.2 — Aprovar os planos de férias do pessoal sob sua dependência hierárquica e autorizar as respectivas alterações, bem como o gozo de férias e a sua acumulação com as do ano seguinte, dentro dos limites legais e por conveniência de serviço;

1.3 — Autorizar o gozo de férias anteriores à aprovação do respectivo plano, bem como o respectivo gozo interpolado;

1.4 — Autorizar o pagamento de ajudas de custo e o reembolso das despesas de transporte a que haja lugar relativamente a deslocações por si previamente autorizadas, tendo em consideração as orientações superiormente definidas na matéria;

1.5 — Assinar a correspondência relacionada com assuntos de natureza corrente necessária ao bom funcionamento dos serviços, com excepção da que for dirigida aos órgãos de soberania e respectivos titulares, incluindo tribunais e membros do Governo, direcções-gerais, inspecções-gerais, governadores civis, autarquias locais e institutos públicos.

2 — Quanto a competências específicas:

2.1 — Determinar a realização de acções de fiscalização em matéria de cumprimento dos direitos e obrigações das instituições particulares de solidariedade social e outras entidades privadas de solidariedade social, relativamente ao âmbito de intervenção dos Serviços de Fiscalização de Lisboa e Vale do Tejo, bem como despachar os respectivos processos;

2.2 — Confirmar os autos de notícia e participações em matéria das instituições particulares de solidariedade social e outras entidades privadas de solidariedade social se detectadas no exercício das suas funções;

2.3 — Efectuar a prospecção e o levantamento de estabelecimentos de apoio social clandestinos e a funcionar ilegalmente;

2.4 — Informar e esclarecer os proprietários e os utentes de estabelecimentos de apoio social quanto aos seus direitos e obrigações, de modo a prevenir e corrigir a prática de infracções;

2.5 — Promover a adequada articulação entre os serviços que dirige e outras entidades cuja intervenção vise objectivos complementares.

3 — A presente subdelegação de competências produz efeitos desde o dia 1 de Fevereiro transacto, ficando, por força dela e ao abrigo do disposto no artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratificados todos os actos entretanto praticados pela referida dirigente.

27 de Fevereiro de 2007. — A Directora dos Serviços de Fiscalização, *Zélia Maria Silva Brito*.

Centro Distrital de Segurança Social de Santarém

Despacho n.º 6016/2007

Delegação de competências

1 — Tendo em conta o disposto conjuntamente nos artigos 29.º dos Estatutos do Instituto da Segurança Social, I. P., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 316-A/2000, de 7 de Dezembro, na sua versão actual, e no artigo 20.º da Lei n.º 34/2004, de 29 de Julho, bem como os comandos constantes dos n.ºs 1 e 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, delego na directora do Núcleo Jurídico, licenciada Cláudia Cravo, a competência para a prática dos seguintes actos:

1.1 — Deferir e indeferir os requerimento de protecção jurídica que se situem na área geográfica de intervenção do CDSS de Santarém, nos termos da Lei n.º 34/2004, de 29 de Julho;

1.2 — Apreçar os recursos de impugnação interpostos em conformidade com o artigo 27.º, n.ºs 1 e 3, da referida lei, mantendo ou revogando o despacho proferido;

1.3 — Retirar, nos termos do artigo 10.º da Lei n.º 34/2004, de 29 de Julho, a protecção jurídica;

1.4 — Requerer, ao abrigo do n.º 4 do artigo 8.º do mesmo diploma legal, a quaisquer entidades, nomeadamente a instituições bancárias e administração tributária, o acesso a informações e documentos tidos como relevantes para a instrução e decisão dos processos em causa.

2 — Delego, ainda, nos licenciados em Direito João Fonseca, Madalena Larcher Castela e Luís Filipe Rodrigues a competência para a prática dos seguintes actos:

2.1 — Remeter ao tribunal competente o processo administrativo, de acordo com o artigo 28.º do mesmo diploma;

2.2 — Requerer a quaisquer entidades informações adicionais relevantes para a instrução e decisão dos pedidos de protecção jurídica;

2.3 — Assinar todo o expediente relativo a estes processos, nomeadamente o endereçado aos requerentes ou seus representantes, aos tribunais e à Ordem dos Advogados.

3 — Os poderes ora delegados não são susceptíveis da subdelegação.

4 — Este despacho é de aplicação imediata, ficando desde já ratificados todos os actos praticados pelos delegados a partir de 26 de Outubro de 2006, no âmbito das matérias objecto da presente delegação, ao abrigo e nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo.

5 de Janeiro de 2007. — A Directora, *Anabela Santos Rato*.

Despacho n.º 6017/2007

Subdelegação de competências

Nos termos do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso dos poderes que me são conferidos pelo n.º 2 do artigo 25.º e pelo n.º 2 do artigo 29.º dos Estatutos do Instituto da Segurança Social, I. P., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 316-A/2000, de 7 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 112/2004, de 13 de Maio, e dos que me foram delegados pela directora do Centro Distrital de Segurança Social de Santarém, através dos despachos n.ºs 1869/2006 e 1870/2006, de 9 de Janeiro, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 17, de 24 de Janeiro de 2006, subdelego no chefe de equipa de gestão e administração de pessoal, do Núcleo de Recursos Humanos, Carlos José Duarte Borges:

1 — As seguintes competências genéricas no âmbito do respectivo Núcleo:

1.1 — Assinar a correspondência relacionada com assuntos de natureza corrente necessária ao normal funcionamento da equipa, excepto a que for dirigida aos órgãos de soberania e respectivos titulares, Provedoria de Justiça, gabinetes de membros do Governo, secretarias de Estado, governadores civis, conselho directivo do ISS, direcções-gerais, inspecções-gerais, câmaras municipais e outras entidades de idêntica ou superior posição na hierarquia do Estado.

2 — As seguintes competências específicas:

2.1 — Solicitar a verificação domiciliária da doença e a realização de juntas médicas, aplicando a lei em vigor em função do estatuto jurídico de trabalho em causa;

2.2 — Emitir certidões ou declarações relacionadas com a situação jurídico-funcional dos funcionários;

2.3 — Assinar o registo biográfico;

2.4 — Autenticar documentos constantes dos processos individuais.

A presente subdelegação de competências é de aplicação imediata e, por força da sua entrada em vigor, ficam desde logo ratificados todos os actos válidos praticados no exercício dos poderes ora conferidos pelo presente despacho a partir de 24 de Maio de 2005 pelo chefe de equipa de gestão e administração de pessoal, nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo.

8 de Janeiro de 2007. — A Directora do Núcleo de Recursos Humanos, *Eduarda Maria Heleno dos Passos Infante*.

Despacho n.º 6018/2007

Subdelegação de competências

Nos termos do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso dos poderes que me foram delegados e subdelegados pela directora do Centro Distrital de Segurança Social de Santarém, através do despacho n.º 11 531/2006 (2.ª série), de 4 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 102, de 26 de Maio de 2006, subdelego na licenciada Paula Maria Gorgulho Nunes Duque Moraes, directora do Núcleo de Rendimento Social de Inserção e Outras Prestações de Cidadania, as seguintes competências, no âmbito da respectiva área funcional:

1) Decidir sobre a atribuição da prestação do rendimento social de inserção, nos termos do Decreto-Lei n.º 283/2003, de 8 de Novembro;

2) Decidir sobre os pedidos de restituições de prestações do rendimento mínimo garantido/rendimento social de inserção e de outras prestações sociais de cidadania;

3) Emitir certidões e declarações respeitantes a beneficiários do rendimento mínimo garantido/rendimento social de inserção;

4) Decidir sobre a atribuição da prestação extraordinária de complemento solidário para idosos (CSI), nos termos e para todos os efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de Dezembro, e no Decreto Regulamentar n.º 3/2006, de 6 de Fevereiro.

A presente subdelegação de competências é de aplicação imediata, e, por força da sua entrada em vigor, ficam desde logo ratificados todos os actos praticados a partir de 24 de Maio de 2005 pela dirigente referida, no âmbito das matérias por ela abrangidas, ao abrigo e nos termos do artigo 137.º do CPA.

17 de Janeiro de 2007. — O Adjunto da Directora, *João de Matos Filipe*.

Despacho n.º 6019/2007

Delegação e subdelegação de competências

Nos termos do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso dos poderes que me são conferidos pelo n.º 2 do artigo 25.º e pelo n.º 2 do artigo 29.º dos Estatutos do Instituto da Segurança Social, I. P., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 316-A/2000, de 7 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 112/2004, de 13 de Maio, e dos que me foram delegados pelo conselho directivo do ISS, I. P., através da deliberação n.º 1459/2005, de 20 de Outubro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 216, de 10 de Novembro de 2005, delego e subdelego:

1 — Na directora do estabelecimento integrado Lar de S. Domingos, licenciada Ana Cristina Beirante Guerra Saramago, as seguintes competências, no âmbito deste estabelecimento, para:

1.1 — Propor as admissões nos termos do regulamento interno do estabelecimento, condicionadas aos respectivos inquérito social e exame clínico, bem como as saídas e transferências de utentes;

1.2 — Fixar e autorizar a cobrança do montante das comparticipações devidas pelos utentes ou respectivos familiares referentes à frequência do estabelecimento, com observância dos normativos aplicáveis;

1.3 — Autorizar a movimentação do respectivo fundo de maneo e o pagamento de despesas de correio e franquias postais até ao limite de € 250;

1.4 — Autorizar a realização de despesas com aquisição de bens de consumo corrente até € 250, respeitando as regras aprovadas superiormente;

1.5 — Autorizar a realização de despesas com aquisição de produtos alimentares até € 500, nos termos do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

1.6 — Preparar, elaborar e acompanhar a execução dos planos de actividades;

1.7 — Aprovar os planos de férias e autorizar as respectivas alterações, bem como a acumulação parcial com as férias do ano seguinte, dentro dos limites legais e das orientações definidas pelo conselho directivo;

1.8 — Autorizar os pedidos de marcação de férias anteriores à aprovação do plano anual, bem como o respectivo gozo, nos termos do regime jurídico de pessoal aplicável;

1.9 — Autorizar os pedidos de gozo do período complementar de cinco dias de férias;

1.10 — Despachar os processos de justificação de faltas;

1.11 — Autorizar os processos relativos à licença especial para assistência a filhos menores, nos termos da respectiva legislação;

1.12 — Autorizar os processos relacionados com a dispensa para amamentação e tratamento ambulatorio, bem como as dispensas para consultas médicas ou exames complementares de diagnóstico;

1.13 — Proceder à mobilidade do pessoal, sempre que o considere necessário;

1.14 — Autorizar deslocações em serviço impostas pelo desempenho de funções do pessoal afecto à respectiva área funcional, o processamento das despesas inerentes às deslocações, designadamente as ajudas de custo e o reembolso de despesas de transporte a que haja lugar, nos termos da legislação aplicável;

1.15 — Autorizar a dispensa de serviço para autoformação, tendo em consideração o crédito previsto na disciplina jurídica do respectivo pessoal;

1.16 — Assinar a correspondência relacionada com assuntos de natureza corrente necessária ao normal funcionamento dos serviços, com excepção da que for dirigida aos órgãos de soberania e respectivos titulares, à Provedoria de Justiça, gabinetes de membros do Governo, secretarias de Estado, governadores civis, conselho directivo do ISS, I. P., direcções-gerais, inspecções-gerais, câmaras municipais e a outras entidades de idêntica ou superior posição na hierarquia do Estado;

1.17 — No uso da faculdade conferida pelo n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, as competências agora delegadas/subdelegadas podem ser objecto de subdelegação, com excepção das previstas nos n.ºs 1.13, 1.14 e 1.15.

2 — A delegação e a subdelegação de competências a que se refere o presente despacho entendem-se feitas sem prejuízo dos poderes de advocacia e superintendência.

3 — A presente delegação de competências é de aplicação imediata e, por força da sua entrada em vigor, ficam desde logo ratificados todos os actos praticados a partir de 24 de Maio de 2005 pela dirigente referida no âmbito das matérias por ela abrangidas, ao abrigo e nos termos do artigo 137.º do CPA.

17 de Janeiro de 2007. — A Directora, *Anabela Santos Rato*.

Despacho n.º 6020/2007

Subdelegação de competências

Nos termos do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso dos poderes que me foram delegados e subdelegados pela directora do Centro Distrital de Segurança Social de Santarém, através dos despachos n.ºs 1869/2006 e 1870/2006 (2.ª série), de 9 de Janeiro, ambos publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 17, de 24 de Janeiro de 2006, subdelego nos dirigentes da Unidade de Protecção Social e Cidadania:

Licenciado António José Tavares Carrilho, director do Núcleo de Cooperação e Respostas Sociais;

Licenciada Paula Maria Gorgulho Nunes Duque Morais, directora do Núcleo de Rendimento Social de Inserção e Outras Prestações de Cidadania;

Licenciada Maria José Borges Santos Costa Salgado, directora do Núcleo de Intervenção Social;

as seguintes competências, no âmbito das respectivas áreas funcionais:

1) Aprovar os planos de férias e autorizar as respectivas alterações, bem como a acumulação parcial com as férias do ano seguinte, dentro dos limites legais e das orientações definidas pelo conselho directivo;

2) Autorizar os pedidos de marcação de férias anteriores à aprovação do plano anual, bem como respectivo gozo, nos termos do regime jurídico de pessoal aplicável;

3) Autorizar os pedidos de gozo do período complementar de cinco dias de férias;

4) Despachar os processos de justificação de faltas;

5) Autorizar os processos relativos à licença especial para assistência a filhos menores, nos termos da respectiva legislação;

6) Autorizar os processos relacionados com a dispensa para amamentação e tratamento ambulatorio, bem como as dispensas para consultas médicas ou exames complementares de diagnóstico;

7) Autorizar a dispensa de serviço para autoformação, tendo em consideração o crédito previsto na disciplina jurídica do respectivo pessoal;

8) Assinar a correspondência relacionada com assuntos de natureza corrente necessária ao normal funcionamento dos serviços, com excepção da que for dirigida aos órgãos de soberania e respectivos titulares, à Provedoria de Justiça, gabinetes de membros do Governo, secretarias de Estado, governadores civis, conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., direcções-gerais, inspecções-gerais, câmaras municipais e a outras entidades de idêntica ou superior posição na hierarquia do Estado;

9) Preparar, elaborar e acompanhar a execução dos planos de actividades.

A subdelegação de competências, a que se refere o presente despacho, entende-se feita sem prejuízo dos poderes de advocacia e superintendência.

A presente subdelegação de competências é de aplicação imediata e, por força da sua entrada em vigor, ficam desde logo ratificados todos os actos praticados, a partir de 24 de Maio de 2005, pelos dirigentes referidos, no âmbito das matérias por ela abrangidos, ao abrigo e nos termos do artigo 137.º do CPA.

17 de Janeiro de 2007. — O Adjunto da Directora, *João de Matos Filipe*.

Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal

Alvará n.º 36/2007

Para os devidos efeitos faz-se saber que, ao abrigo do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 133-A/97, de 30 de Maio, é emitido o alvará n.º 12/2006 ao estabelecimento denominado Colégio Atlântico, sito na Avenida da Ponte, lote 357-A, Pinhal de Frades, freguesia de Arrentela, concelho do Seixal, distrito de Setúbal, propriedade de O Colégio Atlântico, L.ª, requerente O Colégio Atlântico, L.ª. As actividades e respectiva lotação máxima autorizadas são as seguintes:

Actividades — creche;

Lotação — 66 crianças, distribuídas da seguinte forma:

2 berçários — cada um com 8 crianças com idades entre os 4 meses e a aquisição da marcha;

2 salas de actividades — cada uma com 10 crianças com idades compreendidas entre a aquisição da marcha e os 24 meses;

2 salas de actividades — cada uma com 15 crianças com idades compreendidas entre os 24 e os 36 meses.

Vai este alvará assinado e autenticado com o selo branco em uso neste Centro Distrital.

27 de Setembro de 2006. — A Directora, *Maria de Fátima Lopes*.
3000226519

Despacho (extracto) n.º 6021/2007

Por despacho de 4 de Setembro de 2006 do vogal do conselho directivo do ISS, I. P., foi autorizada a transferência, ao abrigo do disposto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com nova redacção que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, da educadora de infância Maria Teresa Gonçalves Mendes Santos Pinto do quadro de pessoal da Direcção Regional de Educação de Lisboa para o quadro de pessoal do ex-CRSS de Lisboa e Vale do Tejo, Centro Distrital de Setúbal, com efeitos desde 1 de Setembro de 2006.

19 de Dezembro de 2006. — A Directora, *Maria de Fátima Alves de Aguiar Lopes*.

Despacho (extracto) n.º 6022/2007

Por despacho de 28 de Agosto de 2006 do vogal do conselho directivo do ISS, foi autorizada a transferência, ao abrigo do disposto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com nova redacção que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, da técnica profissional Maria Zita de Oliveira Cardoso Santos do quadro de pessoal do Instituto Português da Juventude para o quadro de pessoal do ex-CRSS de Lisboa e Vale do Tejo,

Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal, com efeitos desde 1 de Outubro de 2006.

19 de Janeiro de 2007. — A Directora, *Maria de Fátima Alves de Aguiar Lopes*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria-Geral

Aviso n.º 5558/2007

Em cumprimento do disposto na Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, publica-se a transferência efectuada pelo Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) a favor de particulares, durante o 2.º semestre de 2005:

1 — Beneficiário: B. V. Agualva-Cacém
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	392,25
22.06.2005	2 930,90
20.07.2005	3 830,70
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	174,35
16.08.2005	2 103,40
16.08.2005	3 380,10
28.09.2005	3 074,80
09.11.2005	2 781,20
09.11.2005	3 242,19
30.11.2005	2 457,20
30.11.2005	74,06
30.11.2005	1 347,96
07.12.2005	630,12
14.12.2005	3 177,50
Total	32 838,92

2 — Beneficiário: B. V. Aguda
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	86,28
22.06.2005	1 966,00
13.07.2005	485,32
20.07.2005	1 369,31
20.07.2005	915,60
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	839,70
14.09.2005	517,43
14.09.2005	127,99
14.09.2005	424,90
28.09.2005	1 819,60
09.11.2005	1 931,80
09.11.2005	3 242,19
09.11.2005	64,80
23.11.2005	1 534,10
30.11.2005	286,76
30.11.2005	46,83
07.12.2005	724,03
31.12.2005	53,54
14.12.2005	1 511,90
Total	21 190,27

3 — Beneficiário: B. V. Águas de Moura
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 368,00
13.07.2005	78,35

Data da decisão	Montante
20.07.2005	134,23
20.07.2005	889,20
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	93,13
16.08.2005	1 436,40
28.09.2005	1 231,20
09.11.2005	1 333,80
09.11.2005	3 242,19
09.11.2005	84,82
23.11.2005	1 162,80
14.12.2005	1 402,20
Total	15 698,51

4 — Beneficiário: B. V. Algueirão-Mem Martins
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	2 667,90
13.07.2005	678,30
20.07.2005	896,95
20.07.2005	860,97
20.07.2005	2 792,90
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	426,61
16.08.2005	331,76
16.08.2005	2 842,20
14.09.2005	500,92
28.09.2005	2 911,00
09.11.2005	2 091,10
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	1 783,10
30.11.2005	2 049,15
14.12.2005	2 271,80
Total	29 589,04

5 — Beneficiário: B. V. Águeda
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 554,10
20.07.2005	8,88
20.07.2005	267,31
20.07.2005	1 686,50
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	550,38
16.08.2005	28,25
14.09.2005	1 874,80
28.09.2005	28,07
09.11.2005	1 690,20
09.11.2005	1 616,20
09.11.2005	3 242,19
09.11.2005	486,42
23.11.2005	1 715,80
30.11.2005	8,23
07.12.2005	484,00
14.12.2005	1 681,20
Total	20 164,72

6 — Beneficiário: B. V. Albergaria-a-Velha
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	3 324,50
13.07.2005	506,28

Data da decisão	Montante
20.07.2005	491,89
20.07.2005	2 495,20
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	125,69
16.08.2005	2 315,20
14.09.2005	395,91
14.09.2005	71,00
28.09.2005	2 200,60
09.11.2005	2 627,30
09.11.2005	3 242,19
09.11.2005	344,40
23.11.2005	2 401,60
30.11.2005	1 274,99
14.12.2005	2 855,70
Total	27 914,64

7 — Beneficiário: B. V. Albufeira
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	3 274,90
20.07.2005	205,72
20.07.2005	462,52
20.07.2005	3 908,40
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	283,26
16.08.2005	66,57
16.08.2005	4 409,30
14.09.2005	10 091,38
28.09.2005	4 639,10
09.11.2005	5 354,40
09.11.2005	3 242,19
19.10.2005	291,29
26.10.2005	327,25
09.11.2005	548,30
23.11.2005	4 395,30
07.12.2005	216,83
14.12.2005	3 951,50
Total	48 910,40

8 — Beneficiário: B. V. Alcabideche
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 533,70
20.07.2005	2 230,30
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	1 200,59
16.08.2005	1 940,30
28.09.2005	2 045,50
09.11.2005	3 751,43
23.11.2005	550,40
07.12.2005	578,90
14.12.2005	703,00
Total	17 776,31

9 — Beneficiário: B. V. Alcácer do Sal
Entidade decisora: Conselho de Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	324,18
22.06.2005	1 585,20
20.07.2005	229,25

Data da decisão	Montante
20.07.2005	1 747,50
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	1 831,20
23.11.2005	2 441,60
09.11.2005	2 197,30
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	1 859,10
07.12.2005	3 728,67
28.12.2005	257,10
14.12.2005	2 003,70
Total	24 689,18

10 — Beneficiário: B. V. Alcobaça
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 164,00
20.07.2005	1 285,20
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	1 447,50
28.09.2005	1 296,70
09.11.2005	1 445,30
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	1 386,90
30.11.2005	937,52
14.12.2005	1 493,50
Total	16 941,00

11 — Beneficiário: B. V. Alcoentre
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
08.06.2005	140,30
22.06.2005	957,60
13.07.2005	29,87
20.07.2005	839,80
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	140,06
16.08.2005	74,61
16.08.2005	1 511,50
14.09.2005	144,02
14.09.2005	367,61
14.09.2005	60,74
14.09.2005	136,61
28.09.2005	1 037,30
09.11.2005	1 117,30
09.11.2005	3 242,19
26.10.2005	91,11
26.10.2005	30,37
09.11.2005	75,87
23.11.2005	1 178,30
30.11.2005	261,13
30.11.2005	188,03
28.12.2005	116,26
14.12.2005	905,60
Total	15 888,37

12 — Beneficiário: B. V. Algés
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 169,30
20.07.2005	323,68

Data da decisão	Montante
20.07.2005	1 399,50
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	1 433,80
14.09.2005	19,90
28.09.2005	1 145,50
09.11.2005	3 509,43
09.11.2005	334,89
23.11.2005	734,10
30.11.2005	783,90
30.11.2005	338,07
14.12.2005	870,40
Total	15 304,66

13 — Beneficiário: B. V. Alenquer
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 606,40
20.07.2005	1 658,80
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	654,50
16.08.2005	1 685,20
28.09.2005	1 436,20
09.11.2005	4 246,88
23.11.2005	1 413,20
14.12.2005	1 450,30
Total	17 393,67

14 — Beneficiário: B. V. Aljezur
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	2 262,20
20.07.2005	192,78
20.07.2005	2 026,90
20.07.2005	3 242,19
16.09.2005	2 359,00
14.09.2005	25,68
28.09.2005	3 182,20
09.11.2005	3 676,40
09.11.2005	3 242,19
09.11.2005	500,94
23.11.2005	2 792,30
07.12.2005	310,58
14.12.2005	2 480,50
Total	26 293,86

15 — Beneficiário: B. V. Alverca
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	3 287,20
20.07.2005	576,59
20.07.2005	3 652,20
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	372,82
16.08.2005	3 922,40
28.09.2005	3 668,90
09.11.2005	4 667,92
23.11.2005	1 046,30
30.11.2005	686,31

Data da decisão	Montante
07.12.2005	25,68
14.12.2005	1 635,20
Total	26 783,71

16 — Beneficiário: B. V. Amadora
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	6 229,70
22.06.2005	79,21
20.07.2005	1 190,51
20.07.2005	1 476,13
20.07.2005	6 452,50
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	1 286,49
16.08.2005	47,98
16.08.2005	5 406,80
14.09.2005	1 731,76
14.09.2005	1 584,21
28.09.2005	5 063,60
09.11.2005	6 617,05
19.10.2005	1 443,18
09.11.2005	808,35
23.11.2005	4 332,30
30.11.2005	498,92
07.12.2005	1 093,80
14.12.2005	4 639,80
Total	53 224,48

17 — Beneficiário: B. V. Amarante
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 817,20
20.07.2005	1 786,40
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	123,21
16.08.2005	1 848,00
28.09.2005	1 632,40
09.11.2005	2 002,00
09.11.2005	3 242,19
19.10.2005	237,41
09.11.2005	331,08
23.11.2005	1 324,40
07.12.2005	42,35
14.12.2005	1 632,40
Total	19 261,23

18 — Beneficiário: B. V. Avintes
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 021,80
16.08.2005	1 838,14
20.07.2005	843,90
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	859,40
28.09.2005	793,80
09.11.2005	1 441,50
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	1 097,80

Data da decisão	Montante
28.12.2005	408,98
14.12.2005	1 415,70
Total	16 205,40

19 — Beneficiário: B. V. Anadia
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 812,30
20.07.2005	1 919,90
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	4 303,16
16.08.2005	42,54
16.08.2005	2 085,20
28.09.2005	2 031,50
09.11.2005	2 222,80
09.11.2005	3 242,19
09.11.2005	287,93
09.11.2005	576,37
23.11.2005	2 349,70
30.11.2005	47,52
07.12.2005	50,49
31.12.2005	217,80
14.12.2005	1 984,30
Total	26 415,89

20 — Beneficiário: B. V. Aveiro (Velhos)
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	7 241,90
20.07.2005	6 465,90
20.07.2005	3 242,19
20.07.2005	6 641,30
28.09.2005	6 331,20
09.11.2005	7 182,90
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	6 540,80
14.12.2005	7 110,60
Total	53 998,98

21 — Beneficiário: B. V. Almada
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	2 030,00
13.07.2005	2 410,00
14.09.2005	2 625,00
14.09.2005	1 770,00
16.08.2005	1 838,00
09.11.2005	2 815,00
09.11.2005	1 530,00
07.12.2005	3 045,00
Total	18 063,00

22 — Beneficiário: B. V. Barcelos
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 873,00
20.07.2005	441,61

Data da decisão	Montante
20.07.2005	1 695,50
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	192,78
16.08.2005	1 716,80
28.09.2005	1 928,10
09.11.2005	1 862,90
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	2 084,20
28.12.2005	749,56
14.12.2005	2 018,50
Total	21 047,33

23 — Beneficiário: B. V. Batalha
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	247,17
22.06.2005	1 945,30
20.07.2005	73,28
20.07.2005	2 670,40
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	20,61
16.08.2005	2 103,20
14.09.2005	20,13
28.09.2005	2 634,80
09.11.2005	2 912,90
09.11.2005	3 242,19
26.10.2005	94,94
23.11.2005	2 549,90
30.11.2005	64,77
07.12.2005	182,87
14.12.2005	2 838,70
Total	24 843,35

24 — Beneficiário: B. V. Benedita
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	3 101,00
20.07.2005	3 333,40
16.08.2005	3 104,60
28.09.2005	2 664,30
09.11.2005	3 147,20
23.11.2005	2 576,30
14.12.2005	2 775,00
Total	20 701,80

25 — Beneficiário: B. V. Beja
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	4 025,90
20.07.2005	814,58
20.07.2005	5,95
20.07.2005	4 156,90
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	623,65
16.08.2005	3 397,10
28.09.2005	3 648,20
09.11.2005	3 883,10
09.11.2005	3 242,19
19.10.2005	201,31
09.11.2005	101,33
23.11.2005	3 290,10

Data da decisão	Montante
30.11.2005	206,11
14.12.2005	3 467,30
Total	34 305,91

26 — Beneficiário: B. V. Belas

Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 756,40
20.07.2005	1 617,80
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	1 406,30
14.09.2005	451,50
28.09.2005	1 107,40
09.11.2005	997,20
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	764,60
14.12.2005	1 009,00
Total	15 594,58

27 — Beneficiário: B. V. Benavente

Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	809,45
22.06.2005	647,06
22.06.2005	940,40
20.07.2005	1 391,50
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	25,25
16.08.2005	1 514,10
28.09.2005	896,30
09.11.2005	4 103,17
26.10.2005	342,50
23.11.2005	1 125,70
30.11.2005	291,36
14.12.2005	1 116,80
Total	16 445,78

28 — Beneficiário: B. V. Bombarral

Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 393,10
13.07.2005	1 321,41
20.07.2005	1 293,10
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	1 340,80
14.09.2005	21,18
28.09.2005	1 333,00
09.11.2005	1 305,50
09.11.2005	3 242,19
19.10.2005	119,43
23.11.2005	1 065,50
30.11.2005	451,37
14.12.2005	1 304,70
Total	17 433,47

29 — Beneficiário: B. V. Braga

Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	2 346,00
13.07.2005	139,52
20.07.2005	529,54
20.07.2005	2 776,60
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	211,94
16.08.2005	2 679,70
16.08.2005	319,47
28.09.2005	3 218,60
09.11.2005	2 762,60
09.11.2005	3 242,19
09.11.2005	123,98
23.11.2005	2 938,70
30.11.2005	608,38
14.12.2005	3 094,10
Total	28 233,51

30 — Beneficiário: B. V. Bragança

Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	2 285,20
20.07.2005	2 825,50
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	238,54
16.08.2005	2 437,10
14.09.2005	229,68
28.09.2005	2 562,40
09.11.2005	2 830,20
09.11.2005	3 242,19
19.10.2005	1 131,39
09.11.2005	466,77
23.11.2005	2 183,40
07.12.2005	172,31
14.12.2005	2 532,90
Total	26 379,77

31 — Beneficiário: B. V. Camarate

Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	3 425,50
20.07.2005	3 848,70
16.08.2005	4 295,40
28.09.2005	3 637,20
09.11.2005	2 367,80
23.11.2005	1 128,80
14.12.2005	1 199,80
Total	19 903,20

32 — Beneficiário: B. V. Cacilhas

Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
15.06.2005	21,42
22.06.2005	6 550,10
13.07.2005	213,56
20.07.2005	6 578,80
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	540,15
16.08.2005	342,81

Data da decisão	Montante
16.08.2005	6 275,00
28.09.2005	7 227,70
09.11.2005	11 408,27
19.10.2005	3 680,69
09.11.2005	192,24
23.11.2005	6 794,10
30.11.2005	2 705,24
07.12.2005	2 285,58
14.12.2005	5 890,40
Total	63 948,25

33 — Beneficiário: B. V. Caldas da Rainha
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	2 161,10
20.07.2005	1 937,60
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	2 621,10
14.09.2005	720,02
28.09.2005	2 575,70
09.11.2005	3 259,30
09.11.2005	3 242,19
19.10.2005	255,18
23.11.2005	2 390,00
30.11.2005	336,11
14.12.2005	2 047,60
Total	24 788,09

34 — Beneficiário: B. V. Cantanhede
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	2 013,10
20.07.2005	62,87
20.07.2005	1 887,10
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	107,10
16.08.2005	1 895,80
28.09.2005	2 093,70
09.11.2005	1 682,40
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	1 777,50
14.12.2005	2 070,60
Total	20 074,55

35 — Beneficiário: B. V. Carnaxide
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	319,09
22.06.2005	2 994,70
20.07.2005	927,35
20.07.2005	3 102,10
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	881,89
16.08.2005	3 381,40
28.09.2005	166,41
28.09.2005	3 293,10
09.11.2005	4 542,83
09.11.2005	947,00
30.11.2005	1 886,98
30.11.2005	531,65

Data da decisão	Montante
14.12.2005	6,45
14.12.2005	947,70
Total	27 170,84

36 — Beneficiário: B. V. Carvalhos
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	878,50
20.07.2005	294,82
20.07.2005	71,16
20.07.2005	1 449,50
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	369,96
16.08.2005	364,70
16.08.2005	1 554,20
14.09.2005	503,68
14.09.2005	55,65
28.09.2005	2 754,50
09.11.2005	2 220,40
09.11.2005	3 242,19
26.10.2005	120,58
26.10.2005	564,05
16.11.2005	643,99
23.11.2005	1 742,10
23.11.2005	301,24
30.11.2005	59,54
30.11.2005	409,31
07.12.2005	133,10
14.12.2005	1 880,90
Total	22 856,26

37 — Beneficiário: B. V. Cascais
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	2 147,40
20.07.2005	2 141,40
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	100,23
16.08.2005	177,01
16.08.2005	2 154,60
14.09.2005	621,27
28.09.2005	2 512,10
09.11.2005	3 815,73
23.11.2005	367,90
07.12.2005	13,92
14.12.2005	919,80
Total	18 213,55

38 — Beneficiário: B. V. Castelo Branco
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	180,00
22.06.2005	4 135,60
16.08.2005	865,93
20.07.2005	4 928,80
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	141,66
16.08.2005	569,36
16.08.2005	4 622,60
16.08.2005	435,29

Data da decisão	Montante
28.09.2005	5 002,20
09.11.2005	4 426,90
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	3 957,30
14.12.2005	4 590,00
Total	40 340,02

39 — Beneficiário: B. V. Cernache do Bonjardim
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	732,10
22.06.2005	771,80
22.06.2005	797,55
27.07.2005	738,10
27.07.2005	788,65
27.07.2005	795,90
27.07.2005	650,90
29.10.2005	892,95
29.10.2005	848,03
19.10.2005	855,50
19.10.2005	263,55
19.10.2005	736,70
19.10.2005	782,30
19.10.2005	794,64
26.10.2005	831,19
26.10.2005	127,60
09.11.2005	839,85
07.12.2005	786,95
07.12.2005	718,30
07.12.2005	526,66
Total	14 279,22

40 — Beneficiário: B. V. Chaves
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	2 103,40
16.08.2005	110,04
16.08.2005	155,38
20.07.2005	2 223,70
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	92,45
16.08.2005	2 035,40
14.09.2005	312,66
28.09.2005	116,35
28.09.2005	2 313,70
09.11.2005	2 365,90
09.11.2005	3 242,19
26.10.2005	643,55
26.10.2005	129,47
23.11.2005	58,18
23.11.2005	2 351,60
14.12.2005	149,63
14.12.2005	1 692,20
Total	23 337,99

41 — Beneficiário: B. V. Coimbra
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 516,80
16.08.2006	315,78

Data da decisão	Montante
20.07.2005	1 996,70
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	1 363,30
16.08.2005	547,67
16.08.2005	1 717,80
14.09.2005	550,09
28.09.2005	1 163,90
09.11.2005	1 874,26
26.10.2005	422,22
23.11.2005	1 387,00
30.11.2005	95,35
14.12.2005	1 246,70
Total	17 439,76

42 — Beneficiário: B. V. Condeixa-a-Nova
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 290,50
13.07.2005	692,82
20.07.2005	2 281,30
20.07.2005	3 242,19
16.08..2005	56,48
16.08..2005	517,03
16.08..2005	1 874,50
28.09.2005	2 064,20
09.11.2005	2 104,70
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	1 389,30
30.11.2005	155,74
14.12.2005	167,13
14.12.2005	1 958,40
Total	21 036,48

43 — Beneficiário: B. V. Covilhã
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
20.07.2005	6 326,60
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	734,23
16.08.2005	7 128,30
14.09.2005	102,85
14.09.2005	359,29
28.09.2005	7 260,10
09.11.2005	6 597,00
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	241,96
23.11.2005	7 937,70
30.11.2005	39,40
30.11.2005	25,68
14.12.2005	6 952,30
Total	50 189,79

44 — Beneficiário: B. V. Estarreja
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	2 846,00
20.07.2005	2 545,00
16.08.2005	2 699,30
28.09.2005	2 820,60
09.11.2005	2 621,60

Data da decisão	Montante
23.11.2005	2 645,60
14.12.2005	2 546,10
Total	18 724,20

45 — Beneficiário: B. V. Elvas
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
20.07.2005	2 756,60
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	2 987,60
14.09.2005	378,00
28.09.2005	2 910,60
09.11.2005	2 926,00
09.11.2005	3 242,19
26.10.2005	177,06
23.11.2005	1 871,80
14.12.2005	1 875,20
Total	22 367,24

46 — Beneficiário: B. V. Ermesinde
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
16.08.2005	218,37
20.07.2005	2 305,40
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	2 086,70
14.09.2005	249,88
28.09.2005	2 062,40
09.11.2005	1 049,70
09.11.2005	3 242,19
09.11.2005	551,29
23.11.2005	988,60
14.12.2005	341,28
14.12.2005	1 087,40
Total	17 425,40

47 — Beneficiário: B. V. Estoril
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 425,20
20.07.2005	1 684,20
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	1 711,00
28.09.2005	1 844,20
12.10.2005	365,45
09.11.2005	3 688,17
23.11.2005	337,30
14.12.2005	855,92
14.12.2005	669,60
Total	15 823,23

48 — Beneficiário: B. V. Esposende
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 101,10
16.08.2005	951,75

Data da decisão	Montante
20.07.2005	2 057,00
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	1 847,60
14.09.2005	474,06
28.09.2005	1 923,10
09.11.2005	2 708,90
09.11.2005	3 242,19
19.10.2005	200,45
23.11.2005	1 883,40
14.12.2005	1 838,20
Total	21 469,94

49 — Beneficiário: B. V. Estremoz
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 115,40
16.08.2005	25,25
20.07.2005	998,20
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	734,13
16.08.2005	1 049,00
14.09.2005	765,02
28.09.2005	793,20
09.11.2005	926,60
09.10.2005	3 242,19
23.11.2005	899,10
14.12.2005	951,40
Total	14 741,68

50 — Beneficiário: B. V. Évora
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
13.07.2005	438,07
16.08.2005	1 138,31
20.07.2005	3 333,30
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	383,93
16.08.2005	151,93
16.08.2005	3 862,60
14.09.2005	652,07
28.09.2005	10 976,60
09.11.2005	10 422,80
09.11.2005	3 242,19
26.10.2005	669,59
26.10.2005	497,62
23.11.2005	25,68
23.11.2005	10 019,40
14.12.2005	85,55
14.12.2005	12 359,90
Total	61 501,73

51 Beneficiário: B. V. Egitanieneses
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
08.06.2005	5,00
22.06.2005	2 959,40
20.07.2005	3 214,30
20.07.2005	3 242,19
20.07.2005	286,49
16.08.2005	3 171,10

Data da decisão	Montante
14.09.2005	523,22
14.09.2005	212,56
14.09.2005	338,00
28.09.2005	3 031,60
09.11.2005	3 255,30
09.11.2005	3 242,19
26.10.2005	109,60
26.10.2005	846,99
23.11.2005	2 726,30
30.11.2005	836,80
14.12.2005	742,82
14.12.2005	3 241,70
Total	31 985,56

52 — Beneficiário: B. V. Figueira da Foz
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
13.07.2005	1 898,05
20.07.2005	2 888,20
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	744,32
16.08.2005	3 158,80
14.09.2005	523,04
28.09.2005	11 359,50
09.11.2005	11 666,10
09.11.2005	3 242,19
26.10.2005	1 927,16
26.10.2005	1 508,03
09.11.2005	145,20
23.11.2005	9 423,40
30.11.2005	674,89
30.11.2005	1 276,38
14.12.2005	9 452,20
Total	63 129,65

53 — Beneficiário: B. V. Fundão
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	3 498,60
16.08.2005	317,69
20.07.2005	4 030,10
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	521,65
16.08.2005	4 216,90
14.09.2005	134,55
28.09.2005	4 718,30
09.11.2005	5 228,70
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	756,95
23.11.2005	4 106,80
14.12.2005	333,21
14.12.2005	4 375,10
Total	38 722,93

54 — Beneficiário: B. V. Gondomar
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
26.06.2005	1 403,40
16.08.2005	297,32
20.07.2005	1 699,80

Data da decisão	Montante
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	219,34
16.08.2005	1 809,80
28.09.2005	1 646,60
12.10.2005	734,28
09.11.2005	1 644,00
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	1 619,00
14.12.2005	1 731,30
Total	19 289,22

55 — Beneficiário: B. V. Grândola
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	688,90
20.07.2005	773,00
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	81,16
20.07.2005	25,68
16.08.2005	566,10
14.09.2005	354,36
28.09.2005	838,20
09.11.2005	1 302,60
09.11.2005	3 242,19
09.11.2005	726,00
09.11.2005	368,11
23.11.2005	736,60
14.12.2005	632,10
Total	13 577,19

56 — Beneficiário: B. V. Guimarães
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 764,20
20.07.2005	2 691,70
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	2 053,00
28.09.2005	3 565,30
09.11.2005	3 574,40
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	3 338,50
14.12.2005	3 432,20
Total	26 903,68

57 — Beneficiário: B. V. Ílhavo
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	2 279,60
20.07.2005	2 533,10
16.08.2005	2 370,10
28.09.2005	2 738,70
09.11.2005	2 839,80
23.11.2005	2 109,20
14.12.2005	2 211,50
Total	17 082,00

58 — Beneficiário: B. V. Idanha-a-Nova
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	827,20
20.07.2005	720,40
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	3 332,00
16.08.2005	235,82
16.08.2005	772,10
14.09.2005	3 429,14
28.09.2005	925,80
09.11.2005	647,80
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	781,50
23.11.2005	477,93
14.12.2005	782,80
Total	19 416,87

59 — Beneficiário: B. V. Lagoa
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
08.06.2005	650,17
22.06.2005	1 975,10
16.08.2005	671,71
20.07.2005	1 238,70
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	1 999,00
14.09.2005	5,95
28.09.2005	2 327,80
09.11.2005	3 152,80
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	419,59
23.11.2005	1 959,80
14.12.2005	403,80
14.12.2005	1 980,20
Total	23 269,00

60 — Beneficiário: B. V. Lagos
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 709,00
16.08.2005	70,72
16.08.2005	92,11
20.07.2005	2 279,70
20.07.2005	3 242,19
20.07.2005	81,23
16.08.2005	2 606,30
14.09.2005	3 573,32
28.09.2005	2 691,30
09.11.2005	3 203,10
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	2 462,90
30.11.2005	435,82
28.12.2005	355,74
14.12.2005	2 595,70
Total	28 641,32

61 — Beneficiário: B. V. Lamego
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	218,46
22.06.2005	3 978,40

Data da decisão	Montante
20.07.2005	4 185,90
20.07.2005	3 242,19
20.07.2005	3 845,80
16.08.2005	556,79
28.09.2005	3 483,00
09.11.2005	3 427,40
09.11.2005	3 242,19
26.10.2005	269,48
30.11.2005	169,21
23.11.2005	3 851,30
30.11.2005	210,00
31.12.2005	460,73
14.12.2005	4 066,90
Total	35 207,75

62 — Beneficiário: B. V. Leça do Balio
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 539,90
16.08.2005	460,11
20.07.2005	787,90
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	1 841,50
28.09.2005	757,62
28.09.2005	1 630,90
09.11.2005	782,00
09.11.2005	3 242,19
09.11.2005	140,00
09.11.2005	669,20
23.11.2005	756,00
14.12.2005	749,80
Total	16 599,31

63 — Beneficiário: B. V. Leiria
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	2 909,90
20.07.2005	3 240,60
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	2 949,40
28.09.2005	3 258,00
09.11.2005	2 960,90
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	2 532,50
14.12.2005	2 882,80
Total	27 218,48

64 — Beneficiário: B. V. Lixa
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 947,20
20.07.2005	1 728,40
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	1 274,70
28.09.2005	442,68
14.09.2005	831,22
28.09.2005	809,60
09.11.2005	1 104,10
09.11.2005	3 242,19
09.11.2005	639,63

Data da decisão	Montante
23.11.2005	819,30
14.12.2005	614,90
Total	16 696,11

65 — Beneficiário: B. V. Loures
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
08.06.2005	725,64
20.06.2005	1 928,00
20.07.2005	6 461,20
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	6 605,70
14.09.2005	274,79
28.09.2005	6 649,70
09.11.2005	6 729,03
23.11.2005	3 607,70
14.12.2005	3 137,97
28.12.2005	3 388,00
14.12.2005	2 566,60
Total	45 316,52

66 — Beneficiário: B. V. Malveira
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
08.06.2005	561,43
20.06.2005	4 228,10
13.07.2005	656,61
20.07.2005	3 518,20
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	4 591,40
28.09.2005	3 527,00
09.11.2005	2 792,40
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	2 493,60
14.12.2005	2 407,80
Total	31 260,92

67 — Beneficiário: B. V. Marinha Grande
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
20.06.2005	2 233,70
16.08.2005	52,88
16.08.2005	273,03
20.07.2005	2 532,90
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	2 806,40
14.09.2005	42,54
28.09.2005	3 537,10
09.11.2005	3 285,90
09.11.2005	3 242,19
26.10.2005	484,15
23.11.2005	2 577,90
14.12.2005	2 488,70
Total	26 799,58

68 — Beneficiário: B. V. Mértola
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
20.06.2005	2 334,50
13.07.2005	215,06
20.07.2005	2 424,50
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	2 471,90
14.09.2005	1 234,40
14.09.2005	538,53
28.09.2005	3 241,20
09.11.2005	3 729,70
09.11.2005	3 242,19
26.10.2005	284,93
23.11.2005	2 303,00
30.11.2005	757,07
14.12.2005	280,87
14.12.2005	2 184,90
Total	28 484,94

69 — Beneficiário: B. V. Mirandela (Cruz Amarela)
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
20.06.2005	1 687,20
20.07.2005	1 687,20
20.07.2005	3 242,19
20.07.2005	1 299,47
16.08.2005	2 210,00
14.09.2005	71,40
14.09.2005	350,26
28.09.2005	1 973,50
09.11.2005	2 240,80
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	1 709,10
14.12.2005	525,88
14.12.2005	1 623,40
Total	21 862,59

70 — Beneficiário: B. V. Moita
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
08.06.2005	43,35
20.06.2005	4 401,40
13.07.2005	38,08
20.07.2005	4 263,80
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	219,98
16.08.2005	3 820,10
14.09.2005	401,30
14.09.2005	83,49
28.09.2005	4 245,00
09.11.2005	3 839,40
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	83,95
23.11.2005	3 983,00
14.12.2005	3 787,20
Total	35 694,43

71 — Beneficiário: B.V. Montemor-o-Novo
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
20.06.2005	2 059,30
20.07.2005	425,90

Data da decisão	Montante
20.07.2005	3 089,00
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	2 959,00
28.09.2005	4 200,30
09.11.2005	3 418,20
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	3 220,80
14.12.2005	3 515,20
Total	29 372,08

72 — Beneficiário: B. V. Montemor-o-Velho
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
20.06.2005	1 789,50
20.07.2005	45,76
20.07.2005	1 696,70
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	2 190,90
14.09.2005	178,80
28.09.2005	2 293,40
12.10.2005	237,54
09.11.2005	2 016,10
09.11.2005	3 242,19
26.10.2005	532,94
09.11.2005	108,66
23.11.2005	2 014,50
14.12.2005	1 997,10
Total	21 586,28

73 — Beneficiário: B. V. Moreira da Maia
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
20.06.2005	4 241,50
20.07.2005	3 618,20
20.07.2005	3 242,19
20.07.2005	535,76
16.08.2005	3 485,60
28.09.2005	3 936,00
09.11.2005	3 306,60
09.11.2005	3 242,19
26.10.2005	283,84
23.11.2005	53,58
23.11.2005	3 649,50
30.11.2005	385,95
14.12.2005	4 129,20
Total	34 110,11

74 — Beneficiário: B. V. Moura
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
20.06.2005	1 377,00
20.07.2005	589,02
20.07.2005	1 605,40
20.07.2005	3 242,19
20.07.2005	175,98
16.08.2005	1 406,50
14.09.2005	418,64
28.09.2005	1 894,60
20.07.2005	1 496,30
20.07.2005	3 242,19

Data da decisão	Montante
26.10.2005	389,26
23.11.2005	1 672,50
14.12.2005	1 992,70
Total	19 502,28

75 — Beneficiário: B. V. Óbidos
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
20.06.2005	1 337,10
20.07.2005	1 312,80
20.07.2005	3 242,19
20.07.2005	233,05
16.08.2005	1 331,10
28.09.2005	1 724,70
20.07.2005	1 540,40
20.07.2005	3 242,19
26.10.2005	213,73
23.11.2005	1 360,60
30.11.2005	574,40
14.12.2005	1 511,20
Total	17 623,46

76 — Beneficiário: B. V. Odemira
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
20.06.2005	2 904,70
13.07.2005	303,88
20.07.2005	692,61
20.07.2005	2 475,20
20.07.2005	3 242,19
20.07.2005	79,07
16.08.2005	3 529,80
28.09.2005	109,45
28.09.2005	3 425,90
09.11.2005	4 417,00
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	2 792,20
14.12.2005	2 930,20
Total	30 144,39

77 — Beneficiário: B. V. Odivelas
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
20.06.2005	2 502,60
20.07.2005	2 844,00
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	2 927,60
14.09.2005	25,68
14.09.2005	137,49
14.09.2005	533,33
28.09.2005	2 374,30
09.11.2005	4 694,93
23.11.2005	6,45
23.11.2005	32,13
09.11.2005	601,74
23.11.2005	1 985,30
30.11.2005	6,45
30.11.2005	658,94
14.12.2005	2 304,70
Total	24 877,83

78 — Beneficiário: B. V. Oeiras
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	2 740,30
20.07.2005	1 091,73
20.07.2005	5 143,00
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	4 759,00
28.09.2005	650,77
28.09.2005	5 039,00
30.11.2005	6 374,06
30.11.2005	2 115,00
14.12.2005	2 213,80
Total	33 368,85

79 — Beneficiário: B. V. Oliveira de Azeméis
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	3 610,40
20.07.2005	3 548,60
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	3 396,90
28.09.2005	3 024,40
09.11.2005	2 835,30
09.11.2005	3 242,19
30.11.2005	408,23
30.11.2005	25,68
30.11.2005	3 149,30
14.12.2005	2 962,70
Total	29 445,89

80 — Beneficiário: B. V. Pataias
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	2 293,30
20.07.2005	2 220,40
16.08.2005	2 081,70
28.09.2005	2 105,60
09.11.2005	2 205,80
23.11.2005	1 619,60
14.12.2005	1 992,30
Total	14 518,70

81 — Beneficiário: B. V. Parede A.B.E.S. «Amadeu Duarte»
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	2 735,20
20.07.2005	2 660,00
16.08.2005	2 846,70
28.09.2005	2 991,50
09.11.2005	1 448,50
23.11.2005	976,70
14.12.2005	1 658,30
Total	15 316,90

82 — Beneficiário: B. V. Penacova
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	446,47
20.06.2005	1 193,90
13.07.2005	3 944,42
20.07.2005	829,90
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	78,04
16.08.2005	717,70
28.09.2005	311,09
28.09.2005	797,40
28.09.2005	604,54
28.09.2005	607,54
09.11.2005	744,30
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	576,10
30.11.2005	408,81
14.12.2005	559,89
14.12.2005	829,00
Total	19 133,48

83 — Beneficiário: B. V. Pernes
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	2 195,50
20.07.2005	1 804,90
20.07.2005	3 242,19
20.07.2005	2 111,80
28.09.2005	2 139,70
09.11.2005	2 372,10
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	1 683,50
14.12.2005	1 375,82
14.12.2005	557,03
14.12.2005	2 242,70
Total	22 967,43

84 Beneficiário: B. V. Peniche
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 615,40
20.07.2005	10 054,49
20.07.2005	1 554,20
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	1 745,10
14.09.2005	323,41
28.09.2005	16,90
28.09.2005	714,48
28.09.2005	2 086,60
09.11.2005	2 113,20
09.11.2005	3 242,19
09.11.2005	25,68
23.11.2005	1 580,20
14.12.2005	1 566,60
Total	29 880,64

85 — Beneficiário: B. V. Pinhal Novo
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	117,39
20.07.2005	2 958,60

Data da decisão	Montante
20.07.2005	3 242,19
20.07.2005	2 156,70
20.07.2005	1 825,51
28.09.2005	835,00
28.09.2005	3 208,60
28.09.2005	3 084,60
09.11.2005	3 242,19
09.11.2005	11 701,18
19.10.2005	2 882,40
23.11.2005	48,08
30.11.2005	3 038,60
14.12.2005	3 711,90
Total	42 052,94

86 — Beneficiário: B. V. Pombal
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	2 230,90
20.07.2205	313,95
20.07.2005	2 490,60
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	2 500,60
28.09.2005	181,40
28.09.2005	3 087,10
09.11.2005	2 812,60
09.11.2005	3 242,19
09.11.2005	440,70
23.11.2005	2 872,60
14.12.2005	2 647,90
Total	26 062,73

87 — Beneficiário: B. V. Ponte de Lima
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 615,50
20.07.2205	3 024,50
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	139,49
16.08.2005	3 875,00
28.09.2005	673,04
28.09.2005	4 012,40
09.11.2005	4 052,30
09.11.2005	3 242,19
09.11.2005	57,96
23.11.2005	223,29
23.11.2005	4 367,30
14.12.2005	573,57
14.12.2005	3 386,97
14.12.2005	3 874,20
Total	36 359,90

88 — Beneficiário: B. V. Ponte de Sor
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
14.06.2005	1 863,40
20.07.2205	597,05
20.07.2205	2 633,40
20.07.2205	3 242,19
16.08.2005	2 618,00
28.09.2005	2 433,20

Data da decisão	Montante
09.11.2005	2 279,20
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	2 048,20
14.12.2005	3 025,00
14.12.2005	2 402,40
Total	26 384,23

89 — Beneficiário: B. V. Portalegre
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 807,40
20.07.2205	255,61
20.07.2205	2 471,70
20.07.2205	3 242,19
16.08.2005	2 081,50
14.09.2005	576,43
28.09.2005	179,62
28.09.2005	1 694,80
28.09.2005	1 978,80
09.11.2005	1 793,50
09.11.2005	3 242,19
30.11.2005	75,74
30.11.2005	1 965,00
30.11.2005	399,52
14.12.2005	2 449,10
Total	24 213,10

90 — Beneficiário: B. V. Portimão
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	2 143,00
13.07.2205	110,02
20.07.2005	2 602,00
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	2 502,50
28.09.2005	5 341,80
09.11.2005	6 726,60
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	4 817,80
14.12.2005	3 632,30
Total	34 360,40

91 — Beneficiário: B. V. Porto de Mós
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 128,40
13.07.2205	556,42
20.07.2005	1 462,20
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	1 233,00
14.09.2005	271,42
14.09.2005	538,63
28.09.2005	1 274,80
09.11.2005	1 270,20
09.11.2005	3 242,19
30.11.2005	1 229,40
07.12.2005	69,28
14.12.2005	1 008,30
Total	16 526,43

92 — Beneficiário: B. V. Portuenses (BCP)
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 441,40
13.07.2205	447,43
20.07.2005	1 429,10
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	1 657,65
16.08.2005	1 486,30
28.09.2005	317,99
28.09.2005	438,17
28.09.2005	1 119,30
09.11.2005	873,10
09.11.2005	3 242,19
09.11.2005	136,65
09.11.2005	534,67
23.11.2005	1 255,40
30.11.2005	126,00
14.12.2005	1 329,90
Total	19 077,44

93 — Beneficiário: B. V. Póvoa de St.ª Iria
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	3 314,70
20.07.2005	2 881,30
16.08.2005	2 965,60
28.09.2005	2 971,10
09.11.2005	1 663,80
23.11.2005	904,30
14.12.2005	644,90
Total	15 345,70

94 — Beneficiário: B. V. Póvoa de Varzim
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	4 419,30
20.07.2205	3 779,80
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	3 706,20
28.09.2005	2 975,00
28.09.2005	3 943,70
09.11.2005	4 728,90
09.11.2005	3 242,19
09.11.2005	9 611,15
23.11.2005	4 352,70
14.12.2005	4 182,50
Total	48 183,63

95 — Beneficiário: B. V. Progresso Barcarenense
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
08.06.2005	50,50
22.06.2005	1 613,30
20.07.2205	1 744,80
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	400,61
16.08.2005	1 546,70
28.09.2005	1 381,60
28.09.2005	967,50
09.11.2005	3 242,19

Data da decisão	Montante
09.11.2005	63,53
23.11.2005	684,30
23.11.2005	25,68
14.12.2005	524,30
Total	15 487,20

96 — Beneficiário: B. V. Queluz
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	2 066,70
13.07.2205	113,34
20.07.2005	2 306,10
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	389,93
16.08.2005	2 203,70
28.09.2005	2 252,40
28.09.2005	368,52
09.11.2005	4 854,72
26.10.2005	1 241,03
23.11.2005	1 671,50
30.11.2005	71,40
14.12.2005	1 774,30
Total	22 555,83

97 — Beneficiário: B. V. Reguengos de Monsaraz
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 679,40
20.07.2205	2 160,70
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	1 985,40
28.09.2005	1 674,00
09.11.2005	1 958,20
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	2 080,80
30.11.2005	360,82
14.12.2005	2 111,90
Total	20 495,60

98 — Beneficiário: B. V. Sacavém
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	2 834,10
14.07.2005	597,18
13.07.2205	3 323,60
20.07.2005	3 242,19
20.07.2005	4 923,63
16.08.2005	3 335,60
16.08.2005	3 512,20
28.09.2005	2 697,10
09.11.2005	3 242,19
09.11.2005	835,75
23.11.2005	2 889,70
09.11.2005	774,21
23.11.2005	31,86
14.12.2005	2 568,90
Total	34 808,21

99 — Beneficiário: B. V. Samora Correia
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	2 036,70
20.07.2205	40,78
20.07.2205	1 932,50
20.07.2205	3 242,19
16.08.2205	89,25
16.08.2005	595,00
16.08.2005	2 306,20
19.10.2005	91,72
28.09.2005	1 113,96
28.09.2005	2 433,00
09.11.2005	2 753,20
09.11.2005	3 242,19
09.11.2005	1 961,00
23.11.2005	114,59
23.11.2005	975,38
07.12.2005	109,01
14.12.2005	2 087,70
Total	25 124,37

100 — Beneficiário: B. V. S. Bartolomeu de Messines
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	2 906,00
06.07.2205	257,16
20.07.2005	111,86
20.07.2005	2 594,00
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	2 609,10
28.09.2005	523,18
28.09.2005	181,98
28.09.2005	178,98
28.09.2005	2 801,30
09.11.2005	3 160,10
09.11.2005	3 242,19
09.11.2005	257,71
23.11.2005	2 279,90
14.12.2005	2 188,00
Total	26 533,65

101 — Beneficiário: B. V. S. João da Madeira
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 670,50
06.07.2205	100,46
20.07.2005	1 637,10
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	1 070,50
16.08.2005	1 831,00
14.09.2005	91,03
28.09.2005	186,48
28.09.2005	1 438,30
09.11.2005	2 433,00
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	126,00
23.11.2005	2 567,20
30.11.2005	336,25
07.12.2005	230,08
14.12.2005	91,03
14.12.2005	3 440,00
Total	23 733,31

102 — Beneficiário: B. V. Santo Tirso
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	886,80
20.07.2005	881,30
20.07.2005	3 242,19
28.09.2005	824,40
28.09.2005	883,20
09.11.2005	810,60
09.11.2005	3 249,19
23.11.2005	701,60
30.11.2005	1 855,08
31.12.2005	3 605,26
14.12.2005	807,10
Total	17 746,72

103 — Beneficiário: B. V. Seixal
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	9 360,30
16.08.2205	396,88
20.07.2005	9 490,60
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	9 837,00
16.08.2005	327,94
26.10.2005	280,25
14.09.2005	256,30
28.09.2005	9 588,00
09.11.2005	10 807,00
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	7 927,00
14.12.2005	8 749,50
Total	73 505,15

104 — Beneficiário: B. V. Sesimbra
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	4 128,00
20.07.2205	4 686,60
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	1 922,00
28.09.2005	5 133,60
28.09.2005	913,10
28.09.2005	3 310,40
09.11.2005	6 932,10
09.11.2005	3 242,19
19.10.2005	2 637,80
09.11.2005	587,01
07.12.2005	7 407,10
30.11.2005	2 498,34
23.11.2005	4 180,14
14.12.2005	4 379,80
Total	55 200,37

105 — Beneficiário: B. V. Sintra
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 497,50
20.07.2205	1 930,00
20.07.2005	3 242,19
28.09.2005	1 826,30

Data da decisão	Montante
28.09.2005	1 640,30
09.11.2005	1 574,70
91.142.005	3 242,19
23.11.2005	1 554,40
30.11.2005	50,81
14.12.2005	1 357,00
Total	17 915,39

106 — Beneficiário: B. V. Soure
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	2 298,70
16.08.2005	670,39
20.07.2005	2 361,40
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	2 737,10
28.09.2005	2 786,20
09.11.2005	3 138,00
09.11.2005	3 242,19
19.10.2005	141,68
23.11.2005	2 848,10
14.12.2005	1 989,90
Total	25 455,85

107 — Beneficiário: B. V. Torrejanos
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	2 050,30
20.07.2005	2 032,20
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	158,79
16.08.2005	2 174,20
14.09.2005	443,83
28.09.2005	15,42
28.09.2005	2 328,50
09.11.2005	5 010,31
23.11.2005	1 177,20
30.11.2005	239,63
14.12.2005	1 823,50
Total	20 696,07

108 — Beneficiário: B. V. Torres Vedras
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 170,80
16.08.2005	210,00
20.07.2005	980,30
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	1 245,50
28.09.2005	1 299,90
09.11.2005	1 002,10
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	885,80
28.11.2005	194,40
14.12.2005	1 037,20
Total	14 510,38

109 — Beneficiário: B. V. Trofa
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 716,40
23.07.2005	3 242,19
20.07.2005	58,24
20.07.2005	1 804,00
14.09.2005	1 973,00
16.08.2005	800,89
28.09.2005	683,05
09.11.2005	1 714,80
09.11.2005	3 242,19
30.11.2005	1 760,10
14.12.2005	40,46
Total	17 035,32

110 — Beneficiário: B. V. Vagos
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	3 361,20
20.07.2005	4 568,60
16.08.2005	4 113,90
28.09.2005	4 772,20
09.11.2005	5 571,20
23.11.2005	3 700,00
14.12.2005	4 958,60
Total	31 045,70

111 — Beneficiário: B. V. Valadares
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	880,30
16.08.2005	66,58
20.07.2005	1 036,60
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	171,63
16.08.2005	1 153,10
28.09.2005	1 145,00
09.11.2005	995,30
09.11.2005	3 242,19
19.10.2005	3 185,76
23.11.2005	784,40
30.11.2005	1 085,40
14.12.2005	956,70
Total	17 945,15

112 — Beneficiário: B. V. Vialonga
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	2 795,10
20.07.2005	2 728,20
16.08.2005	2 957,50
28.09.2005	2 528,20
09.11.2005	1 467,60
23.11.2005	900,30
14.12.2005	853,90
Total	14 230,80

113 — Beneficiário: B. V. Vila do Bispo
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	1 141,50
20.07.2005	1 516,90
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	1 152,70
28.09.2005	1 582,10
09.11.2005	1 906,90
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	1 047,20
14.12.2005	974,60
Total	15 806,28

114 — Beneficiário: B. V. Viana do Castelo
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	2 361,50
06.07.2205	111,82
16.08.2005	813,52
20.07.2005	2 342,30
20.07.2005	3 242,19
14.09.2005	153,68
14.09.2005	2 517,30
19.10.2005	633,47
28.09.2005	466,56
28.09.2005	4 485,30
09.11.2005	5 186,60
09.11.2005	3 242,19
09.11.2005	485,89
23.11.2005	3 926,00
30.11.2005	42,35
07.12.2005	1 364,84
31.12.2005	468,01
14.12.2005	4 683,70
Total	36 527,22

115 — Beneficiário: B. V. Vila das Aves
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	4 131,50
20.07.2005	2 223,90
16.08.2005	2 276,60
28.09.2005	1 110,30
09.11.2005	1 616,20
23.11.2005	1 734,60
14.12.2005	1 994,20
Total	15 087,30

116 — Beneficiário: B. V. Vila Nova de Famalicão
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
29.06.2005	1 514,80
22.06.2205	1 569,20
06.07.2005	5 951,00
16.08.2005	2 951,20
02.08.2005	919,70
16.08.2005	1 568,90
15.08.2005	556,20
15.09.2005	757,40
28.09.2005	2 518,80

Data da decisão	Montante
09.11.2005	2 120,10
09.11.2005	3 242,19
09.11.2005	973,80
23.11.2005	1 027,90
23.11.2005	1 933,60
14.12.2005	1 785,80
Total	29 390,59

117 — Beneficiário: B. V. Vila Real Cruz Branca
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	33,70
22.06.2205	503,20
16.08.2005	139,46
20.07.2005	570,80
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	136,72
16.08.2005	461,90
28.09.2005	99,19
14.09.2005	13,20
28.09.2005	965,10
09.11.2005	1 111,50
09.11.2005	3 242,19
26.10.2005	1 455,01
26.10.2005	199,28
09.11.2005	146,47
09.11.2005	25,68
23.11.2005	975,80
07.12.2005	244,85
31.12.2005	3 025,00
14.12.2005	1 101,60
Total	17 692,84

118 — Beneficiário: B. V. Vila Real Cruz Verde
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	17,99
22.06.2205	1 539,40
20.07.2005	486,95
20.07.2005	1 642,60
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	178,83
16.08.2005	463,05
16.08.2005	1 651,20
28.09.2005	96,84
28.09.2005	185,82
28.09.2005	328,57
28.09.2005	1 694,20
09.11.2005	3 187,80
09.11.2005	3 242,19
26.10.2005	269,75
26.10.2005	84,54
09.11.2005	517,95
09.11.2005	61,11
23.11.2005	2 972,20
30.11.2005	458,78
30.11.2005	139,01
30.11.2005	682,68
07.12.2005	84,54
14.12.2005	2 679,60
Total	25 907,79

119 — Beneficiário: B. V. Vila Real St.º António
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	3 226,40
20.07.2205	3 884,70
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	672,13
16.08.2005	4 062,40
14.09.2005	47,19
28.09.2005	17,13
28.09.2005	4 304,70
09.11.2005	7 090,40
09.11.2005	3 242,19
26.10.2005	107,86
23.11.2005	2 927,40
30.11.2005	47,19
07.12.2005	78,46
14.12.2005	2 930,30
Total	35 880,64

120 — Beneficiário: B. V. Vinhais
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	295,60
20.07.2205	493,00
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	422,60
14.09.2005	463,08
28.09.2005	106,51
28.09.2005	348,10
09.11.2005	337,30
09.11.2005	3 242,19
23.11.2005	282,00
30.11.2005	540,51
07.12.2005	200,87
31.12.2005	3 423,76
14.12.2005	235,40
Total	13 633,11

121 — Beneficiário: B. V. Vila Praia de Âncora
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
08.06.2005	2 966,00
08.06.2005	2 592,50
20.07.2005	2 752,00
16.08.2005	3 876,50
14.09.2005	5 019,20
19.10.2005	3 150,00
23.11.2005	3 647,00
07.12.2005	2 553,50
Total	26 556,70

122 — B. V. Vouzela
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	749,90
22.06.2205	10,00
16.08.2005	605,00
20.07.2005	796,10
20.07.2005	3 242,19
16.08.2005	380,25

Data da decisão	Montante
16.08.2005	707,40
28.09.2005	322,95
28.09.2005	922,20
09.11.2005	1 138,60
09.11.2005	3 242,19
26.10.2005	31,97
23.11.2005	305,55
23.11.2005	626,50
31.12.2005	3 388,00
14.12.2005	877,30
Total	17 346,10

123 — Beneficiário: C. H. Vila Real/Peso da Régua, S. A.
Entidade decisora: INEM representado pelo Presidente do Conselho Directivo

Data da decisão	Montante
15.06.2004	17 457,93
15.06.2004	17 457,93
15.06.2004	17 457,93
15.06.2004	17 457,93
15.06.2004	17 457,93
15.06.2004	17 457,93
Total	104 747,58

124 — Beneficiário: Hosp. Senhora Oliveira — Guimarães, S. A.
Entidade decisora: INEM representado pelo Presidente do Conselho Directivo

Data da decisão	Montante
26.12.2003	11 472,35
26.12.2003	11 472,35
26.12.2003	11 472,35
26.12.2003	11 472,35
26.12.2003	11 472,35
26.12.2003	11 472,35
14.12.2005	20 127,00
Total	88 961,10

125 — Beneficiário: Centro Hospitalar Médio Tejo, S. A.
Entidade decisora: INEM representado pelo Presidente do Conselho Directivo

Data da decisão	Montante
03.03.2005	23 443,50
03.03.2005	23 443,50
03.03.2005	23 443,50
03.03.2005	23 443,50
03.03.2005	23 443,50
03.03.2005	23 443,50
14.12.2005	8 866,00
Total	149 527,00

126 — Beneficiário: Hospital de Santo André, S. A.
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
14.12.2005	14 659,15

127 — Beneficiário: Hospital de Bragança, S. A.
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
14.12.2005	16 372,27

128 — Beneficiário: Hospital Dist. Figueira da Foz, S. A.
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
14.12.2005	16 621,28

129 — Beneficiário: Hospital Geral de Santo António, S. A.
Entidade decisora: Conselho Directivo INEM

Data da decisão	Montante
29.06.2005	6 431,97
13.07.2005	2 854,68
13.07.2005	2 071,73
13.07.2005	5 604,94
14.09.2005	6 805,78
14.09.2005	2 470,18
14.09.2005	2 617,07
14.09.2005	7 263,24
19.10.2005	6 876,73
16.11.2005	5 932,07
16.11.2005	2 854,68
16.11.2005	2 011,07
14.12.2005	20 092,27
14.12.2005	2 868,62
19.12.2005	6 032,25
Total	82 787,28

130 — Beneficiário: Hospital Distrital de Santarém, S. A.
Entidade decisora: INEM representado pelo Presidente do Conselho Directivo

Data da decisão	Montante
27.05.2004	17 457,93
27.05.2004	17 457,93
27.05.2004	17 457,93
27.05.2004	17 457,93
27.05.2004	17 457,93
27.05.2004	17 457,93
27.05.2004	17 457,93
Total	122 205,51

131 — Beneficiário: Centro Hospitalar Cova da Beira, S. A.
Entidade decisora: Secretário de Estado da Saúde

Data da decisão	Montante
07.01.2005	23 443,50
07.01.2005	23 443,50
07.01.2005	23 443,50
07.01.2005	23 443,50
07.01.2005	23 443,50
07.01.2005	23 443,50
07.01.2005	23 443,50
Total	164 104,50

132 — Beneficiário: Hospital S. Francisco Xavier, S. A.
Entidade decisora: Conselho Directivo INEM

Data da decisão	Montante
13.07.2005	12 214,83
29.06.2005	17 927,37
13.07.2005	12 674,09
14.09.2005	12 434,47
14.09.2005	16 866,75
14.09.2005	12 982,75
16.08.2005	291,10
19.10.2005	17 068,65
19.10.2005	15 136,11
19.10.2005	14 800,02
09.11.2005	13 667,87
09.11.2005	12 989,92
14.12.2005	2 723,83
19.12.2005	13 671,62
19.12.2005	16 761,80
Total	192 211,18

133 — Beneficiário: Unidade Local Saúde Matosinhos, S. A.
Entidade decisora: Conselho Directivo INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	2 534,65
22.06.2005	1 743,78
13.07.2005	2 546,06
27.07.2005	729,00
16.08.2005	6 122,22
16.08.2005	6 411,61
14.09.2005	871,89
14.09.2005	6 030,81
14.09.2005	5 753,80
28.09.2005	2 224,95
28.09.2005	2 567,25
16.08.2005	717,61
16.08.2005	816,70
16.08.2005	816,71
16.08.2005	3 391,83
16.08.2005	5 539,30
16.08.2005	1 859,61
19.10.2005	6 133,61
09.11.2005	2 653,61
09.11.2005	871,89
09.11.2005	1 262,58
23.11.2005	599,84
23.11.2005	764,55
14.12.2005	1 768,55
14.12.2005	2 699,25
19.12.2005	1 041,05
14.12.2005	20 127,00
Total	88 599,71

134 — Beneficiário: Centro Hospitalar Alto Minho, S. A.
Entidade decisora: INEM representado pelo Presidente do Conselho Directivo

Data da decisão	Montante
31.03.2004	17 457,93
31.03.2004	17 457,93
31.03.2004	17 457,93
31.03.2004	17 457,93
31.03.2004	17 457,93
31.03.2004	17 457,93
Total	104 747,58

135 — Beneficiário: Hospital Infante D. Pedro, S. A. — Aveiro
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
09.03.2005	15 380,73
Total	15 380,73

136 — Beneficiário: Hosp. Padre Américo — Vale de Sousa, S. A.
Entidade decisora: INEM representado pelo Presidente do Conselho Directivo

Data da decisão	Montante
19.04.2004	17 457,93
19.04.2004	17 457,93
19.04.2004	17 457,93
19.04.2005	17 457,93
19.04.2004	17 457,93
19.04.2004	17 457,93
Total	104 747,58

137 — Beneficiário: C. V. P. — Unidade de Socorro Nacional
Entidades decisoras: Ministro da Saúde e Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
09.08.1995	10 973,55
09.08.1995	10 973,55
09.08.1995	3 658,45
09.08.1995	7 316,00
09.08.1995	7 316,00
09.08.1995	7 316,00
09.08.1995	7 316,00
09.11.2005	5 740,00
Total	60 609,55

138 — Beneficiário: C. V. P. — Delegação da Amadora
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	6 832,00
22.06.2005	4 979,31
14.09.2005	2 576,00
14.09.2005	4 256,00
16.08.2005	4 071,48
19.10.2005	3 696,00
09.11.2005	5 264,00
07.12.2005	4 200,00
Total	35 874,79

139 — Beneficiário: C. V. P. Núcleo de Vila do Conde
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	6 832,00
20.07.2005	4 979,31
16.08.2005	2 576,00
28.09.2005	4 256,00
09.11.2005	4 071,48

Data da decisão	Montante
23.11.2005	3 696,00
14.12.2005	5 264,00
Total	31 674,79

140 — Beneficiário: C.V.P. Núcleo de Ribeirão
Entidade decisora: Conselho Directivo do INEM

Data da decisão	Montante
22.06.2005	2 706,76
20.07.2005	2 437,00
14.09.2005	2 506,28
28.09.2005	2 649,72
26.10.2005	2 124,60
23.11.2005	2 242,72
Total	14 667,08

7 de Fevereiro de 2007. — A Secretária-Geral, *Isabel Apolinário*.

Administração Regional de Saúde do Alentejo

Sub-Região de Saúde de Évora

Despacho (extracto) n.º 6023/2007

Por deliberação de 19 de Janeiro de 2007 do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Alentejo, foi a Dulce de Fátima da Silva Falé Ferreira autorizada a renovação de contrato de trabalho a termo certo, ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º-A do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, para exercer funções equiparadas às de motorista de ligeiros, da carreira de motorista de ligeiros, no Centro de Saúde de Évora, pelo período de três meses, com efeitos a 27 de Janeiro de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Fevereiro de 2007. — O Coordenador, *Martinho Manuel de Jesus Vieira*.

3000225951

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Sub-Região de Saúde de Santarém

Despacho n.º 6024/2007

Por meu despacho de 22 de Fevereiro de 2007, foi nomeado chefe de secção, em regime de substituição, para o Centro de Saúde de Torres Novas, Adolfo Gonçalves Afonso, assistente administrativo especialista, nos termos do n.º 3 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

27 de Fevereiro de 2007. — O Coordenador, *Fernando Manuel de Almeida Afoito*.

Administração Regional de Saúde do Norte

Sub-Região de Saúde do Porto

Despacho (extracto) n.º 6025/2007

Por despacho de 13 de Dezembro de 2006 do vogal do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Norte, foram autorizadas as transferências dos seguintes profissionais:

Ana Paula Bento Pinto Rocha Almeida, enfermeira especialista do quadro de pessoal do Hospital de São Gonçalo, E. P. E. — para o quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde do Norte, Sub-Região de Saúde do Porto, Centro de Saúde de Amarante, com efeitos a 7 de Dezembro de 2006.

Maria do Céu Cardoso Pinheiro Soares, enfermeira especialista do quadro de pessoal do Hospital de São Gonçalo, E. P. E. — para o quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde do Norte, Sub-Região de Saúde do Porto, Centro de Saúde de Amarante, com efeitos a 18 de Dezembro de 2006.

Benvinda de Jesus Maia Fernandes Ribeiro, enfermeira-chefe do quadro de pessoal do Hospital de São Gonçalo, E. P. E. — para o quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde do Norte, Sub-Região de Saúde do Porto, Centro de Saúde de Felgueiras, com efeitos a 1 de Fevereiro de 2007.

27 de Fevereiro de 2007. — A Coordenadora, *Maria Georgina Cruz*.

Direcção-Geral da Saúde

Deliberação n.º 575/2007

Por deliberação do conselho de administração de 23 de Fevereiro de 2007, foi Jorge Manuel Batista de Sousa, assistente graduado de cirurgia geral, nomeado, em comissão de serviço, adjunto da direcção clínica (cargo remunerado conforme o previsto no artigo 61.º e nos termos do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março), com efeitos à data da deliberação (23 de Fevereiro de 2007). (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Fevereiro de 2007. — A Chefe de Secção, *Maria Margarida Nogueira Marques*.

Deliberação n.º 576/2007

Por deliberação do conselho de administração de 23 de Fevereiro de 2007, foi Ema Maria Santos Bettencourt, assistente graduada de ginecologia/obstetrícia, nomeada em comissão de serviço adjunta da direcção clínica (cargo remunerado conforme o previsto no artigo 61.º e nos termos do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março), com efeitos à data da deliberação (23 de Fevereiro de 2007). (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Fevereiro de 2007. — A Chefe de Secção, *Maria Margarida Nogueira Marques*.

Despacho n.º 6026/2007

Por despacho do presidente do conselho de administração de 23 de Fevereiro de 2007, foi autorizada a cessação de serviço, a seu pedido, a José Adérito Neves de Carvalho, assistente graduado de medicina interna, do cargo de chefe de equipa do serviço de urgência, nos termos do artigo 43.º, alínea d), do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Fevereiro de 2007. — A Chefe de Secção, *Maria Margarida Nogueira Marques*.

Hospitais Cívicos de Lisboa

Hospital de D. Estefânia

Aviso (extracto) n.º 5559/2007

Faz-se público que, na sequência do despacho do secretário-geral do Ministério da Saúde de 8 de Dezembro de 2006, que revogou a deliberação homologatória da lista de classificação final do concurso institucional interno geral de provimento na categoria de chefe de serviço, área funcional de pediatria médica, da carreira médica hospitalar, aberto pelo aviso n.º 6259/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 1 de Julho de 2004, o conselho de administração do Hospital de D. Estefânia, por deliberação tomada em 22 de Fevereiro de 2007, nomeou um novo júri para o mesmo concurso, com a seguinte composição:

Presidente — Dr.ª Ana Maria Teodoro Jorge, chefe de serviço de pediatria do Hospital de Garcia de Orta.

Vogais efectivos:

1.º Prof. Doutor Luís Almeida Santos, chefe de serviço de pediatria do Hospital de São João, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

2.º Prof. Doutor Luís Manuel de Almeida Nunes, chefe de serviço de pediatria do Hospital de D. Estefânia.

3.º Dr. Hélder Manuel Martins Gonçalves, chefe de serviço de pediatria do Hospital do Espírito Santo — Évora.

4.º Dr.ª Micaela do Rosário Marques Serelha Carvalho, chefe de serviço de pediatria do Hospital de D. Estefânia.

Vogais suplentes:

1.º Dr. José Carlos Ferreira Guimarães, chefe de serviço de pediatria do Centro Hospitalar de Lisboa (Zona Ocidental) (Hospital São Francisco de Xavier).

2.º Dr.ª Almerinda Maria Alves Barroso Pereira, chefe de serviço de pediatria do Hospital de São Marcos — Braga.

26 de Fevereiro de 2007. — A Vogal Executiva, *Ana Cristina Andrade*.

Hospital de São Miguel — Oliveira de Azeméis

Aviso n.º 5560/2007

Concurso n.º 01/2007 — Concurso interno geral de ingresso para a categoria de assistente administrativo

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por deliberação do conselho de administração do Hospital de São Miguel — Oliveira de Azeméis de 16 de Janeiro de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de ingresso para uma vaga de assistente administrativo, do quadro de pessoal deste Hospital, aprovado pela Portaria n.º 764/93, de 30 de Agosto.

2 — Prazo de validade — o presente concurso esgota-se com o preenchimento do lugar posto a concurso.

3 — Legislação aplicável — ao presente concurso aplicam-se os Decretos-Leis n.ºs 265/88, de 28 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, 225/91, de 18 de Junho, 204/98, de 11 de Julho, 427/89, de 7 de Dezembro, e 442/91, de 15 de Novembro, actualizado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, o despacho n.º 13 381/99, de 1 de Julho, do director-geral da Administração Pública, e o despacho publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 62, de 14 de Março de 1997.

4 — Conteúdo funcional — compete genericamente ao assistente administrativo o exercício de funções de natureza executiva, enquadradas em instruções gerais e procedimentos bem definidos, com certo grau de complexidade, relativas a uma ou mais áreas de actividade administrativa, designadamente contabilidade, pessoal, património, secretariado, arquivo, conforme o artigo 1.º do Decreto Regulamentar n.º 20/85, de 1 de Abril.

5 — Vencimento, local e condições de trabalho — o vencimento é o fixado para a categoria de assistente administrativo, de acordo com o Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

6 — Local de trabalho — Hospital de São Miguel — Oliveira de Azeméis, sito no Largo do Riso Terra, 3720-275 Oliveira de Azeméis.

7 — Requisitos de admissão ao concurso:

7.1 — Requisitos gerais — os constantes do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

7.2 — Requisitos especiais:

a) Ser funcionário ou agente, nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

b) Podem candidatar-se os funcionários de quaisquer serviços ou organismos da Administração Pública que reúnam os requisitos previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e do Decreto-Lei n.º 101/2003, de 23 de Maio.

8 — Métodos de selecção — no presente concurso serão utilizados, pela ordem indicada, os seguintes métodos de selecção, classificados na escala de 0 a 20 valores:

a) Prova escrita de conhecimentos gerais (PCG);

b) Prova escrita de conhecimentos específicos (PCE);

c) Avaliação curricular (AC);

d) Entrevista profissional de selecção (EPS).

8.1 — As provas de conhecimentos gerais e específicos são eliminatórias de per si, serão escritas com duração de uma hora cada e a sua elaboração terá por base os programas aprovados pelo despacho n.º 13 381/99, de 1 de Julho, do director geral da Administração Pública, e pelo despacho publicado a p. 31 156 do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 62, de 14 de Março de 1997, sendo permitida a consulta da legislação em suporte papel conforme o anexo ao presente aviso.

8.2 — Avaliação curricular — visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos, sendo consideradas e ponderadas a habilitação aca-

démica de base ou a sua equiparação legalmente reconhecida, a formação profissional e a experiência profissional demonstrada e comprovada através da elaboração do respectivo currículo.

8.3 — Entrevista profissional de selecção, sem carácter eliminatório, visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

8.4 — Os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores serão excluídos, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, quer em cada uma das provas quer na avaliação curricular.

8.5 — Classificação final (CF) — a classificação final resultará da aplicação da seguinte média ponderada:

$$CF = (2PCG + 4PCE + 2AC + 2EPS) / 10$$

8.6 — Os critérios de apreciação e os factores de ponderação da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de avaliação curricular, constam da acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

8.7 — Critérios de preferência — aplicação dos critérios legalmente previstos no n.º 1 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9 — Formalização das candidaturas:

9.1 — Os requerimentos de admissão ao concurso deverão ser dirigidos ao presidente do conselho de administração do Hospital de São Miguel — Oliveira de Azeméis, sito no Largo do Riso Terra, 3720-275 Oliveira de Azeméis, com indicação do concurso a que concorrem, podendo ser entregues pessoalmente no Serviço de Pessoal, no período das 9 às 12 e das 14 às 16 horas, ou remetidos pelo correio, registados com aviso de recepção, expedidos até ao último dia do prazo fixado para a entrega das candidaturas.

9.2 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, estado civil, naturalidade, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu, residência, código postal e número de telefone);
- b) Habilitações literárias;
- c) Pedido para ser admitido a concurso;
- d) Identificação do concurso;
- e) Situação face à função pública (categoria detida, serviço a que pertence e natureza do vínculo);
- f) Referência expressa ao concurso a que se candidata;
- g) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar por considerarem susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal;
- h) Enumeração dos documentos que acompanham o requerimento, bem como a sua sumária caracterização;
- i) Declaração sob compromisso de honra de que reúne os requisitos gerais de provimento constantes no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9.3 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- a) Certificado autêntico ou autenticado das habilitações literárias;
- b) Declaração actualizada, passada e autenticada pelo serviço de origem, da qual constem, de maneira inequívoca, a natureza do vínculo, a categoria detida e a antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública;
- c) Um exemplar do *curriculum vitae*.

9.4 — Nos termos do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, a apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos gerais não é exigida, bastando a declaração dos candidatos sob compromisso de honra no próprio requerimento.

10 — As listas de candidatos e de classificação final serão afixadas no placard existente junto ao Serviço de Pessoal do Hospital de São Miguel — Oliveira de Azeméis.

11 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

12 — De acordo com o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000:

«Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação».

13 — Nos termos do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio, está assegurada a cabimentação orçamental deste concurso.

14 — O júri tem a seguinte composição:

Presidente — Luís Miguel Rodrigues Costa, chefe de repartição do Hospital de São Miguel — Oliveira de Azeméis.

1.º vogal efectivo — Cecília Raquel Reis Oliveira, assistente administrativa principal do Hospital de São Miguel — Oliveira de Azeméis.

2.º vogal efectivo — Isabel Maria Teixeira Barbosa, assistente administrativa principal do Hospital de São Miguel — Oliveira de Azeméis.

1.º vogal suplente — Carla Maria Espírito Santo Bastos, assistente administrativa principal do Hospital de São Miguel — Oliveira de Azeméis.

2.º vogal suplente — Dora Cristina Figueiredo Cardoso Bastos, assistente administrativa principal do Hospital de São Miguel — Oliveira de Azeméis.

15 — O presidente do júri será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

31 de Janeiro de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *António Cândido Ferreira Lima*.

ANEXO

Em cumprimento do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, indica-se a legislação necessária para a realização das provas de conhecimentos:

Constituição da República Portuguesa;
Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de Junho;
Portaria n.º 994/2006, de 19 de Setembro;
Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro;
Lei de Bases da Saúde — Lei n.º 48/90, de 24 de Agosto;
Decreto-Lei n.º 427/89, de 17 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 413/93, de 23 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 194/96, de 16 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril;
Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho;
Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;
Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
Decreto-Lei n.º 142/99, de 31 de Agosto;
Decreto-Lei n.º 70/2000, de 4 de Maio;
Lei n.º 10/2004, de 22 de Março;
Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio;
Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 404-A/98 de 18 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
Lei n.º 10/2004, de 26 de Abril;
Leis n.ºs 99/2003 e 9/2006, de 27 de Agosto e de 20 de Março;
Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;
Decreto-Lei n.º 173/2003, de 1 de Agosto;
Portaria n.º 219/2006, de 7 de Março;
Portaria n.º 567/2006, de 12 de Junho;
Despacho n.º 18 459/2006, de 12 de Setembro;
Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro;
Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 113/95, de 25 de Maio, 275-A/93, de 9 de Agosto, 190/96, de 9 de Outubro, e 10-B/96, de 23 de Março;
Lei n.º 191/99, de 5 de Junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2000, de 4 de Abril;
Portaria n.º 898/2000, de 28 de Setembro;
Decreto-Lei n.º 50-A/2006, de 10 de Março.

Em todas as áreas serão de contemplar todas as circulares normativas e informativas emitidas por qualquer organismo do Ministério da Saúde.

Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento

Aviso n.º 5561/2007

Em cumprimento do disposto no artigo 9.º-A do Decreto-Lei n.º 118/92, de 25 de Junho, com a nova redacção dada pelos Decretos-Leis n.ºs 305/98, de 7 de Outubro, 205/2000, de 1 de Setembro, 270/2002, de 2 de Dezembro, e 81/2004, de 10 de Abril, publica-se, em anexo, a lista dos novos medicamentos comparticipados ao abrigo da Portaria n.º 1471/2004, de 21 de Dezembro, com início de comercialização a 1 de Fevereiro de 2007.

26 de Janeiro de 2007. — Pelo Conselho de Administração, o Presidente, *Vasco A. J. Maria*.

Substância activa	Forma farmac.	Dosagem	Nome comercial	Apres.	Número de registo	Titular da AIM (*)	Grupo/ Subgrupo farmac. (**)	Designação GFT (**)	Grupo homogêneo	Escalaço	Taxa de comparticipação		Preço (PVP) (euros)	Preço de referência (euros)
											Regime geral (percentagem)	Regime especial (percentagem)		
Amlodipina	Comprimido	5 mg	<i>Amlodipina Angenérico 5 mg, Comprimidos (a)</i>	20 unidades	5771084	Angenérico Produtos Farmacêuticos Genéricos, L.da	3.5.1/3.4.3	Antianginosos/bloqueadores da entrada de cálcio	GH0151	B	69	84	6,66	7,42
Amlodipina	Comprimido	5 mg	<i>Amlodipina Angenérico 5 mg, Comprimidos (a)</i>	60 unidades	5771183	Angenérico Produtos Farmacêuticos Genéricos, L.da	3.5.1/3.4.3	Antianginosos/bloqueadores da entrada de cálcio	GH0248	B	69	84	17	20,01
Amlodipina	Comprimido	10 mg	<i>Amlodipina Angenérico 10 mg, Comprimidos (a)</i>	60 unidades	5771282	Angenérico Produtos Farmacêuticos Genéricos, L.da	3.5.1/3.4.3	Antianginosos/bloqueadores da entrada de cálcio	GH0148	B	69	84	36,72	36,72
Amlodipina	Comprimido	5 mg	<i>Amlodipina Jaba 5 mg, Comprimidos (a)</i>	20 unidades	5536180	Jaba Farmacêutica, S. A.	3.5.1/3.4.3	Antianginosos/bloqueadores da entrada de cálcio	GH0151	B	69	84	6,77	7,42
Amlodipina	Comprimido	5 mg	<i>Amlodipina Jaba 5 mg, Comprimidos (a)</i>	60 unidades	5536289	Jaba Farmacêutica, S. A.	3.5.1/3.4.3	Antianginosos/bloqueadores da entrada de cálcio	GH0248	B	69	84	17,26	20,01
Amlodipina	Comprimido	10 mg	<i>Amlodipina Jaba 10 mg, Comprimidos (a)</i>	20 unidades	5536388	Jaba Farmacêutica, S. A.	3.5.1/3.4.3	Antianginosos/bloqueadores da entrada de cálcio	GH0147	B	69	84	14,26	14,97
Amlodipina	Comprimido	10 mg	<i>Amlodipina Jaba 10 mg, Comprimidos (a)</i>	60 unidades	5536487	Jaba Farmacêutica, S. A.	3.5.1/3.4.3	Antianginosos/bloqueadores da entrada de cálcio	GH0148	B	69	84	36,36	36,72
Amlodipina	Comprimido	5 mg	<i>Amlodipina toLife 5 mg, Comprimidos (a)</i>	60 unidades	5003793	ToLife - Produtos Farmacêuticos, S. A.	3.5.1/3.4.3	Antianginosos/bloqueadores da entrada de cálcio	GH0248	B	69	84	20,01	20,01
Amlodipina	Comprimido	10 mg	<i>Amlodipina toLife 10 mg, Comprimidos (a)</i>	60 unidades	5004098	ToLife - Produtos Farmacêuticos, S. A.	3.5.1/3.4.3	Antianginosos/bloqueadores da entrada de cálcio	GH0148	B	69	84	36,72	36,72
Amoxicilina + ácido clavulânico	Comprimido revestido	875 mg + 125 mg	<i>Amoxicilina + Ácido Clavulânico Jaba 875 mg + 125 mg, Comprimidos Revestidos (a)</i>	16 unidades	5847793	Jaba Farmacêutica, S. A.	1.1.5	Associações de penicilinas com lactamases beta	GH0153	B	69	84	11,85	14,77
Amoxicilina + ácido clavulânico	Comprimido revestido	875 mg + 125 mg	<i>Amoxicilina + Ácido Clavulânico Ratiopharm 875 mg e 125 mg, Comprimidos Revestidos (a)</i>	16 unidades	3635588	Ratiopharm - Comércio e Indústria de Produtos Farmacêuticos, L.da	1.1.5	Associações de penicilinas com lactamases beta	GH0153	B	69	84	12,49	14,77
Atenolol	Comprimido	100 mg	<i>Atenolol Alter 100 mg, Comprimidos (a)</i>	60 unidades	3262789	Alter, S. A.	3.4.4.2.1	Selectivos cardíacos	GH0024	B	69	84	10,30	12,81
Atenolol	Comprimido	50 mg	<i>Atenolol Bluepharma Indústria Farmacêutica, S. A., 50 mg, Comprimidos (a)</i>	60 unidades	5913884	Bluepharma - Indústria Farmacêutica, S. A.	3.4.4.2.1	Selectivos cardíacos	GH0028	B	69	84	7,68	9,64
Atenolol	Comprimido	100 mg	<i>Atenolol Bluepharma Indústria Farmacêutica, S. A., 100 mg, Comprimidos (a)</i>	60 unidades	5913983	Bluepharma - Indústria Farmacêutica, S. A.	3.4.4.2.1	Selectivos cardíacos	GH0024	B	69	84	11,21	12,81
Cefixima	Comprimido revestido	400 mg	<i>Cefixima Jaba 400 mg, Comprimidos Revestidos (a)</i>	8 unidades	5842299	Jaba Farmacêutica, S. A.	1.1.2.3	Cefalosporinas de 3.ª geração	GH0352	B	69	84	16,22	17,27
Claritromicina	Comprimido revestido	250 mg	<i>Claritromicina Bluepharma Indústria Farmacêutica, S. A., 250 mg, Comprimidos Revestidos (a)</i>	16 unidades	5713185	Bluepharma - Indústria Farmacêutica, S. A.	1.1.8	Macrólidos	GH0170	B	69	84	15,41	16,41
Claritromicina	Comprimido revestido	500 mg	<i>Claritromicina Bluepharma Indústria Farmacêutica, S. A., 500 mg, Comprimidos Revestidos (a)</i>	16 unidades	5713284	Bluepharma - Indústria Farmacêutica, S. A.	1.1.8	Macrólidos	GH0172	B	69	84	20,89	22,25
Claritromicina	Comprimido revestido	250 mg	<i>Claritromicina Jaba 250 mg, Comprimidos Revestidos (a)</i>	16 unidades	5841093	Jaba Farmacêutica, S. A.	1.1.8	Macrólidos	GH0170	B	69	84	15,51	16,41
Claritromicina	Comprimido revestido	500 mg	<i>Claritromicina Jaba 500 mg, Comprimidos Revestidos (a)</i>	16 unidades	5841192	Jaba Farmacêutica, S. A.	1.1.8	Macrólidos	GH0172	B	69	84	21,07	22,25

Substância activa	Forma farmac.	Dosagem	Nome comercial	Apres.	Número de registo	Titular da AIM (*)	Grupo/ Subgrupo farmac (**)	Designação GFT (**)	Grupo homogêneo	Escalaço	Taxa de comparticipação		Preço (PVP) (euros)	Preço de referência (euros)
											Regime geral (percentagem)	Regime especial (percentagem)		
Claritromicina	Comprimido revestido	250 mg	Claritromicina ToLife 250 mg, Comprimidos Revestidos (a)	16 unidades	5737887	ToLife - Produtos Farmacêuticos, S. A.	1.1.8	Macrólidos	GH0170	B	69	84	15,43	16,41
Claritromicina	Comprimido revestido	500 mg	Claritromicina ToLife 500 mg, Comprimidos Revestidos (a)	16 unidades	5737986	ToLife - Produtos Farmacêuticos, S. A.	1.1.8	Macrólidos	GH0172	B	69	84	20,91	22,25
Enalapril	Comprimido	20 mg	Enalapril Alter 20 mg, Comprimidos (a)	20 unidades	5763289	Alter, S. A.	3.4.2.1	Inibidores da enzima de conversão da angiotensina	GH0067	B	69	84	10,33	11,58
Enalapril	Comprimido	20 mg	Enalapril Alter 20 mg, Comprimidos (a)	60 unidades	5763198	Alter, S. A.	3.4.2.1	Inibidores da enzima de conversão da angiotensina	GH0068	B	69	84	26,34	42,69
Enalapril	Comprimido	20 mg	Enalapril Bluepharma 20 mg, Comprimidos (a)	60 unidades	5917380	Bluepharma - Indústria Farmacêutica, S. A.	3.4.2.1	Inibidores da enzima de conversão da angiotensina	GH0068	B	69	84	31,11	42,69
Enalapril	Comprimido	5 mg	Enalapril Ciclum 5 mg, Comprimidos (a)	20 unidades	5534680	Ciclum Farma Unipessoal, L.da	3.4.2.1	Inibidores da enzima de conversão da angiotensina	GH0071	B	69	84	2,62	6,11
Lansoprazol	Cápsula gastrorre-sistente	30 mg	Lansoprazol Pharmakern 30 mg, Cápsulas Gastrorresistentes (a)	20 unidades	5878897	Pharmakern Portugal - Produtos Farmacêuticos, Sociedade Unipessoal, L.da	6.2.2.3	Inibidores da bomba de protões	GH0397	B	69	84	17,96	19,65
Lisinopril	Comprimido	5 mg	Lisinopril toLife 5 mg, Comprimidos (a)	60 unidades	5067384	ToLife - Produtos Farmacêuticos, S. A.	3.4.2.1	Inibidores da enzima de conversão da angiotensina	GH0099	B	69	84	8,82	8,74
Lisinopril	Comprimido	20 mg	Lisinopril toLife 20 mg, Comprimidos (a)	60 unidades	5068184	ToLife - Produtos Farmacêuticos, S. A.	3.4.2.1	Inibidores da enzima de conversão da angiotensina	GH0095	B	69	84	25,06	25,29
Lisinopril + hidroclorotiazida	Comprimido	20 mg + 12,5 mg	Lisinopril + Hidroclorotiazida toLife 20 mg + 12,5 mg, Comprimidos (a)	60 unidades	5100383	ToLife - Produtos Farmacêuticos, S. A.	3.4.2.1	Inibidores da enzima de conversão da angiotensina	GH0205	B	69	84	20,09	20,42
Nimesulida	Comprimido	100 mg	Nimesulida Jabasulide 100 mg, Comprimidos (a)	20 unidades	5727292	Jaba Farmacêutica, S. A.	9.1.7	Derivados sulfanilamídicos	GH0383	B	69	84	4,84	4,84
Nimesulida	Granulado para solução oral	100 mg	Nimesulida Jabasulide 100 mg, Granulado para Solução Oral (a)	20 unidades	5727391	Jaba Farmacêutica, S. A.	9.1.7	Derivados sulfanilamídicos	GH0288	B	69	84	3,51	3,52
Ramipril	Cápsula	2,5 mg	Ramipril Alter 2,5 mg, Cápsulas (a)	14 unidades	4971388	Alter, S. A.	3.4.2.1	Inibidores da enzima de conversão da angiotensina	GH0335	B	69	84	5,02	5,02
Sinvastatina	Comprimido revestido	20 mg	Sinvastatina Pharmakern 20 mg, Comprimidos Revestidos por Película (a)	20 unidades	5843180	Pharmakern Portugal - Produtos Farmacêuticos, Sociedade Unipessoal, L.da	3.7	Antidislipidémicos	GH0127	C	37	52	17,84	19,93
Sinvastatina	Comprimido revestido	40 mg	Sinvastatina Tecnimede 40 mg, Comprimidos Revestidos (a)	60 unidades	5914197	TECNIMEDE - Sociedade Técnico-Medicinal, S. A.	3.7	Antidislipidémicos	GH0234	C	37	52	68,34	68,35

Total de substâncias activas—12.

Total de apresentações—34.

(*) Autorização de introdução no mercado.

(**) De acordo com a classificação farmacoterapêutica definida pelo despacho n.º 21 844/2004 (2.ª série), de 12 de Outubro.

(a) Medicamento genérico.

Nota. —A redução de 6 % no preço dos medicamentos, assim como as alterações nas taxas de comparticipação dos escalões B, C e D previstas no Orçamento de Estado para 2007 foram já consideradas.

Aviso n.º 5562/2007

Por deliberação do conselho de administração do Instituto Nacional de Farmácia e do Medicamento de 22 de Fevereiro de 2007, foi a Maria Paula Alves Leitão da Silva Thó, assessora superior de saúde do quadro de pessoal deste Instituto, autorizado o regime de horário acrescido, pelo período de um ano, com efeitos a 22 de Fevereiro de 2007.

27 de Fevereiro de 2007. — A Directora Administrativa e de Recursos Humanos, *Raquel Basto*.

Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge**Despacho (extracto) n.º 6027/2007**

Por meu despacho de 26 de Fevereiro de 2007, foi Maria Etelvina de Castro Pinto, assistente administrativa principal da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal deste Instituto, nomeada definitivamente, precedendo concurso, na categoria de assistente administrativo especialista da mesma carreira e do mesmo quadro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Presidente, o Vogal do Conselho Directivo, *Rui Portugal*.

Despacho (extracto) n.º 6028/2007

Por meu despacho de 26 de Fevereiro de 2007, foi Paul Leite Moreira, técnico de 1.ª classe da carreira técnica do quadro de pessoal deste Instituto, nomeado definitivamente, precedendo concurso, na categoria de técnico principal da mesma carreira e do mesmo quadro.

26 de Fevereiro de 2007. — Pelo Presidente, o Vogal do Conselho Directivo, *Rui Portugal*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação****Despacho (extracto) n.º 6029/2007**

Por meu despacho de 15 de Janeiro 2007, ao abrigo do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007, foi Isabel Joaquina Miranda Lopes Ferreira nomeada, em comissão de serviço extraordinária, por seis

meses, mediante reclassificação profissional, na categoria de assistente de administração escolar, da carreira de assistente de administração escolar, do quadro de vinculação do pessoal não docente dos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário do distrito do Porto, de acordo com as regras definidas no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 353-A/87, de 16 de Outubro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicável por remissão do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, da categoria de auxiliar de acção educativa. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Janeiro de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Idalete Gonçalves*.

Despacho n.º 6030/2007

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, publica-se a classificação profissional atribuída, por meu despacho de hoje, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, ao professor do ensino de português no estrangeiro a seguir indicado, que concluiu com aproveitamento no ano lectivo de 2005-2006 o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensado no 2.º ano ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro:

Universidade Aberta**2.º ciclo do ensino básico**

Classificação
profissional
—
Valores

200:

Manuel Alberto de Basto do Vale e Vasconcelos 13,5

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006.

16 de Fevereiro de 2007. — O Director-Geral, *Diogo Simões Pereira*.

Direcção Regional de Educação do Alentejo**Centro de Área Educativa do Alto Alentejo****Aviso (extracto) n.º 5563/2007**

Foram contratados a termo resolutivo certo, ao abrigo da alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, e da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, para exercício de funções nas categorias e escolas a seguir indicadas, os seguintes docentes:

ESCOLA	NOME	Categoria	Início	Fim
Escola Básica 2,3/Sec. Padre José Agostinho Rodrigues, Alter do Chão(Código345982)	Elisabete do Carmo Silva Malanho	A.A.E.	18/10/2004	31/08/2005
	Liliana Cristina Oliveira Romano	A.A.E.	18/10/2004	31/08/2005
Escola Básica 2,3/JI Nossa Senhora da Luz, Arronches(Código330437)	Filipe José Crespo Muacho	A.A.E.	11/10/2004	31/08/2005
	Elisabete de Jesus P. Martins Novo	A.A.E.	11/10/2004	31/08/2005
Escola Básica 2,3/JI Mestre de Avis(Código330541)	Elsa Carla Mendes de Matos	A.A.	12/10/2004	31/08/2005
	Patrícia do Céu Farinha Garcia	A.A.	17/01/2005	31/08/2005
Escola Básica 2, S. João Baptista, Campo Maior(Código310311)	Alice de Lurdes Pratas A. Faria	A.A.E.	21/10/2004	31/08/2005
Escola Secundária de Campo Maior(Código401080)	Luisa de Fátima Subtil Meira	A. A.E.	11/11/2004	23/02/2005
	Luisa de Fátima Subtil Meira	A.A.	24/02/2005	31/08/2005
	Ana Isabel Anacleto Carrapiço	A. A.E.	12/01/2005	31/08/2005
	Maria Jacinta Vitorino Andrade Veladas	A. A.E.	24/02/2005	31/08/2005
Escola Básica 2,3/JI Boa-Fé Elvas(Código341381)	Rita de Jesus G. Charréu Esteves	A.A.E.	18/10/2004	31/08/2005
	Célia de Jesus Tique Potra Gomes	A.A.E.	11/01/2005	31/08/2005
Escola Básica 2, Sta Luzia Elvas(Código219903)	Maria Beatriz R. Madeira Nunes	A.A.E.	15/11/2004	31/08/2005
Escola Básica 2,3 N.º1 de Elvas(Código341393)	Isabel Maria Choças André	A.A.E.	07/10/2004	31/08/2005
(EB1/JI de S. Vicente-Código272152) Agrupamento de Escolas de Vila Boim, Elvas	Ana Maria Correia Roldão Orelhas	A.A.E.	18/10/2004	31/08/2005

ESCOLA	NOME	Categoria	Início	Fim
Escola Básica Integrada c/JI de Vila Boim, Elvas(330700)	Ana Paula Rosa Cordeiro Grilo	A.A.E.	18/10/2004	31/08/2005
	António Manuel Marques Reis	G.N.	12/10/2004	31/08/2005
	Cristina Alexandra Almeida Aleixo de Almeida	A.A.	01/02/2005	31/08/2005
Escola Secundária D. Sancho II Elvas(Código400129)	Maria Hortense Gaião Jesus	A.A.E.	02/11/2004	31/08/2005
	Joaquim António R. Bandeiras	A.A.E.	11/01/2005	31/08/2005
Escola Básica Integrada c/ JI, Frei Manuel Cardoso, Fronteira(Código330528)	Susana Sofia Veredas Camboias	A.A.E.	18/10/2004	31/08/2005
	Anabela Galveia Jacinto Brandão	A.A.E.	18/01/2005	31/08/2005
	Cristina de Jesus Prezado Manteiga	A.A.E.	05/04/2005	31/08/2005
Escola Básica Integrada de Montargil(Código330607)	Cláudia Sofia Prates Courinha	A.A.E.	07/10/2004	31/08/2005
	Andreia Sofia Marques Candeias Rosa	A. A.E.	17/01/2005	31/08/2005
	Ana Vitória Romero Milheiras	A. A.	26/01/2005	31/08/2005
Escola Básica Integrada c/JI, Nisa(Código289991)	Nuno Miguel Semedo Louro Mendes Toucinho	A.A.	02/12/2004	31/08/2005
Escola Básica 2,3//Sec. Prof. Mendes dos Remédios, Nisa(Código346056)	Sónia da Graça Reisinho Fiões António	A.A.E.	25/10/2004	31/08/2005
	Sabrina Reisinho Faiões Fernandes	Coz.	03/02/2005	31/08/2005
Escola Secundária de Ponte de Sor(Código403441)	Maria Odete Madeiras da Silva Caetano	Coz.	18/10/2004	31/08/2005
Escola Básica 2,3 João Pedro de Andrade, Ponte de Sor(Código341903)	Lina Maria dos Santos Prates	A.A. E.	08/10/2004	17/10/2004
	Cristina Maria Fernandes Grossinho	A.A.E.	18/10/2004	31/08/2005
	Jorge Miguel Pinheiro Bonito	A.A.	24/01/2005	31/08/2005
(E.B.1 da Praceta – Código 265664) Agrupamento N.º 2 de Portalegre	Maria João Sousa Vicente	A.A.E.	14/10/2004	31/08/2005
Escola Básica 2,3 Cristóvão Falcão, Portalegre(Código340637)	Rosa Maria Andrade Socorro	A.A.E	14/10/2004	31/08/2005
Escola Secundária Mouzinho da Silveira, Portalegre(Código402310)	Alexandra Isabel Canhão Sesifredo	A.A.	14/10/2004	31/08/2005
	Carla Maria Xavier Ladeira Tavares	A.A.E.	14/10/2004	31/08/2005
	Célia Joaquina Mourato Bravo Velez	A.A.E.	14/10/2004	31/08/2005
Escola Secundária de S. Lourenço, Portalegre(Código 402862)	Antónia Maria Poeiras Gonçalves Lourenço	A. A.E.	11/11/2004	31/08/2005
	Palmira Ricardo Jacinto Sabino	A. A.E.	11/11/2004	31/08/2005
	Paula Isabel dos Santos Gomes	A. A.E.	15/11/2004	31/08/2005
	Sofia Isabel Catalão Regalo	A. A.	12/11/2004	31/08/2005
	Maria Lurdes Borges de Carvalho Maltez	Coz.	10/11/2004	31/08/2005
Escola Básica 2,3 Padre Joaquim Maria Fernandes, Sousel(Código211229)	Èlia do Carmo Nunes Croca	A. A.E.	22/10/2004	31/08/2005
Escola Básica Integrada /JI, Dr. Manuel Magro Machado, Sto António das Areias(Código330486)	Maria João Almeida Marques Andrade	Coz.	11/10/2004	31/08/2005
	Ludovina Moura Dias	A. A. E.	02/11/2004	31/08/2005
Escola Básica1/JI Dr. Alves Pimenta Ponte Sor(Código265512)	Lúcia de Jesus Banha Rosado Lopes	A. A. E.	01/02/2005	31/08/2005
Escola Básica 2,3José Régio,Portalegre(Código341848)	Fátima da Conceição Nunes Mimoso	A. A.	22/02/2005	31/08/2005
(E.B.1 dos Assentos-Código265690)Agrupamento nº1 de Portalegre	Josefina Francisca Gasalho Raposo Patacas	A. A. E.	05/11/2004	31/08/2005
Escola Básica Integrada c/JI de Ammaia, Portagem(Código330565)	Carla Sofia Andrade Fernandes	A. A. E.	05/11/2004	01/02/2005
	Teresa Sofia Rodrigues Carrufa	A. A. E.	02/11/2004	31/08/2005
	Helena da Conceição Costa Andrade	A. A. E.	01/02/2005	31/08/2005
	Luís Manuel Choça Bandeiras	A.A.	16/02/2005	31/08/2005

[Nos termos da alínea g) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 96/97, de 26 de Agosto, estão isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.]

Direcção Regional de Educação do Algarve

Escola Básica 2, 3 Padre João Coelho Cabanita

Aviso n.º 5564/2007

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no *placard* da Secretaria desta Escola a lista de antiguidade do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino reportada a 31 de Dezembro de 2006.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

26 de Fevereiro de 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *Manuel Martins Alves*.

Direcção Regional de Educação do Centro

Escola Secundária Dr. João Lopes de Moraes — Mortágua

Aviso n.º 5565/2007

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no *placard* da entrada desta Escola a lista de antiguidade do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino reportada a 31 de Dezembro de 2006.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

22 de Fevereiro de 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *Rui José Parada da Costa*.

Aviso n.º 5566/2007

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no *placard* da entrada desta Escola a lista de antiguidade do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino reportada a 31 de Dezembro de 2006.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

26 de Fevereiro de 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *Rui José Parada da Costa*.

Agrupamento de Escolas Gualdim Pais

Aviso n.º 5567/2007

Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e para os devidos efeitos, torna-se público que se encontra afixada na sala de professores deste Agrupamento de Escolas a lista de antiguidade do pessoal docente reportada a 31 de Agosto de 2006.

Os professores dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo, nos termos do artigo 96.º do referido decreto-lei.

11 de Dezembro de 2006. — A Presidente do Conselho Executivo, *Sara Maria Baptista da Rocha*.

Aviso n.º 5568/2007

Para cumprimento do determinado no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no *placard* da sala de pessoal da Escola Básica Integrada Gualdim Pais a lista de antiguidade do pessoal não docente referente ao ano de 2006 e abrangida pelo supracitado decreto-lei.

Os interessados dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

2 de Fevereiro de 2007. — A Presidente do Conselho Executivo, *Sara Maria Baptista da Rocha*.

Agrupamento Vertical Escalada de Pampilhosa da Serra

Aviso n.º 5569/2007

Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no *placard* dos Serviços Administrativos da sede deste Agrupamento a lista de antiguidade do pessoal docente reportada a 31 de Agosto de 2006.

Os interessados dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação, nos termos do artigo 96.º do referido decreto-lei.

6 de Novembro de 2006. — O Presidente do Conselho Executivo, *Victor Manuel Correia Machado*.

Aviso n.º 5570/2007

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada para consulta no *placard* dos Serviços Administrativos da sede deste Agrupamento a lista de antiguidade do pessoal não docente referente a 31 de Dezembro de 2005.

O pessoal não docente dispõe de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

15 de Fevereiro de 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *Victor Manuel Correia Machado*.

Agrupamento de Escolas de Porto de Mós

Aviso n.º 5571/2007

Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que se encontra afixada na Escola Básica do 2.º Ciclo Dr. Manuel de Oliveira Perpétua a lista de antiguidade do pessoal não docente com referência a 31 de Dezembro de 2006.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso para reclamação ao dirigente máximo de serviço.

27 de Fevereiro de 2007. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Olímpia Teodósio Lima*.

Agrupamento de Escolas de Vila de Rei

Aviso n.º 5572/2007

Nos termos do disposto no artigo 93.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, conjugado com o artigo 132.º do Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro (Estatuto da Carreira Docente), e de acordo com a circular n.º 30/98/DEGRE, de 3 de Novembro, faz-se público que se encontra afixada no *placard* da sala de professores a lista de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino reportada a 31 de Agosto de 2006.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

28 de Fevereiro de 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *Rui Manuel Sousa da Silva*.

Aviso n.º 5573/2007

Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada nos lugares próprios a lista de antiguidade do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino reportada a 31 de Dezembro de 2006.

Os funcionários terão 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

28 de Fevereiro de 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *Rui Manuel Sousa da Silva*.

Direcção Regional de Educação de Lisboa

Escola Secundária Anselmo de Andrade

Despacho n.º 6031/2007

Por despacho de 28 de Dezembro de 2006 da presidente do conselho executivo da Escola Secundária Anselmo de Andrade, licenciada Maria Margarida Geda Coutinho de Lucena, é Maria Inácia das Dores Romão Pires Cerdeira, assistente administrativa especialista da Escola Secundária Anselmo de Andrade, de Almada, designada por conveniência urgente de serviço, em regime de substituição, nos termos dos artigos 40.º e 41.º do Decreto-Lei n.º 515/99, de 24 de Novembro, para o cargo de chefe de serviços da Administração Escolar na mesma Escola em virtude da aposentação da chefe de serviços da Administração Escolar, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007.

22 de Fevereiro de 2007. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Margarida Geda Coutinho de Lucena*.

Agrupamento Conde de Oeiras

Aviso n.º 5574/2007

Para os devidos efeitos e em cumprimento do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que se encontra afixada no átrio da sede do Agrupamento — E. B. 2, 3 Conde de Oeiras — a lista de antiguidade do pessoal não docente deste Agrupamento de Escolas reportada a 31 de Dezembro de 2006.

O prazo de reclamação é de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso, de acordo com o n.º 1 do artigo 96.º do decreto-lei acima citado.

22 de Fevereiro de 2007. — O Presidente da Comissão Provisória, *Carlos Manuel Calhanas Figueira*.

Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Coruche

Aviso n.º 5575/2007

Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no placard dos Serviços Administrativos desta Escola a lista de antiguidade do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino relativa a 31 de Dezembro de 2006.

Da lista cabe reclamação a apresentar ao dirigente máximo do serviço no prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso.

27 de Fevereiro de 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *Jorge Minhos Farias Barata*.

Agrupamento de Escolas D. António de Ataíde

Aviso n.º 5576/2007

Para cumprimento do estipulado no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, conjugado com o artigo 132.º do estatuto da carreira docente, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, na nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 1/98, de 2 de Janeiro, e da circular n.º 30/98/DEGRE, de 3 de Novembro, torna-se público que se encontra afixada, para consulta, na sala de professores deste estabelecimento de ensino, a lista de antiguidade do pessoal docente afecto a esta escola com referência a 31 de Agosto de 2006.

Os professores dispõem de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço, conforme estipulado no n.º 1 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.

9 de Fevereiro de 2007. — A Presidente da Comissão Provisória, *Celeste Maria Batista Toste*.

Escola E. B. 2, 3 Dr. João das Regras

Aviso n.º 5577/2007

Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no placard

da entrada a lista de antiguidade do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino reportada a 31 de Dezembro de 2006.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamar ao dirigente máximo do serviço.

16 de Fevereiro de 2007. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Manuela Leren Monteiro Valente*.

Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo

Aviso n.º 5578/2007

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 132.º do Estatuto da Carreira Docente, faz-se público que se encontra afixada na sala de professores a lista de antiguidade do pessoal docente deste Agrupamento de Escolas com referência a 31 de Agosto de 2006.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso para reclamação, nos termos do artigo 96.º do decreto-lei acima citado.

29 de Dezembro de 2006. — O Presidente do Conselho Executivo, *Manuel João Belém Veva*.

Agrupamento de Escolas Professor Lindley Cintra

Aviso n.º 5579/2007

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada a lista de antiguidade do pessoal não docente relativa a 31 de Dezembro de 2006. Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso para reclamação ao dirigente máximo do serviço, conforme estipulado no artigo 96.º do referido decreto-lei.

15 de Fevereiro de 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *João da Silva Martins*.

Direcção Regional de Educação do Norte

Acordo n.º 49/2007

Adenda ao acordo de cooperação entre o Ministério da Educação, Direcção Regional de Educação do Norte, e a Câmara Municipal da Maia

O Ministério da Educação, através da Direcção Regional de Educação do Norte, representada pela sua directora Margarida Moreira, e o município da Maia, representado pelo seu presidente Bragança Fernandes, acordam, em aditamento ao acordo n.º 60/2006, de 24 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 24 de Maio de 2006, alargar a rede de bibliotecas escolares de incidência concelhia à EB 2, 3 de Gueifães, representada por José Carlos Gomes Pinheiro (presidente do conselho executivo), comprometendo-se a aceitar os termos do acordo actualmente em vigor e a dar continuidade à parceria entretanto firmada.

Nos termos da cláusula 7.ª a EB 2, 3 de Gueifães receberá a seguinte verba:

Equipamento/mobiliário — € 9600;
Fundo documental — € 5500.

5 de Setembro de 2006. — Pela Direcção Regional de Educação do Norte, a Directora Regional, *Margarida Moreira*. — Pela Câmara Municipal da Maia, (*Assinatura ilegível*). — Pela EB 2, 3 de Gueifães, (*Assinatura ilegível*).

Homologo.

O Secretário de Estado Adjunto e da Educação, *Jorge Miguel de Melo Viana Pedreira*.

Centro de Área Educativa de Vila Real

Aviso n.º 5580/2007

Foram homologados os contratos relativos ao ano escolar de 2004-2005, por despacho do coordenador educativo de Vila Real, proferido por subdelegação, dos seguintes professores não pertencentes aos quadros para as escolas abaixo indicadas:

Escola	Nome	Grupo
310384	Adélia Emilia Pereira J. Martins	2º(02)
310384	Clara da Costa Proença	3º(03)
310384	Beatriz do Rosário A. Dias	4º(04)
310384	Vânia de Jesus Pedrosa	4º(04)
310384	Paulo Sérgio Pereira Pimenta	5º(05)
310384	Sónia Cristina C.Q.Pinheiro	E.M.(06)
310384	Liliana Rodrigues Oliveira	E.F.(09)
310384	Alberto Alexandre R.C.Taveira	1º(11)
310384	Anabela Botelho dos Santos	1º(11)
310384	Ana Margarida Vieira Abreu	1º(11)
310384	Ana Rita Abreu Pimentel	1º(11)
310384	Maria Emilia Freitas Matos	5º(17)
310384	Helena do Carmo T.Coutinho	9º(22)
310384	Isabel Maria Varandas Santos	9º(22)
310384	João Pedro Nuno B. Moreira	9º(22)
310384	Cyntia Teixeira Santos Coelho	10ºA(23)
310384	Carlos Manuel Vieira Sousa	11ºA(25)
310384	Ana Margarida T. Gonçalves	11ºB(26)
310384	Rui Paulo Santos Pacheco	11B(26)
310384	Fernando José F.L.Monteiro	12ºB(28)
310384	Ana Carina Feijó Ferreira	E.F.(38)
310384	Carlos Alberto M.Ferreira	E.F.(38)
310384	Ricardo Alexandre Costa Sá	E.F.(38)
310384	Victor Manuel Leite Fernandes	E.F.(38)
310384	Ricardo Jorge Costa Abreu	E.F.(38)
310384	Eduardo Jorge R. Mendes	INF.(39)
330966	Bruno Alexandre G. Cimodera	E.M.(06)
330966	Sandra Maria Q.F. de Sousa	T.M.F.(08)
330966	Armando Manuel C. Alves	E.F.(09)
330966	Ricardo Jorge Martins Pinto	E.M.R.C.(10)
330966	Sandra Augusta Sousa Lopes	4ºA(15)
330966	Imelda Lisboa de Barros	5º(17)
330966	Rosa Maria R.C. Galvão	10ºA(23)
330996	Carla Alexandra Ferreira Rego	11ºA(25)
330966	Maria Manuela Rocha Paço	11ºB(26)
330966	Carlos Heitor Oliveira Marques	E.F.(38)
330966	Celina Almeida	INF.(39)
340959	Ermelinda Fátima R.Cunha	1º(01)
340959	Carla Maria Bártolo Costa	3º(03)
340959	Cristina Maria M. Rodrigues	3º(03)
340959	Luísa Irene Chumbo	3º(03)
340959	Márcia Alexandra Mateus Faria	3º(03)
340959	Isabel Paula S. Hermenegildo	4º(04)
340959	Margarida Antónia M. Vinha	4º(04)
340959	Célia Margarida J.S.Fernandes	4º(04)
340959	Jesus Manuel Leal T. Mota	T.M.M.(07)
340959	Sandra Cláudia E.S.B.Salgado	T.M.F.(08)
340959	Olga Maria Batista Xavier	1º(11)
340959	Maria Antonieta N.A.Silva	5º(17)
340959	Maria Rosa Gomes S.Teixeira	8ºA(20)
340959	Sandra Cristina Costa Pinto	8ºA(20)
340959	Cristina Maria Pinheiro Reis	8ºA(20)
340959	Maria do Amparo R. Cabral	8ºA(20)
340959	Andreia Sofia N. Teixeira	9º(22)
340959	Duarte Nuno Rocha Ferreira	9º(22)
340959	Gisela Sofia R. G. de Bastos	9º(22)
340959	Maria Fernanda G.V. Borges	10ºA(23)
340959	Matilde Isabel Silva Machado	10ºA(23)
340959	Maria Beatriz Cunha Barreiro	11ºB(26)
340959	Cindy Seixas Mendes Ferreira	11ºB(26)
340959	Marcelino Anjos Barreira	12ºF(35)
340959	Manuel Augusto G.M.Pereira	12ºF(35)
340959	Ana Margarida S. Rodrigues	E.F.(38)
340959	António José Santos Paulo	E.F.(38)
340959	Filipa Alexandra Coelho Silva	E.F.(38)
340959	Roberto Correia Martins	E.M.(40)

Escola	Nome	Grupo
340959	Vera Lúcia Silva Marrão	INF.(39)
340996	Eduarda Alexandra A. Ermida	3º(03)
340996	Carla Manuela Ferraz Abreu	4º(04)
340996	Joaquim João Abreu Barreiro	4º(04)
340996	Luísa Margarida L.V.F.Anciães	4º(04)
340996	Catarina Maria Chaves Barros	5º(05)
340996	Margarida Maria V.G. Alves	E.M.(06)
340996	Fernanda Maria R.N.L.Fernandes	T.M.M.(07)
340996	Carla Maria R. Santos Gregório	T.M.F.(08)
340996	Bruno Alexandre Ferreira Sousa	E.F.(09)
340996	Carlos Filipe C. Borralheira	E.F.(09)
340996	Carlos Jorge Pereira Monteiro	1º(11)
340966	Pedro Filipe Costa Correia	1º(11)
340966	Rosa Maria Sousa Silveira	1º(11)
340996	Zita Catarina R. Silva	1º(11)
340996	Teresa Alexandra Matos Soares	1º(11)
340996	Goreti de Fátima Dinis Cachide	4ºA(15)
340996	Sidónio Reis Teiga Galdes	4ºA(15)
340996	Susana Maria Chaves Barroco	4ºA(15)
340996	Susi Balsa Macedo	4ºA(15)
340996	Carla Maria C.Teixeira Pinto	4ºA(15)
340996	Isabel Maria B.Correia João	8ºB(21)
340996	Ana Isabel C. Alves Correia	9º(22)
340996	Bernardete Jacinta S.M.Pinto	9º(22)
340996	Cristina Gomes Carneiro	9º(22)
340996	Pedro Miguel R.Marques	9º(22)
340996	António Agostinho M.Correia	11ºB(26)
340996	Margarida José L. Oliveira	11ºB(26)
340996	Marlene Alexandra T.Saraiva	11ºB(26)
340996	Sandra Silva Fernandes	11B(26)
340966	Gabriel Santos Clara	E.F.(38)
340966	Natércia Maria A.G.M.Padilha	E.F.(38)
340966	Pedro Filipe Brasil Silveira	E.F.(38)
340966	Ricardo Nuno Silva Almeida	E.F.(38)
340996	Carlos Eduardo Silva Almeida	E.F.(38)
340966	Paulo Jorge Gomes Pimentel	INF.(39)
341162	Cátia Susana F.Inácio Silva	1º(01)
341162	Anabela Silva Neves	2º(02)
341162	Maria Inês Cancelo Russo	2º(02)
341162	Melênia Jesus P.Ferreira Moraes	3º(03)
341162	Sónia Isabel Moreira Fernandes	3º(03)
341162	Alexandra Maria C. Sampaio	4º(04)
341162	Rogério Pedro Ramos Doutel	E.M.(06)
341162	Clotilde Maria A.B.Magalhães	T.M.M.(07)
341162	José Manuel D.Poças	E.F.(09)
341162	Deolinda Mª.Jesus F.S.Pereira	E.M.R.C.(10)
341162	Norberto Alexandre A.Araújo	E.M.R.C.(10)
341162	Natália de Magalhães	1º(11)
341162	Isabel Maria Jacinto	8ºA(20)
341162	Dulce Mariete Dias B.Lopes	8ºB(21)
341162	Zélia Almeida Amorim	10ºA(23)
341162	Susete Conceição C.Santos	11ºB(26)
341824	Fernanda Maria Silva Moraes	3º(03)
341824	Nelson Joaquim F. Araújo	4º(04)
341824	Maria José Graça Neves	5º(05)
341824	Liliana Vieira Saraiva Maia	E.M.(06)
341824	Pedro Alexandre Pires	T.M.F.(08)
341824	Sandra Mendes Machado	E.F.(09)
341824	Sandra Isabel C. Cunha	1º(11)
341824	Vera Alexandra A.R.Enes	1º(11)
341824	Vitor José Carvalho Sousa	1º(11)
341824	Elisabete Sidónia S.Rocha	1º(11)
341824	Mª.Fátima Maia D.Tomás	8ºA(20)
341824	Ana Berta Veiga Moraes	8ºB(21)
341824	Isabel Gomes Ferreira Carvalho	8ºB(21)
341824	Cristina Maria Graça Romba	10ºA(23)
341824	Jorge Manuel Matos Filipe	10A(23)
341824	Marta Sofia C. Gonçalves	11B(26)
341824	Odete Mª Ramos Fernandes	11B(26)
341824	Daniela Santos Soares	11B(26)
341824	Paula Alexandra S.Duarte	11ºB(26)
341824	Maria das Dores R.Passos	12ºD(30)
341824	Ana Isabel V.P.Costa	E.F.(38)
342233	Ricardo Miguel G. Amaro	1º(01)
342233	Carla Fernandes S. Vieira	4º(04)

Escola	Nome	Grupo	Escola	Nome	Grupo
342233	Sofia Elvira Ferreira Teixeira	4º(04)	343778	Aldora Luísa Miranda Alves	6º(18)
342233	Mónica Catarina L.P.Barreleiro	4º(04)	343778	Paula Cristina M.B.de Matos	8ºA(20)
342233	Sónia Cristina Rodrigues	4º(04)	343778	Adérito Ribeiro Bernardino	9º(21)
342233	Rosa Maria Cerqueira Ferreira	5º(05)	343778	Cláudia Azevedo de Carvalho	9º(22)
342233	Ricardo Manuel M.de Matos	E.M.(06)	343778	Zulmira Perpétua V.de Sousa	9º(22)
342233	Else Marina M.C.Cardoso	E.F.(09)	343778	Mª Antonieta Marques Alves	10ºA(23)
342233	Maria da Conceição D.Pires	1º(11)	343778	Lúcia Pereira da Cunha	11º(26)
342233	Andreia Cristina C.R.B.Vaz	4ºA(15)	343778	António Jorge C.P.da Rocha	E.F.(38)
342233	Alexandrina Pinto Botelho	8ºA(20)	343778	Natália Marlene S.de Moura	E.F.(38)
342233	Carla Sofia Fernandes Alves	8ºA(20)	343778	Bruno Bragança Novais	E.F.(38)
342233	Natália Duarte Barros	8ºB(21)	343780	José Vicente Telo Rosa	E.F.(09)
342233	Joana Sofia Borges Martins	8ºB(21)	343780	António Joaquim Pinto Dias	E.M.R.C.(10)
342233	Filipe Perpétua da Cunha	9º(22)	343780	Elsa Maria Sousa Dias	1º(11)
342233	Sofia Cristina Teixeira Vieira	9º(22)	343780	Adriana Mafalda S.Nogueira	5º(17)
342233	Marlene Conceição V.L.Vasques	9º(22)	343780	Isabel Maria Jesus Pereira	8ºB(21)
342233	Sandra Isabel Paiva Melo	11ºA(25)	343780	Henrique Miguel F.Estevinho	8ºB(21)
342233	Dina Teresa Mondim Pinto	11ºB(26)	343780	Rita Maria Marques Silva	11ºB(26)
342233	Daniela Moniz Cunha Ferreira	E.F.(38)	343780	Susana Margarida R. Santos	11ºB(26)
342233	Sónia Isabel Soares da Costa	E.F.(38)	343780	Isabel Mª Ferreira L.Vilela	12ºF(35)
342233	Susana Maria G. Martins	E.F.(38)	343780	Marcia Alexandra F.Rodrigues	INF.(39)
342233	Lino Miguel Carvalho Silva	E.F.(38)	343791	Sandra Clara G.B.S.Gonçalves	5º(05)
342233	Célia Mónica Santos	INF.(39)	343791	Sandra Augusta C. Pinto	E.M.(06)
342336	Ana Raquel F.Silva Guerra	1º(01)	343791	Cristina Mª Monteiro Gonçalves	T.M.M.(07)
342336	Isabel Cristina C.Albuquerque	1º(01)	343791	José Carlos Pires Fernandes	E.M.R.C.(10)
342336	Teresa Margarida A. Lopes	1º(01)	343791	José Manuel Q.R.Marques	1º(11)
342336	Maria Albertina G. Miguel	4º(04)	345696	Patricia Manuela G.S. Lopes	1º(01)
342336	Luis Filipe Dias	4º(04)	345696	Maria João Costa Sá Teixeira	4º(04)
342336	Manuel António Alves Araújo	E.M.(06)	345696	Leontina do Amparo T.Silva	4º(04)
342336	Maria das Dores Melo Paiva	E.M.R.C.(10)	345696	Maurício da Silva Ramos	E.M.(06)
342336	Maria Irene Santos Martins	1º(11)	345696	Domingos António T.Santos	E.M.(06)
342336	Silvia Esmeralda M.Fernandes	4ºA(15)	345696	Ligia Maria Gonçalves Vieira	4ºA(15)
342336	Jorge Manuel A. Magalhães	4ºA(15)	345696	Rita da Cunha Sá R. Pinto	5º(17)
342336	Helena Pereira Santos Almeida	8ºB(21)	345696	José Eduardo Firmino Ricardo	8ºA(20)
342336	Paulo Sérgio Rocha Carvalho	11ºA(25)	345696	Márcia Luísa S.S.B.Baptista	9º(22)
342336	Roberto Carlos N. Serapicos	E.F.(38)	345696	Paulo Miguel Carvalho Oliveira	9º(20)
342804	Domingas Chaves Silva Alves	E.M.R.C.(10)	345696	Ana Isabel Pereira C.Gonçalves	10ºA(23)
342804	Helena Maria Oliveira Sousa	9º(22)	345696	Maria Madalena Silva Neto	10ºB(24)
342804	Fátima Alexandra N. Saraiva	9º(22)	345696	Teresa Elisabete E.Fernandes	10ºB(24)
342804	Juliana Pereira Marques	9º(22)	345696	Nelson Manuela Caçoilo Vieira	11ºA(25)
342804	Maria da Luz Leiras Fernandes	11ºA(25)	345696	Isabel Mª Teixeira Maio Tuna	11ºB(26)
342804	Ana Isabel Fernandes Morais	11ºB(26)	345696	Cláudio da Silva Gonçalves	E.F.(38)
342804	José Rafael Pacheco Pelayo	E.F.(38)	345696	Ricardo Miguel Anjos Fontes	INF.(39)
343055	Filipa Adelaide Pereira Sousa	2º(02)	345945	Elizabete Correia Ferreira	E.F.(09)
343055	Paula Cristina Borlido Ferreira	2º(02)	345945	Maria de Lurdes A.M.S.Pinto	8ºA(20)
343055	Francisco Eduardo A.Figueiredo	T.M.F.(08)	345945	Cristina Maria Pereira Pina	8ºB(21)
343055	Vera Andreia N. Pereira	E.F.(09)	345945	Carla Patrícia Ferreira Pinto	9º(22)
343055	António José Machado Ferreira	4ºA(15)	345945	Maria Manuela A.Costa Pereira	10ºA(23)
343055	Rosa Mª. Rocha C. Costa	8ºB(21)	345945	André Pinho Tavares Pinto	E.F.(38)
343055	Beatriz Mª.Correia F.Rebello	8ºB(21)	345945	Carla Sofia Vieira Lopes	E.F.(38)
343055	Miguel Francisco S.Rodrigues	INF.(39)	345945	Susana Raquel Mouro B.Freire	E.F.(38)
343730	Milena Macedo Lopes	2º(02)	345945	Thierry Abreu	E.F.(38)
343730	Júlio Pitrez dos Santos	5º(05)	346032	Manuela Maria Lopes Melo	5º(05)
343730	Vitor António Martins Branco	5º(05)	346032	Mónica Filipa F. Coutinho	5º(05)
343730	Marcos Daniel Costa Pinto	E.F.(09)	346032	Mariana Sofia Peixoto Fernandes	4ºA(15)
343730	Vera Cristina A. Ferreira	E.F.(09)	346032	Sandra Isabel F.G.M.Pereira	6º(18)
343730	Maria Lidia Martins Branco	E.M.R.C.(10)	346032	João Paulo Batalha Machado	7º(19)
343730	Sandra Mª. Santos Vilareal	4ºA(15)	346032	Cristina de Sousa Rebello	8ºB(21)
343730	Andreia Margarida T.Fernandes	9º(22)	346032	Mª da Conceição M.Bernardo	8ºB(21)
343730	Carina Raquel Ribeiro Martins	9º(22)	346032	Manuel da Silva Martins	10ºA(23)
343730	Virginia Pires	9º(22)	346032	Augusto Anselmo A.Matos	10ºB(24)
343730	Maria Graça Silva Ferreira	10ºA(23)	346032	Mª Adriana Alves G.Pereira	10ºB(24)
343730	Luis Manuel C. Nascimento	11ºB(26)	346032	Ana Cristina O.Vilela Borges	11ºA(25)
343754	Eduardo Manuel Morais Gomes	5º(05)	346032	Mª José Assunção Costa	11ºB(26)
343754	José Manuel Favaio Gregório	E.M.(06)	346032	Mafalda Margarida L.Felgueiras	12ºF(35)
343754	Rute Cláudia Sousa Loureiro	T.M.M.(07)	346032	Miguel Alves Teixeira	INF.(39)
343754	Carla Gonçalves G. Pimentel	9º(22)	346068	Rute Catarina G.dos Santos	T.M.F.(08)
343754	Joana Freixo de Sá Dias	11ºB(26)	346068	Teresa Jesus Martins Sousa	E.M.R.C.(10)
343766	José João T.M. Guimarães	4º(04)	346068	Fernando da Silva Matos	E.M.R.C.(10)
343766	Marisa Cristina G. Bento	T.M.F.(08)	346068	Claudine de Abreu Gonçalves	1º(11)
343766	Nelson Helder Martins Moreira	E.F.(09)	346068	Fernanda Soares Freitas Dias	1º(11)
343766	Mª João Teixeira M. Coutinho	E.M.R.C.(10)	346068	Susana Maria Martins Santos	1º(11)
343766	Adélia Marinha S.M.P.Guedes	8ºA(20)	346068	Pedro Filipe Barros Mendes	4ºA(15)
343766	Paulo Jorge Simões Agostinho	10º(23)	346068	Telmo Evangelista dos Santos	4ºA(15)
343778	Vera Lúcia Eira Lopes Abelha	4º(04)	346068	Vasco Alexandre F. Moteiro	4ºA(15)
343778	Ricardo Jorge Neves Gomes	5º(05)	346068	Andreia Daniela V.Dias Silva	8ºA(20)

Escola	Nome	Grupo	Escola	Nome	Grupo
346068	Carlos Manuel Pereira Ferreira	8ºA(20)	346780	Catarina Manuela Silva C.Cruz	5º(05)
346068	Ilita Maritza Silva Rodrigues	8ºA(20)	346780	Alberto Carvalho Martins	E.M.R.C.(10)
346068	Milena Macedo Carvalhais	8ºA(20)	346780	António Manuel C. Fernandes	E.M.R.C.(10)
346068	Florência Mª Botelho Ramos	8ºB(21)	346780	Sónia Marília Rocha Carvalho	1º(11)
346068	Mª Isidora F.Rocha e Silva	8ºB(21)	346780	Manuel Silva Oliveira	4ºA(15)
346068	Mª Manuela Fernandes Sousa	10ºA(23)	346780	Hernâni Fernando F.Rodrigues	7º(19)
346068	Eva Conceição M. Fernandes	10ºB(24)	346780	Jorge Manuel Pereira	8ºA(20)
346068	Mª Otilia do Carmo T.Leitão	10ºB(24)	346780	Mª Faustina Santos V.Tomé	8ºB(21)
346068	Carlos Alberto Correia Simões	11ºA(25)	346780	Maria Lá Salette Duarte Silva	8ºB(21)
346068	Raquel do Carmo C. Lopes	11ºA(25)	346780	Licínio Manuel Cruz Ribeiro	10ºA(23)
346068	Filipa Maria Silva Rodrigues	11ºB(26)	346780	Cláudia Mariana G.Oliveira	10ºB(24)
346068	Luisa Maria C.G.Teixeira	11ºB(26)	346780	Joaquim António Dias Costa	10ºB(24)
346068	Raquel Cristiana Duarte Silvério	11ºB(26)	346780	Clara Isabel Alves Magalhães	11ºB(26)
346068	Fernando Jorge C.R. Oliveira	E.F.(38)	346780	Graciete Rodrigues Cunha	11ºB(26)
346068	Helena Cristina M.Morais	E.F.(38)	346780	Isabel Alexandra S.M.Fernandes	11ºB(26)
346068	Maria do Céu Santos Lopes	E.F.(38)	346780	Maria Madalena M. Ribau	11ºB(26)
346196	Aline Cristina Braga Rodrigues	1º(01)	401079	António Paulo S. Rodrigues	E.M.R.C.(10)
346196	Anabela da Costa Martins	1º(01)	401079	Paulo Manuel Gomes Santos	E.M.R.C.(10)
346196	Marco António Afonso Andrês	1º(01)	401079	Paulo Jorge Rosa Mesquita	4ºA(15)
346196	Rui Pedro H.Rodrigues Alves	3º(03)	401079	César Israel M.Sousa Paulo	5º(17)
346196	Carla Sofia Marques Delgado	4º(04)	401079	Joana Cristina T.P.L.Gomes	5º(17)
346196	Giselda da Luz O.M.Pereira	5º(05)	401079	Manuela Alexandra P.B.Pereira	5º(17)
346196	Jorge Manuel Silveira Sampaio	5º(05)	401079	Ana Maria Rocha Almeida	7º(19)
346196	Mªda Conceição S.V. Mendes	5º(05)	401079	Anita Maria Catalão Bonito	8ºA(20)
346196	Toni Afonso Barroso	E.M.(06)	401079	Alexandra Mª Lourenço Dias	8ºA(20)
346196	Vitor Hugo Martins Leonardo	E.M.(06)	401079	Paula Cristina M.Vieira Aives	8ºB(21)
346196	Carla Alexandra M.Seiceira	E.F.(09)	401079	Ana Cristina Areias L.Ferreira	8ºB(21)
346196	Sandra Correia Alegre	E.M.R.C.(10)	401079	Cristina Maria Rocha Fernandes	8ºB(21)
346196	Brigite Maria Martins Pereira	4ºA(15)	401079	Dina Alexandra V. Domingos	8ºB(21)
346196	Alice Angélica M. Fernandes	4ºA(15)	401079	Liliana Cristina Lopes Matos	8ºB(21)
346196	Ana Judite Guedes S.Silva	5º(17)	401079	Sónia da Costa Santos	8ºB(21)
346196	Natália Isabel Leitão S.Martins	7º(19)	401079	Catarina Isabel C. Antunes	9º(22)
346196	Silvana Gomes Paiva	7º(19)	401079	Cátia Campos Branco	9º(22)
346196	Carla Sofia Pereira da Costa	8ºA(20)	401079	Cristina Louro Manso	9º(22)
346196	Cátia Confraria Guarda	8ºA(20)	401079	Mª João Martins Gonçalves	9º(22)
346196	Elisabete Gonçalves Ribeiro	8ºA(20)	401079	Vera Mónica R. Machado	9º(22)
346196	Carla Isabel Monteiro Lopes	8ºB(21)	401079	Sara Manuela Pereira Teixeira	9º(22)
346196	Susana Mª Rodrigues C.Granjo	8ºB(21)	401079	Paula Cristina Ribeiro M.Mota	9º(22)
346196	Ana Isabel Sarmiento Marques	9º(22)	401079	Nuno Cândido Gouveia Pinto	10ºA(23)
346196	Ana Maria Morais Cláudio	10ºA823)	401079	Anabela Teixeira Rijo	10ºB(24)
346196	Diva Paula Leite A.F.Bernardino	10ºA(23)	401079	Helder Lista Parente	10ºB(24)
346196	Lúcia Maria Correia P.Carvalho	10ºA(23)	401079	Nuno Rafael Silva O. Costa	10ºB(24)
346196	Raul António da Cunha Alhais	10ºB(24)	401079	Carlota Mª da Cunha Martins	11ºB(26)
346196	Alexandra Maria Chaves Cunha	11ºB(26)	401079	Patricia Isabel Brás de Sousa	11ºB(26)
346196	Ana Maria Alves Vieira	11ºB(26)	401079	Sandra Raquel Costa Salgueiro	11ºB(26)
346196	Daniela Sofia Silva Magalhães	11ºB(26)	401079	Aida Tavares F.Nogueira	12ºC(29)
346196	Elisabete Sofia Coelho	11ºB(26)	401079	Cecília Manuela Barbosa Costa	E.F.(38)
346196	Ana Dalila Sousa Rodrigues	E.F.(38)	401079	Célia Regina Barreira Diogo	E.F.(38)
346196	Blanca Andreia P.Nereu	E.F.(38)	401079	Joana Mª Pereira C.Teixeira	E.F.(38)
346196	Filipa Daniela Barbosa Silva	E.F.(38)	401079	José Filipe Silva Gonçalves	E.F.(38)
346196	Rui Agostinho M. Basto	E.F.(38)	401079	Luis Miguel de Jesus Caetano	E.F.(38)
346196	Glória Durães de Oliveira	INF.(39)	401079	Nelson Carlos Preto Afonso	INF.(39)
346306	Sara Isabel Gomes Oliveira	3º(03)	401407	Edgar Ferreira V. Rodrigues	1º(11)
346306	Cristina Mendes do Alvaredo	4º(04)	401407	Mafalda Sofia Coelho da Cruz	4ºA(15)
346306	Teresa Belmira Azevedo Santos	T.M.F.(08)	401407	Joana Dinis da Fonseca	4ºA(15)
346306	José Emílio Paulo de Matos	E.M.R.C.(10)	401407	Ana Isabel Azevedo Guerra	9º(22)
346306	José Carlos da Silva Alves	1º(11)	401407	Helena Sofia Castro M.Ferreira	9º(22)
346306	Ana Maria Carvalho Correia	4ºA(15)	401407	Rute Alexandra I.Leite Silva	9º(22)
346306	Joana Mª Morais Silva Correia	4ºA(15)	401407	Mª Manuela Destapado Nunes	9º(22)
346306	MªFátima Teixeira M.Ferraz	4ºA(15)	401407	Susana Domingos Ascensão	9º(22)
346306	Paula Cristina Ferreira	5º(17)	401407	Natália Teixeira Magalhães	10ºA(23)
346306	Célia Cristina G. Carvalho	8ºA(20)	401407	Anunciação Apolónio Lousada	10ºB(24)
346306	Paula Susana Ribeiro Sanches	8ºA(20)	401407	Mª Nancy Costa M.Loureiro	10ºB(24)
346306	Mª Nazaré Marques Cardoso	9º(22)	401407	Aurélia Mª Correia Pimentel	11ºA(25)
346306	Alice Jesus Jacob Rodrigues	10ºA(23)	401407	Idália Sofia Ferreira Ribeiro	11ºB(26)
346306	Ana Mª Santos Pereira Melo	10ºA(23)	401407	Luís Filipe Simões Barata	11ºB(26)
346306	MªRosário Fernandes C.Sousa	10ºA(23)	401407	Vera Maria Silva Matos	11ºB(26)
346306	Maria Emília de Sá Alves	10B(24)	401407	Vítor Alexandre B.M.S.Santos	11ºB(26)
346306	Márcia Mendonça Souto	11ºB(26)	401407	Susana Assunção F.Santos	E.F.(38)
346306	Luísa Mª Fernandes T. Mesquita	11ºB(26)	401511	Sérgio Manuel Tomé Correia	E.M.R.C.(10)
346306	Susana Isabel Pito Rodrigues	11ºB(26)	401511	António José Aires Oliveira	4ºA(15)
346306	Sebastião José Martins Mota	E.F.(38)	401511	Gonçalo Lopes de Sá	9º(22)
346306	Rosa Deolinda Sousa Rebelo	INF.(39)	401511	Mª Teresa C.Costa Padrão	9º(22)
346780	Marco Anselmo S.C.Martins	3º(03)	401511	Susana Mª Pinto T.R.Aleixo	9º(22)
346780	Vera Alexandra B. Ribeiro	4º(04)	401511	Vera de Castro N. Pereira	9º(22)

Escola	Nome	Grupo	Escola	Nome	Grupo
401511	Carla Margarida S.B. Portela	10ºA(23)	402692	Natália Gomes A.Magalhães	8ºB(21)
401511	Ana Paula Barros T. Lopes	10ºB(24)	402692	Susana Cláudia R.Mourão	10ºB(24)
401511	José Francisco C. da Silva	10ºB(24)	402692	Ana Paula F.M.Paradela	10ºB(24)
401511	Rita Ofélia Silva P. Rodrigues	11ºB(26)	402692	Margarida Maria E.S.C.Ruivo	11ºA(25)
401511	Carla Patrícia S. de Matos	E.F.(38)	402692	Fernanda Maria S.C.Jorge	11ºB(26)
401511	Domingos José M.Gonçalves	E.F.(38)	402692	Pedro Ricardo C.Nascimento	11ºB(26)
401511	Joana de Fátima S.C.N.Almeida	E.F.(38)	402692	Armando José Moreira Pinto	E.F.(38)
401511	Raúl Miguel R.O.Rodrigues	E.F.(38)	402692	Maria Teresa C.Ribeiro P.Rua	INF.(39)
401535	António Manuel C.de J.Pereira	2ºA(12)	402692	Carlos Manuel L. Ventura	INF.(39)
401535	Mº Leonel Afonso J.Figueiredo	2ºB(13)	402874	Horácio José Botelho Pereira	E.M.R.C.(10)
401535	Catarina Feio Azevedo R.Alves	2ºB(13)	402874	Ana Mariana Araújo Leite	1º(11)
401535	Artur Macedo Teodósio	4ºB(16)	402874	Elena Vieira Sousa	4ºA(15)
401535	Daniel Jorge Q. Magalhães	6º(18)	402874	Elsa Marisa Vaz Lemos	4ºA(15)
401535	Rosária Carlota dos Santos	7º(19)	402874	Luís Pedro Mendes Freitas	4ºA(15)
401535	Elisabete MºMonteiro Almeida	8ºA(20)	402874	Pedro Jorge Rolo Santos Dias	4ºA(15)
401535	Ivone Conceição G. Coelho	7º(22)	402874	Maria Teresa C.Q.M.T. Silva	4ºB(16)
401535	Dina Conceição M. Pires	10ºB(24)	402874	David António Serafim O.Dias	5º(17)
401535	José Pedro Saraiva Vieira	10ºB(24)	402874	Ana Cristina R. dos Santos	7º(19)
401535	Olivia da Graça Ventura Dias	10ºB(24)	402874	Filipe Alexandre A. Loureiro	8ºB(21)
401535	Sandrina Fernandes Magno	11ºA(25)	402874	Ana Sofia Peixoto Teixeira	9º(22)
401535	Filomena Maria Brás Matos	11ºB(26)	402874	Catarina Sofia T.Magalhães	9º(22)
401535	Flora Amélia V.R.Bandeirinha	11ºB(26)	402874	Sérgio Rodolfo B.Fernandes	9º(22)
401535	MºFilipa de Castro C. Martins	11ºB(26)	402874	Anabela Ribeiro F. Cardoso	9º(22)
401535	Carlos Manuel D. Gonçalves	E.F.(38)	402874	Elsa Mº Macedo Fernandes	10ºB(24)
401535	Francisco Manuel F. Gomes	E.F.(38)	402874	Ana Luísa Santos Fortunato	11ºB(26)
401535	Mário Jorge Roque Azevedo	E.F.(38)	402874	Ana Paula Fraga dos Santos	11ºB(26)
401535	Anabela Melo T. Angélico	INF.(39)	402874	Nélia Evelina S. Miguel Brigas	11ºB(26)
401717	Ana Júlia S.Costa Ribeiro	1º(11)	402874	Rita Goulart L.Silva Sousa	11ºB(26)
401717	Paulo Lopes dos Santos	4ºA(15)	402874	Filipe Fortunato de Carvalho	E.F.(38)
401717	Patricia Xavier M.V.S.R.Costa	5º(17)	402874	Inês Cascais da Silva Vieira	E.F.(38)
401717	Ana Carla S.N. Magalhães	7º(19)	402874	João Miguel H. Figueiredo	E.F.(38)
401717	Cátia Isabel C.M.M. Ferreira	8ºB(21)	402874	João Pedro Almeida F.Pinto	E.F.(38)
401717	Gil Humberto Bruno	8ºB(21)	402874	Mariana Rodrigues A.Guimarães	E.F.(38)
401717	Madalena Maria R.F.Resende	8ºB(21)	402874	Manuel Macedo Fernandes	INF.(39)
401717	Maria Clara Ferreira Andrade	8ºB(21)	403120	Jorge Marques G. Ribeiro	4ºA(15)
401717	Suzel Fernanda Ferreira Damas	8ºB(21)	403120	Maria Manuela S.B.Carvalho	6º(18)
401717	Armando Santos Fernandes	9º(22)	403120	Anabela Conceição D.P.Couto	8ºB(21)
401717	Paula Cristina Moreira Mendes	9º(22)	403120	Ana Paula Fernandes Marques	8ºB(21)
401717	Sandra Costa Antunes	9º(22)	403120	Maria Domingues C.R. Vaz	8ºB(21)
401717	João Carlos Magalhães Pereira	10ºA(23)	403120	Mª Helena R. Maia da Silva	8ºB(21)
401717	Lúcia Mº Correia C.D.Pereira	10ºB(24)	403120	Elisabete Marisa C. Vidal	9º(22)
401717	Maria Teresa Gomes Cardoso	10ºB(24)	403120	Cláudia Joana M. da Silva	9º(22)
401717	Sónia Maria Rebelo Batista	10ºB(24)	403120	Catarina Ferreira do N. Reis	9º(22)
401717	Ana Maria Silva Cerqueira	11ºA(25)	403120	Sérgio Henrique A. Matos	10ºA(23)
401717	Cláudia Maria Lopes Teixeira	11ºA(25)	403120	Nuno José Graça P.Simões	10ºA(23)
401717	Ana Mónica Ferreira Cotrim	11ºB(26)	403120	Natália Lopes da Silva	11ºB(26)
401717	João Manuel Graça S.Machado	11ºB(26)	403120	Sónia Cristina Loureiro Silva	11ºB(26)
401717	Márcia Sofia Azinheira Lopes	11ºB(26)	403120	Filomena Conceição C. Morais	11ºB(26)
401717	MªFátima F.Alves Gonçalves	11ºB(26)	403120	Mª Romana A. Dias Andrade	11ºB(26)
401717	Sandra Cristina Santos Rocha	11ºB(26)	403120	Célia Balbina de Melo Bastos	11ºB(26)
401717	Américo Manuel S. Carvalho	E.F.(38)	403120	Carla Helena Ventura Dias	11ºB(26)
402291	Andrea Carla Correia H.F.Alonso	E.M.R.C.(10)	403120	Carlos Miguel da Silva Durão	INF.(39)
402291	Carla Susana F. Gonçalves	4ºA(15)	403131	Jorge Augusto R. Fernandes	E.M.R.C.(10)
402291	Catarina Alexandra C.Vieira	4ºA(15)	403131	Ana Maria Alves Pereira	4ºA(15)
402291	Filipa Susana M. Salgueiro	4ºA(15)	403131	Cristina Mª A.R.Enes Borges	7º(19)
402291	Paula Isabel C.T.Fernandes	4ºA(15)	403131	António João G. Matos	8ºA(20)
402291	Joaquim Vitorino B.Cardoso	8ºB(21)	403131	Mª Antónia Costa Pereira Gil	8ºA(20)
402291	Patricia Cristina C.Pereira	8ºB(21)	403131	Bruno Filipe A.Alves Monteiro	8ºB(21)
402291	Tânia Ávila Silva Serpa	8ºB(21)	403131	Jeni Marlene Dias Lopes	8ºB(21)
402291	Maria Isabel M. Fernandes	8ºB(21)	403131	Lília Isabel Moreira Teixeira	8ºB(21)
402291	Maria Leonor Pires	10ºA(23)	403131	Mª Alexandra H. Gonçalves	8ºB(21)
402291	Nelson Silva Machado	10ºA(23)	403131	Márcia do Carmo Pinto	8ºB(21)
402291	Filipe António Santos Ribeiro	10ºB(24)	403131	Ana Lúcia Jesus C. Martins	10ºA(23)
402291	Cláudia do Carmo S. Soares	11ºB(26)	403131	Sandra Marina D.M.P.Carvalho	10ºB(24)
402291	Custódia Maria Silva Martins	11ºB(26)	403131	Carla Alexandra J.M.R.Moreno	10ºB(24)
402291	Maria Elisa Borges do Forno	11ºB(26)	403131	Mª Alegria R.Feiteira Pires	10ºB(24)
402291	Dagmar Maísa R. Soares Vieiro	E.F.(38)	403131	Cristina Mª Carneiro Martins	10ºB(24)
402291	Mara Sofia Maio Teixeira	E.F.(38)	403131	Mª Lurdes B.Ferreira Alves	10ºB(24)
402291	Telma Sofia Cavaco T. Pereira	E.F.(38)	403131	Alexandra Isabel G. Rodrigues	11ºA(25)
402291	António José Sousa Tavares	INF.(39)	403131	Dilermundo Cruz de Carvalho	11ºB(26)
402291	Marlene Rodrigues M.Ferreira	INF.(39)	403131	Maria João Rodrigues da Silva	11ºB(26)
402692	Vitor Manuel M.Ferandes	4ºA(15)	403131	Sónia de Lurdes G. Rodrigues	11ºB(26)
402692	Andrea Celeste B.P.Santos	8ºA(20)	403131	Bruno Rafael L.M.Pais Lopes	E.F.(38)
402692	.Mónica Susana R. Castro	8ºA(20)	403131	Liliana da Cunha N. Ribeiro	E.F.(38)
402692	Lúcia Seixas Mendes Silva	8ºB(21)	403131	Sandra Maria F. Grilo Pinto	INF.(39)

Escola	Nome	Grupo
403131	Micael dos Santos Alves	INF.(39)
403143	Marisa Sofia O.Rebello	4ºA(15)
403143	Carlos Fernando P. Monteiro	7º(19)
403143	Flora Mª Fernandes da Costa	10ºB(24)
403143	Mª Quitéria P. Vieira Mateus	10ºB(24)
403143	Vera Ferreira Oliveira	11ºB(26)
403143	Elisabete Barros Silva	INF.(39)
404068	Elisa Alexandra Campos Silva	4ºB(15)
404068	Lina Tavares Camilo	8ºA(20)
404068	Celina Almeida A. Marques	10ºA(23)
404068	Artur Jorge F. Estevinho	10ºA(23)
404068	Marlene da Costa Figueiredo	10ºA(23)
404068	Sandra Isabel S.Teixeira Mota	11ºA(24)
404068	Sara Fonseca da Silva	11ºB(26)
404068	Valdemar Torres Martins	E.F.(38)
404068	José Alberto Sousa Matias	INF.(39)

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

29 de Janeiro de 2007. — A Coordenadora, *Ema Paula Morais Gonçalves*.

Agrupamento de Escolas Abel Varzim

Aviso n.º 5581/2007

Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e da circular n.º 30/98/DEGRE, de 3 de Novembro, avisa-se o pessoal docente deste Agrupamento de Escolas de que se encontra afixada na sala dos professores a lista de antiguidade relativa a 31 de Agosto de 2006. Os interessados têm 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo.

23 de Fevereiro de 2007. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria da Conceição Gomes Lamela Silva*.

Agrupamento Vertical de Escolas Álvaro Coutinho «O Magriço»

Aviso (extracto) n.º 5582/2007

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no átrio da escola, para consulta, a lista de antiguidade do pessoal não docente com referência a 31 de Dezembro de 2006.

Os funcionários dispõem de 30 dias para reclamação a contar da data da publicação deste aviso.

23 de Fevereiro de 2007. — A Presidente do Conselho Executivo, *Graça Maria Lopes de Sousa*.

Aviso (extracto) n.º 5583/2007

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada na sala de professores deste Agrupamento, para consulta, a lista de antiguidade do pessoal docente com referência a 31 de Agosto de 2006.

Os professores dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e educadores de infância dispõem de 30 dias para reclamação a contar da publicação deste aviso.

23 de Fevereiro de 2007. — A Presidente do Conselho Executivo, *Graça Maria Lopes de Sousa*.

Escola Secundária c/ 3.º Ciclo de Augusto Gomes

Aviso n.º 5584/2007

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada, para consulta, na sala do pessoal docente a lista de antiguidade relativa a 31 de Agosto de 2006. Os docentes dispõem de 30 dias a contar

da data da publicação deste aviso para reclamar nos termos do artigo 96.º do mesmo decreto-lei.

31 de Janeiro de 2007. — A Presidente do Conselho Executivo, *Fernanda Isabel Correia Ramos*.

Agrupamento Vertical de Escolas do Ave

Aviso n.º 5585/2007

De acordo com o estatuído no artigo 93.º e no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que a lista de antiguidade do pessoal não docente deste Agrupamento se encontra afixada no *placard* da sala do pessoal.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

26 de Fevereiro de 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *Armando Marinho Pires*.

Agrupamento Vertical de Escolas de Baguim

Aviso n.º 5586/2007

Nos termos do disposto no n.º 3 do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada nos serviços administrativos deste Agrupamento a lista de antiguidade do pessoal não docente com referência a 31 de Dezembro de 2006.

Os interessados dispõem de 30 dias para reclamação, a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*.

1 de Fevereiro de 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *José Manuel Gomes Esteves da Silva*.

Escola Secundária Dr. Júlio Martins

Aviso n.º 5587/2007

Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que se encontra afixada no *placard* próprio desta Escola a lista de antiguidade do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino reportada a 31 de Dezembro de 2006.

Decorre durante 30 dias a contar da data de publicação deste aviso o prazo para reclamação, nos termos do artigo 96.º do citado diploma.

1 de Fevereiro de 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *Francisco António Chaves Melo*.

Agrupamento de Escolas de Matosinhos Sul

Aviso n.º 5588/2007

Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada para consulta no *placard* da sala de funcionários a lista de antiguidade do pessoal não docente deste Agrupamento com referência a 31 de Dezembro de 2006.

Nos termos do n.º 1 do artigo 96.º do referido decreto-lei, os interessados poderão reclamar no prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*.

19 de Fevereiro de 2007. — Pela Presidente do Conselho Executivo, *(Assinatura ilegível.)*

Agrupamento Vertical de Escolas Monsenhor Jerónimo do Amaral

Aviso n.º 5589/2007

Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e da circular n.º 30/98/DREGRE, de 3 de Novembro, avisa-se o pessoal não docente deste Agrupamento de que se encontra afixada no *placard* deste estabelecimento de ensino a lista de antiguidade relativa a 31 de Dezembro de 2006.

Da organização da referida lista cabe a reclamação, a deduzir no prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário*

da República, de harmonia com o estipulado no artigo 96.º do decreto-lei acima citado.

23 de Fevereiro de 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *Vitor Manuel Gomes de Almeida*.

Agrupamento Vertical de Escolas de Paço de Sousa

Aviso n.º 5590/2007

Nos termos do disposto do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada na Escola EB 2/3 de Paço de Sousa a lista de antiguidade do pessoal não docente referente ao ano 2006.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação do aviso no *Diário da República* para reclamarem, se for caso disso, ao dirigente máximo do serviço.

31 de Dezembro de 2006. — A Presidente do Conselho Executivo, *Ana Alzira Pereira*.

Agrupamento Vertical de Escolas de São Mamede de Infesta

Aviso n.º 5591/2007

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 93.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada na Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Maria Manuela Sá a lista de antiguidade do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino com referência a 31 de Dezembro de 2006.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação junto do dirigente máximo do serviço.

21 de Fevereiro de 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *António Manuel Martins Coelho Lopes*.

Escola Secundária Soares de Basto

Aviso n.º 5592/2007

No uso das competências que me foram conferidas pelo despacho n.º 24 941/2006, de 23 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 233, de 5 de Dezembro de 2006, e por meu despacho de hoje, foi autorizada a rescisão do contrato administrativo de provimento do professor contratado do grupo 400 (História), Abel Martins Rodrigues, com efeitos a 25 de Novembro de 2006.

2 de Fevereiro de 2007. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria José Ribeiro de Barros Cáliz*.

Escola Básica Integrada/JI de Távora

Aviso n.º 5593/2007

Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que se encontra afixada na sala de pessoal não docente desta Escola a lista de antiguidade do pessoal não docente reportada a 31 de Dezembro de 2006.

O pessoal dispõe de 30 dias a contar da publicação deste aviso para reclamação nos termos do n.º 1 do artigo 96.º do referido decreto-lei.

21 de Fevereiro de 2007. — A Presidente do Conselho Executivo, *Fernanda Maria Tavares Martins*.

Agrupamento Horizontal de Triana/Santegãos

Aviso n.º 5594/2007

Nos termos do artigo 59.º, n.ºs 2 e 3, do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, notifico Francisco Maria Parra Escada, ausente em parte incerta, arguido no processo disciplinar n.º 1/2006/AHTS, instaurado por despacho da directora regional de Educação do Norte de 28 de Julho de 2006, para apresentar a sua defesa no prazo de 30 dias a contar da data da publicação no *Diário da República* do presente aviso, encontrando-se o processo disciplinar à sua disposição para consulta durante o horário

de expediente no Gabinete do Conselho Executivo do Agrupamento Horizontal de Triana/Santegãos.

21 de Fevereiro de 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *Fernando António Boas Novas Ribeiro*.

Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria

Aviso n.º 5595/2007

Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que foi afixada para consulta no placard da sala dos professores, na sede do Agrupamento, E. B. 2, 3 de Tadmim, a lista de antiguidade do pessoal docente deste Agrupamento com referência a 31 de Agosto de 2006.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo destes serviços.

9 de Outubro de 2006. — O Presidente do Conselho Executivo, *José António Pereira Gomes*.

Aviso n.º 5596/2007

Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que foi afixada, para consulta, no placard da sala dos funcionários a lista de antiguidade do pessoal não docente deste Agrupamento de Escolas com referência a 31 de Dezembro de 2006.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

21 de Fevereiro de 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *José António Pereira Gomes*.

Escola Secundária de Valença

Aviso n.º 5597/2007

Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e para conhecimento dos interessados, faz-se público que se encontra afixada nos placards desta Escola a lista de antiguidade do pessoal não docente da Escola Secundária de Valença, abrangido por aquele decreto-lei, com referência a 31 de Dezembro de 2006.

Os funcionários constantes da lista dispõem de 30 dias a contar da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamar ao dirigente máximo, nos termos do n.º 1 do artigo 96.º do mesmo decreto-lei.

22 de Fevereiro de 2007. — A Presidente do Conselho Executivo, *Laurinda da Piedade Peixoto Carvalho Pinto Neves*.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 6032/2007

A requerimento da COFAC — Cooperativa de Formação e Animação Cultural, C. R. L., entidade instituidora da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, reconhecida como de interesse público, ao abrigo do disposto no Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro, e pelos Decretos-Leis n.ºs 94/99, de 23 de Março, e 74/2006, de 24 de Março), pelo Decreto-Lei n.º 92/98, de 14 de Abril; Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro;

Instruído, organizado e apreciado o processo nos termos dos artigos 68.º e 71.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março;

Colhido o parecer da comissão de especialistas a que se refere o artigo 70.º do referido decreto-lei;

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 69.º daquele diploma:

Determino:

1 — É autorizado, nos termos do anexo ao presente despacho, o funcionamento do ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado

em Comunicação e Artes na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

2 — Transmite-se à Direcção-Geral do Ensino Superior, que notificará a entidade instituidora e promoverá a publicação do presente despacho na 2.ª série do *Diário da República*.

9 de Fevereiro de 2007. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

ANEXO

1 — Estabelecimento de ensino — Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

2 — Curso — Comunicação e Artes.

3 — Grau — licenciado.

4 — Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência e acumulação de créditos, necessário à obtenção do grau — 180.

5 — Duração normal do curso — 6 semestres.

6 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau:

ÁREA CIENTÍFICA	SIGLA	CRÉDITOS	
		OBRIGATORIOS	OPTATIVOS
Ciências da Comunicação	COM	50	
Artes e Design	AD	50	8
Comunicação e Artes	CA	56	16
TOTAL		156	24

7 — Plano de estudos:

QUADRO N.º 1

1.º semestre

UNIDADES CURRICULARES (1)	ÁREA CIENTÍFICA (2)	TIPO (3)	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS (6)	OBSERVAÇÕES (7)
			TOTAL (4)	CONTACTO (5)		
História da Arte	AD	Semestral	106,4	T: 45	4	
Introdução à Computação	COM	Semestral	159,6	TP: 60	6	
História dos Meios de Comunicação	COM	Semestral	106,4	T: 45	4	
Metodologias de Análise do Texto e do Discurso	COM	Semestral	159,6	TP: 60	6	
Métodos de pesquisa e de investigação	COM	Semestral	106,4	T: 45	4	
Design	AD	Semestral	159,4	TP: 60	6	

QUADRO N.º 2

2.º semestre

UNIDADES CURRICULARES (1)	ÁREA CIENTÍFICA (2)	TIPO (3)	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS (6)	OBSERVAÇÕES (7)
			TOTAL (4)	CONTACTO (5)		
Teorias e Modelos da Comunicação	COM	Semestral	106,4	T: 45	4	
Sociologia da Comunicação	COM	Semestral	106,4	T: 45	4	
Computação Digital Multimédia	COM	Semestral	159,6	TP: 60	6	
Metodologias de análise da imagem	COM	Semestral	159,6	TP: 60	6	
História e Teoria da Fotografia	CA	Semestral	159,6	TP: 60	6	
Percepção Artística	AD	Semestral	106,4	T: 45	4	

QUADRO N.º 3

3.º semestre

UNIDADES CURRICULARES (1)	ÁREA CIENTÍFICA (2)	TIPO (3)	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS (6)	OBSERVAÇÕES (7)
			TOTAL (4)	CONTACTO (5)		
Artes Contemporâneas	AD	Semestral	106,4	T: 45	4	
História e Teoria do Vídeo	CA	Semestral	159,6	TP: 60	6	
Computação Multimédia e Interactividade	COM	Semestral	159,6	TP: 60	6	
Arte, Cultura e Comunicação	CA	Semestral	159,6	TP: 60	6	
Teorias dos Media	COM	Semestral	106,4	T: 45	4	
Teoria da Cultura e da Modernidade	AD	Semestral	106,4	T: 45	4	

QUADRO N.º 4

4.º semestre

UNIDADES CURRICULARES (1)	ÁREA CIENTÍFICA (2)	TIPO (3)	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS (6)	OBSERVAÇÕES (7)
			TOTAL (4)	CONTACTO (5)		
Sistemas de Composição Multimédia	CA	Semestral	133	TP: 60	5	
Artes Digitais e Interactivas	AD	Semestral	159,6	TP: 60	6	
Vanguardas Artísticas	AD	Semestral	106,4	T: 45	4	
Cibercultura	AD	Semestral	159,6	TP: 60	6	
Cultura Visual	AD	Semestral	106,4	T: 45	4	
Gestão das Actividades Artísticas	CA	Semestral	133	TP: 60	5	

QUADRO N.º 5

5.º semestre

UNIDADES CURRICULARES (1)	ÁREA CIENTÍFICA (2)	TIPO (3)	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS (6)	OBSERVAÇÕES (7)
			TOTAL (4)	CONTACTO (5)		
Atelier de Artes Digitais e Interactivas I	CA	Semestral	186,2	PL: 60	7	
Seminário de Projecto de Comunicação e Artes I	CA	Semestral	186,2	S: 60	7	
Estética e Teoria das Artes	AD	Semestral	106,4	T: 45	4	
Inglês	AD	Semestral	106,4	T: 45	4	
Opção	AD	Semestral	106,4	T: 45	4	a)
Opção	AD	Semestral	106,4	T: 45	4	a)

a) A escolher de entre o elenco a fixar pelo órgão legal e estatutariamente competente.

QUADRO N.º 6

6.º semestre

UNIDADES CURRICULARES (1)	ÁREA CIENTÍFICA (2)	TIPO (3)	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS (6)	OBSERVAÇÕES (7)
			TOTAL (4)	CONTACTO (5)		
Atelier de Artes Digitais e Interactivas II	CA	Semestral	186,6	PL: 60	7	
Seminário de Projecto de Comunicação e Artes II	CA	Semestral	186,6	S: 60	7	
Opção	CA	Semestral	106,4	T: 45	4	a)
Opção	CA	Semestral	106,4	T: 45	4	a)
Opção	CA	Semestral	106,4	T: 45	4	a)
Opção	CA	Semestral	106,4	T: 45	4	a)

a) A escolher de entre o elenco a fixar pelo órgão legal e estatutariamente competente.

Despacho n.º 6033/2007

A requerimento da COFAC — Cooperativa de Formação e Animação Cultural, C. R. L., entidade instituidora da Universidade Lusófona do Porto, reconhecida como de interesse público ao abrigo do disposto no Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro, pelo Decreto-Lei n.º 94/99, de 23 de Março, e pelo Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março), pelo Decreto-Lei n.º 313/94, de 23 de Dezembro, conjugado com a alteração de denominação a que se refere o aviso n.º 2734/2005 (2.ª série), de 16 de Março;

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro;

Instruído, organizado e apreciado o processo nos termos dos artigos 68.º e 71.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março;

Colhido o parecer da comissão de especialistas a que se refere o artigo 70.º do referido decreto-lei;

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 69.º daquele diploma:

Determino:

1 — É autorizado, nos termos do anexo ao presente despacho, o funcionamento do ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado em Engenharia Informática na Universidade Lusófona do Porto.

2 — Transmite-se à Direcção-Geral do Ensino Superior, que notificará a entidade instituidora e promoverá a publicação do presente despacho na 2.ª série do *Diário da República*.

9 de Fevereiro de 2007. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

ANEXO

1 — Estabelecimento de ensino — Universidade Lusófona do Porto.

2 — Curso — Engenharia Informática.

3 — Grau — licenciado.

4 — Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência e acumulação de créditos, necessário à obtenção do grau — 180.

5 — Duração normal do curso — seis semestres.

6 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau:

ÁREA CIENTÍFICA	SIGLA	CRÉDITOS	
		OBRIGATORIOS	OPTATIVOS
Matemática para a Computação	MC	23	
Física	FIS	5	
Fundamentos de Computação	FC	37	
Fundamentos de Sistemas	FS	37	
Sistemas de Controle e Robótica	SCR	12	
Sistemas de Informação	SIS	39	
Sistemas Gráficos e Multimédia	SGM	20	
Enquadramento de Trabalhos e Seminários	ETS	7	
TOTAL		180	

7 — Plano de estudos:

QUADRO N.º 1

1.º semestre

UNIDADES CURRICULARES (1)	ÁREA CIENTÍFICA (2)	TIPO (3)	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS (6)	OBSERVAÇÕES (7)
			TOTAL (4)	CONTACTO (5)		
Álgebra Linear	MC	Semestral	139	T: 15; TP: 30	5	
Fundamentos de Programação	FC	Semestral	147	T: 15; TP: 30	5	
Arquitectura de Computadores	FS	Semestral	147	T: 15; PL: 30	5	
Matemática I	MC	Semestral	139	T: 15; TP: 30	5	
Probabilidades e Estatística	MC	Semestral	139	T: 15; TP: 30	5	
Fundamentos de Física	FIS	Semestral	139	T: 15; TP: 30	5	

QUADRO N.º 2

2.º semestre

UNIDADES CURRICULARES (1)	ÁREA CIENTÍFICA (2)	TIPO (3)	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS (6)	OBSERVAÇÕES (7)
			TOTAL (4)	CONTACTO (5)		
Algoritmia	FC	Semestral	147	T: 15; TP: 30	5	
Matemática II	MC	Semestral	127	T: 15; TP: 30	4	
Matemática Discreta	MC	Semestral	127	T: 15; TP: 30	4	
Linguagens de Programação I	FC	Semestral	162	T: 30; TP: 30	5	
Sistemas Digitais	FC	Semestral	169	T: 15; PL: 30	6	
Processamento de Sinal	FC	Semestral	169	T: 15; PL: 30	6	

QUADRO N.º 3

3.º semestre

UNIDADES CURRICULARES (1)	ÁREA CIENTÍFICA (2)	TIPO (3)	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS (6)	OBSERVAÇÕES (7)
			TOTAL (4)	CONTACTO (5)		
Linguagens de Programação II	FC	Semestral	164	T: 30; TP: 30	6	
Sistemas Operativos	FS	Semestral	184	T: 30; PL: 30	7	
Bases de Dados	SIS	Semestral	164	T: 30; PL: 30	6	
Instrumentos de Gestão	SIS	Semestral	147	T: 15 TP: 30	5	
Sinais e Sistemas	SCR	Semestral	169	TP: 45	6	

QUADRO N.º 4

4.º semestre

UNIDADES CURRICULARES (1)	ÁREA CIENTÍFICA (2)	TIPO (3)	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS (6)	OBSERVAÇÕES (7)
			TOTAL (4)	CONTACTO (5)		
Redes de Computadores	FS	Semestral	184	T: 30; PL: 30	7	
Análise e Conceção de Sistemas	SIS	Semestral	169	TP: 30; PL: 30	6	
Computação Gráfica	SGM	Semestral	164	TP: 30; PL: 30	6	
Engenharia de Software	SIS	Semestral	164	T: 30; TP: 30	6	
Ética Socio-Profissional	SIS	Semestral	147	TP: 45	5	

QUADRO N.º 5

5.º semestre

UNIDADES CURRICULARES (1)	ÁREA CIENTÍFICA (2)	TIPO (3)	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS (6)	OBSERVAÇÕES (7)
			TOTAL (4)	CONTACTO (5)		
Interacção Homem Máquina	SGM	Semestral	139	T: 30; PL: 15	7	
Compiladores	FC	Semestral	122	TP: 30	4	
Arquitectura de Sistemas Empresariais	SIS	Semestral	139	T: 30; TP: 15	6	
Sistemas de Informação Multimédia	SGM	Semestral	122	T: 15; PL: 15	7	
Sistemas Embebidos	FS	Semestral	139	TP: 45	6	

QUADRO N.º 6

6.º semestre

UNIDADES CURRICULARES (1)	ÁREA CIENTÍFICA (2)	TIPO (3)	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS (6)	OBSERVAÇÕES (7)
			TOTAL (4)	CONTACTO (5)		
Computação Distribuída	FS	Semestral	139	T: 15; PL: 30	6	
Inteligência Artificial	SCR	Semestral	139	TP: 45	6	
Sistemas de Suporte à Decisão	SIS	Semestral	137	T: 15; TP: 30	5	
Complementos de Rede	FS	Semestral	122	TP: 15; PL: 15	6	
Trabalho Final de Curso	ETS	Semestral	320	OT: 30	7	

Despacho n.º 6034/2007

A requerimento da COFAC — Cooperativa de Formação e Animação Cultural, C. R. L., entidade instituidora da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, reconhecida como de interesse público ao abrigo do disposto no Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro, pelo Decreto-Lei n.º 94/99, de 23 de Março, e pelo Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março) pelo Decreto-Lei n.º 92/98, de 14 de Abril;

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro;

Instruído, organizado e apreciado o processo nos termos dos artigos 68.º e 71.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março;

Colhido o parecer da comissão de especialistas a que se refere o artigo 70.º do referido decreto-lei;

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 69.º daquele diploma:

Determino:

1 — É autorizado, nos termos do anexo ao presente despacho, o funcionamento do ciclo de estudos conducente ao grau de mestre na especialidade de Ciência das Religiões na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

2 — Transmite-se à Direcção-Geral do Ensino Superior, que notificará a entidade instituidora e promoverá a publicação do presente despacho na 2.ª série do *Diário da República*.

14 de Fevereiro de 2007. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

ANEXO

1 — Estabelecimento de ensino — Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

2 — Especialidade — Ciência das Religiões.

3 — Grau — mestre.

4 — Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência e acumulação de créditos, necessário à obtenção do grau — 120.

5 — Duração normal do ciclo de estudos — dois anos.

6 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau:

ÁREA CIENTÍFICA	SIGLA	CRÉDITOS	
		OBRIGATÓRIOS	OPTATIVOS
Ciências Sociais e Humanas	CSH	6	24
Ciência das Religiões	CR	90	
TOTAL		96	24

7 — Plano de estudos:

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Ciência das Religiões

Grau de mestre

QUADRO N.º 1

1.º ano

UNIDADES CURRICULARES (1)	ÁREA CIENTÍFICA (2)	TIPO (3)	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS (6)	OBSERVAÇÕES (7)
			TOTAL (4)	CONTACTO (5)		
Metodologia do Trabalho Científico	CSH	Semestral	150	TP: 20	6	
Monoteísmo e Messianismo Judaico	CR	Semestral	150	TP: 20	6	
Socioantropologia do Islão Contemporâneo	CR	Semestral	150	TP: 20	6	
Religiões e Culturas Orientais	CR	Semestral	150	TP: 20	6	
As Igrejas Cristãs e o Cristianismo	CR	Semestral	150	TP: 20	6	
O Fenómeno Religioso no Mundo Contemporâneo	CR	Semestral	150	TP: 20	6	
Opção	CSH	Semestral	150	TP: 20	6	a)

UNIDADES CURRICULARES (1)	ÁREA CIENTÍFICA (2)	TIPO (3)	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS (6)	OBSERVAÇÕES (7)
			TOTAL (4)	CONTACTO (5)		
Opção	CSH	Semestral	150	TP: 20	6	a)
Opção	CSH	Semestral	150	TP: 20	6	a)
Opção	CSH	Semestral	150	TP: 20	6	a)

(a) A escolher de entre o elenco a fixar pelo órgão legal e estatutariamente competente.

QUADRO N.º 2

2.º ano

UNIDADES CURRICULARES (1)	ÁREA CIENTÍFICA (2)	TIPO (3)	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS (6)	OBSERVAÇÕES (7)
			TOTAL (4)	CONTACTO (5)		
Dissertação	CR	Anual	1500	OT: 120	60	

Secretaria-Geral

Despacho n.º 6035/2007

Após apreciação da legalidade pelos serviços do Ministério Público junto do tribunal competente, tendo-se concluído pela conformidade legal dos Estatutos da Associação Académica da Escola Superior de Saúde do Vale do Ave, determino a sua publicação no *Diário da República*, 2.ª série, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 33/87, de 11 de Julho.

Associação Académica da Escola Superior de Saúde — Vale do Ave
Estatutos

CAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 1.º

Denominação, âmbito e sede

1 — A Associação Académica da Escola Superior de Saúde do Vale do Ave, adiante designada por Associação, é a organização representativa dos alunos da Escola Superior de Saúde do Vale do Ave (ESSVA).

2 — A presente Associação é constituída por tempo indeterminado.

3 — A Associação Académica da Escola Superior de Saúde do Vale do Ave tem a sua sede na Escola Superior de Saúde do Vale do Ave, sita na Rua de José António Vidal, 81, em Vila Nova de Famalicão.

Artigo 2.º

Princípios fundamentais

À Associação presidem, entre outros, os seguintes princípios:

a) Democraticidade — todos os estudantes têm o direito de participar na vida associativa, incluindo o de eleger e ser eleitos para os corpos directivos e ser nomeados para cargos associativos. Os corpos directivos são eleitos por voto individual, secreto, directo e universal e as decisões tomadas maioritariamente respeitando a livre discussão, debate ideológico;

b) Independência — implica a não submissão da Associação em relação a partidos políticos, organizações estatais, religiosas ou a quaisquer outras organizações que pelo seu carácter, impliquem a perda da independência dos estudantes ou dos seus órgãos representativos, sem prejuízo de poder vir a Associação a tomar posição sobre quaisquer problemas políticos do País, em especial problemas de índole educacional;

c) Autonomia — a Associação goza de autonomia na elaboração dos respectivos estatutos e demais normas internas, na eleição dos seus órgãos dirigentes, na gestão e administração do respectivo património na elaboração dos planos de actividades;

d) Unicidade — a Associação é a única e directa representante dos interesses dos estudantes, a única a promover o estabelecimento de consensos alargados em todas as decisões de acordo com o previsto nestes estatutos.

Artigo 3.º

Objectivos

1 — São objectivos da Associação:

- a) Representar os estudantes e defender os seus interesses;
- b) Promover a formação cívica, física, cultural e científica dos seus membros;
- c) Fomentar o espírito de união, cooperação, solidariedade e convívio dos estudantes corri organismos académicos ou outros, nacionais ou estrangeiros, cujos princípios não contrariem os aqui definidos;

d) Promover a realização de actividade culturais, científicas, desportivas, recreativas ou no âmbito das tradições académicas;

e) Contribuir para a participação dos os membros na discussão dos problemas da política educativa em geral, bem como outros temas de interesse estudantil no âmbito de questões pedagógicas, saídas profissionais e apoio social entre outras;

f) Defender e promover os valores fundamentais do ser humano;

g) Estabelecer a ligação da Escola e dos seus associados à realidade sócio económica política do País.

2 — Quaisquer outros objectivos que venham a ser definidos pelos órgãos desta Associação, ou através do programa pelo qual foram eleitos e que não sejam contra os presentes estatutos e os objectivos já referidos.

Artigo 4.º

Sigla

A Associação Académica é simbolizada pela sigla AAESSVA.

CAPÍTULO II

Sócios

Artigo 5.º

Categorias

Os sócios distribuem-se pelas três categorias seguintes:

- a) Sócios efectivos;
- b) Sócios de mérito;
- c) Sócios honorários.

Artigo 6.º

Sócios efectivos

A qualidade de sócio efectivo da Associação adquire-se em resultado de um acto voluntário de inscrição na mesma, obedecendo ao estipulado em normas internas.

Artigo 7.º

Sócios de mérito

A qualidade de sócio de mérito é conferida aos estudantes que merecem esta distinção por relevantes ofertas, serviços prestados ou invulgar dedicação à Associação, segundo os regulamentos internos e por deliberação da assembleia geral.

Artigo 8.º

Sócios honorários

A qualidade de sócio honorário é conferida a pessoas ou entidades estranhas à Associação, nacionais ou estrangeiras, que tenham praticado actos notáveis e dignos de maior relevo e gratidão, segundo os regulamentos internos e por deliberação da assembleia geral.

Artigo 9.º

Direitos

Os estudantes, quando no pleno gozo dos seus direitos, têm direito a:

- a) Usufruir de todas as regalias que a Associação possa proporcionar;
- b) Participar activamente e ser mantido ao corrente de todas as actividades associativas;

c) Participar e votar em assembleia geral, bem como serem votados para cargos dirigentes ou ser nomeados para os vários departamentos ou comissões da Associação;

d) Requerer as sessões extraordinárias da assembleia geral, bem como propor directamente iniciativas e formas de actuação que considerem oportunas e importantes na vida associativa;

e) Fazer qualquer proposta ou indicação que julgue útil à Associação;

f) Pedir qualquer esclarecimento que diga respeito à administração da Associação;

g) Frequentar a sede social e participar nas actividades da associação, de acordo com os regulamentos internos;

h) Examinar os relatórios e livros da direcção e outros documentos da gerência, dentro de oito dias anteriores à sua apresentação em assembleia geral.

Artigo 10.º

Deveres

Os estudantes, quando no pleno gozo dos seus direitos, estão sujeitos aos deveres gerais seguintes:

a) Pugnar pelo engrandecimento e prestígio da Associação e zelar pelo cumprimento das disposições estatutárias e regulamentares;

b) Possuir e exhibir o cartão de sócio actualizado sempre que lhe for solicitado;

c) Participar e colaborar activamente em todos os actos que a Associação promova ou em que participe, segundo os regulamentos internos;

d) Contribuir para prossecução dos fins a que a Associação se propõe;

e) Tomar parte nas reuniões e assembleias gerais para as quais tenha sido convocado;

f) Respeitar as deliberações tomadas por maioria, segundo os estatutos e regulamentos;

g) Aceitar a eleição, quando eleitos; ou nomeação para qualquer cargo, salvo motivos ponderosos e desempenha-los com a maior dedicação e cuidado;

h) Indemnizar a Associação de quaisquer danos verificados nos móveis instalados, e demais material da mesma, salvo se os mesmos foram causados por acto involuntário.

Artigo 11.º

Distinções e penalidades

Para os estudantes que se distingam por relevantes ofertas, serviços prestados ou invulgar dedicação à vida associativa, consagram-se as seguintes distinções:

a) Nomeação de sócio de mérito;

b) Louvor da assembleia geral;

c) Louvor da direcção.

2 — As penalidades aplicáveis aos estudantes por faltas que por ventura cometam são:

a) Advertência;

b) Repreensão;

c) Suspensão.

Único. — As atribuições específicas deste artigo são objecto de regulamento interno.

CAPÍTULO III

Finanças e património

Artigo 12.º

Receitas e despesas

1 — Consideram-se receitas da Associação, as seguintes:

a) Apoio financeiro concedido pelo Estado, com vista ao desenvolvimento das suas actividades;

b) Receitas provenientes das suas actividades;

c) Donativos;

d) Receitas provenientes das quotas que cada sócio paga aquando da sua inscrição e respectivas actualizações anuais;

e) Todas as outras que vierem a ser decididas pela assembleia geral.

2 — Constituem despesas da Associação, os seguintes:

a) Todos os gastos aplicados em iniciativas que visem concretizar o proposto no plano de actividades e nas atribuições da Associação que será efectuado mediante movimentação de verbas consignadas no orçamento;

b) Todos as outras que vierem a ser decididas pela assembleia geral.

Artigo 13.º

Plano de actividades e orçamento

1 — Anualmente, 30 dias após a tomada de posse, a direcção deve apresentar à assembleia geral, conjuntamente, o plano de actividades e o orçamento para o ano seguinte.

2 — Ao longo do ano, a direcção pode apresentar à assembleia geral propostas de revisão do plano de actividades e do orçamento, que podem entrar em execução após competente aprovação.

CAPÍTULO IV

Órgãos

SECÇÃO I

Generalidades

Artigo 14.º

Definição

1 — São órgãos da Associação Académica: a assembleia geral, a direcção, o conselho fiscal.

2 — Haverá ainda lugar a 8 suplentes e um número máximo de 20 colaboradores.

Artigo 15.º

Mandato

1 — O mandato dos órgãos eleitos da Associação é de um ano.
2 — Os membros dos vários órgãos podem ser eleitos por um ou mais anos.

3 — Qualquer dos vários órgãos se considera automaticamente demissionário, quando o seu presidente peça a demissão ou seja demitido do cargo.

4 — Nenhum membro dos vários órgãos poderá deixar de exercer o respectivo cargo, antes de empossado o seu substituto.

5 — Nenhum membro dos vários órgãos poderá exercer simultaneamente mais de um cargo durante cada mandato.

Artigo 16.º

Regulamentos internos ou regimentos

1 — Os órgãos da Associação devem dotar-se de regulamentos internos ou regimento.

2 — As disposições regulamentares ou regimentais devem obedecer aos presentes estatutos, regulamentando a sua aplicação.

SECÇÃO II

Assembleia geral

Artigo 17.º

Definição

A assembleia geral é o órgão deliberativo máximo da Associação.

Artigo 18.º

Composição

1 — A assembleia geral é composta pelos alunos da instituição (Escola).

2 — Cada aluno tem direito a um voto.

Artigo 19.º

Competências

Compete à assembleia geral, nomeadamente:

a) Deliberar sobre todos os assuntos respeitantes à Associação;
b) Eleger os membros da mesa da assembleia geral, da direcção e do conselho fiscal;

c) Apreçar e votar o plano de actividades e orçamento conjuntamente podendo introduzir as alterações que achar convenientes;
d) Apreçar e votar o relatório de actividades contas da direcção e respectivo parecer de conselho fiscal;

e) Deliberar sobre qualquer recurso e proposta de atribuição de distinções ou penalidades, segundo os estatutos e regulamentos;

f) Deliberar sobre a alteração dos estatutos.

Artigo 20.º

Convocação

A assembleia geral é obrigatoriamente convocada:

- a) Quando o presidente da mesa da assembleia geral o julgue necessário, de acordo com os estatutos e regulamentos;
- b) A requerimento dos presidentes da direcção ou do conselho fiscal;
- c) A requerimento de um quinto do número total de estudantes.

Artigo 21.º

Mesa da assembleia geral

1 — A mesa da assembleia geral é composta por um presidente e dois secretários, eleitos por voto secreto e por um prazo de um ano.

2 — A mesa de assembleia geral tem competência para:

- a) Convocar a assembleia geral ordinária e extraordinária;
- b) Dirigir e participar nos trabalhos da assembleia geral, de acordo com os presentes estatutos;
- c) Elaborar as actas de cada reunião e afixar fotocópias das mesmas na sede da Associação, nas salas de convívio de alunos e demais locais, bem visíveis, onde os estudantes as possam consultar e assim ter conhecimento do seu conteúdo;
- d) Ter a seu cargo juntamente com a direcção, todos os preparativos para a realização das eleições para os órgãos da associação.

Artigo 22.º

Compete ao presidente da mesa da assembleia geral:

- a) Convocar as reuniões e estabelecer a ordem de trabalhos;
- b) Presidir as reuniões e coordenar os trabalhos;
- c) Orientar e moderar as reuniões.

Artigo 23.º

Compete ao 1.º secretário da mesa da assembleia geral:

- a) Auxiliar o presidente da mesa da assembleia geral em todas as suas competências;
- b) Substituir, nas suas faltas ou ausências, o presidente da mesa da assembleia geral.

Artigo 24.º

Ao 2.º secretário compete prover o expediente da mesa, elaborar e assinar as actas e executar todos os serviços que lhe forem cometidos pelo presidente e 1.º secretário, assim como substituir este último nas suas faltas a ausências.

Artigo 25.º

- a) As deliberações são tomadas por maioria absoluta dos votos dos membros presentes, salvo alterações aos estatutos, que será tomada pelo voto favorável de três quartos do total dos membros em assembleia geral convocada para o efeito;
- b) A deliberação sobre a extinção da Associação, que terá de ser tomada por três quartos do total de alunos da instituição (Escola) que representam, em assembleia geral convocada para o efeito.

Artigo 26.º

A assembleia geral é convocada com a antecedência mínima de oito dias úteis, por meio de edital a afixar na sede da associação, e demais locais, bem visíveis, onde todos os estudantes possam ter conhecimento do seu conteúdo, dentro do recinto abrangido pela Escola Superior de Saúde do Vale do Ave, donde conste o dia, hora e o local de reunião e respectiva ordem de trabalhos.

Artigo 27.º

A assembleia geral funcionará à hora marcada, encontrando-se presentes 7% do total do número dos alunos, ou qualquer número, um quarto de hora depois desde que, este número não seja inferior a 2% da totalidade do número total de alunos.

Artigo 28.º

De todas as reuniões da assembleia geral deverá obrigatoriamente ser lavrada acta, escrita em livro próprio, e existir um livro de presenças onde cada aluno, ao entrar no local da reunião terá de assinar o seu nome e mencionar o seu número de aluno.

Artigo 29.º

A assembleia geral funcionará ordinária e extraordinariamente.

Artigo 30.º

A assembleia geral funcionará ordinariamente:

- a) Entre os dias 1 e 17 de Janeiro para discussão e votação do relatório de contas do ano económico e parecer do conselho fiscal;
- b) Entre os dias 1 e 20 de Maio para o termo do ano lectivo, para discussão e votação do relatório de contas do mandato e parecer do conselho fiscal.

Artigo 31.º

A assembleia geral funcionará extraordinariamente:

- a) A requerimento da mesa da assembleia geral, da direcção ou do conselho fiscal;
- b) A requerimento de, pela menos, 7% do número total dos alunos;
- c) No caso em que a assembleia geral seja convocada conforme o artigo 20.º, alínea c), esta só funcionará se estiverem presentes 50% dos alunos requerentes.

Artigo 32.º

Em cada ponto constante da ordem de trabalhos será feita uma introdução, procurando informar todos os presentes o melhor possível do que consta, no que se baseia e qual o conteúdo do ponto a discutir, findo o qual a mesa da assembleia geral abrirá inscrições onde qualquer estudante presente se poderá inscrever para dar a sua opinião sobre o ponto em questão. No final de todas as intervenções far-se-á a votação, passando-se depois ao ponto seguinte da lista da ordem de trabalhos.

Artigo 33.º

A assembleia geral só poderá ser convocada para um dia útil entre segunda-feira e sexta-feira e nunca para um dia de fim-de-semana, excepto quando isso se torne extremamente necessário e se justifique.

SECÇÃO III**Direcção**

Artigo 34.º

Composição

1 — A direcção é composta por um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e cinco vogais.

2 — Quando na aprovação do plano de actividades e orçamento, a direcção apresentará um esquema de funcionamento, onde informe sobre dos seus elementos.

Artigo 35.º

Competências

À direcção compete, nomeadamente:

- a) Administrar o património da Associação, executar as deliberações tomadas pela assembleia geral e cumprir o programa com que se apresentou às eleições;
- b) Assegurar a representação permanente da associação;
- c) Apresentar à assembleia geral e ao conselho fiscal o plano de actividades, o orçamento e o relatório de contas;
- d) Assegurar e impulsionar a actividade tendente à persecução dos objectivos da Associação e exercer as demais competências previstas na lei ou decorrentes da aplicação dos presentes estatutos e regulamentos;
- e) Criar núcleos e ou comissões necessárias ao apoio e desenvolvimento das estruturas associativas;
- f) Estudar e discutir as propostas apresentadas pelos departamentos ou comissões, bem como estabelecer um plano com base nas propostas apresentadas;
- g) Admitir sócios, depois de satisfeitas as condições estatutárias e regulamentares;
- h) Autorizar a participação dos estudantes em quaisquer actividades académicas, culturais, educacionais ou outras, como representantes da Associação, desde que dela não resulte igualmente o menor prejuízo para a Associação;
- i) Fornecer ao conselho fiscal, sempre que solicitado qualquer documento de receitas e despesas bem como qualquer outra informação de interesse associativo sobre a administração da Associação;
- j) Aplicar as distinções e penalidades da sua competência e propor a aplicação daquelas que excedam a sua alçada.

Artigo 36.º

Responsabilidades

Cada membro da direcção é pessoalmente responsável pelos seus actos e solidariamente responsável por todas as medidas tomadas de acordo com os restantes membros da direcção.

Artigo 37.º

A orientação geral é tomada com base no programa pelo qual a direcção foi eleita e por directrizes tornadas em reuniões gerais da direcção da Associação.

Artigo 38.º

As reuniões gerais da direcção poderão ser ordinárias ou extraordinárias.

Artigo 39.º

É dever de qualquer elemento da direcção da associação de estudantes comparecer a todas as reuniões ordinárias e extraordinárias.

Artigo 40.º

A direcção deliberará as datas pelas quais reunirá ordinariamente.

Artigo 41.º

A direcção reunirá extraordinariamente quando convocada para o efeito pela maioria dos elementos que a constituem.

Artigo 42.º

Todas as reuniões da direcção terão uma ordem de trabalhos, podendo no entanto, por sugestão de qualquer elemento da direcção, ser analisado, debatido e votado qualquer outro assunto que não conste da ordem de trabalhos.

Artigo 43.º

As deliberações serão tomadas pela maioria dos votos dos presentes.

Artigo 44.º

De todas as reuniões da direcção deverá ser lavrada acta, exercida em livro próprio.

Artigo 45.º

Para obrigar a Associação é necessário a assinatura do presidente e do tesoureiro, caso o tesoureiro não esteja presente a do vice-presidente, sendo sempre obrigatórias duas assinaturas, sendo uma delas obrigatória (presidente da direcção).

Artigo 46.º

Compete em especial ao presidente da direcção da Associação:

- a) Promover a execução das deliberações da assembleia geral e da direcção;
- b) Assinar cheques, autorizações de pagamento e guias de receita juntamente com o tesoureiro ou vice-presidente.

Artigo 47.º

Ao vice-presidente compete:

- a) Auxiliar o presidente em todas as suas competências;
- b) Substituir o presidente em todas as suas faltas e impedimentos;
- c) Assinar os cheques, autorizações de pagamentos e guias de receita, juntamente com o presidente, na ausência do tesoureiro.

Artigo 48.º

Compete ao tesoureiro:

- a) Receber e guardar os valores da Associação;
- b) Assinar os cheques, autorizações de pagamentos e guias de receita, juntamente com o presidente da direcção.

SECÇÃO IV

Conselho fiscal

Artigo 49.º

Composição

O conselho fiscal é composto um presidente, em vice-presidente e um secretário.

Artigo 50.º

Competências

Compete ao conselho fiscal:

- a) Fiscalizar a administração realizada pela direcção e dar parecer fundamentado e com carácter consultivo sobre o relatório de actividades e contas, apresentados por aquele órgão;

b) Assegurar todas as demais competências que lhe sejam atribuídas pela lei ou decorram da aplicação dos estatutos, regulamentos ou regimentos da Associação;

c) Conferir no acto de transmissão de poderes dos vários órgãos os bens e valores associativos constantes do inventário geral;

d) Verificar a boa aplicação dos fundos associativos e a perfeita arrumação e fidelidade dos lançamentos feitos nos livros de escrituração;

e) Dar parecer sobre os relatórios, contas de administração e orçamentos apresentados à assembleia geral.

Artigo 51.º

Responsabilidade

1 — Cada membro do conselho fiscal é pessoalmente responsável pelos seus actos e solidariamente responsável por todas as medidas tomadas de acordo com os restantes membros do conselho fiscal.

2 — O conselho fiscal é solidariamente responsável com a direcção nas transgressões e irregularidade que esta cometa, desde que, por abstenção ao mau uso de poderes, deixe de as verificar participar à assembleia geral.

SECÇÃO V

Suplentes/colaboradores

Artigo 52.º

Composição

Compõem também a Associação Académica 8 suplentes e um número máximo de 20 colaboradores.

Artigo 53.º

Competências

Compete aos suplentes/colaboradores:

- a) Colaborar em todas as actividades realizadas pela Associação;
- b) Assegurar a representação permanente da Associação;
- c) É da sua competência a participação em reuniões da Associação, sempre que a sua presença seja exigida.

Artigo 54.º

Responsabilidade

1 — Cada suplente e colaborador é pessoalmente responsável pelos seus actos e solidariamente responsável por todas as medidas tomadas de acordo com os restantes membros da Associação.

2 — Em caso de demissão de algum membro da Associação, é da responsabilidade dos suplentes aceitar o cargo a substituir.

3 — O lugar deixado após substituição referente ao n.º 2 do artigo 55.º, pode ser ocupado por um colaborador.

CAPÍTULO V

Departamentos

Artigo 55.º

Os departamentos são órgãos coordenados, dinamizados e executivos de cada uma das principais actividades da Associação Académica.

Os departamentos exercem a sua acção dentro da Associação, nomeadamente, com actuações, festas ou organizações relativas à sua actividade específica.

A direcção da Associação Académica pode considerar necessário a existência de outros departamentos, que depois de devidamente fundamentados, devem ser aprovados em reunião de direcção, para prosseguirem em legitimidade de funções.

Artigo 56.º

Constituição

Os departamentos constituintes da Associação Académica são os seguintes:

- 1) Departamento Relações Internas — composto pelos núcleos de curso;
- 2) Departamento Marketing e Relações Públicas;
- 3) Departamento Desporto;
- 4) Departamento Cultura — composto por tunas;
- 5) Departamento Tradições Académicas — composto pelo conselho de veteranos e comissão de praxe.

Artigo 57.º

Composição

Os departamentos são compostos por elementos designados de acordo com a legitimidade própria do respectivo órgão pelo prazo de um ano coincidente com o mandato da Associação Académica.

Artigo 58.º

Competências

Considera-se como competências dos departamentos:

- 1) Elaborar o regulamento ou regimento interno do departamento a ser aprovado em reunião de direcção da Associação;
- 2) Elaborar um plano de actividades que deverá ser entregue a direcção da Associação, 30 dias após a tomada de posse;
- 3) Mediante a apresentação do plano de actividades, cada departamento candidata-se a receber uma verba atribuída anualmente pela Associação, paga mediante comprovativos físicos das mesmas actividades.

Artigo 59.º

Responsabilidade

Cada membro do departamento é pessoalmente responsável pelos seus actos e solidariamente, por todas as medidas tomadas de acordo com os restantes membros, salvo quando faça declarar em acta que foi contrário a essas declarações.

Os departamentos existentes não poderão tomar posição pública sobre assuntos que não estejam salvaguardados em estatutos, sem consultar previamente a direcção da Associação.

CAPÍTULO VI**Eleições**

Artigo 60.º

Especificação

As disposições do presente capítulo aplicam-se à eleição da Associação Académica e dos respectivos departamentos.

Artigo 61.º

1 — Todas as eleições previstas nestes estatutos serão realizadas por voto individual, universal, directo e secreto.

2 — As eleições realizam-se anualmente nas duas últimas semanas do mês de Maio, o dia será decidido em assembleia geral, na Escola Superior de Saúde do Vale do Ave, se existir(em) lista(s) candidata(s), ou, caso estas não existam, as eleições serão adiadas para as duas semanas subsequentes.

Artigo 62.º

A mesa da assembleia geral em funções terá obrigatoriamente de fazer, por meio de edital, durante o mês de Abril, a comunicação de que estará aberto o prazo para entrega dos processos de candidatura para os órgãos da Associação e do dia, hora e local marcado para a realização das eleições, bem como do período decidido em que poderá decorrer a campanha eleitoral.

Artigo 63.º

1 — Os processos de candidatura deverão ser entregues ao presidente da mesa da assembleia geral, e constarão de:

- a) Identificação dos candidatos aos vários órgãos, com declaração de nome completo, número e ano e fotocópia de bilhete de identidade;
- b) Indicação de dois delegados à comissão eleitoral pertencentes à lista.

2 — Depois de analisados os processos de cada lista e feitas as correcções, o presidente da mesa da assembleia geral fará afixar as listas admitidas a sufrágio.

Artigo 64.º

1 — Durante a campanha eleitoral entrará em funções uma comissão eleitoral composta por:

- a) Dois membros da direcção da associação de estudantes, nomeados por esta;
- b) Dois membros da mesa da assembleia geral, nomeados por este;
- c) Dois delegados de cada lista candidata, indicados nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 64.º

Artigo 65.º

1 — São funções da comissão eleitoral:

- a) Coordenar todo o processo relativo à actividade eleitoral;
- b) Resolver todos os problemas surgidos durante a campanha eleitoral, nomeadamente os que se prendem com a interpretação dos presentes estatutos;
- c) Garantir a todas as listas idênticas possibilidades;
- d) Programar as sessões de esclarecimento das listas;
- e) Decidir sobre as propostas de impugnação das eleições;
- f) Publicar os resultados eleitorais e proclamar a lista vencedora.

Artigo 66.º

Entre todos os elementos da comissão eleitoral formar-se-ão dois turnos, com igual número de elementos, cada um constituído por um presidente, um vice-presidente e os restantes secretários, estes nomeados por acordo entre si.

Artigo 67.º

Cada turno fará um espaço de tempo no dia e durante o horário em que as urnas estiverem abertas, encontrando-se no entanto, todos presentes quando se efectuar o fecho das urnas e contagem dos votos.

Artigo 68.º

- 1 — A campanha eleitoral decorrerá durante dois dias úteis.
- 2 — Na véspera do dia das eleições é proibido qualquer tipo de campanha eleitoral (dia de reflexão).

Artigo 69.º

1 — As eleições decorrerão durante um dia, mantendo-se as urnas ininterruptamente abertas entre as 9 horas e 30 minutos e as 20 horas.

2 — As operações eleitorais poderão ser fiscalizadas pelos membros das listas.

3 — A contagem dos votos segue-se imediatamente após o encerramento das urnas e a ela só poderão assistir os membros da comissão eleitoral e um representante de cada lista candidata.

4 — As eleições só poderão decorrer num dia útil e nunca num dia de fim-de-semana ou feriado.

Artigo 70.º

1 — As propostas de impugnação das eleições poderão ser apresentadas até quarenta e oito horas após o encerramento das urnas à comissão eleitoral, devidamente justificadas.

2 — Em caso de aceitação de impugnação, compete à comissão eleitoral promover a repetição das eleições na data afixada pela assembleia geral.

Artigo 71.º

1 — É considerada eleita a lista para cada órgão que obtiver mais de 50 % dos votos validamente expressos.

2 — Caso nenhuma possa ser declarada vencedora nos termos do número anterior, realizar-se-á uma segunda volta, no prazo máximo de setenta e duas horas, à qual concorrerão as duas listas mais votadas.

Artigo 72.º

1 — A Associação Académica e os respectivos departamentos, tomarão posse até ao 10.º dia após a eleição.

2 — A posse é conferida pelo presidente da mesa da assembleia geral em funções.

CAPÍTULO VII**Disposições gerais**

Artigo 73.º

Do património

1 — O património é constituído por todos os bens móveis e imóveis, adquiridos onerosa e gratuitamente e incorporada por doação ou qualquer outro meio legal, assim como pelos recursos e rendimentos próprios resultantes das suas iniciativas.

2 — O património é inalienável e indivisível, excepto quando isso se torne extremamente necessário e se justifique, e é sempre de exclusiva propriedade da Associação.

Artigo 74.º

A associação pode filiar-se em federação e ou confederações estudantis, cujos princípios não contrariem os presentes estatutos.

Artigo 75.º

Dissolução

1 — A Associação só pode ser extinta por decisão da assembleia geral tomada por maioria de três quartos da totalidade dos estudantes da instituição (Escola) convocada para o efeito.

2 — Em caso de extinção da Associação, os seus bens ficarão ao dispor da direcção da Escola Superior de Saúde do Vale do Ave.

Artigo 76.º

Casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos pela assembleia geral, a ser proposta da direcção, uma reunião expressamente realizada para o efeito.

Artigo 77.º

Da sede da Associação não poderá sair objecto algum pertencente à mesma sem licença expressa do presidente da direcção.

Artigo 78.º

1 — Cada elemento da direcção, mesa da assembleia geral e conselho fiscal só se poderá demitir desde que o seu pedido de demissão justifique causa extremamente importante para que o faça e desde que seja aceite em reunião da direcção, conjuntamente com os restantes órgãos.

2 — Caso o pedido de demissão seja aceite, deverá ser escolhido em reunião de associação um suplente que venha substituir o elemento que se demitiu, membro este que deverá ser convidado para assumir o cargo pelo presidente da mesa da assembleia geral.

3 — Caso o membro convidado recuse assumir o cargo, far-se-á nova reunião para escolher um outro membro e sempre assim até que um membro assuma o cargo.

Artigo 79.º

1 — Devem fazer-se repreensões dos membros que assumam actos que importem menor consideração pela moral, pela boa ordem e pelo respeito devido aos outros membros e aos interesses da Associação.

2 — As repreensões referidas no n.º 1 deste artigo devem ser assinadas conjuntamente pelos presidentes do conselho fiscal, mesa da assembleia geral e direcção.

3 — Todo o membro que tenha sido alvo de mais de cinco repreensões perderá a sua qualidade de membro associativo.

Artigo 80.º

Sempre que não se cumpram os presentes estatutos, pode recorrer-se, quando extremamente necessário aos tribunais.

Artigo 81.º

A decisão de expulsão de qualquer membro pode ser tomada, para além do enunciado do n.º 3 do artigo 80.º, por abaixo-assinado de 10 % do total dos membros da Associação, devidamente identificados, com referência ao seu número de aluno, nome e acompanhado pelo respectivo abaixo-assinado.

Artigo 82.º

Os presentes estatutos entram em vigor mediatamente após a sua aprovação.

Está conforme o original.

2 de Janeiro de 2007. — O Secretário-Geral, *António Raul Capaz Coelho*.

3000225422

Direcção-Geral do Ensino Superior**Despacho n.º 6036/2007**

O Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, prevê que os estabelecimentos de ensino superior promovam, até ao final do ano lectivo de 2008-2009, a adequação dos cursos que se encontram a ministrar e dos graus que estão autorizados a conferir à nova organização decorrente do Processo de Bolonha.

Considerando que a entrada em funcionamento de tais adequações está sujeita a registo efectuado pelo director-geral do Ensino Superior; Instruídos e analisados os pedidos nos termos dos artigos 63.º e 64.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março:

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 62.º daquele diploma:

Determino:

1 — São registadas as adequações dos cursos e dos graus identificados na col. «Curso objecto de adequação» do anexo a este despacho, ministrados pelos estabelecimentos indicados, aos ciclos de estudos caracterizados na col. «Ciclo de estudos».

2 — Na col. «Curso objecto de adequação» os graus são identificados com as letras «B» (bacharel), «L» (licenciado), «B + L» (bacharel e licenciado), «M» (mestre) e «D» (doutor).

3 — Na col. «Ciclo de estudos» os graus são identificados com as letras «L» (para o 1.º ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado), «M» (para o 2.º ciclo de estudos conducente ao grau de mestre) e «D» (para o 3.º ciclo de estudos conducente ao grau de doutor).

4 — Na col. «Duração» é indicada a duração em semestres dos ciclos de estudos adequados.

5 — Os ciclos de estudos cuja adequação tenha sido registada nos termos do n.º 1 podem iniciar o seu funcionamento a partir do ano lectivo de 2007-2008.

6 — O órgão legal e estatutariamente competente deve promover a publicação da estrutura curricular e do plano de estudos dos ciclos de estudos adequados, nomeadamente na 2.ª série do *Diário da República*.

23 de Fevereiro de 2007. — O Director-Geral, *António Morão Dias*.

ANEXO**DINENSINO — Ensino, Desenvolvimento e Cooperação, C. R. L. (Setúbal)**

Ciclo de estudos				Duração	N.º de ECTS	Curso objecto de adequação		N.º de Registo
Ciclo	Denominação	Percursos Alternativos	Grau			Denominação	Grau	
1.º	Direito		L	8	240	Direito	L	R/B – AD – 509/2007

Despacho n.º 6037/2007

O Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, prevê que os estabelecimentos de ensino superior promovam, até ao final do ano lectivo de 2008-2009, a adequação dos cursos que se encontram a ministrar e dos graus que estão autorizados a conferir à nova organização decorrente do Processo de Bolonha.

Considerando que a entrada em funcionamento de tais adequações está sujeita a registo efectuado pelo director-geral do Ensino Superior; Instruídos e analisados os pedidos nos termos dos artigos 63.º e 64.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março;

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 62.º daquele diploma:

Determino:

1 — São registadas as adequações dos cursos e dos graus identificados na col. «Curso objecto de adequação» do anexo a este despacho, ministrados pelos estabelecimentos indicados, aos ciclos de estudos caracterizados na col. «Ciclo de estudos».

2 — Na col. «Curso objecto de adequação» os graus são identificados com as letras «B» (bacharel), «L» (licenciado), «B + L» (bacharel e licenciado), «M» (mestre) e «D» (doutor).

3 — Na col. «Ciclo de estudos» os graus são identificados com as letras «L» (para o 1.º ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado), «M» (para o 2.º ciclo de estudos conducente ao grau de mestre) e «D» (para o 3.º ciclo de estudos conducente ao grau de doutor).

4 — Na col. «Duração» é indicada a duração em semestres dos ciclos de estudos adequados.

5 — Os ciclos de estudos cuja adequação tenha sido registada nos termos do n.º 1 podem iniciar o seu funcionamento a partir do ano lectivo de 2007-2008.

6 — O órgão legal e estatutariamente competente deve promover a publicação da estrutura curricular e do plano de estudos dos ciclos de estudos adequados, nomeadamente na 2.ª série do *Diário da República*.

23 de Fevereiro de 2007. — O Director-Geral, *António Morão Dias*.

ANEXO

Instituto Superior de Psicologia Aplicada

Ciclo de estudos				Duração	N.º de ECTS	Curso objecto de adequação		N.º de Registo
Ciclo	Denominação	Percursos Alternativos	Grau			Denominação	Grau	
1.º	Reabilitação e Inserção Social		L	6	180	Reabilitação e Inserção Social	B+L	R/B – AD – 425/2007
2.º	Psicobiologia		M	4	120	Etologia	M	R/B – AD – 426/2007
2.º	Psicologia Comunitária		M	4	120	Psicologia Comunitária	M	R/B – AD – 427/2007
2.º	Psicologia da Saúde		M	4	120	Psicologia da Saúde	M	R/B – AD – 461/2007
2.º	Psicologia Legal		M	4	120	Psicologia Legal	M	R/B – AD – 428/2007

Despacho n.º 6038/2007

O Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, prevê que os estabelecimentos de ensino superior promovam, até ao final do ano lectivo de 2008-2009, a adequação dos cursos que se encontram a ministrar e dos graus que estão autorizados a conferir à nova organização decorrente do Processo de Bolonha.

Considerando que a entrada em funcionamento de tais adequações está sujeita a registo efectuado pelo director-geral do Ensino Superior; Instruídos e analisados os pedidos nos termos dos artigos 63.º e 64.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março;

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 62.º daquele diploma:

Determino:

1 — São registadas as adequações dos cursos e dos graus identificados na col. «Curso objecto de adequação» do anexo a este despacho, ministrados pelos estabelecimentos indicados, aos ciclos de estudos caracterizados na col. «Ciclo de estudos».

2 — Na col. «Curso objecto de adequação» os graus são identificados com as letras «B» (bacharel), «L» (licenciado), «B + L» (bacharel e licenciado), «M» (mestre) e «D» (doutor).

3 — Na col. «Ciclo de estudos» os graus são identificados com as letras «L» (para o 1.º ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado), «M» (para o 2.º ciclo de estudos conducente ao grau de mestre) e «D» (para o 3.º ciclo de estudos conducente ao grau de doutor).

4 — Na col. «Duração» é indicada a duração em semestres dos ciclos de estudos adequados.

5 — Os ciclos de estudos cuja adequação tenha sido registada nos termos do n.º 1 podem iniciar o seu funcionamento a partir do ano lectivo de 2007-2008.

6 — O órgão legal e estatutariamente competente deve promover a publicação da estrutura curricular e do plano de estudos dos ciclos de estudos adequados, nomeadamente na 2.ª série do *Diário da República*.

23 de Fevereiro de 2007. — O Director-Geral, António Morão Dias.

ANEXO

Escola Superior Artística do Porto

Ciclo de estudos				Duração	N.º de ECTS	Curso objecto de adequação		N.º de Registo
Ciclo	Denominação	Percursos Alternativos	Grau			Denominação	Grau	
1.º	Animação Sociocultural		L	6	180	Animação Sócio-cultural	B+L	R/B – AD – 517/2007
1.º	Artes Plásticas e Intermédia		L	8	240	Artes Plásticas – Ramos: Desenho; Pintura	B+L	R/B – AD – 518/2007
1.º	Artes Visuais – Fotografia		L	6	180	Fotografia	B+L	R/B – AD – 519/2007
1.º	Cinema e Audiovisual		L	6	180	Cine-Vídeo	B+L	R/B – AD – 520/2007
1.º	Design e Comunicação Multimédia		L	6	180	Arte e Comunicação – Ramos: Audiovisual; Fotográfico; Multimédia	B+L	R/B – AD – 521/2007
1.º	Teatro – Interpretação e Encenação		L	6	180	Teatro	B+L	R/B – AD – 522/2007

Despacho n.º 6039/2007

O Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, prevê que os estabelecimentos de ensino superior promovam, até ao final do ano lectivo de 2008-2009, a adequação dos cursos que se encontram a ministrar e dos graus que estão autorizados a conferir à nova organização decorrente do Processo de Bolonha.

Considerando que a entrada em funcionamento de tais adequações está sujeita a registo efectuado pelo director-geral do Ensino Superior; Instruídos e analisados os pedidos nos termos dos artigos 63.º e 64.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março;

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 62.º daquele diploma:

Determino:

1 — São registadas as adequações dos cursos e dos graus identificados na col. «Curso objecto de adequação» do anexo a este despacho, ministrados pelos estabelecimentos indicados, aos ciclos de estudos caracterizados na col. «Ciclo de estudos».

2 — Na col. «Curso objecto de adequação» os graus são identificados com as letras «B» (bacharel), «L» (licenciado), «B + L» (bacharel e licenciado), «M» (mestre) e «D» (doutor).

3 — Na col. «Ciclo de estudos» os graus são identificados com as letras «L» (para o 1.º ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado), «M» (para o 2.º ciclo de estudos conducente ao grau de mestre) e «D» (para o 3.º ciclo de estudos conducente ao grau de doutor).

4 — Na col. «Duração» é indicada a duração em semestres dos ciclos de estudos adequados.

5 — Os ciclos de estudos cuja adequação tenha sido registada nos termos do n.º 1 podem iniciar o seu funcionamento a partir do ano lectivo de 2007-2008.

6 — O órgão legal e estatutariamente competente deve promover a publicação da estrutura curricular e do plano de estudos dos ciclos de estudos adequados, nomeadamente na 2.ª série do *Diário da República*.

23 de Fevereiro de 2007. — O Director-Geral, António Morão Dias.

ANEXO

Universidade Moderna de Lisboa

Ciclo de estudos				Duração	N.º de ECTS	Curso objecto de adequação		N.º de Registo
Ciclo	Denominação	Percursos Alternativos	Grau			Denominação	Grau	
1.º	Cinema, Televisão e Cinema Publicitário		L	6	180	Cinema, Televisão e Cinema Publicitário – Ramos: Produção; Realização; Guião; Imagem; Montagem; Som	L	R/B – AD – 510/2007
1.º	Direito		L	8	240	Direito	L	R/B – AD – 511/2007
1.º	Engenharia Industrial		L	6	180	Engenharia Industrial – Ramos: Alimentar; Energia; Produção	L	R/B – AD – 512/2007
1.º	Estudos Europeus e Internacionais		L	6	180	Estudos Europeus e Internacionais	L	R/B – AD – 513/2007
2.º	Gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional		M	4	120	Gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional	M	R/B – AD – 514/2007
2.º	Integração Europeia		M	4	120	Integração Europeia	M	R/B – AD – 515/2007
2.º	Psicopedagogia Perceptiva		M	4	120	Psicopedagogia Perceptiva	M	R/B – AD – 516/2007

Despacho n.º 6040/2007

O Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, prevê que os estabelecimentos de ensino superior promovam, até ao final do ano lectivo de 2008-2009, a adequação dos cursos que se encontram a ministrar e dos graus que estão autorizados a conferir à nova organização decorrente do Processo de Bolonha.

Considerando que a entrada em funcionamento de tais adequações está sujeita a registo efectuado pelo director-geral do Ensino Superior; Instruídos e analisados os pedidos nos termos dos artigos 63.º e 64.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março;

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 62.º daquele diploma:

Determino:

1 — São registadas as adequações dos cursos e dos graus identificados na col. «Curso objecto de adequação» do anexo a este despacho, ministrados pelos estabelecimentos indicados, aos ciclos de estudos caracterizados na col. «Ciclo de estudos».

2 — Na col. «Curso objecto de adequação» os graus são identificados com as letras «B» (bacharel), «L» (licenciado), «B + L» (bacharel e licenciado), «M» (mestre) e «D» (doutor).

3 — Na col. «Ciclo de estudos» os graus são identificados com as letras «L» (para o 1.º ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado), «M» (para o 2.º ciclo de estudos conducente ao grau de mestre) e «D» (para o 3.º ciclo de estudos conducente ao grau de doutor).

4 — Na col. «Duração» é indicada a duração em semestres dos ciclos de estudos adequados.

5 — Os ciclos de estudos cuja adequação tenha sido registada nos termos do n.º 1 podem iniciar o seu funcionamento a partir do ano lectivo de 2007-2008.

6 — O órgão legal e estatutariamente competente deve promover a publicação da estrutura curricular e do plano de estudos dos ciclos de estudos adequados, nomeadamente na 2.ª série do *Diário da República*.

23 de Fevereiro de 2007. — O Director-Geral, *António Morão Dias*.

ANEXO

Instituto Politécnico de Lisboa

Ciclo de estudos				Duração	N.º de ECTS	Curso objecto de adequação		N.º de Registo
Ciclo	Denominação	Percursos Alternativos	Grau			Denominação	Grau	
Escola Superior de Música de Lisboa								
1.º	Música	Variante de Composição, Direcção Coral e Formação Musical – Ramos: Composição; Direcção Coral e Formação Musical; Variante de Execução – Ramos: Canto; Cordas Dedilhadas; Instrumentos de Arco, Sopra e Percussão; Música Antiga; Órgão; Piano	L	6	180	Música – Variantes: Instrumento (Opções e ramos: Clarinete; Contrabaixo; Cravo; Fagote; Flauta; Flauta de Bisel; Guitarra; Oboé; Órgão; Percussão; Piano; Saxofone; Trombone; Trompa; Trompete; Violeta; Violino; Violoncelo); Canto; Canto Gregoriano; Direcção Coral; Composição; Formação Musical	B+L	R/B – AD – 483/2007
Escola Superior de Teatro e Cinema de Lisboa								
1.º	Cinema	Ramos: Argumento; Produção; Realização; Imagem; Montagem; Som	L	6	180	Cinema – Opções e ramos: Imagem; Montagem; Produção; Som, Argumento; Realização	B+L	R/B – AD – 484/2007

Despacho n.º 6041/2007

O Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, prevê que os estabelecimentos de ensino superior promovam, até ao final do ano lectivo de 2008-2009, a adequação dos cursos que se encontram a ministrar e dos graus que estão autorizados a conferir à nova organização decorrente do Processo de Bolonha.

Considerando que a entrada em funcionamento de tais adequações está sujeita a registo efectuado pelo director-geral do Ensino Superior; Instruídos e analisados os pedidos nos termos dos artigos 63.º e 64.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março;

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 62.º daquele diploma:

Determino:

1 — São registadas as adequações dos cursos e dos graus identificados na col. «Curso objecto de adequação» do anexo a este despacho, ministrados pelos estabelecimentos indicados, aos ciclos de estudos caracterizados na col. «Ciclo de estudos».

2 — Na col. «Curso objecto de adequação» os graus são identificados com as letras «B» (bacharel), «L» (licenciado), «B + L» (bacharel e licenciado), «M» (mestre) e «D» (doutor).

3 — Na col. «Ciclo de estudos» os graus são identificados com as letras «L» (para o 1.º ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado), «M» (para o 2.º ciclo de estudos conducente ao grau de mestre) e «D» (para o 3.º ciclo de estudos conducente ao grau de doutor).

4 — Na col. «Duração» é indicada a duração em semestres dos ciclos de estudos adequados.

5 — Os ciclos de estudos cuja adequação tenha sido registada nos termos do n.º 1 podem iniciar o seu funcionamento a partir do ano lectivo de 2007-2008.

6 — O órgão legal e estatutariamente competente deve promover a publicação da estrutura curricular e do plano de estudos dos ciclos de estudos adequados, nomeadamente na 2.ª série do *Diário da República*.

23 de Fevereiro de 2007. — O Director-Geral, António Morão Dias.

ANEXO

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Ciclo	Ciclo de estudos			Duração	N.º de ECTS	Curso objecto de adequação		N.º de Registo
	Denominação	Percursos Alternativos	Grau			Denominação	Grau	
2.º	Ciências do Trabalho e Relações Laborais		M	4	120	Ciências do Trabalho e Relações Laborais	M	R/B – AD – 523/2007
2.º	Contabilidade		M	3	102	Contabilidade	M	R/B – AD – 524/2007
2.º	Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais		M	4	120	Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais – Análise e Gestão	M	R/B – AD – 525/2007
2.º	Economia e Políticas Públicas	Áreas de especialização: Competitividade Territorial e Política Regional; Conhecimento, Inovação e Competitividade; Sustentabilidade e Inclusão Social; Estratégia e Governação Económica Europeia	M	4	120	Economia e Políticas Públicas – Áreas de especialização: Competitividade Territorial e Política Regional; Conhecimento, Inovação e Competitividade; Sustentabilidade e Inclusão Social; Estratégia e Governação Económica Europeia	M	R/B – AD – 526/2007
2.º	Economia Social e Solidária		M	4	120	Economia Social e Solidária	M	R/B – AD – 527/2007
2.º	Finanças		M	3	90	Finanças	M	R/B – AD – 528/2007
2.º	Gestão de Recursos Humanos		M	4	120	Gestão de Recursos Humanos	M	R/B – AD – 529/2007
2.º	Marketing		M	3	102	Marketing	M	R/B – AD – 530/2007
2.º	Pesquisa de Mercados		M	3	102	Pesquisa de Mercados	M	R/B – AD – 531/2007
2.º	Políticas de Desenvolvimento dos Recursos Humanos		M	4	120	Políticas de Desenvolvimento dos Recursos Humanos	M	R/B – AD – 532/2007
2.º	Prospecção e Análise de Dados		M	3	102	Prospecção e Análise de Dados	M	R/B – AD – 533/2007
2.º	Risco, Trauma e Sociedade		M	4	120	Risco, Trauma e Sociedade	M	R/B – AD – 534/2007
2.º	Sistemas Integrados de Apoio à Decisão		M	4	120	Sistemas Integrados de Apoio à Decisão	M	R/B – AD – 535/2007
3.º	Antropologia		D	6	180	Ramo de Antropologia – Especialidades: Teoria e Método da Antropologia; Antropologia do Simbólico e da Cultura; Antropologia Política; Antropologia Económica; Antropologia das Sociedades Complexas; Antropologia da Educação; Antropologia Urbana; Museologia e Património	D	R/B – AD – 536/2007
3.º	Antropologia Urbana		D	6	180	Programa Internacional de Doutoramento em Antropologia Urbana	D	R/B – AD – 537/2007
3.º	Ciências e Tecnologias da Informação	Especialidades: Ciência e Tecnologia da Programação; Estudos de Informação; Informática Aplicada à Gestão e às Ciências Sociais; Inteligência Artificial; Multimédia, Visão e Computação Gráfica; Redes Digitais, Arquitectura de Computadores e Sistemas Operativos; Simulação e Sistemas Complexos; Sistemas de Informação; Telecomunicações	D	6	180	Ramo de Ciências e Tecnologias da Informação – Especialidades: Ciências e Tecnologias da Programação; Computação Gráfica e Multimédia; Computadores; Informática Aplicada; Inteligência Artificial; Sistemas de Informação e Bases de Dados; Telecomunicações; Informática, Ciências Sociais e Humanas	D	R/B – AD – 538/2007
3.º	Economia		D	6	180	Ramo de Economia – Especialidades: Economia do Desenvolvimento; Economia Industrial e da Inovação; Economia dos Recursos Humanos; Economia das Relações Internacionais; Economia Social; Economia do Território e do Ambiente	D	R/B – AD – 539/2007
3.º	Gestão	Especialidades: Métodos Quantitativos de Gestão; Contabilidade; Finanças; Gestão Geral; Estratégia e Desenvolvimento Empresarial; Gestão de Operações e Tecnologias; Marketing; Organização e Desenvolvimento de Recursos Humanos	D	6	180	Ramo de Gestão – Especialidades: Métodos Quantitativos de Gestão; Contabilidade; Finanças; Gestão Global, Estratégia e Desenvolvimento Empresarial; Gestão das Operações e Tecnologias; Marketing; Organização e Desenvolvimento de Recursos Humanos	D	R/B – AD – 540/2007

Rectificação n.º 422/2007

Tendo-se verificado a existência de erro na deliberação n.º 67/2007, de 11 de Janeiro, da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 8, de 11 de Janeiro de 2007, rectifica-se que onde se lê:

«3.º

Utilização dos exames nacionais do ensino secundário realizados no ano lectivo de 2005-2006, como provas de ingresso

Nos termos do disposto no artigo 1.º da deliberação da CNAES n.º 1134/2006, de 25 de Agosto, os exames nacionais do ensino secunde ingresso que sejam exigidas no âmbito da candidatura à matrícula e inscrição no ensino superior, no ano lectivo de 2007-2008.»

deve ler-se:

«3.º

Utilização dos exames nacionais do ensino secundário realizados no ano lectivo de 2005-2006, como provas de ingresso

Nos termos do disposto no artigo 1.º da deliberação da CNAES n.º 1134/2006, de 25 de Agosto, os exames nacionais do ensino secundário, realizados no ano lectivo de 2005-2006, constantes do anexo III da presente deliberação, podem ser utilizados para satisfazer provas de ingresso que sejam exigidas no âmbito da candidatura à matrícula e inscrição no ensino superior no ano lectivo de 2007-2008.»

e onde se lê:

«ANEXO II

Elenco de provas de ingresso e exames a realizar pelos estudantes titulares de cursos do ensino secundário dos planos de estudo criados pelo Decreto-Lei n.º 74/2006, de 26 de Março.»

deve ler-se:

«ANEXO II

Elenco de provas de ingresso e exames a realizar pelos estudantes titulares de cursos do ensino secundário dos planos de estudo criados pelo Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março.»

26 de Fevereiro de 2007. — O Director-Geral, *António Morão Dias*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Gabinete da Ministra

Portaria n.º 339/2007

Considerando o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 120/97, de 16 de Maio, e tendo sido cumprida a audiência de interessados prevista no artigo 27.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro;

Considerando ainda o disposto no n.º 2 do artigo 28.º da referida lei:

Manda o Governo, pela Ministra da Cultura, o seguinte:

Artigo único

É classificado como imóvel de interesse público (IIP) o bem a seguir mencionado, conforme planta de delimitação constante do anexo à presente portaria, da qual faz parte integrante:

Distrito de Bragança

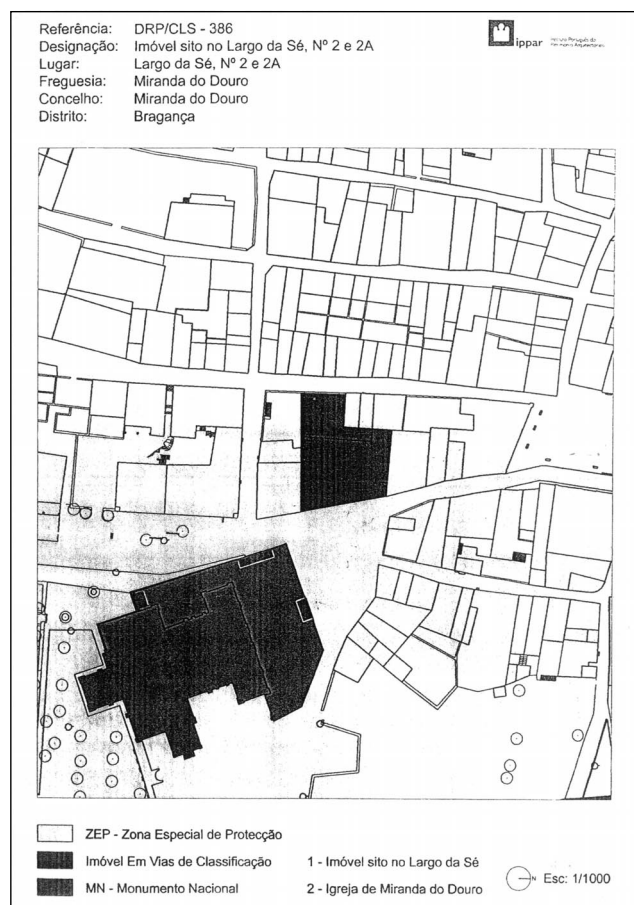
Município de Miranda do Douro

Imóvel sito no Largo da Sé, 2 e 2-A, freguesia de Miranda do Douro.

O interesse cultural do imóvel releva da sua importância urbanística, quer do ponto de vista estético quer enquanto documento histórico.

Releva-se ainda a autenticidade das foras e materiais, traduzidas na exemplaridade do imóvel para a arquitectura civil dos séculos XVI-XVII.

26 de Fevereiro de 2007. — Pela Ministra da Cultura, o Secretário de Estado da Cultura, *Mário Vieira de Carvalho*.



Centro Português de Fotografia

Aviso n.º 5598/2007

Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no placard da Repartição dos Serviços Administrativos deste Centro, com sede no Edifício da ex-Cadeia da Relação do Porto, Campo Mártires da Pátria, 4050-368 Porto, e nas instalações do Arquivo de Fotografia de Lisboa, na Alameda da Universidade (edifício do IAN/Torre do Tombo), 1649-010 Lisboa, a lista de antiguidade dos funcionários do Centro Português de Fotografia reportada a 31 de Dezembro de 2006.

As reclamações deverão ser apresentadas no prazo de 30 dias consecutivos após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, conforme determina o artigo 96.º do mesmo diploma.

28 de Fevereiro de 2007. — A Directora, em regime de substituição, *Maria Tereza de Melo Siza Vieira Salgado Fonseca*.

Inspecção-Geral das Actividades Culturais

Despacho (extracto) n.º 6042/2007

Por despacho da inspectora-geral das Actividades Culturais de 15 de Janeiro de 2007 e parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Cultura, foi Alice Maria Correia Pinto, assistente administrativa principal, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal da Inspecção-Geral das Actividades Culturais, nomeada, em comissão de serviço extraordinária, durante o período probatório de um ano, estagiária da carreira técnica superior, para possível reclassificação, de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 497/99, de

19 de Novembro, sendo abonada pelo escalão 1, índice 321. (Não carece de fiscalização do Tribunal de Contas.)

21 de Fevereiro de 2007. — O Subinspector-Geral, *Júlio Ernesto Araújo Melo*.

Instituto Português do Património Arquitectónico

Despacho (extracto) n.º 6043/2007

Por despachos de 27 de Fevereiro de 2007 do vice-presidente deste Instituto, por delegação:

Isabel Maria Martins Murteira Rosa, Maria Helena Morais Casanova Lourenço e Nazaré Anacleto Rodrigues Velez, vigilantes-recepcionistas de 2.ª classe da carreira de vigilante-recepcionista do quadro de pessoal dos Serviços Centrais deste Instituto, foram nomeadas, por transferência, para lugar de idêntica categoria e carreira do quadro de pessoal do Palácio Nacional de Queluz, ao abrigo do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 1 de Março de 2007.

Maria Dulce Couto Penas Santos e Maria Natália da Silva Pereira Augusto, vigilantes-recepcionistas de 2.ª classe da carreira de vigilante-recepcionista do quadro de pessoal dos Serviços Centrais deste Instituto, foram nomeadas, por transferência, para lugar de idêntica categoria e carreira do quadro de pessoal do Mosteiro dos Jerónimos, ao abrigo do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 1 de Março de 2007.

27 de Fevereiro de 2007. — O Director do Departamento Financeiro e de Administração, *Luís Filipe Coelho*.

Despacho (extracto) n.º 6044/2007

Por despacho de 27 de Fevereiro de 2007 do vice-presidente deste Instituto, por delegação, foi reclassificada Maria Raquel Patrício Roxo, vigilante-recepcionista de 2.ª classe da carreira de vigilante-recepcionista do quadro de pessoal da Fortaleza de Sagres, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, como técnica superior de 2.ª classe da carreira técnica superior do mesmo quadro de pessoal.

28 de Fevereiro de 2007. — O Director do Departamento Financeiro e de Administração, *Luís Filipe Coelho*.



PARTE D

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE RIO MAIOR

Anúncio n.º 1759/2007

Insolvência de pessoa colectiva (requerida) Processo n.º 605/05.3TBRMR

Requerente — Ana Patrícia Carvalho Figueiredo e outro(s).
Interessado — Marta Filipa Carvalho Figueiredo e outro(s).

No 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Rio Maior, no dia 10 de Janeiro de 2007, às 14 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor:

Herança aberta por óbito de Vítor Manuel da Costa Figueiredo, número de identificação fiscal 704679582, com sede na Avenida de Paulo VI, 60, 5.º, 2040 Rio Maior.

Para administrador da insolvência é nomeado Jorge Fialho Faus-tino, Rua da Capela, sem número, Benedita, 2475 Benedita.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda que o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência dos créditos, data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE) e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

27 de Fevereiro de 2007. — O Juiz de Direito, *João Manuel P. Cordeiro Brazão*. — O Oficial de Justiça, *Francisco M. Fernandes Coelho*.

3000226763



PARTE E

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Aviso (extracto) n.º 5599/2007

Por despacho do presidente do ISCTE, ao abrigo da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 19.º dos Estatutos do ISCTE, publicados em anexo ao Despacho Normativo n.º 37/2000:

De 22 de Dezembro de 2006:

Foi autorizada a nomeação definitiva de Graça Maria Gouveia da Silva Carapinheiro na categoria de professora catedrática do quadro deste Instituto, mediante concurso.

A nomeação produz efeitos a partir da data do despacho de autorização.

De 8 de Janeiro de 2007:

Foi autorizada a nomeação definitiva de Maria Isabel Vieira Nicolau na categoria de professora associada do quadro deste Instituto, mediante concurso.

A nomeação produz efeitos a partir da data do despacho de autorização.

(Não sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Fevereiro de 2007. — O Administrador, *Francisco Cal.*

ORDEM DOS ADVOGADOS

Edital n.º 242/2007

Para os legais efeitos, torna-se público que, por despacho do bastonário da Ordem dos Advogados de 14 de Fevereiro de 2007, e com efeitos a partir de 8 de Julho de 2004, ao abrigo do artigo 39.º, n.º 1, alínea *d*), do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pela Lei n.º 15/2005, de 26 de Janeiro, e do artigo 11.º, n.º 1, alínea *d*), do Regulamento de Inscrição de Advogados e Advogados Estagiários, aprovado em sessão do conselho geral de 7 de Julho de 1989, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 139, de 19 de Junho de 2002, alterado por deliberação do conselho geral de 7 e de 8 de Novembro de 2003, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 282, de 6 de Dezembro de 2003, foi levantada a suspensão da inscrição do Dr. Pedro Moura Bessa (cédula profissional n.º 3215-P), tendo sido nesta data feitos todos os averbamentos e comunicações.

14 de Fevereiro de 2007. — O Bastonário, *Rogério Alves.*

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Reitoria

Despacho n.º 6045/2007

Nomeio, no âmbito de competência delegada, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril, o júri do concurso externo para recrutamento de um lugar de investigador auxiliar na área de microbiologia, da carreira de investigação científica, do quadro de pessoal de investigador da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, criado pela Portaria n.º 655/88, de 29 de Setembro, e alterado pelas Portarias n.ºs 718/91, de 23 de Junho, e 684/2002, de 20 de Junho:

Presidente — Doutor Henrique Manuel Bicha Castelo, professor catedrático e presidente do conselho científico da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

Vogais:

Doutora Maria Teresa Marques, professora associada de microbiologia da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa.

Doutor Mário Manuel Carmo de Almeida Santos, professor associado de microbiologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Doutor Miguel Agostinho Sousa Pinto Torres Fevereiro, investigador principal de virologia do Laboratório Nacional de Investigação Veterinária.

Doutor José Augusto Gamito Melo Cristino, professor catedrático de microbiologia da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

Doutor Manuel Diamantino Pires Bicho, professor catedrático de ciências patológicas e de diagnóstico da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

23 de Fevereiro de 2007. — O Vice-Reitor, *António Vallêra.*

Despacho n.º 6046/2007

Foram designados, por despacho da vice-reitora de 22 de Fevereiro, proferido por delegação de competências, para fazerem parte do júri das provas de habilitação ao título de agregado no 3.º grupo A, Estudos Anglisticos, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, as seguintes docentes:

Presidente — Vice-Reitora da Universidade de Lisboa.

Vogais:

Doutora Maria Irene Ramalho Sousa Santos, professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Doutor Gualter Mendes Queirós Cunha, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Doutor Carlos Manuel da Rocha Borges de Azevedo, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Doutor Rui Manuel Gomes de Carvalho Homem, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Doutor Filipe da Costa e Silva Pinto Furtado, professor catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Doutor Mário Carlos Fernandes Avelar, professor catedrático do Departamento de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Aberta.

Doutor João Ernesto de Almeida Flôr, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Doutor Joaquim Manuel Correia de Magalhães, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Doutor Alvaro Luís Antunes Pina, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Doutora Emília dos Santos Ribeiro Pedro, professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Doutora Maria Helena Zaira Diniz Ayala Serôdio Pereira, professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Doutor João Ferreira Duarte, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

26 de Fevereiro de 2007. — A Vice-Reitora, *Inês Duarte.*

Faculdade de Farmácia

Contrato (extracto) n.º 593/2007

Por despacho do reitor de 15 de Outubro de 2006, foi celebrado contrato administrativo de provimento com a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa e a licenciada Paula Cristina Gonçalves Sousa Fernandes para exercer as funções de assistente convidada a 20%, além do quadro de pessoal docente desta Faculdade, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a 15 de Outubro de 2006, pelo período de um ano, renovável por sucessivos períodos de três anos. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Fevereiro de 2007. — O Secretário, *Alfredo Ferreira Moita.*

Faculdade de Medicina

Despacho (extracto) n.º 6047/2007

Por despacho do director de 8 de Fevereiro de 2007, por delegação do reitor:

Foi António João Ascensão Lopes nomeado definitivamente, precedido de concurso, assistente administrativo especialista, da carreira administrativa, da Faculdade de Medicina de Lisboa, com efeitos à data do termo de aceitação, considerando-se exonerado do lugar anterior.

Foi Florbela Leal Gomes de Freitas Fialho nomeada definitivamente, precedida de concurso, assistente administrativa especialista,

da carreira administrativa, da Faculdade de Medicina de Lisboa, com efeitos à data do termo de aceitação, considerando-se exonerada do lugar anterior.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Fevereiro de 2007. — A Chefe de Divisão, *Isabel Aguiar*.

UNIVERSIDADE DA MADEIRA

Aviso n.º 5600/2007

Por despacho do vice-reitor da Universidade da Madeira Prof. Doutor António Manuel Dias Brehm de 25 de Janeiro de 2007, proferido por delegação de competências [despacho n.º 11 007/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 97, de 19 de Maio de 2006], foi ao Doutor Ricardo João Nunes dos Santos Cabral, professor auxiliar do Departamento de Gestão e Economia, autorizada equiparação a bolseiro no estrangeiro, com vencimento, no período de 6 a 13 de Fevereiro de 2007.

13 de Fevereiro de 2007. — O Administrador, *Ricardo Gonçalves*.

Aviso n.º 5601/2007

Por despacho da presidente do Departamento de Estudos Romanísticos, doutorada Maria Teresa Duarte de Jesus Gonçalves do Nascimento, de 29 de Janeiro de 2007, proferido por delegação de competências (despacho reitoral n.º 5/R/2007, de 22 de Janeiro de 2007), foi autorizada equiparação a bolseiro, no País, com vencimento, à doutorada Celina Maria Rodrigues Martins, professora auxiliar do Departamento de Estudos Romanísticos, no período de 5 a 7 de Fevereiro de 2007.

13 de Fevereiro de 2007. — O Administrador, *Ricardo Gonçalves*.

Aviso n.º 5602/2007

Por despacho do reitor da Universidade da Madeira, Prof. Doutor Pedro Telhado Pereira, de 15 de Setembro de 2005, foi autorizada celebração de contrato administrativo de provimento com a licenciada Maria Laura Vidinhas Viveiros, válido para o período de 19 de Setembro de 2005 a 25 de Fevereiro de 2006, como assistente convidada, no Departamento de Educação Física e Desporto, em regime de tempo parcial (30 %).

13 de Fevereiro de 2007. — O Administrador, *Ricardo Gonçalves*.

Aviso n.º 5603/2007

Por despacho do reitor da Universidade da Madeira, Prof. Doutor Pedro Telhado Pereira, de 13 de Outubro de 2006, foi autorizado o contrato administrativo de provimento da licenciada Maria Laura Vidinhas Viveiros, válido pelo período de 12 de Fevereiro a 14 de Julho de 2007, como assistente convidada, no Departamento de Educação Física e Desporto, em regime de tempo parcial, 40 %.

13 de Fevereiro de 2007. — O Administrador, *Ricardo Gonçalves*.

Aviso n.º 5604/2007

Por despacho do vice-reitor da Universidade da Madeira, Prof. Doutor António Manuel Dias Brehm, de 27 de Novembro de 2006, proferido por delegação de competências (despacho n.º 11 007/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 97, de 19 de Maio de 2006), foi ao Doutor Manfred Josef Kaufmann, professor auxiliar do Departamento de Biologia, autorizada a equiparação a bolseiro no estrangeiro com vencimento, no período de 8 a 28 de Dezembro de 2007.

13 de Fevereiro de 2007. — O Administrador, *Ricardo Gonçalves*.

Aviso n.º 5605/2007

Por despacho do reitor da Universidade da Madeira, Prof. Doutor Pedro Telhado Pereira, de 13 de Outubro de 2006, foi autorizado o contrato administrativo de provimento com o licenciado Bruno Miguel Fernandes da Costa Meneses Pereira, válido pelo período de 12 de Fevereiro a 14 de Julho de 2007, como assistente convidado, no Departamento de Educação Física e Desporto, em regime de tempo parcial, 30 %.

13 de Fevereiro de 2007. — O Administrador, *Ricardo Gonçalves*.

Aviso n.º 5606/2007

Por despacho do reitor da Universidade da Madeira, Prof. Doutor Pedro Telhado Pereira, de 1 de Março de 2006, foi autorizado o contrato administrativo de provimento da licenciada Maria Laura Vidinhas Viveiros, válido pelo período de 2 de Março a 29 de Julho de 2006, como assistente convidada, no Departamento de Educação Física e Desporto, em regime de tempo parcial, 30 %.

13 de Fevereiro de 2007. — O Administrador, *Ricardo Gonçalves*.

Aviso n.º 5607/2007

Por despacho do vice-reitor da Universidade da Madeira, Prof. Doutor António Manuel Dias Brehm, de 18 de Janeiro de 2007, proferido por delegação de competências [despacho n.º 11 007/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 97, de 19 de Maio de 2006], foi ao Doutor Miguel Ângelo Almeida Pinheiro de Carvalho, professor associado com agregação do Departamento de Biologia, autorizada a equiparação a bolseiro, no estrangeiro, com vencimento, no período de 21 a 23 de Fevereiro de 2007.

13 de Fevereiro de 2007. — O Administrador, *Ricardo Gonçalves*.

Aviso n.º 5608/2007

Por despacho do vice-reitor da Universidade da Madeira Prof. Doutor Pedro Telhado Pereira de 18 de Setembro de 2003, foi à licenciada Maria Laura Vidinhas Viveiros autorizado o contrato administrativo de provimento, válido no período de 22 de Setembro de 2003 a 3 de Março de 2004, como assistente convidada no Departamento de Educação Física e Desporto, em regime de tempo parcial, 30 %.

13 de Fevereiro de 2007. — O Administrador, *Ricardo Gonçalves*.

Aviso n.º 5609/2007

Por despacho do vice-reitor da Universidade da Madeira, Prof. Doutor António Manuel Dias Brehm, de 19 de Dezembro de 2006, proferido por delegação de competências [despacho n.º 11 007/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 97, de 19 de Maio de 2006], foi autorizada a equiparação a bolseiro no País, com vencimento, da licenciada Vera Maria Gouveia Barros, assistente estagiária do Departamento de Gestão e Economia, no período de 18 a 22 de Dezembro de 2006.

16 de Fevereiro de 2007. — O Administrador, *Ricardo Gonçalves*.

Aviso n.º 5610/2007

Por despacho do vice-reitor da Universidade da Madeira, Prof. Doutor António Manuel Dias Brehm, de 2 de Fevereiro de 2007, proferido por delegação de competências [despacho n.º 11 007/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 97, de 19 de Maio de 2006], foi autorizada a equiparação a bolseiro no estrangeiro, com vencimento, do doutorado João Manuel Cunha Rodrigues, professor auxiliar do Departamento de Química, no período 24 a 28 de Fevereiro de 2007.

16 de Fevereiro de 2007. — O Administrador, *Ricardo Gonçalves*.

Aviso n.º 5611/2007

Por despacho do reitor da Universidade da Madeira, Prof. Doutor Pedro Telhado Pereira, de 17 de Janeiro de 2007, foi autorizada equiparação a bolseiro no País, com vencimento, à licenciada Susana Maria da Silva Madeira Fernandes Vasconcelos, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal não docente da Universidade da Madeira, no período de 29 de Janeiro a 9 de Fevereiro de 2007.

16 de Fevereiro de 2007. — O Administrador, *Ricardo Gonçalves*.

Aviso n.º 5612/2007

Por despacho do vice-reitor da Universidade da Madeira, Prof. Doutor António Manuel Dias Brehm, de 19 de Dezembro de 2006, proferido por delegação de competências [despacho n.º 11 007/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 97, de 19 de Maio de 2006], foi autorizada a equiparação a bolseiro no País, com vencimento, da licenciada Vera Maria Gouveia Barros, assistente estagiária do Departamento de Gestão e Economia, no período de 2 a 19 de Janeiro de 2007.

16 de Fevereiro de 2007. — O Administrador, *Ricardo Gonçalves*.

Aviso n.º 5613/2007

Por despacho do vice-reitor da Universidade da Madeira, Prof. Doutor Rui Alexandre Silvestre Carita, de 12 de Dezembro de 2006, proferido por delegação de competências [despacho n.º 11 007/2006 (2.ª série)], publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 97, de 19 de Maio de 2006], foi autorizada a rescisão contratual do Doutor Paulo Alexandre Bressan, com efeitos a partir de 11 de Fevereiro de 2007, do contrato administrativo de provimento como professor auxiliar convidado no Departamento de Matemática e Engenharias.

16 de Fevereiro de 2007. — O Administrador, *Ricardo Gonçalves*.

Aviso n.º 5614/2007

Por despacho do reitor da Universidade da Madeira, Prof. Doutor Pedro Telhado Pereira, de 16 de Janeiro de 2007, foi ao Doutor Santiago Budria, professor auxiliar do Departamento de Gestão e Economia, autorizada a equiparação a bolseiro no estrangeiro, com vencimento, no período de 13 de Janeiro de 2001 a 20 de Janeiro de 2007.

16 de Fevereiro de 2007. — O Administrador, *Ricardo Gonçalves*.

Aviso n.º 5615/2007

Por despacho do reitor da Universidade da Madeira, Prof. Doutor Pedro Telhado Pereira, de 18 de Setembro de 2006, foi autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento com o mestre Ricardo Fabrício Rodrigues, válido para o período de 18 de Setembro de 2006 a 10 de Fevereiro de 2007, como assistente convidado, no Departamento de Gestão e Economia.

16 de Fevereiro de 2007. — O Administrador, *Ricardo Gonçalves*.

Aviso n.º 5616/2007

Por despacho do reitor da Universidade da Madeira, Prof. Doutor Pedro Telhado Pereira, de 8 de Fevereiro de 2007, foi autorizada a equiparação a bolseiro no País, com vencimento, do doutorado Hélder Manuel Arsénio Lopes, professor auxiliar do Departamento de Educação Física e Desporto, no período de 29 de Janeiro a 9 de Fevereiro de 2007.

16 de Fevereiro de 2007. — O Administrador, *Ricardo Gonçalves*.

Aviso n.º 5617/2007

Por despacho do vice-reitor da Universidade da Madeira, Prof. Doutor Rui Alexandre Silvestre Carita, de 12 de Dezembro de 2006, proferido por delegação de competências [despacho n.º 11 007/2006 (2.ª série)], publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 97, de 19 de Maio de 2006], foi autorizada a rescisão contratual do mestre Gabriel César Ferreira Pestana, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2007, do contrato administrativo de provimento como assistente, no Departamento de Matemática e Engenharias.

16 de Fevereiro de 2007. — O Administrador, *Ricardo Gonçalves*.

Aviso n.º 5618/2007

Por despacho do reitor da Universidade da Madeira, Prof. Doutor Pedro Telhado Pereira, de 9 de Outubro de 2006, foi autorizado ao mestre Luís Elias Ribeiro Rodrigues o contrato administrativo de provimento, válido pelo período de um ano, com efeitos a partir de 6 de Dezembro de 2006, como assistente convidado, no Departamento de Matemática e Engenharias.

16 de Fevereiro de 2007. — O Administrador, *Ricardo Gonçalves*.

Aviso n.º 5619/2007

Por despacho do reitor da Universidade da Madeira, Prof. Doutor Pedro Telhado Pereira, de 18 de Setembro de 2006, foi autorizado o contrato administrativo de provimento do licenciado Carlos Alberto Baeta da Silva, válido pelo período de 18 de Setembro de 2006 a 10 de Fevereiro de 2007, como monitor, no Departamento de Matemática e Engenharias.

16 de Fevereiro de 2007. — O Administrador, *Ricardo Gonçalves*.

Aviso n.º 5620/2007

Por despacho do reitor da Universidade da Madeira, Prof. Doutor Pedro Telhado Pereira, de 18 de Setembro de 2006, foi autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento com Ricardo Martins Sargo Garcês, válido pelo período de 18 de Setembro de

2006 a 10 de Fevereiro de 2007, como monitor, no Departamento de Matemática.

16 de Fevereiro de 2007. — O Administrador, *Ricardo Gonçalves*.

Aviso n.º 5621/2007

Por despacho do reitor da Universidade da Madeira, Prof. Doutor Pedro Telhado Pereira, de 18 de Setembro de 2006, foi ao licenciado Mário Gabriel Salgado de Castro Correia autorizado o contrato administrativo de provimento, válido no período de 18 de Setembro de 2006 a 10 de Fevereiro de 2007, como assistente convidado, no Departamento de Matemática e Engenharias, em regime de tempo parcial, 60 %.

16 de Fevereiro de 2007. — O Administrador, *Ricardo Gonçalves*.

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA**Faculdade de Ciências Sociais e Humanas****Despacho (extracto) n.º 6048/2007**

Por despacho de 2 de Janeiro de 2007 do director da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, proferido por delegação de competências, foi com Daniel Ribeiro Alves celebrado contrato de prestação de serviços com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, por um período de 11 meses, com início em 1 de Fevereiro de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Fevereiro de 2007. — O Director, *João Sâagua*.

Despacho (extracto) n.º 6049/2007

Por despacho de 2 de Janeiro de 2007 do director da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, proferido por delegação de competências, foi com Ana Ramos Alcântara celebrado contrato de prestação de serviços com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, por um período de 12 meses, com início em 2 de Janeiro de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director, a Secretária, *Margarida Cepeda*.

Despacho (extracto) n.º 6050/2007

Por despacho de 2 de Janeiro de 2007 do director da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, proferido por delegação de competências, foi com Nuno Miguel de Jesus Lima celebrado contrato de prestação de serviços com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, por um período de 12 meses, com início em 2 de Janeiro de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Fevereiro de 2007. — Pelo Director, a Secretária, *Margarida Cepeda*.

UNIVERSIDADE DO PORTO**Reitoria****Despacho (extracto) n.º 6051/2007**

Por despacho de 8 de Fevereiro de 2007 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação, na sequência de deliberação do júri do procedimento de concurso segundo o qual, face à avaliação efectuada, a candidata reúne a competência técnica e aptidão para o exercício das funções a que se candidatou, Maria Fernanda Melo Almeida Silva, técnica superior de 1.ª classe do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, desta Universidade, foi nomeada em comissão de serviço, por três anos, como directora de serviços administrativos do mesmo Instituto, com efeitos a partir de 8 de Fevereiro de 2007. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

Nota curricular

Nome — Maria Fernanda Melo de Almeida Silva.

Data de nascimento — 6 de Novembro de 1949.

Naturalidade — freguesia de Vilarandelo, concelho de Valpaços.

Habilitações académicas — curso geral do Comércio com equivalência ao curso complementar de Contabilidade e Administração.

Formação profissional — frequentou diversas acções de formação, jornadas, cursos, seminários, congressos, conferências e colóquios em diversas áreas, com maior predominância na área de Contabilidade e Gestão. Frequentou, com aproveitamento, o seminário de alta direcção do Instituto Nacional de Administração.

Actividade profissional:

Ingressou na carreira de assistente administrativo em 1 de Outubro de 1970, no Instituto do Café, em Angola;

Ingressou no Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar a 1 de Março de 1976, ainda na carreira de assistente administrativo, até 28 de Outubro de 1993;

Em 29 de Outubro de 1993 foi nomeada chefe de secção e em 22 de Janeiro de 1996 tomou posse do cargo de chefe de repartição; É técnica superior da área de administração universitária desde 30 de Novembro de 2002;

Exerce desde 26 de Julho de 2005, em comissão de serviço, as funções de chefe de divisão dos Serviços Administrativos;

Desde 1 de Fevereiro de 2004 que assegura internamente as funções correspondentes ao cargo de director de serviços administrativos que, para além da Divisão de Administração Financeira, inclui ainda o Serviço de Pessoal e o Serviço de Assuntos Académicos.

27 de Fevereiro de 2007. — O Director de Serviços de Recursos Humanos e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Serviços de Acção Social

Aviso n.º 5622/2007

Nos termos da Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, publicam-se os subsídios concedidos por estes Serviços no 2.º semestre do ano de 2006:

	Valor (em euros)
Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências	150
Associação de Estudantes do ICBAS	132
Associação de Estudantes da Faculdade de Desporto	150
Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia	100
Associação de Estudantes da Faculdade de Economia	150
Associação de Estudantes da Faculdade de Engenharia	350
Orfeão Universitário do Porto	500
Comissão de Residentes Jayme Rios Souza	191,15
Comissão de Residentes Paranhos	141,83
Comissão de Residentes Alberto Amaral	57,27
Total	1 922,25

25 de Janeiro de 2007. — O Administrador, *João da Cruz Carvalho*.

Faculdade de Direito

Despacho (extracto) n.º 6052/2007

Por despacho de 27 de Fevereiro de 2007 do presidente do conselho directivo da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, por delegação de competências do reitor da Universidade do Porto, foi ao Doutor Cândido Mendes Martins da Agra, professor catedrático, concedida a equiparação a bolseiro fora do País nos períodos de 6 a 10 e de 14 a 16 de Março de 2007.

28 de Fevereiro de 2007. — A Secretária, *Rosa Cardoso*.

Faculdade de Medicina Dentária

Despacho n.º 6053/2007

Por despachos proferidos por delegação pelo presidente do conselho directivo da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto, foram concedidas equiparações a bolseiro fora do País aos seguintes docentes:

De 29 de Janeiro de 2007:

Doutor David José Casimiro de Andrade, professor associado com agregação — no período de 24 de Março a 7 de Abril de 2007.

Doutor António Cabral de Campos Felino, professor catedrático — no período de 26 de Janeiro a 3 de Fevereiro de 2007.

Doutor João Carlos Antunes Sampaio Fernandes, professor associado com agregação — no período de 26 a 31 de Janeiro de 2007.

De 12 de Fevereiro de 2007:

Doutor Mário Jorge Rebolho Fernandes da Silva, professor catedrático — no período de 13 a 16 de Fevereiro de 2007.

De 15 de Fevereiro de 2007:

Doutor Germano Neves Pinto da Rocha, professor associado — nos dias 16 e 17 de Fevereiro de 2007.

Por despacho de 19 de Janeiro de 2007 proferido pela vice-presidente do conselho directivo da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto, foi concedida equiparação a bolseiro fora do País ao Doutor Germano Neves Pinto da Rocha, professor associado, no período de 25 a 27 de Janeiro de 2007.

19 de Fevereiro de 2007. — A Secretária, *Lúcia de Fátima Raposo Antunes*.

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Despacho (extracto) n.º 6054/2007

Por despacho de 22 de Fevereiro de 2007 do reitor da Universidade Técnica de Lisboa, foi Vítor Manuel Sanches Lucas, especialista de informática do grau 3, nível 1, do quadro de pessoal da Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa, nomeado, após procedimento interno de selecção, na categoria de especialista de informática do grau 3, nível 2. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Fevereiro de 2007. — O Reitor, *José Dias Lopes da Silva*.

Reitoria

Despacho (extracto) n.º 6055/2007

Por despacho de 16 de Fevereiro de 2007 do conselho directivo do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, foi autorizada a requisição de Manuel Sérgio dos Anjos Magalhães, da carreira de motorista, do quadro de pessoal do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, para o exercício das mesmas funções para a Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa, com efeitos a partir de 1 de Março de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Fevereiro de 2007. — A Administradora, *Maria Clara Petra Viana*.

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Reitoria

Despacho (extracto) n.º 6056/2007

Por lapso, não foram incluídos os nomes dos Profs. Doutores José Nunes Esteves Rei, professor catedrático da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, e Pedro José de Melo Teixeira Pinto, professor catedrático da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, no júri das provas de agregação na área científica de Ciências Exactas, Naturais e Tecnológicas — Ecologia Geral Aplicada, requeridas pelo professor associado João Alexandre Ferreira Abel dos Santos Cabral, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 24, de 2 de Fevereiro de 2007, despacho (extracto) n.º 1790/2007 (2.ª série).

25 de Fevereiro de 2007. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

Louvor n.º 117/2007

A chefe de secção Maria Cândida Calmeirão Alves Martins Silva cessará funções na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria, por aposentação, em 2 de Janeiro de 2007.

Ao longo de mais de 15 anos de serviço naquela Escola, sempre evidenciou uma profunda dedicação, lealdade, competência e sentido de responsabilidade, granjeando a estima e o respeito de colegas, de docentes e de alunos.

Por este seu empenho, capacidades humanas e profissionais, aprez-me conceder-lhe público louvor.

27 de Dezembro de 2006. — O Presidente, *Luciano Rodrigues de Almeida*.

3000223930

Escola Superior de Tecnologia e Gestão

Despacho (extracto) n.º 6057/2007

Por despacho de 23 de Novembro de 2006 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizada equiparação a bolseiro no estran-

geiro ao docente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria Patrício Rodrigues Domingues no período de 2 a 6 de Dezembro de 2006.

28 de Fevereiro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Carlos Fernando Couceiro de Sousa Neves*.

Listagem n.º 48/2007

Nos termos do artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, a seguir se publica a lista de todas as adjudicações de obras públicas efectuadas no ano 2006 pela Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria:

Designação da empreitada	Forma de atribuição	Entidade adjudicatária	Valor sem IVA (em euros)
Empreitada de remodelação dos Laboratórios A, B e SAI do edifício A.	Concurso limitado	LITOBAS — Sociedade de Construções Cíveis e Obras Públicas, L. ^{da}	124 500
Empreitada de remodelação da antiga Biblioteca do edifício B.	Concurso limitado	BOSOGOL, Construções e Obras Públicas, S. A.	34 258,91
Trabalhos a mais resultantes de erros e omissões do projecto da empreitada de remodelação da antiga Biblioteca do edifício B.	Concurso limitado	BOSOGOL, Construções e Obras Públicas, S. A.	1 052,80
Remodelação dos parques de estacionamento 2 e 3.	Concurso limitado	CIVILVIAS — Construção e Vias, L. ^{da}	51 744,82
Remodelação dos parques de estacionamento 2 e 3 — trabalhos a mais.	Concurso limitado	CIVILVIAS — Construção e Vias, L. ^{da}	729
Empreitada de remodelação de espaço para as associações de estudantes na Biblioteca José Saramago.	Concurso limitado	LITOBAS — Sociedade de Construções Cíveis e Obras Públicas, L. ^{da}	43 300
Empreitada de remodelação dos gabinetes das torres 1, 2 e 3 do edifício A.	Concurso limitado	Paulo Silva Santos — Engenharia e Construções, L. ^{da}	117 095,68
Empreitada de remodelação dos gabinetes das torres 1, 2 e 3 do edifício A — trabalhos a mais.	Concurso limitado	Paulo Silva Santos — Engenharia e Construções, L. ^{da}	3 221,47
Substituição do módulo electrónico de comando e da cablagem do sistema de arranque do compressor 2 da UTA B. Ensaios e colocação em funcionamento.	Ajuste directo	GASCENSOL — Instalações Térmicas e Climatização, L. ^{da}	300
Beneficiação do algeroz e platibanda na ala norte do edifício A; reparação de algeroz oeste incluindo o fornecimento de telas e de todos os materiais e mão-de-obra necessários.	Ajuste directo	ISOTEXSA — Impermeabilizações para a Construção Civil, L. ^{da}	1 427,80
Fornecimento e montagem de purgadores automáticos de ar e respectivos materiais na central térmica do edifício C.	Ajuste directo	AqueciTérmica, L. ^{da}	235,95
Fornecimento e aplicação de caleira e descargas no edifício B.	Ajuste directo	CALEIRÁPIDA, L. ^{da}	3 462,40
Montagem de divisória em gesso cartonado, estrutura de 48 mm com isolamento a lã de rocha e placa dupla, espessura total de 100 mm, incluindo rodapé de madeira e uma porta lacada a branco, com pintura na totalidade da divisória e na parede existente no edifício C.	Ajuste directo	Fernando L. Patrício	965
Remoção e reinstalação de armadura e alçapão de visita no tecto do gabinete GO1-6, pintura das paredes do corredor e do gabinete contíguo do piso 1 do edifício B e reparação e pintura dos tectos em dois gabinetes do edifício C.	Ajuste directo	Fernando L. Patrício	600
Fornecimento e aplicação de alçapão junto ao gabinete C1P1 8, tapar buracos no tecto deixados com a remoção de projectores e acrescentar divisórias.	Ajuste directo	Fernando L. Patrício	610
Reparação de algerozes no edifício A. Recolagem das membranas existentes em mau estado e aplicação, onde necessário, de uma membrana de betume.	Ajuste directo	ISOTEXSA — Impermeabilizações para a Construção Civil, L. ^{da}	1 730
Reparação da unidade de tratamento de ar UTA12.	Ajuste directo	GASCENSOL — Instalações Térmicas e Climatização, L. ^{da}	1 500
Execução de 12 ml de troço de tubagem em vala.	Ajuste directo	FLUXOTERM, Climatização, L. ^{da}	466,19
Refazer junta dilatação, do alçado posterior do edifício B.	Ajuste directo	BOSOGOL, Construções e Obras Públicas, S. A.	1 130
Picagem e rebocos soltos e execução de novos rebocos, pintura de zona tratada.	Ajuste directo	Paulo Silva Santos — Engenharia e Construções, L. ^{da}	1 520
Serviço de montagem de portas corta-fogo.	Ajuste directo	Paulo Silva Santos — Engenharia e Construções, L. ^{da}	2 803
Execução de troços de esgoto no laboratório DS.-1.03 e DS.01.12.	Ajuste directo	Paulo Silva Santos — Engenharia e Construções, L. ^{da}	3 250
Obra de abertura de vão de porta de acesso à cobertura junto ao gabinete GL2.12 — edifício A.	Ajuste directo	Paulo Silva Santos — Engenharia e Construções, L. ^{da}	3 250
Reparação da ruptura de tubagem de aquecimento do edifício C.	Ajuste directo	AqueciTérmica, L. ^{da}	157,80
Picagem de rebocos soltos em paredes em altura e tectos.	Ajuste directo	LITOBAS — Sociedade de Construções Cíveis e Obras Públicas, L. ^{da}	1 987
Refazer reboco.	Ajuste directo	LITOBAS — Sociedade de Construções Cíveis e Obras Públicas, L. ^{da}	4 937
Empreitada de reparação do posto de transformação 2 — edifício A.	Ajuste directo	LITOBAS — Sociedade de Construções Cíveis e Obras Públicas, L. ^{da}	4 937
Fornecimento e aplicação de lajetas térmicas na cobertura da zona dos gabinetes de mecânica do edifício A.	Ajuste directo	ISOCENTRO — Isolamentos e Impermeabilizações Construção Civil, L. ^{da}	30 150,50
Fornecimento e montagem de variadores de frequência nos ventiladores associados a UTAS do edifício da Biblioteca José Saramago.	Ajuste directo	TENSOFER, L. ^{da}	4 677,91
Execução de juntas de dilatação e refechamento de juntas de alvenaria de tijolo a mástique.	Ajuste directo	MESIS Engenharia, L. ^{da}	1 396
Reparação das floreiras da Biblioteca José Saramago.	Ajuste directo	Ramos Catarino, S. A.	1 516,70
<i>Total</i>			440 725,93

28 de Fevereiro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Carlos Fernando Couceiro de Sousa Neves*.

Rectificação n.º 423/2007

Por ter saído com inexactidão, rectifica-se o despacho (extracto) n.º 3078/2007, publicado em *Diário da República*, 2.ª série, n.º 40, de 26 de Fevereiro de 2007, a p. 5040, relativo à rescisão de contrato efectuado com Catarina Dulce Bastos das Neves, pelo que onde se lê «com efeitos a partir de 27 de Dezembro de 2007.» deve ler-se «com efeitos a partir de 27 de Dezembro de 2006.».

28 de Fevereiro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Carlos Fernando Couceiro de Sousa Neves*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA**Despacho (extracto) n.º 6058/2007**

Nos termos do disposto nos artigos 2.º, 7.º, 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugada com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 129/97, de 24 de Maio, e na sequência do procedimento concursal aberto nos termos legalmente estabelecidos por despacho do presidente do IPL de 27 de Fevereiro de 2007, foi nomeada em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, por urgente conveniência de serviço, Cláudia Sofia Barata Valente, como secretária do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, cuja nota curricular se anexa.

A presente nomeação acolhe a proposta do júri na acta n.º 3, que conclui que a candidata demonstrou deter as competências pessoais e sociais que se ajustam às exigências do cargo, possuir conhecimento e compreensão da dimensão educativa para o pleno exercício das funções de secretária, apresentar boa capacidade de interpretar os objectivos propostos e transformá-los em directivas de acção através de planeamento, organização, direcção, controlo e avaliação, visando a promoção da qualidade educativa do ISEL.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Março de 2007.

27 de Fevereiro de 2007. — O Administrador, *António José Carvalho Marques*.

ANEXO**Nota curricular**

Habilitações académicas — licenciatura em Ciências da Educação (vertente Administração Educacional), com média final de 14 valores.
Formação profissional:

Seminário «Saúde, higiene, prevenção, segurança na escola»;

Colóquio «Regulação da educação em Portugal e na Europa: políticas e actores»;

2.º congresso nacional «A escola entre o Estado e o mercado: o público e o privado na regulação da educação»;

Experiência profissional:

Técnica superior de 2.ª classe, de nomeação definitiva, desde 28 de Janeiro de 2005 — foi admitida, através de concurso, como técnica superior estagiária a 21 de Novembro de 2002;

Trabalhou, de 4 de Setembro de 2000 a 3 de Setembro de 2002, em regime de contrato a termo certo, com função de técnica superior de 2.ª classe;

Coordenou e acompanhou 40 auxiliares e assistentes de acção educativa, a nível do desempenho das funções (apoiando, motivando e esclarecendo para o cumprimento das funções a desempenhar e procedendo de forma objectiva à avaliação de desempenho) e da assiduidade. Elemento de júri nos processos de recrutamento do pessoal não docente;

Acompanhamento e enquadramento de estagiários de cursos profissionais e tecnológicos em colaboração com os estabelecimentos de ensino locais;

Elaboração e implementação de uma aplicação informática de monitorização de execução orçamental (receita e despesa) e preparação das propostas de dotação orçamental para as áreas que coordena.

Instituto Superior de Engenharia**Despacho n.º 6059/2007**

Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 19 de Dezembro de 2006, foi ao mestre João Miguel da Costa Magalhães, exercendo neste Instituto as funções de equiparado a assistente do 2.º triénio, em regime de tempo integral, concedida a renovação da equiparação a bolseiro, a tempo integral, no período de 1 de Outubro de 2006 a 30 de Setembro de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Janeiro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *José Carlos Lourenço Quadrado*.

Despacho n.º 6060/2007

Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 19 de Dezembro de 2006, foi ao mestre Fernando Manuel Valente Ramos, exercendo neste Instituto as funções de equiparado a assistente do 2.º triénio, em regime de tempo integral, concedida a equiparação a bolseiro, a tempo integral, no período de 1 de Outubro de 2006 a 30 de Setembro de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Janeiro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *José Carlos Lourenço Quadrado*.

**PARTE G****CENTRO HOSPITALAR DA COVA DA BEIRA, E. P. E.****Aviso n.º 5623/2007**

Por despacho do conselho de administração do Centro Hospitalar da Cova da Beira, E. P. E., de 8 de Fevereiro de 2007, foi autorizado o provimento na categoria de enfermeiro graduado aos seguintes enfermeiros, nos termos em que prevêm os n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com a redacção que lhe foi introduzida pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro:

Hernani Augusto Pereira dos Santos — com efeitos a 12 de Março de 2003.

Floribela Aguilar Carrão Perez — com efeitos a 13 de Outubro de 2003.

Ana Raquel Mariano Pinto e Maria Judite Mestre Godinho Saraiva — com efeitos a 3 de Agosto de 2004.

Filipe Manuel Aleixo Dias, Maria José Mendes de Andrade e Ana Patrícia Ramos Augusto — com efeitos a 4 de Agosto de 2005.

Tiago Alexandre Calheiros Poço, Manuel Jesus Ribeiro de Freitas, Fátima de Jesus dos Santos Milheiro e Sílvia Cristina Gil Mendes Lucas — com efeitos a 20 de Dezembro de 2005.

Carlos Miguel Gaiola Mingote — com efeitos a 3 de Janeiro de 2006.

Rosa Cristina Louro Jacob e Georgina Antunes dos Santos — com efeitos a 23 de Março de 2006.

Paulo Miguel da Fonseca Santos e Catarina Isabel Pedro Duarte Dias — com efeitos a 30 de Março de 2006.

Aida Rute Gonçalves Santos — com efeitos a 26 de Abril de 2006.

Paula Maria Roque Gonçalves Almeida Matos — com efeitos a 8 de Maio de 2006.

Vanda Alexandra Fonseca Tomé Robalo — com efeitos a 24 de Julho de 2006.

Carlos Nuno Coelho Alves Martins — com efeitos a 28 de Agosto de 2006.

Ricardo Jorge Santos Valentim e Cláudia Marisa Gonçalves Fonseca — com efeitos a 4 de Setembro de 2006.

Maria Elisabete Correia Carvalhais — com efeitos a 2 de Outubro de 2006.

Patrícia Isabel Santos Lourenço e Maria Teresa Oria Sousa Montes — com efeitos a 9 de Outubro de 2006.

António Jorge Cerqueira Mota e António Manuel Marques Nabais — com efeitos a 18 de Outubro de 2006.

Rosa Ana Alcalde Vela — com efeitos a 29 de Novembro de 2006.

(Isento de visto do Tribunal de Contas).

26 de Fevereiro de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *João José Casteleiro Alves*.

Despacho n.º 6061/2007

Por despacho do conselho de administração do Centro Hospitalar Cova da Beira, E. P. E., de 18 de Janeiro de 2007, foi autorizado o provimento na categoria de enfermeira graduada à enfermeira Vânia Marisa Cardoso Pina, nos termos em que o prevêem os n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com a redacção que lhe foi introduzida pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro, com efeitos a 6 de Dezembro de 2006. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

27 de Fevereiro de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *João José Casteleiro Alves*.



PARTE H

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Aviso n.º 5624/2007

Por despacho de 21 de Fevereiro de 2007 do director municipal de Recursos Humanos (subdelegação de 6 de Junho de 2006, Boletim Municipal, n.º 643, de 16 de Junho de 2006), foi José Alberto Mendes dos Reis provido no cargo de engenheiro civil assessor, com efeitos reportados a 12 de Novembro de 2004.

27 de Fevereiro de 2007. — O Director Municipal de Recursos Humanos, *Luís Centeno Fragoso*.

3000226551

Rectificação n.º 424/2007

No *Diário da República*, 2.ª série, n.º 226, parte especial, de 23 de Novembro de 2006, a p. 26 784, onde se lê «Paulo Sérgio Costa Pinto, técnico de informática do grau 1, nível 1, em comissão de serviço extraordinária [...] reclassificado como técnico de informática do grau 1, nível 1» deve ler-se «Paulo Sérgio Costa Pinto, especialista de informática do grau 1, nível 1, em comissão de serviço extraordinária [...] reclassificado como especialista de informática do grau 1, nível 1» e onde se lê «Cristiano Jacinto de Castro Fernandes, técnico de informática do grau 1, nível 1, em comissão de serviço extraordinária [...] reclassificado como técnico de informática do grau 1, nível 1» deve ler-se «Cristiano Jacinto de Castro Fernandes, especialista de informática do grau 1, nível 1, em comissão de serviço extraordinária [...] reclassificado como especialista de informática do grau 1, nível 1»

16 de Fevereiro de 2007. — O Director Municipal de Recursos Humanos, *Luís Centeno Fragoso*.

3000226348

CÂMARA MUNICIPAL DE SERPA

Aviso (extracto) n.º 5625/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 23 de Novembro de 2006, foi autorizada a licença sem vencimento por 90 dias, ao abrigo do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, ao funcionário João Francisco Grilo Marques Bengala, técnico superior principal (engenharia civil), com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2006.

27 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *João Manuel Rocha Silva*.

3000223333

HOSPITAL DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, E. P. E.

Deliberação (extracto) n.º 577/2007

Por deliberação do conselho de administração de 10 de Janeiro de 2007, foi ao Dr. José Augusto Valente Martins Gonçalves, assistente graduado de cirurgia do quadro de pessoal do Hospital de Nossa Senhora do Rosário, E. P. E., em regime de exclusividade, autorizada a redução de horário, nos termos do n.º 10 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, com efeitos à data do despacho.

16 de Fevereiro de 2007. — A Administradora Executiva, *Izabel Pinto Monteiro*.

Deliberação (extracto) n.º 578/2007

Por deliberação do conselho de administração de 17 de Janeiro de 2007, foi o Dr. Jorge Manuel Coelho Espírito Santo, assistente graduado de medicina interna do quadro deste Hospital, nomeado definitivamente na sequência de concurso interno condicionado chefe de serviço de medicina interna, com efeitos à data de publicação.

26 de Fevereiro de 2007. — A Administradora Executiva, *Izabel Pinto Monteiro*.

Aviso (extracto) n.º 5626/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 20 de Setembro de 2006, e em cumprimento do disposto nos artigos 2.º e 26.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, e no n.º 2 do artigo 139.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, foi renovado, extraordinariamente, pelo período de dois anos, o contrato de trabalho resolutivo certo com Jennifer Baptista Paraiba, na categoria de técnica superior de 2.ª classe (direito), com efeitos a partir de 2 de Novembro de 2006. [Processo isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos da alínea g) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

6 de Dezembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *João Manuel Rocha Silva*.

3000223334

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

Aviso (extracto) n.º 5627/2007

Defensor Oliveira Moura, presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, torna público que foi renovada a comissão de serviço de Manuel Matos Cristino no cargo de direcção intermédia de 2.º grau — chefe de divisão de Instalações e Equipamentos, por um novo período de três anos, com efeitos desde 25 de Fevereiro de 2007, nos termos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

25 de Fevereiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Defensor Oliveira Moura*.

2611000633

Aviso (extracto) n.º 5628/2007

Defensor Oliveira Moura, presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, torna público que foi renovada a comissão de serviço de António Rodrigues de Carvalho, no cargo de direcção intermédia de 2.º grau — chefe de divisão de Obras Públicas, por um novo período de três anos, com efeitos ao dia 6 de Março de 2007, nos termos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

6 de Março de 2007. — O Presidente da Câmara, *Defensor Oliveira Moura*.

2611000632

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DO CAMPO**Aviso n.º 5629/2007**

Maria Eugénia Pimentel Leal, vice-presidente da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, torna público que foi aprovado pela Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo, em reunião de 14 de Dezembro de 2006, a alteração ao tarifário e preços da prestação de serviços ao público para o fornecimento de água e saneamento básico, conforme quadro anexo.

15 de Fevereiro de 2007. — A Vice-Presidente da Câmara, *Maria Eugénia Pimentel Leal*.

2 — Encargos de utilização:

2.1 — Tarifa de disponibilidade:

Em euros

Domésticos	0,56
Comerciais, industriais e de serviços	1,68
Organismos públicos	1,68
Instituições sem fins lucrativos	1,68
Administração local	1,68

2.2 — Tarifa de utilização (actual — 20 % do valor do consumo de água) — 30% do valor do consumo de água.

1) A tarifa de disponibilidade é devida quando o prédio se encontra ligado à rede de saneamento básico e é cumulativa com a tarifa de utilização.

2) A tarifa de disponibilidade é a contrapartida da conservação da rede de saneamento básico executada pelo município.

3) O montante da taxa faz parte integrante da factura da água e o seu pagamento faz-se conjuntamente com aquela.

4) A responsabilidade do pagamento é do utilizador do serviço.

2.3 — Taxa de disponibilidade de saneamento:

Em euros

Domésticos	1,68
Comerciais, industriais e serviços	5,05
Organismos públicos	5,05
Instituições sem fins lucrativos	5,05
Administração local	5,05

1) A taxa de saneamento é devida quando, apesar de o prédio não se encontrar ligado à rede de saneamento básico, o mesmo reúna as condições para poder ser ligado.

2) Considera-se condições para poder ser ligado a área a ser servida por rede de saneamento básico.

3) A taxa de saneamento é a contrapartida da conservação da rede de saneamento básico executada pelo município.

4) O montante da taxa faz parte integrante da factura da água e o seu pagamento faz-se conjuntamente com aquela.

5) A responsabilidade do pagamento é do utilizador do serviço.

ÁGUAS DE GAIA, E. M.**Listagem n.º 49/2007**

Para cumprimento do disposto no artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, faz-se público que a empresa Águas de Gaia, E. M., adjudicou no ano de 2006 as seguintes obras:

Designação da empreitada — substituição de colector e ramais de águas residuais nas Ruas de 14 de Outubro e de Diogo Cassels, freguesia de Mafamude.

Adjudicatário — SINOP, S. A.

Valor (sem inclusão do IVA) — € 136 288,60.

Forma de atribuição — concurso público.

Designação da empreitada — execução de tanque de retenção de águas residuais junto à estação elevatória de Canelas.

Adjudicatário — SOCOPUL, S. A.

Valor (sem inclusão do IVA) — € 234 141,35.

Forma de atribuição — concurso público.

Designação da empreitada — execução do emissário de águas residuais entre a Rua de Vieira Pinto e a Rua da Devesinha, em Oliveira do Douro.

Adjudicatário — SOMAGUE, S. A./Alberto C. Alves, S. A.

Valor (sem inclusão do IVA) — € 71 595,60.

Forma de atribuição — concurso limitado sem publicação de anúncio.

Designação da empreitada — prolongamento de redes de drenagem de águas residuais e de águas pluviais nas freguesias de Mafamude, Sandim e Oliveira do Douro.

Adjudicatário — MARGASIL, L.^{da}

Valor (sem inclusão do IVA) — € 101 001,76.

Forma de atribuição — concurso limitado sem publicação de anúncio.

Designação da empreitada — construção dos colectores de águas residuais e de águas pluviais na Rua de Santo António.

Adjudicatário — A. Santos Mota.

Valor (sem inclusão do IVA) — € 124 626,53.

Forma de atribuição — concurso limitado sem publicação de anúncio.

Designação da empreitada — requalificação da Avenida Marginal junto à Rua de Salgueiros na freguesia de Canidelo.

Adjudicatário — A. Santos Mota.

Valor (sem inclusão do IVA) — € 89 373,29.

Forma de atribuição — concurso limitado sem publicação de anúncio.

Designação da empreitada — construção de ramais de saneamento e de águas pluviais na bacia de drenagem do Douro Nordeste.

Adjudicatário — José Joaquim S. Moreira & Ferreira, L.^{da}

Valor (sem inclusão do IVA) — € 91 573.

Forma de atribuição — concurso limitado sem publicação de anúncio.

Designação da empreitada — construção de colectores de águas residuais nas freguesias de Madalena, São Félix da Marinha e Serzedo.

Adjudicatário — MARGASIL, L.^{da}

Valor (sem inclusão do IVA) — € 96 027,10.

Forma de atribuição — concurso limitado sem publicação de anúncio.

Designação da empreitada — construção de uma via no sentido sul-norte, ligando à Rua das Moutadas, em Gulpilhares, à VL 7 na Madalena.

Adjudicatário — SINOP, S. A.

Valor (sem inclusão do IVA) — € 52 819,05.

Forma de atribuição — concurso limitado sem publicação de anúncio.

Designação da empreitada — construção de ramais de saneamento e de águas pluviais na bacia de drenagem do oceano Atlântico.

Adjudicatário — José Joaquim S. Moreira & Ferreira, L.^{da}

Valor (sem inclusão do IVA) — € 91 573,00.

Forma de atribuição — concurso limitado sem publicação de anúncio.

Designação da empreitada — pavimentação de parte da Rua da Junqueira de Baixo, em Vilar do Paraíso e Central de Lever, em Lever.

Adjudicatário — Epopeia, L.^{da}

Valor (sem inclusão do IVA) — € 109 995,33.

Forma de atribuição — concurso limitado sem publicação de anúncio.

Designação da empreitada — pavimentação de parte da Rua do Dr. Ferreira Alves e da Avenida da Junqueira, em Gulpilhares, Nova da Raposa, e em Pedroso e Condessa de Paço Vitorino, em Vilar de Andorinho.

Adjudicatário — Epopeia, L.^{da}

Valor (sem inclusão do IVA) — € 120 016,23.

Forma de atribuição — concurso limitado sem publicação de anúncio.

Designação da empreitada — despoluição de linhas de água no concelho de Vila Nova de Gaia — construção de interceptores marginais/colectores e ramais.

Adjudicatário — A. Santos Mota.

Valor (sem inclusão do IVA) — € 102 560,60.

Forma de atribuição — concurso limitado sem publicação de anúncio.

Designação da empreitada — execução de redes de drenagem de águas residuais e de águas pluviais nas freguesias de Canelas, Pedroso e Sandim.

Adjudicatário — A. Santos Mota.

Valor (sem inclusão do IVA) — € 123 857,79.

Forma de atribuição — concurso limitado sem publicação de anúncio.

Designação da empreitada — execução das instalações eléctricas da estação elevatória do Uíma.

Adjudicatário — RICOBRA, L.^{da}

Valor (sem inclusão do IVA) — € 88 523,26.

Forma de atribuição — concurso limitado sem publicação de anúncio.

Designação da empreitada — reperfilamento e pavimentação das Ruas de Mourães e Nova de Mourães, junto ao caminho de acesso à ETAR de Lever, freguesia de Lever.

Adjudicatário — Sousa, Resende & Rodrigues II, S. A.

Valor (sem inclusão do IVA) — € 123 254,27.

Forma de atribuição — concurso limitado sem publicação de anúncio.

Designação da empreitada — protecção do emissário do rio febrós e requalificação das margens entre o parque biológico e a ETAR.

Adjudicatário — SOCOPUL, S. A.

Valor (sem inclusão do IVA) — € 123 235.

Forma de atribuição — concurso limitado sem publicação de anúncio.

Designação da empreitada — execução de tanque de retenção de águas residuais junto à estação elevatória de Pedra do Couto.

Adjudicatário — NORLABOR, S. A.

Valor (sem inclusão do IVA) — € 294 004,43.

Forma de atribuição — concurso público.

Designação da empreitada — execução de tanque de retenção de águas residuais junto à estação elevatória de Valadares.

Adjudicatário — CIMAVE, S. A.

Valor (sem inclusão do IVA) — € 207 005,48.

Forma de atribuição — concurso público.

Designação da empreitada — execução da rede de drenagem de águas pluviais na Rua das Alheiras, Pedroso.

Adjudicatário — Manuel Almeida Couto, L.^{da}

Valor (sem inclusão do IVA) — € 179 619,70.

Forma de atribuição — concurso público.

Designação da empreitada — execução da rede de drenagem de águas residuais ao lugar de Murracezes, freguesia de Grijó.

Adjudicatário — Epopeia, L.^{da}

Valor (sem inclusão do IVA) — € 247 408,65.

Forma de atribuição — concurso público.

Designação da empreitada — regularização e requalificação da ribeira do Candal na freguesia de Santa Marinha — troço inicial.

Adjudicatário — Epopeia, L.^{da}

Valor (sem inclusão do IVA) — € 239 620,41.

Forma de atribuição — concurso público.

Designação da empreitada — construção de 200 ramais domiciliários de abastecimento de água nas freguesias de Arcozelo, Avintes, Crestuma, Grijó, Lever, Olival, Pedroso, Perosinho, São Félix da Marinha, Sandim, Sermonde, Serzedo, Seixezelo e Vilar de Andorinho.

Adjudicatário — A. Santos Mota.

Valor (sem inclusão do IVA) — € 85 500.

Forma de atribuição — concurso limitado sem publicação de anúncio.

Designação da empreitada — transferência de areias do tómbolo originado pelo quebra-mar destacado da praia da Aguda para sul até à praia da Granja.

Adjudicatário — Irmãos Cavaco, S. A.

Valor (sem inclusão do IVA) — € 42 000.

Forma de atribuição — concurso limitado sem publicação de anúncio.

Designação da empreitada — execução de muros de vedação e drenagem de terrenos na zona envolvente da VL 7.

Adjudicatário — CIVOPAL, L.^{da}

Valor (sem inclusão do IVA) — € 122 293,80.

Forma de atribuição — concurso limitado sem publicação de anúncio.

Designação da empreitada — instalação de colector de águas pluviais na Rua do Choupelo e na Avenida Marginal de Gaia junto à Rua do Cavaco, na freguesia de Santa Marinha.

Adjudicatário — Alberto Couto Alves, S. A.

Valor (sem inclusão do IVA) — 120 910.

Forma de atribuição — concurso limitado sem publicação de anúncio.

Designação da empreitada — regularização e requalificação da ribeira do Candal na freguesia de Santa Marinha — troço final.

Adjudicatário — Alberto Couto Alves, S. A.

Valor (sem inclusão do IVA) — € 122 870.

Forma de atribuição — concurso limitado sem publicação de anúncio.

Designação da empreitada — construção de colectores de águas residuais nas freguesias de Arcozelo, Oliveira do Douro e São Félix da Marinha.

Adjudicatário — A. Santos Mota.

Valor (sem inclusão do IVA) — € 100 360,73.

Forma de atribuição — concurso limitado sem publicação de anúncio.

Designação da empreitada — construção de colectores de águas residuais nas freguesias de Gulpilhares, Oliveira do Douro, São Félix da Marinha e Vilar de Andorinho.

Adjudicatário — MARGASIL, L.^{da}

Valor (sem inclusão do IVA) — € 120 500.

Forma de atribuição — concurso limitado sem publicação de anúncio.

Designação da empreitada — construção de colectores de águas residuais e de águas pluviais na Rua das Nogueiras, freguesia de Pedroso.

Adjudicatário — A. Santos Mota.

Valor (sem inclusão do IVA) — € 98 786,50.

Forma de atribuição — concurso limitado sem publicação de anúncio.

16 de Fevereiro de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, (*Assinatura ilegível.*)

EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DE BEJA, E. M.

Anúncio n.º 1760/2007

Lista de adjudicações

(artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março)

Para os devidos efeitos e nos termos do disposto no artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, faz-se pública a lista das adjudicações de obras públicas efectuadas durante o ano de 2006:

Empreitada — limpeza do rio Galego, Beringel, reabilitação do emissário e execução de colector e ramais para eliminação de descargas clandestinas;

Valor — € 24 000, acrescidos de 21 % do IVA;

Forma de atribuição — ajuste directo, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março;

Entidade adjudicatária — TERRAPAX, L.^{da}

5 de Março de 2006. — O Presidente do Conselho de Administração, *Francisco António Brás Caixinha*.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

Aviso n.º 5630/2007

Torna-se público que, por deliberação do conselho de administração de 6 de Dezembro de 2006, foram reclassificados profissionalmente, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, após o exercício de funções em comissão de serviço extraordinária, os seguintes funcionários:

João José Aguiar Carvalho, Pedro Miguel Carvalho Viveiros e Rosa Ângela Silva Braga Rebelo, na categoria de assistente administrativo, escalão 1, índice 199, da carreira de assistente administrativo.

Zélia Maria Braga Amaral Martins, na categoria de assistente administrativo, escalão 2, índice 209, da carreira de assistente administrativo.

Tiago Vasconcelos Pereira, na categoria de serralheiro civil, escalão 6, índice 199, da carreira de operário qualificado, do grupo de pessoal operário qualificado.

José Francisco Oliveira Raposo, na carreira de operador de reprografia do grupo de pessoal auxiliar, mantendo o desenvolvimento indicário da carreira de onde transitou para a carreira de leitor-cobrador de consumos.

Rui Manuel Medeiros Pavão, na categoria de leitor-cobrador de consumos, mantendo o desenvolvimento indicário da categoria de pedreiro principal da carreira de operário qualificado principal.

[Isento do visto do Tribunal de Contas, nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

23 de Fevereiro de 2007. — O Director-Delegado, *Jorge Ferreira da Silva Nemésio*.

2611000552

Aviso n.º 5631/2007

Torna-se público que, por deliberação do conselho de administração de 8 de Fevereiro de 2007, o funcionário Emanuel da Costa Rodrigues foi reclassificado profissionalmente, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, após o exercício de funções em comissão de serviço extraordinária, na categoria de apontador, escalão 1, índice 146. [Isento do visto do Tribunal de Contas, nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

6 de Março de 2007. — O Director-Delegado, *Jorge Ferreira da Silva Nemésio*.

2611000645

Aviso n.º 5632/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que o conselho de administração destes Serviços Municipalizados, na sua reunião de 8 de Fevereiro do corrente ano, deliberou, por unanimidade, conceder a Duarte Manuel Corvelo Almeida, leitor cobrador de consumos, licença sem vencimento, por um ano, ao abrigo do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com efeitos a partir de 7 de Maio do corrente ano.

7 de Março de 2007. — O Director-Delegado, *Jorge Ferreira da Silva Nemésio*.

2611000644

**SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA
E SANEAMENTO DE SINTRA**

Aviso n.º 5633/2007

Nomeação em regime de substituição

Faz-se público que o conselho de administração deliberou, na sua reunião de 1 de Março de 2007, nomear, em regime de substituição, o funcionário António Pereira no cargo de chefe de armazém, escalão 1, índice 295, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir do dia seguinte ao da respectiva deliberação e até ao provimento da vaga, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, aplicáveis por força do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

14 de Março de 2007. — O Vogal do Conselho de Administração, *Luís do Paço Simões*.

2611000613

Aviso n.º 5634/2007

Abertura de concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de técnico superior de gestão principal, da carreira de técnico superior de gestão, escalão 1, índice 510

Para os devidos efeitos se torna público que, de harmonia com a deliberação do conselho de administração de 1 de Março de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de técnico superior de gestão principal, da carreira de técnico superior de gestão, escalão 1, índice 510, a que corresponde o vencimento mensal líquido de € 1666,43 e todas as regalias sociais vigentes para os funcionários da administração local.

1 — O concurso é válido apenas para o provimento da vaga colocada a concurso.

2 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 238/99, de 25 de Junho, 204/98, de 11 de Julho, 353-A/89, de 16 de Outubro, 427/89, de 7 de Dezembro, 247/87, de 17 de Junho, e 412-A/98, de 30 de Dezembro.

3 — O local de trabalho será toda a área do concelho de Sintra.

4 — Requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso:

a) Possuir os requisitos definidos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

b) Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, poderão candidatar-se ao presente concurso os técnicos superiores de gestão de 1.ª classe, da carreira de técnico superior de gestão, com, pelo menos, três anos na respectiva categoria e classificação de serviço não inferior a *Bom*.

5 — Os interessados deverão apresentar na Secção de Recrutamento e Selecção requerimento dirigido ao presidente do conselho de administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra, Avenida do Movimento das Forças Armadas, 16, 2714-503 Sintra, acompanhado de fotocópia do bilhete de identidade e de *curriculum vitae*, solicitando a sua candidatura, do qual deve constar nome completo, filiação, naturalidade, data de nascimento, estado civil, número e data do bilhete de identidade, bem como o serviço de identificação que o emitiu, residência, número fiscal de contribuinte, bem como a identificação do serviço a que pertence, carreira e categoria, tempo de serviço efectivo na categoria, na carreira e na função pública.

6 — É dispensada a apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos exigidos para admissão ao concurso se os candidatos declararem no mesmo requerimento, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada um dos requisitos gerais e especiais de admissão, com excepção do certificado de habilitações e do documento comprovativo da sua qualidade de funcionário da Administração Pública, que deverão ser entregues no acto da inscrição.

7 — Os funcionários dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra são dispensados da apresentação do certificado de habilitações, desde que conste no seu processo individual, e do documento comprovativo de que é funcionário da Administração Pública.

8 — Os candidatos poderão especificar quaisquer circunstâncias que considerem passíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal.

9 — Os métodos de selecção a utilizar serão os seguintes:

- a) Avaliação curricular;
- b) Entrevista profissional de selecção, caso o júri entenda necessário.

10 — Na avaliação curricular, que terá carácter eliminatório, serão considerados os seguintes factores: classificação de serviço, habilitação académica, formação profissional e experiência profissional.

11 — Na entrevista profissional de selecção serão avaliados os seguintes factores: motivação para a função; sentido crítico; expressão e fluência verbais; capacidade para estabelecer objectivos organizacionais e enquadramento funcional e conhecimentos sobre o conteúdo funcional do lugar a prover e sobre a administração pública local.

12 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constarão das actas das reuniões do júri do concurso, as quais poderão ser facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

13 — A classificação final será expressa na escala de 0 a 20 valores e obtida através da aplicação dos métodos de selecção referidos no n.º 9 e serão excluídos os candidatos que obtiverem classificação final inferior a 9,5 valores.

14 — As listas de candidatos e de classificação final serão afixadas na Secção de Recrutamento e Selecção dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra, na Avenida do Movimento das Forças Armadas, 16, 2714-503 Sintra, e poderão ser consultadas durante as horas normais de expediente.

15 — O júri do concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Dr. Joaquim Cardoso Martins, vogal do conselho de administração.

Vogais efectivos:

Engenheiro Carlos Manuel Martins Nunes, director do Departamento Comercial, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Dr. Eduardo Correia Bento Paulino, director do Departamento de Recursos Humanos.

Vogais suplentes:

Maria Celeste Tomé Sapina Vinagre, chefe da Divisão de Controlo Funcional.

Dr.ª Maria João Mendes Ferreira, chefe da Divisão de Gestão de Pessoal.

16 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

14 de Março de 2007. — O Vogal do Conselho de Administração, *Luís do Paço Simões*.

2611000610



PARTE I

AUTARQUIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS

ANÚNCIO DE ADJUDICAÇÃO DO CONTRATO

SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE

I.1) DESIGNAÇÃO, ENDEREÇOS E PONTOS DE CONTACTO

Designação oficial:
Município de Barcelos.
Endereço postal:
Largo do Município.
Localidade:
Barcelos.
Código postal:
4750-323.
País:
Portugal.
Pontos de contacto:
Divisão de Aprovisionamento.
À atenção de:
Dr.ª Fernanda Areia.
Telefone:
253809660.
Fax:
253809697.
Correio electrónico:
angela.df@cm-barcelos.pt
Endereços internet:
Endereço geral da entidade adjudicante:
www.cm-barcelos.pt

I.2) TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANTE E SUAS PRINCIPAIS ACTIVIDADES

Autoridades regionais ou locais.
A entidade adjudicante está a contratar por conta de outras entidades adjudicantes:
Não.

SECÇÃO II: OBJECTO DO CONCURSO

II.1) DESCRIÇÃO

II.1.1) Designação dada ao contrato pela entidade adjudicante:

Fornecimento e colocação de piso e equipamentos desportivos nos pavilhões das Escolas EB 2,3 de Vila Seca, EB 2,3 de Manhente e EB 1,2,3 de Vila Cova.

II.1.2) Tipo de contrato e local da realização das obras, da entrega dos fornecimentos ou da prestação de serviços:

b) Fornecimentos:
Compra.
Principal local de entrega: nos pavilhões das escolas referidas.
Código NUTS: PT112.

II.1.4) Breve descrição do contrato ou das aquisições:

O concurso consiste no fornecimento e colocação de piso e equipamentos desportivos nos pavilhões das Escolas EB 2,3 de Vila Seca, EB 2,3 de Manhente e EB 1,2,3 de Vila Cova.

II.1.5) Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos):

Objecto principal:
Vocabulário principal: 36400000.
Objectos complementares:
Vocabulário principal: 45212290.

II.1.6) O contrato está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)?

Não.

II.2) VALOR TOTAL DOS CONTRATOS

II.2.1) Valor total dos contratos:

Valor: 221 720,40.
Divisa: euro.
Sem IVA.

SECÇÃO IV: PROCESSOS

IV.1) TIPO DE PROCESSO

IV.1.1) Tipo de processo:

Concurso público.

IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

IV.2.1) Critérios de adjudicação:

Preço mais baixo.

IV.2.2) Procedeu-se a leilão electrónico:

Não.

IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO

IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante:

Concurso público internacional n.º 1/06.

IV.3.2) Publicações anteriores referentes ao mesmo projecto:

Sim.

Anúncio de concurso.

Número do anúncio no JO: 2006 /S 140 — 0150581 de 26/07/2006.

SECÇÃO V: ADJUDICAÇÃO DO CONTRATO

Contrato n.º S/N

Título: Fornecimento e colocação de piso e equipamentos desportivos nos pavilhões das Escolas EB 2,3 de Vila Seca, EB 2,3 de Manhente e EB 1,2,3 de Vila Cova

V.1) DATA DE ADJUDICAÇÃO DO CONTRATO: 01/02/2007.

V.2) NÚMERO DE PROPOSTAS RECEBIDAS: 6.

V.3) NOME E MORADA DO OPERADOR ECONÓMICO AO QUAL O CONTRATO FOI ADJUDICADO

Designação oficial:
Artur Florêncio & Filhos, AFF Equipamentos Desportivos, L.ª
Endereço postal:
Centro Empresarial Sintra/Estoril VI, Fracção «F», Estrada de Albarraque — Linho.
Localidade:
Sintra.
Código postal:
2710-297.
País:
Portugal.
Telefone:
219239230.
Fax:
219239238.
Correio electrónico:
geral@aff.pt
Endereço internet:
www.aff.pt

V.4) INFORMAÇÃO SOBRE O VALOR DO CONTRATO

Valor total inicial estimado do contrato:

Valor: 234 663,60.

Divisa: euro.

Sem IVA.

Valor total definitivo do contrato:

Valor: 221 720,40.

Divisa: euro.

Sem IVA.

V.5) PROBABILIDADE DE O CONTRATO SER SUBCONTRATADO

Não.

SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

VI.1) CONTRATO RELACIONADO COM UM PROJECTO E/OU PROGRAMA FINANCIADO POR FUNDOS COMUNITÁRIOS

Não.

VI.3) PROCESSOS DE RECURSO

VI.3.1) Organismo responsável pelos processos de recurso:

Designação oficial:
Câmara Municipal de Barcelos.

Endereço postal:

Largo do Município.

Localidade:

Barcelos.

Código postal:

4750-323.

País:

Portugal.

Telefone:

253809660.

Fax:

253809697.

Correio electrónico:

angela.df@cm-barcelos.pt

Endereço internet:

www.cm-barcelos.pt

VI.4) DATA DE ENVIO DO PRESENTE ANÚNCIO: 14/03/2007.

ENTIDADES PARTICULARES

HOSPITAL DE SÃO TEOTÓNIO, E. P. E.

ANÚNCIO DE CONCURSO

SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE

I.1) DESIGNAÇÃO, ENDEREÇOS E PONTOS DE CONTACTO

Designação oficial:
Hospital de São Teotónio, E. P. E.
Endereço postal:
Avenida do Rei D. Duarte.
Localidade:
Viseu.
Código postal:
3504-509.
País:
Portugal.
Mais informações podem ser obtidas no seguinte endereço:
Ver «pontos de contacto».
Caderno de encargos e documentos complementares (incluindo documentos para diálogo concorrencial e para um Sistema de Aquisição Dinâmico) podem ser obtidos no seguinte endereço:
Ver «pontos de contacto».
As propostas ou pedidos de participação devem ser enviados para o seguinte endereço:
Ver «pontos de contacto».

I.2) TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANTE E SUAS PRINCIPAIS ACTIVIDADES

Organismo de direito público.

SECÇÃO II: OBJECTO DO CONTRATO

II.1) DESCRIÇÃO

II.1.2) Tipo de contrato e local da realização das obras, da entrega dos fornecimentos ou da prestação de serviços:

b) Fornecimentos:

Compra.

Principal local de entrega: Hospital de São Teotónio, E. P. E.

II.1.3) O anúncio implica:

Um contrato público.

II.1.5) Breve descrição do contrato ou das aquisições:

Stents coronários P/ACTP com e sem fármaco, cateteres guias e cateteres balão P/ACTP.

II.1.6) Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos):

Objecto principal.

Vocabulário principal: 33190000.

SECÇÃO IV: PROCESSO

IV.1) TIPO DE PROCESSO

IV.1.1) Tipo de processo:

Concurso público.

IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO

IV.3.4) Prazos de recepção das propostas ou dos pedidos de participação:

Data: 07/05/2007.

Hora: 17.

IV.3.6) Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pedidos de participação:

PT.

IV.3.7) Período mínimo durante o qual o concorrente é obrigado a manter a sua proposta:

Data: 06/07/2007.

IV.3.8) Condições de abertura das propostas:

Data: 08/05/2007.

Hora: 10.

SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

VI.5) DATA DE ENVIO DO PRESENTE ANÚNCIO: 14/03/2007.

14 de Março de 2007. — O Director do Serviço de Aprovisionamento, *Bruno F. Nunes Andrade*.
2611000628

REDE FERROVIÁRIA NACIONAL — REFER, E. P.

ANÚNCIO DE CONCURSO — SECTORES ESPECIAIS

SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE

I.1) DESIGNAÇÃO, ENDEREÇOS E PONTOS DE CONTACTO

Designação oficial:
Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P.
Endereço postal:
Rua de Silva Tapada, 379.
Localidade:
Vila Nova de Gaia.
Código postal:
4430-239 Vila Nova de Gaia.
País:
Portugal.
Pontos de contacto:
À atenção de:
Delegação Norte.
Telefone:
221051500.
Fax:
221051505/6.
Correio electrónico:
DN@refer.pt
Endereços internet:
Endereço geral da entidade adjudicante:
Rua de Silva Tapada, 379.
4430-239 Vila Nova de Gaia.

SECÇÃO II: OBJECTO DO CONTRATO

II.1) DESCRIÇÃO

II.1.1) Designação dada ao contrato pela entidade adjudicante:

Linha do Norte.

Obras de modernização do subtróço 3.3 (Ovar/Gaia).

Construção de duas passagens superiores rodoviárias aos quilómetros 307+832 e 309+623, respectivos caminhos de acesso e de ligação.

II.1.2) Tipo de contrato e local da realização das obras, da entrega dos fornecimentos ou da prestação de serviços:

a) Obras.

II.1.7) O contrato está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)?

Não.

SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

VI.3) OUTRAS INFORMAÇÕES

Informam-se os interessados de que foram apensos os esclarecimentos e informações adicionais ao processo de concurso da empreitada na Linha do Norte — obras de modernização do subtróço 3.3 (Ovar/Gaia) — construção de duas passagens superiores rodoviárias aos quilómetros 307+832 e 309+623, respectivos caminhos de acesso e de ligação, cujo anúncio foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 32, fls. 4075, 4076 e 4077, de 14 de Fevereiro de 2007.

VI.5) DATA DE ENVIO DO PRESENTE ANÚNCIO: 14/03/2007.

O Presidente do Conselho de Administração, *Luís Filipe Pardal*.
3000226842



PARTE J

APCOMTEC — ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A COMUNICAÇÃO TÉCNICA

Anúncio (extracto) n.º 1761/2007

Certifico que, por escritura lavrada no dia 25 de Agosto de 2006, iniciada a fl. 17 do livro n.º 48-G, foi constituída uma associação denominada por APCOMTEC — Associação Portuguesa para a Comunicação Técnica, com sede no Campus Universitário de Santiago, em Aveiro, tem por objecto o desenvolvimento, promoção e representação da comunicação técnica. Podem ser associados da APCOMTEC — Associação Portuguesa para a Comunicação Técnica todas as pessoas singulares ou pessoa colectivas, públicas ou privadas, com interesse na temática da comunicação técnica.

Os órgãos da associação são os seguintes: assembleia geral, direcção e conselho fiscal, cujos mandatos são de três anos.

Está conforme.

25 de Agosto de 2006. — A Notária, em substituição, *Mariana de Bessa Ferreira Martins*.

3000215491

APMT — ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE MEDICINA TRADICIONAL

Anúncio (extracto) n.º 1762/2007

Certifico que, por escritura de 7 de Fevereiro de 2007, lavrada de fl. 31 a fl. 32 do livro de notas para escrituras diversas n.º 44-M do Cartório Notarial a cargo do notário José Mário Resse Lascasas dos Santos, foi constituída a associação em epígrafe e que se vai regular, além de outras cláusulas, pelas seguintes:

Denominação — APMT — Associação Portuguesa de Medicina Tradicional.

Sede — Rua da Saudade, 59, 3.º, sala 38, Cedofeita, Porto.

Objecto — instituição representativa dos profissionais em medicina tradicional que, em conformidade com os estatutos e demais disposições legais aplicáveis exercem medicina tradicional.

Associados — os sócios serão efectivos e honorários:

Efectivos — todo aquele que possui formação específica em medicina tradicional e competência para o exercício do acto de medicina tradicional devidamente comprovado pelo APMT;

Honorários — todas as pessoas individuais ou colectivas de reconhecida competência, idoneidade e probidade individual ou colectiva que pelos seus serviços, acções e contributos nas áreas da saúde, científicas ou intelectuais e mecenato prestem ou tenham prestado relevantes serviços à comunidade e ou à realização dos fins prosseguidos pela APMT.

Está conforme.

8 de Fevereiro de 2007. — O Notário, *José Mário Resse Lascasas dos Santos*.

3000225517

ASSOCIAÇÃO DE CAÇADORES DE CASTELHANOS E LABORATO

Contrato (extracto) n.º 594/2007

Certifico, para fins de publicação, que, por escritura lavrada em 9 de Janeiro de 2007, a fl. 19 do livro de notas para escrituras diversas n.º 30 do Cartório Notarial em Vila Real de Santo António, sito na Avenida da República, Urbanização Varandas do Guadiana, quarteirão D, lote D-4, bloco D-5, loja A, Vila Real de Santo António, a cargo da notária Ana Rita Vilares Cabrita, foram parcialmente modificados os estatutos da Associação de Caçadores de Castelhanos e Laborato, com sede no sítio de Castelhanos, freguesia de Martim Longo, concelho de Alcoutim, tendo sido dada nova redacção ao artigo 2.º, a qual passa a ser a seguinte:

«A Associação não tem fins lucrativos e tem como objecto gerir zonas de caça associativas ou participar na gestão de zonas de caça nacionais ou municipais, contribuir para o fomento cinegético dos recursos cinegéticos e para a prática ordenada e melhoria do

exercício da caça, zelar pelas normas legais sobre caça, gerir campos de treino de caça, organizar concursos de tiro com chumbo, concursos, festas, torneios e exposições caninas e criar espécies cinegéticas em cativeiro.»

Está conforme o original.

9 de Janeiro de 2007. — A Notária, *Ana Rita Vilares Cabrita*.
3000223923

ASSOCIAÇÃO DE CAÇADORES DA ILHA

Anúncio (extracto) n.º 1763/2007

Certifico, para efeitos de publicação, que, por escritura de hoje, lavrada neste Cartório a cargo da notária Paula Cristina Rocha Teixeira de Oliveira Sobreiros, iniciada a fl. 24 do livro de notas n.º 52-G, foi outorgada uma escritura de alteração de estatutos da associação com a denominação em epígrafe, com sede no lugar sede de freguesia de Ilha, concelho de Pombal, alteraram o objecto e consequentemente a redacção do seu artigo 2.º e aditam uma alínea ao artigo 5.º dos estatutos da referida.

Assim, os artigos alterados são os seguintes:

«Artigo 2.º

A Associação de Caçadores da Ilha tem como objectivos a concessão e gerir zonas de caça de interesse associativo ou participar na gestão de zonas de caça de interesse municipal e nacional através da transferência de gestão.

Contribuirá para a formação e recreio dos seus associados e participará no fomento dos recursos cinegéticos, na prática ordenada e sustentada, bem como na melhoria do exercício da caça.

A Associação zelarà pelo fomento e cumprimento das normas legais sobre a caça, bem como pela promoção e apoio de cursos, ou outras acções de formação direccionadas a caçadores e interessados na prática cinegética.

Também visa promover ou apoiar cursos ou outras acções de formação ou reciclagem sobre gestão de zonas de caça e conservação da fauna e dos seus habitats.

A Associação procurará harmonizar os interesses dos caçadores com os dos proprietários, agricultores, produtores florestais e outros cidadãos interessados na conservação da fauna, preconizando as acções que para o efeito tenha por necessárias e convenientes.

Artigo 5.º

d) Cada um dos órgãos sociais pode ser composto por dois suplentes.»

Conferido, está conforme.

9 de Fevereiro de 2007. — A Notária, *Paula Cristina Rocha Teixeira de Oliveira Sobreiros*.

3000225719

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E SOCIAL DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Anúncio (extracto) n.º 1764/2007

Certifico que, por escritura de 20 de Dezembro de 2006, exarada a fl. 123 do livro de notas para escrituras diversas n.º 138-D, do Cartório Notarial de Moura, foi constituída uma associação sem fins lucrativos nos termos seguintes:

a) Denominação — Associação Cultural e Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Moura;

b) Sede — Rua do Amparo, sem número, na freguesia de Santo Agostinho, no concelho de Moura;

c) Fim da pessoa colectiva — promoção de programas de acção social e cultural.

Associados — podem ser associados:

a) Todos os trabalhadores que exerçam funções na Câmara Municipal de Moura e cuja remuneração seja integralmente suportada por esta;

- b) Os trabalhadores aposentados;
- c) O executivo;
- d) Os funcionários das juntas de freguesia do concelho e os membros da assembleia municipal, mediante protocolo a celebrar com a Associação.

Qualidade:

1 — Haverá duas categorias de associados:

- a) Sócios honorários — as pessoas que tenham prestado serviços à Associação e que mereçam essa distinção;
- b) Subscritores — as pessoas que se obriguem ao pagamento periódico das quotas nos montantes fixados pela assembleia geral.

Deveres:

- a) Pagar pontualmente a sua quota, tratando-se de subscritores;
- b) Comparecer às reuniões da assembleia geral;
- c) Desempenhar com zelo os cargos para que tenha sido eleito;
- d) Cumprir e fazer respeitar os estatutos e regulamentos internos;
- e) Zelar pelo património da Associação, pelo seu bom nome e engrandecimento.

Direitos:

- a) Tomar parte nas reuniões da assembleia geral;
- b) Eleger e ser eleito para os corpos gerentes ou para as comissões que eventualmente se venham a constituir;
- c) Participar em todas as actividades e programas abrangidos pelo artigo 2.º dos estatutos;
- d) Examinar as contas, documentos e os livros respeitantes à actividade desenvolvida pela Associação;
- e) Utilizar, nos termos regulamentares, os serviços que a Associação ponha à sua disposição;
- f) Requerer a convocação das assembleias gerais extraordinárias, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º dos presentes estatutos.

Está conforme.

20 de Dezembro de 2006. — O Segundo-Ajudante, *Adolfo Viana Soares dos Reis*.

3000223317

ASSOCIAÇÃO IBÉRICA DE PRODUTORES DE AMÊNDOA E FRUTOS SECOS

Anúncio (extracto) n.º 1765/2007

Certifico que, por escritura de 8 de Fevereiro de 2007, lavrada de fl. 17 a fl. 19 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 17 do Cartório Notarial de Mogadouro, foi constituída uma associação com a denominação de Associação Ibérica de Produtores de Amêndoa e Frutos Secos, com sede na Rua do Dr. Manuel Pardal de Castro, 9, na freguesia e concelho do Mogadouro, que tem por objecto social o fomento de plantação de amendoal, formação, promoção e renovação de amendoal tradicional.

São órgãos da Associação a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

Está conforme o original, na parte transcrita.

8 de Fevereiro de 2007. — A Notária, *Fátima Mendes*.

3000225520

ASSOCIAÇÃO KARATÉ-DO GOJU-RYU OHSHIKAI DE PORTUGAL

Anúncio (extracto) n.º 1766/2007

Certifico que, por escritura de hoje, lavrada a fl. 139 do livro de notas n.º 528-D do 11.º Cartório Notarial de Lisboa, foi constituída uma associação sem fins lucrativos, por tempo indeterminado, com a denominação em epígrafe, tem a sua sede em Mafra, na Rua do Dr. José Augusto Oliveira Cristóvão, lote 15, 1.º, A, e tem por objecto social promover, fomentar e organizar a prática do *karatê-do*.

Os associados poderão ser efectivos e honorários.

São sócios efectivos todas as pessoas singulares ou colectivas que, tendo requerido a sua inscrição como tal, nos termos estatutários e regulamentares, foram aceites pela direcção como membros da Associação e com ela participam e colaboram de forma regular.

São sócios honorários as pessoas singulares ou colectivas que venham a ser distinguidas com essa qualidade, em assembleia geral, em função da relevância da sua colaboração e serviços prestados, no interesse social.

Perdem a qualidade de sócios aqueles que solicitem à direcção a sua exoneração e os que deixem de cumprir as obrigações estatutárias e regulamentares ou atentem contra os interesses da Associação.

8 de Janeiro de 2007. — O Ajudante Principal, *Luís Manuel Manito Marques*.

3000225772

ATAV — ASSOCIAÇÃO TRABALHADORES DA AUTARQUIA DE VIDIGUEIRA

Anúncio (extracto) n.º 1767/2007

Certifico que, por escritura de 15 de Dezembro de 2006, exarada a fl. 60 e seguintes do livro de notas para escrituras diversas n.º 136-C do Cartório Notarial de Vidigueira, foi constituída uma associação que adoptou a denominação de ATAV — Associação Trabalhadores da Autarquia de Vidigueira, a qual terá a sua sede no edifício do município da Vidigueira, Praça da República, freguesia e concelho da Vidigueira, titular do número de identificação de pessoa colectiva P 507973488, e tem por objecto promover entre os associados e seus familiares a sua formação cultural, social e profissional em todos os sectores, de acordo com as disposições legais.

15 de Dezembro de 2006. — O Ajudante, *Alfredo José Fernandes Gonçalves*.

3000223294

ATC — ASSOCIAÇÃO DE EMPRESÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO CULTURAL DO PORTO E NA REGIÃO

Anúncio (extracto) n.º 1768/2007

Certifico que, por escritura de 29 de Dezembro de 2006, exarada com início a fls. 117 e seguintes do livro de notas para escrituras diversas do Cartório Notarial de Maria Helena Serra de Barros Guerra n.º 66, foi constituída a associação denominada ATC — Associação de Empresários para o Desenvolvimento do Turismo Cultural do Porto e na Região, com sede na Torre Medieval, Calçada de D. Pedro Pitões, 15, Porto, a qual tem como papel principal:

- a) Defender e promover os interesses globais e comuns dos associados;
- b) Promover a cooperação dos agentes económicos ligados ao sector turístico e a comunidade local;
- c) Conduzir acções de formação para transmitir a importância do património local e regional;
- d) Apostar na diferenciação, especialização e melhoria da oferta turística;
- e) Valorizar os recursos culturais e naturais para a criação de uma oferta turística de qualidade;
- f) Desenvolver a prestação de serviços aos associados assente na organização do produto, estudos de mercado e na monitorização de acções relacionadas com a qualidade dos serviços prestados de forma a garantir a satisfação dos turistas;
- g) Elaborar planos de divulgação e promoção a nível nacional e internacional dos produtos oferecidos pelos associados;
- h) Organizar e participar em feiras, congressos, seminários e *workshops*;
- i) Assegurar a divulgação através de *sites*, vídeos, brochuras, mapas e *dossiers* informativos;
- j) Manter e fazer funcionar uma sede e os serviços convenientes, entre os quais marcações, reservas e atendimento;
- l) Admitir e associar-se a outros parceiros e organismos públicos e privados;
- m) Pode vir a desenvolver outras actividades.

1 — Podem ser associados da ATC todas as pessoas singulares ou colectivas, de direito privado ou público, que desenvolvam, directa ou indirectamente, actividades no sector do turismo cultural na área do Porto e região.

2 — Existem as seguintes categorias de associados:

- a) Fundadores: as entidades que outorgaram o acto de constituição da Associação;
- b) Efectivos: pessoas singulares ou colectivas que desenvolvam actividade relevante no sector do turismo cultural e sectores complementares deste que posteriormente à escritura de constituição da Associação se tornem titulares dos direitos e obrigações previstos nos estatutos e na regulamentação complementar;
- c) Aliados: todas as outras pessoas singulares e colectivas que desenvolvam actividades de interesse para os fins e objectivos da ATC;

d) Honorários: as pessoas singulares ou colectivas, bem como as entidades que pela sua actividade a assembleia geral queira distinguir, sob proposta fundamentada da direcção.

São órgãos sociais da ATC: a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

Está conforme.

5 de Janeiro de 2007. — A Notária, *Maria Helena Serra de Barros Guerra*.

3000224726

CCD — ASSOCIAÇÃO TRABALHADORES DA UNICER ÁGUAS DE CASTELO DE VIDE

Anúncio (extracto) n.º 1769/2007

Certifico, para fins de publicação, que, por escritura de 22 de Fevereiro de 2007, lavrada de fl. 88 a fl. 89 do livro de notas para escrituras diversas n.º 18 do Cartório em Nisa da notária licenciada Paula Cristina de Figueiredo Bettencourt Mendonça Fragoso, foi constituída por tempo indeterminado uma associação com a denominação em epígrafe, com sede na fábrica da Unicer Águas, S. A. — Centro de Produção, em Castelo de Vide, na freguesia de São João Baptista, concelho de Castelo de Vide, cujo objectivo consiste em procurar desenvolver iniciativas de carácter cultural, desportivo, recreativo e social.

A CCD — Associação Trabalhadores da Unicer Águas de Castelo de Vide pode ter três categorias de associados:

Associados efectivos;
Associados auxiliares; e
Associados honorários.

Podem ser associados efectivos os trabalhadores integrados no quadro de pessoal efectivo da Unicer Águas, S. A. — Centro de Produção, em Castelo de Vide, e os reformados que, aquando da reforma, sejam associados efectivos da CCD — Associação Trabalhadores da Unicer Águas de Castelo de Vide.

Podem ser associados auxiliares os trabalhadores contratados a termo da Unicer Águas, S. A. — Centro de Produção, em Castelo de Vide, os trabalhadores reformados que não sejam associados efectivos à data da reforma e, bem assim, os trabalhadores por conta própria e os temporários que prestem serviço à Unicer Águas, S. A. — Centro de Produção, em Castelo de Vide, com carácter não ocasional.

Serão considerados associados honorários as pessoas singulares ou colectivas, públicas ou privadas, que se notabilizem com relevantes serviços à CCD — Associação Trabalhadores da Unicer Águas de Castelo de Vide e sejam investidas nessa qualidade pela assembleia geral. Os associados que em consequência de infracção dêem motivos a intervenção disciplinar poderão sofrer as seguintes penalidades:

Repreensão registada;
Suspensão até 180 dias; e
Expulsão.

Serão suspensos dos seus direitos os associados que, depois de avisados e sem motivo justificado, tenham mais de 18 meses de quotas em atraso. As penas de repreensão registadas e de suspensão por tempo inferior a 30 dias podem ser aplicadas pela direcção, delas cabendo recurso para a assembleia geral.

As penas de suspensão por tempo igual ou superior a 30 dias e a expulsão são da competência exclusiva da assembleia geral.

São causas da perda da qualidade de associado:

- O pedido de cancelamento da inscrição, apresentado por escrito;
- A perda dos requisitos exigidos para a admissão;
- A prática de actos contrários aos fins da CCD — Associação Trabalhadores da Unicer Águas de Castelo de Vide ou susceptíveis de afectar gravemente o seu prestígio; e
- O atraso no pagamento das quotas por período igual ou superior a dois anos.

No caso da anterior alínea c), a exclusão compete à assembleia geral, sob proposta da direcção. No caso da anterior alínea d), a exclusão compete à direcção, que poderá igualmente decidir a readmissão depois de liquidado o débito.

O associado que haja perdido essa qualidade não tem direito algum ao património da CCD — Associação Trabalhadores da Unicer Águas de Castelo de Vide, ou à reposição das importâncias com que para ela haja contribuído, nem pode fazer uso de qualquer insígnia, logó-

tipo, formulário ou impresso da CCD — Associação Trabalhadores da Unicer Águas de Castelo de Vide.

Está conforme o original.

22 de Fevereiro de 2007. — A Notária, *Paula Cristina de Figueiredo Bettencourt Mendonça Fragoso*.

3000226444

CENTRO COMUNITÁRIO DOS NAMORADOS

Anúncio (extracto) n.º 1770/2007

Certifico que, por escritura lavrada hoje no Cartório Notarial de Castro Verde, a fls. 6 e 6 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 64-A, foi constituída, por tempo indeterminado, uma associação, sem fins lucrativos, com a denominação em epígrafe e sede no Largo do 1.º de Maio, no Monte dos Namorados, freguesia e concelho de Castro Verde, a qual tem por objecto o desenvolvimento de actividades sócio-culturais, recreativas e desportivas.

São órgãos da associação a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

O mandato dos órgãos sociais é de três anos.

Para obrigar a associação são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas de quaisquer dois membros da direcção.

Está conforme o original.

26 de Janeiro de 2007. — O Notário, *José Francisco Colaço Guerreiro*.

3000225475

CLUBE ROTTAS DO SOR

Anúncio (extracto) n.º 1771/2007

Certifico que, por escritura de 29 de Janeiro de 2007, lavrada de fl. 10 a fl. 12 do livro de notas para escrituras diversas n.º 24, do Cartório Notarial de Maria Cristina Marques da Cruz Manso, sito na Rua de Vaz Monteiro, 19, rés-do-chão, Ponte de Sor, foi constituída uma associação, sem fins lucrativos, denominada «Clube Rottas do Sor», que se rege pelos estatutos constantes dos artigos seguintes:

Artigo 1.º

A associação adopta a denominação Clube Rottas do Sor, tem a sua sede na Avenida Marginal, 41, rés-do-chão, direito, Ponte de Sor, freguesia e concelho de Ponte de Sor, e durará por tempo indeterminado.

Artigo 2.º

A associação tem por objecto a promoção, realização e organização de passeios de todo-o-terreno turístico, eventos culturais e desportos motorizados, náuticos, aquáticos, radicais, colectivos e individuais.

Artigo 3.º

Constituem receitas da associação a jóia e quotizações dos seus associados, cujo montante será fixado em assembleia geral, e quaisquer donativos ou subsídios que lhe sejam atribuídos.

Artigo 4.º

São órgãos da associação: a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

Artigo 5.º

A assembleia geral é o órgão máximo da associação e o seu órgão deliberativo, cujas competências são as prescritas nas disposições legais aplicáveis, designadamente as previstas nos artigos 170.º e 172.º do Código Civil, competindo-lhe, nessa conformidade:

- Definir as linhas fundamentais de actuação da associação;
- Promover a eleição e destituição dos membros dos órgãos sociais;
- Aprovar o relatório de contas do exercício;
- Deliberar sobre a alteração de estatutos e dissolução da associação;
- Autorizar a associação para esta demandar os administradores por factos praticados no exercício do cargo;
- Deliberar sobre todas as matérias que não sejam atribuídas legal ou estatutariamente aos restantes órgãos da associação.

§ 1.º A assembleia geral é composta por todos os associados e é dirigida pela respectiva mesa, a qual, por sua vez, é composta por

um presidente, um vice-presidente e um secretário, competindo-lhe convocar e dirigir as reuniões da assembleia geral e redigir as respectivas actas.

§ 2.º A forma do seu funcionamento está prescrita nas disposições legais aplicáveis, designadamente as previstas nos artigos 173.º a 179.º do Código Civil, nomeadamente:

a) A assembleia geral é convocada por meio de aviso postal, expedido para cada um dos associados com a antecedência mínima de oito dias; no aviso indicar-se-á o dia, a hora e o local da reunião e respectiva ordem do dia, sendo anuláveis as deliberações tomadas sobre matéria estranha à ordem do dia, salvo se todos os associados comparecerem à reunião e todos concordarem com o aditamento;

b) A assembleia geral não pode deliberar em primeira convocação sem a presença de, pelo menos, metade dos seus associados; as deliberações são tomadas por maioria absoluta de votos dos associados presentes, à excepção das deliberações sobre alterações dos estatutos que exigem o voto favorável de três quartos do número de associados presentes e das sobre a dissolução ou prorrogação da pessoa colectiva que exigem o voto favorável de três quartos do número de todos os associados.

Artigo 6.º

A direcção é composta por três associados, um presidente, um vice-presidente e um tesoureiro, competindo-lhe a gerência social, administrativa e financeira deste grupo associativo.

§ 1.º Para obrigar a associação são necessárias as assinaturas de dois membros da direcção.

Artigo 7.º

O conselho fiscal é composto por três associados, um presidente, um vice-presidente e um secretário, competindo-lhe fiscalizar os actos administrativos e financeiros da direcção, verificar as suas contas e relatórios e dar parecer sobre os actos que impliquem aumento das despesas ou diminuição das receitas.

Artigo 8.º

Os direitos e obrigações dos associados, suas categorias e condições de admissão e exclusão constarão de um regulamento geral interno, cuja aprovação e alteração são da exclusiva competência da assembleia geral.

Artigo 9.º

a) No caso de extinção da associação, competirá à assembleia geral deliberar sobre o destino dos seus bens nos termos da legislação em vigor, bem como eleger uma comissão liquidatária;

b) Os poderes da comissão liquidatária ficam limitados à prática dos actos meramente conservatórios e necessários, quer à liquidação do património social, quer à ultimização dos negócios pendentes.

Disposição transitória

A realização das eleições para os órgãos sociais terá lugar no prazo máximo três meses, a contar de hoje, sendo a mesma dirigida provisoriamente pela comissão organizadora que presidiu à sua constituição e que é composta por todos os outorgantes da presente escritura.

Está conforme o original.

29 de Janeiro de 2006. — A Notária, *Maria Cristina Marques da Cruz Manso*.

3000225273

GAIA KAYAK CLUBE

Anúncio (extracto) n.º 1772/2007

Certifico, para efeitos de publicação, que, por escritura de 11 de Agosto de 2006, lavrada a fls. 20 e seguintes do livro de notas para escrituras diversas deste Cartório n.º 7, foi constituída a associação denominada «Gaia Kayak Clube», com sede na sede no Areinho de Oliveira do Douro, sem número, freguesia de Oliveira do Douro, concelho de Vila Nova de Gaia, a qual tem como papel principal a promoção da prática desportiva dos seus associados nos vários ramos dos desportos a que o clube se dedica, com relevância para os desportos náuticos;

O Gaia Kayak Clube tem por finalidade desenvolver nos seus sócios o gosto pela vela e demais modalidades de desportos náuticos, para o que:

a) Organiza regatas e outras provas náuticas;

b) Manterá relações com instituições análogas nacionais ou estrangeiras;

c) Promoverá, quando necessário, escolas de canoagem e outros desportos náuticos, dirigidos por associados de reconhecido mérito desportivo, por admissão dos quais poderão ser concedidas facilidades especiais.

São órgãos sociais do Gaia Kayak Clube:

a) A assembleia geral;

b) A direcção;

c) O conselho fiscal.

Está conforme.

11 de Agosto de 2005. — A Notária, *Maria Helena Serra de Barros Guerra*.

3000226494

LUSO FUTEBOL CLUBE MORENSE

Anúncio (extracto) n.º 1773/2007

Certifico que, por escritura de 1 de Fevereiro de 2007, no Cartório Notarial de Mora, a cargo da notária licenciada Catarina Isabel Henriques Rosa Melro, lavrada de fl. 2 a fl. 2 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 20-C, foram alterados os estatutos da associação com a denominação Luso Futebol Clube Morense, passando a reger-se pelos seguintes estatutos:

CAPÍTULO I

Denominação, natureza, fins e duração

Artigo 1.º

Denominação e sede

1 — A associação desportiva, recreativa e cultural, sem fins lucrativos, tem o nome de Luso Futebol Clube Morense, adiante designado por LFCM.

2 — A sede localiza-se na Rua da Rodoviária, localidade de Mora, freguesia e concelho de Mora.

Artigo 2.º

Objectivos

O LFCM tem por fim a promoção cultural da população da freguesia e do concelho, em geral, e dos sócios, em particular, através da educação física e desportiva e da acção recreativa e intelectual, visando a sua formação humana integral.

De acordo com as razões da sua existência, o LFCM é alheio a todas as doutrinas políticas e credos religiosos.

Artigo 3.º

Duração

O LFCM durará por tempo ilimitado, mas no caso de se dissolver, por motivos constantes da lei, reverterá o seu património a favor de instituições de beneficência social da freguesia de Mora.

CAPÍTULO II

Receitas e despesas

Artigo 4.º

Receitas

Constituem receitas do LFCM:

a) As quotas e jónias de inscrição dos sócios, cujo valor será fixado pela direcção em exercício;

b) Os rendimentos de bens próprios;

c) O produto das iniciativas desportivas e culturais;

d) Os subsídios atribuídos ao LFCM por quaisquer entidades;

e) Legados e doações;

f) Quaisquer outras não especificadas.

Artigo 5.º

Despesas

Constituem despesas do LFCM as que correspondam ao seu normal funcionamento, bem como à manutenção do seu património.

CAPÍTULO III

Sócios, direitos e deveres

Artigo 6.º

Admissão de sócios

Podem ser admitidos como sócios, pela direcção, indivíduos de ambos os sexos e sem qualquer limite de idade.

Não podem ser admitidos como sócios pessoas anteriormente expulsas por um prazo nunca inferior a cinco anos.

Artigo 7.º

Direitos

1 — São direitos dos sócios e dos seus descendentes ou tutelados menores:

- a) Participar nas actividades do LFCM nos termos regulamentares;
- b) Usufruir das instalações, de acordo com as disposições regulamentares.

2 — São direitos dos sócios:

a) Direito de voto nas assembleias gerais:

- a1) Têm direito a um voto todos os sócios com mais de um ano de filiação;
- a2) Têm direito a dois votos todos os sócios com 5 a 10 anos de filiação;
- a3) Têm direito a cinco votos todos os sócios com 10 ou mais anos de filiação;

b) Formular sugestões que julgarem convenientes com vista ao melhor funcionamento do LFCM;

- c) Propor a admissão de novos sócios;
- d) Eleger e ser eleito para os órgãos sociais;
- e) Pedir a demissão a qualquer momento, mediante comunicação escrita dirigida à direcção;
- f) Reclamar das decisões que entenderem lesivas dos seus legítimos interesses;
- g) Exercer os demais direitos consignados nos presentes estatutos e deles decorrentes.

3 — O sócio goza dos direitos previstos no presente artigo quando tiver pago a quota do mês anterior.

Artigo 8.º

Deveres

1 — São deveres dos sócios:

- a) Defender e pugnar pelo bom nome e prestígio do LFCM e diligenciar no sentido do alcance dos objectivos propostos;
- b) Servir nos órgãos sociais e demais funções para que forem eleitos ou designados com zelo e assiduidade;
- c) Participar na assembleias gerais e outras reuniões para que sejam convocados;
- d) Utilizar, com civismo e de acordo com os fins a que são destinados, os bens e equipamentos postos à sua disposição;
- e) Defender e conservar o património colectivo.
- f) Acatar as resoluções validamente tomadas pelos órgãos sociais;
- g) Pagar pontualmente as quotas e outras prestações financeiras devidas.

2 — O não cumprimento dos deveres constantes no n.º 1 podem conduzir a processo disciplinar e consequentemente à demissão de sócio.

3 — Perdem direito a ser sócios todos aqueles que se atrasem no pagamento da respectiva quota por um período superior a dois anos.

CAPÍTULO IV

Corpos sociais

Artigo 9.º

Órgãos

1 — Os órgãos sociais do LFCM são:

- a) A assembleia geral;
- b) A direcção;
- c) O conselho fiscal.

SECÇÃO I

Assembleia geral

Artigo 10.º

Assembleia geral

A assembleia geral é constituída pela totalidade dos sócios do LFCM no pleno uso dos seus direitos.

Artigo 11.º

Funcionamento

A assembleia geral reúne:

- 1) Em sessão extraordinária, por requerimento da direcção, do conselho fiscal ou de pelo menos 25 sócios no pleno uso dos seus direitos;
- 2) Em sessão ordinária para:

- a) Eleger os corpos sociais;
- b) Até ao final de Maio, devendo apreciar e votar o relatório e contas do ano anterior;
- c) Até final de Novembro para discutir e votar o orçamento e o plano de actividades para o ano seguinte.

3 — A assembleia geral é convocada pelo presidente da assembleia geral ou por um seu substituto por ele designado, por meio de edital afixado na sede e em mais 10 locais de observação pública, com a antecedência mínima de uma semana; no aviso indicar-se-á o dia, a hora e o local da reunião e a respectiva ordem de trabalhos.

4 — A assembleia geral só poderá iniciar quando estejam todos os associados no pleno uso dos seus direitos ou passada meia hora da convocatória com qualquer número de sócios.

Artigo 12.º

Competências

1 — São competências da assembleia geral:

- a) Eleger os órgãos sociais do LFCM por um período de dois anos;
- b) Discutir e votar o relatório e contas da direcção;
- c) Deliberar sobre alterações aos estatutos;
- d) Aprovar a alienação de quaisquer bens imóveis propriedade do clube — aprovação que carece de maioria de dois terços mais um dos sócios presentes, desde que em número superior a 51 %, e no pleno uso dos seus direitos;
- e) Decidir sobre matérias que lhe estão estatutariamente cometidas;
- f) Destituição dos titulares dos órgãos da associação;
- g) Aprovação do balanço;
- h) Deliberar sobre a demissão de sócios.

Artigo 13.º

Mesa

1 — A mesa da assembleia geral é constituída por um presidente e dois secretários, cabendo a um destes presidir em caso da ausência do presidente.

2 — Não havendo membros titulares para constituir a mesa, a assembleia iniciará os trabalhos sob a presidência do sócio mais antigo.

3 — Compete ao presidente da mesa:

- a) Convocar a assembleia geral, afixando em locais de observação pública definidos pelo seu presidente, para reunir em sessão ordinária ou extraordinária;
- b) Dirigir os trabalhos da assembleia geral;
- c) Garantir o cumprimento integral das disposições estatutárias;
- d) Representar o LFCM em qualquer acto oficial ou particular que exija a sua presença;
- e) Conferir posse aos membros dos corpos gerentes eleitos.

SECÇÃO II

Direcção

Artigo 14.º

Composição

1 — A direcção é composta por um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro, dois secretários e vogais em número decidido pela direcção.

2 — Em caso de impedimento do presidente, a direcção será representada pelo vice-presidente, ou pelo tesoureiro ou por um dos secretários nesta ordem.

Artigo 15.º

Competências

1 — Compete à direcção:

- a) Deliberar sobre a admissão de sócios;
- b) Propor à assembleia geral alterações sobre símbolos, cores e outros aspectos de identificação do LFCM;
- c) Instaurar e instruir processos disciplinares;
- d) Permitir, em circunstâncias especiais, a frequência de não sócios;
- e) Promover a eliminação de sócios dos ficheiros e a revisão e numeração dos sócios em cada 10 anos, no máximo;
- f) Efectuar actos contratuais, dentro dos poderes que lhe são atribuídos;
- g) Elaborar e submeter à apreciação do conselho fiscal e da assembleia geral o relatório e as contas de gerência;
- h) Promover provas entre sócios ou entre clubes, autorizando e fiscalizando a sua organização e promover festas e diversões determinando as condições de acesso;
- i) Autorizar a utilização das instalações por outras entidades;
- j) Elaborar e fazer cumprir um regulamento interno da instituição;
- l) Criar as secções que considerar necessárias ao bom funcionamento do clube.

2 — Para obrigar o clube, excepto em actos de mero expediente, são sempre necessárias as assinaturas conjuntas de dois directores.

Artigo 16.º

Funcionamento

1 — As reuniões da direcção serão convocadas pelo presidente ou por outro membro da direcção em quem delegue essa responsabilidade.

2 — Todas as deliberações tomadas só são válidas se registadas em acta.

3 — A direcção é solidariamente responsável pelos actos da sua administração, excepto quando conste em acta o voto contra qualquer deliberação, o que exclui o autor do voto da responsabilidade colectiva desse acto.

SECÇÃO III

Conselho fiscal

Artigo 17.º

Constituição

1 — O conselho fiscal é constituído por um presidente e dois secretários.

2 — Quando, durante o mandato, se verificar a saída ou impedimento do presidente, caberá a um dos secretários substituí-lo até nova eleição.

Artigo 18.º

Atribuições

1 — São atribuições do conselho fiscal:

- a) Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e do regulamento interno;
- b) Apreciar o relatório e as contas de gerência da direcção, dando o seu parecer;
- c) Verificar os bens do LFCM;
- d) Examinar periodicamente as contas, conferir saldos, verificar documentos de pagamentos e de receitas;
- e) Solicitar a convocação da assembleia geral sempre que os interesses do LFCM assim o aconselharem.

2 — O conselho fiscal pode designar um dos seus membros para assistir às reuniões da direcção, sem direito a voto.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Artigo 19.º

Alterações

As deliberações sobre alterações dos estatutos exigem o voto favorável de dois terços mais um do número de associados presentes em assembleia geral, excepto no artigo 12.º, alínea d).

Artigo 20.º

Omissões

Em tudo quanto for omissa nos presentes estatutos vigoram as disposições do Código Civil e demais legislação sobre associações.

Está conforme o original na parte transcrita e certificada.

1 de Fevereiro de 2007. — A Notária, *Catarina Isabel Henriques Rosa Melro*.

3000225521

SEMPREVEM — ASSISTÊNCIA TÉCNICA A BOMBAS DE INCÊNDIO, UNIPESSOAL, L.ª

Anúncio n.º 1774/2007

Conservatória do Registo Comercial de Sintra. Matrícula n.º 019 773; identificação de pessoa colectiva n.º 506430332; data do depósito: 051025.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos relativos à prestação de contas do ano de 2005.

16 de Novembro de 2006. — A Segunda-Ajudante, *Maria Isabel Sequeira dos Santos Oliveira*.

1000311612

II SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio electrónico: dre@incm.pt

Linha azul: 808 200 110

Fax: 21 394 5750
